

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

SIANE GOIS CAVALCANTI RODRIGUES 

QUESTÕES DE DIALOGISMO – O DISCURSO CIENTÍFICO, O EU E OS OUTROS

**RECIFE
2008**

SIANE GOIS CAVALCANTI RODRIGUES

QUESTÕES DE DIALOGISMO – O DISCURSO CIENTÍFICO, O EU E OS OUTROS

Tese de Doutorado apresentada à
Universidade Federal de Pernambuco para a
obtenção do grau de Doutora em Letras.

Orientadora: Professora Doutora Gilda Maria
Lins de Araújo.

Co-orientadora: Professora Doutora Virgínia
Leal.

RECIFE

2008

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

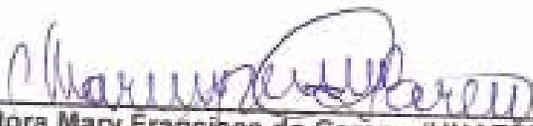
BANCA EXAMINADORA

ORIENTADORA:



Professora Doutora Gilda Maria Lins de Araujo

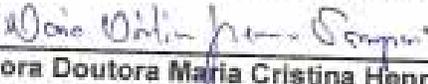
TITULARES:



Professora Doutora Mary Francisca do Carano (UNAERT/UNESP)

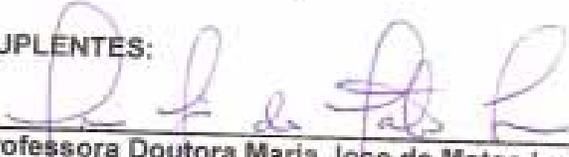
Professora Doutora Maria das Graças Ataíde (UFRPE)

Professora Doutora Abueúndia Padilha Peixoto Pinto (UFPE)

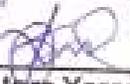


Professora Doutora Maria Cristina Hennes Sampaio (UFPE)

SUPLENTES:



Professora Doutora Maria Jose de Matos Luna (UFPE)



Professora Doutora Yaraylda Coimet (UFPE)

RECIFE

2008

Para Socorro Gois,
João Dino (*in memoriam*)
Giullian, Giullian Filho
e
Maria Clara.

A todos aqueles que precisam
deixar a sua terra para ir em
busca de seus sonhos. Em especial,
aos que, querendo, não têm a
oportunidade de fazê-lo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por todas as bênçãos concedidas, pelas oportunidades que me foram dadas e pela graça de tê-las abraçado. À minha querida mãe, cuja opção por abdicar a tantas coisas para proporcionar o que havia de melhor em termos educacionais aos seus sete filhos, abriu a trilha que me trouxe até aqui. A Giullian, que, mesmo não sendo da área, tantas vezes teve a paciência de ouvir as minhas inquietações durante a produção do texto e pela presença constante em minha vida. Aos meus amados filhos Giullian Filho e Maria Clara, razão dos meus esforços para crescer. A Sandra, João Filho, Sandro, Sormando, Sérgio e Sharlles, queridos irmãos de tantas histórias.

À minha orientadora e amiga, Professora Doutora Gilda Maria Lins de Araújo, primeira pessoa da UFPE, quando da minha chegada do interior, a acolher-me, mostrando-me que era, sim, possível chegar até aqui e que vem, desde então, acompanhando e orientando o meu processo de amadurecimento intelectual. À minha querida co-orientadora, Professora Doutora Virgínia Leal, fonte de saberes interdisciplinares e exemplo de profissional, pelas preciosas indicações de leitura, pela constante disponibilidade em atender-me, em ler e orientar os meus escritos e, em especial, pelo estímulo recebido.

Às Professoras Doutoras Maria Cristina Hennes Sampaio e Abuêndia Padilha Pinto, que integraram a banca de qualificação desta tese e me deram a oportunidade de enriquecer o meu texto com suas pertinentes observações.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo apoio financeiro, sem o qual o desenvolvimento do presente estudo teria sido bem mais difícil.

Muitas vozes

Ferreira Gullar

*Meu poema
é um tumulto:
a fala
que nele fala
outras vozes
arrasta em alarido.

(estamos todos nós
cheios de vozes
que o mais das vezes
mal cabem em nossa voz:

se dizes pêra,
acende-se um clarão
um rastilho
de tardes e açúcares
ou
se azul disseres,
pode ser que se agite
o Egeu em tuas glândulas)

A água que ouviste
num soneto de Rilke
os ínfimos*

*rumores no capim
o sabor
do hortelã
(essa alegria)
a boca fria
da moça
O maruim
na poça
a hemorragia
da manhã
tudo isso em ti
se deposita
e cala.
Até que de repente
um susto
ou uma ventania
(que o poema dispara)
chama
esses fosséis à fala

Meu poema
é um tumulto, um alarido:
basta apurar o ouvido.*



O escultor José Bezerra, no Sítio Arqueológico do Catimbau, Buíque (PE).

Foto: Sérgio Gois

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar, ancorado no dialogismo bakhtiniano, enunciados de três gêneros discursivos acadêmicos (monografias de graduação e de especialização, dissertações de mestrado e teses de doutorado), situando-os na enunciação. Os objetivos específicos são: 1) analisar o papel que os autores-pesquisadores assumem em seu próprio texto, na sua relação com a alteridade e 2) descortinar a função que eu o *eu* atribui ao *outro* no processo de edificação do seu dizer. Busca-se compreender como ambos se relacionam no espaço discursivo, e a maneira através da qual, no processo de apreensão das diversas vozes sociais, se opera o efeito autoria. Para tanto, considerando o dialogismo enquanto princípio constitutivo da linguagem e dos sujeitos, analisamos, através de uma perspectiva enunciativo-discursiva, a materialização dessas presenças no fio discursivo. Verificamos que a emersão do sujeito-autor se dá principalmente graças à natureza irrepetível do processo de apreender, internalizar e materializar lingüisticamente as regras da comunidade acadêmica e à unicidade de sua localização espacial no mundo.

Palavras-chave: discurso científico, autoria, dialogismo, alteridade.

ABSTRACT

The aim of this paper is to analyze, based on Bakhtin's dialogism, statements from three genres of the academic discourse (graduation monographs, specialization monographs, master dissertations and doctoral theses), placing them on the utterance. The specific aims are the following: 1) to analyze the role played by the author-researchers in their own text, in their relation with the otherness and 2) to unveil the functions which the " I " attributes to the " other " in the building process of its saying. Thus, it is an attempt to understand how they both relate to each other in their discursive space, and how the authorship effect is observed throughout the process of apprehension of several social voices. To accomplish such aims, and considering the dialogism as a constitutive principle of the language and of the subjects, we analyzed, from a propositional-discursive perspective, the materialization of such presences in the discursive thread. We also found out that the rising of the subject-author is mainly due to the non-repetitive nature of the process of learning, internalizing and materializing, in linguistic terms, the rules of the academic community, as well as a result of its space location in the world.

Key-words: scientific discourse, authorship, dialogism, otherness.

RÉSUMÉ

Ce travail a pour objectif analyser, en s'appuyant dans le dialogisme bakhtinien, les énoncés de trois genres discursifs universitaires (mémoires du troisième cycle et de spécialisation, dissertations de master et thèses de doctorat), en les situant dans l'énonciation. Les objectifs spécifiques sont: 1) analyser le rôle que les auteurs-chercheurs assument dans leur propre texte, dans leur relation avec l'altérité et 2) dévoiler la fonction que moi le *moi* attribue à l'*autre* dans un processus d'édification de sa manière de dire. On cherche à comprendre quelles relations ceux-ci établissent entre eux dans l'espace discursif, ainsi que la manière dont s'opère, dans le processus d'appréhension des différentes voies sociales, l'effet paternité littéraire. Pour cela, considérant le dialogisme comme principe constitutif du langage et des sujets, on analysera, à travers une perspective énonciative-discursive, la matérialisation de ces présences dans le fil discursif. On vérifiera que l'émersion du sujet-auteur se fait surtout grâce à la nature qui ne se répète pas du processus d'appréhender, d'internaliser et de matérialiser linguistiquement les règles de la communauté universitaire et à l'unicité de sa localisation spatiale dans le monde.

Mots-clés: discours scientifique, paternité littéraire, dialogisme, altérité.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. O DISCURSO CIENTÍFICO ENQUANTO GÊNERO.....	30
2.1 Discurso Científico e Dialogismo nas Ciências Humanas.....	47
3. A MODALIDADE.....	61
3.1.Os tempos dos enunciados explicitamente modalizados por verbos.....	68
4. O SUJEITO.....	73
4.1. O percurso da concepção de sujeito nas três fases da Análise do Discurso.....	73
4.2. O entrecruzamento entre a Lingüística e a Psicanálise.....	76
4.3. O sujeito Benvenistiano.....	82
4.4. O sujeito Bakhtiniano.....	84
4.5. A morte declarada do autor em Foucault	111
4.5.1. Sobre os discursos fundadores.....	118
4.6. O sujeito-autor.....	122
4.6.1 Do excedente de visão do autor do Discurso Científico.....	142
4.7. O sujeito em Authier-Revuz.....	150
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	164
6.REFERÊNCIAS.....	170
7. ANEXOS.....	179

1. INTRODUÇÃO

Apenas o Adão mítico que chegou com a primeira palavra num mundo virgem, ainda não desacreditado, somente este Adão podia evitar por completo esta mútua orientação dialógica do discurso alheio para o objeto. Para o discurso humano, concreto e histórico, isso não é possível: só em certa medida e convencionalmente é que pode dela se afastar.

Bakhtin (1988, p. 88), ao fazer tal afirmação, refere-se à impossibilidade de se produzir um discurso desvincilhado dos discursos que o precedem, bem como daqueles que, juntamente com ele, circulam em uma dada sociedade. Isso porque, segundo o autor, o dialogismo é próprio, característico não só da linguagem, mas dos sujeitos. Não podemos deixar de perceber, entretanto, que, ainda que não entre no mérito da questão, o autor contrasta, por assim dizer, duas diferentes orientações verificadas nas sociedades como formas de explicar a realidade: o mito e a ciência (esta última por meio da expressão “orientação dialógica”).

O pensamento mítico, desde a segunda metade do século XIX, vem sendo amplamente combatido pela ciência, em nome do triunfo do princípio da realidade. Nas palavras de Hercule Granville (apud FIORIN e SAVIOLI, 2001, p.38),

A ciência livra-nos do medo, combatendo com respostas objetivas esse veneno subjetivo (...) Todo ritual mítico está condenado a desaparecer; a função dos mitos se estreita a cada invenção, e todo vazio em que o pensamento mágico imperava está sendo preenchido pelo efeito de uma operação racional.

Não obstante a importância do desenvolvimento científico para a humanidade, nas diversas áreas do conhecimento, o mito tem o seu papel desde as mais remotas

civilizações. Na Grécia Antiga, os primeiros registros do pensamento mítico foram feitos por Homero e Hesíodo. Neles, a não distinção entre realidade e fantasia, a personificação dos diversos deuses, as fantásticas histórias dos heróis representam uma grande necessidade de compreender os fenômenos da natureza, de dar conta da curiosidade humana, o que o aproxima da ciência, a quem ele precede. Concordamos com Fiorin (1996, p. 9-10), quando afirma: “ (...) o mito, extraído do meio em que ele é, constitui uma explicação do homem para aquilo que é inexplicável, o que significa que é uma súpula do conhecimento de cada cultura a respeito das grandes questões com que o ser humano sempre se debateu” .

Os mitos bíblicos, tais como os gregos, constituem um terreno frutífero para a compreensão da maneira através da qual o homem apreendia a realidade. É, entretanto, o que concerne nesses escritos à forma como essas civilizações concebiam a língua e a linguagem e, mais especificamente, o sujeito que nos interessa neste momento. Retomemos, pois, o mito adâmico presente nas palavras de Bakhtin, anteriormente. É através do trabalho com o barro que Deus dá vida a Adão e a todos os outros animais. O papel da linguagem ganha, a partir daí, uma configuração: é Adão quem recebe a incumbência de nomear todos os animais, inserindo-os, assim, na esfera da linguagem, conferindo-lhes a existência por meio dela:

Tendo formado o Senhor Deus do barro todos os animais da terra e todas as aves do céu, levou-os para Adão, para que visse como os chamaria; cada um deveria portar o nome que Adão lhe tivesse dado. E chamou Adão por seus nomes todos os animais e todas as aves do céu, e todas as feras da terra (GÊNESIS, 2, 18-20).

Na leitura de Fiorin (1986, p.12), “ a língua adâmica é uma faculdade divina dada ao homem, para que ele, denominando cada uma das coisas criadas, apreenda o Universo”. Concordamos com o autor que a língua de Adão lhe tenha possibilitado a *apreensão* do Universo e a sua conseqüente inserção nele, mas acrescentamos que ele, por meio dela, inaugurara a vocação humana para a autoria. Ele fora, pois, não apenas o primeiro homem a habitar a terra e apreendê-la, mas o primeiro sujeito-autor, porque fora capaz de criar através da língua. E o seu ato de criação retoma outro que lhe é anterior: o ato da criação divina: foi, também, por meio da linguagem, que Deus criou todas as coisas. “Deus disse: “Faça-se a luz”. E a luz foi feita. E viu Deus que a luz era boa: e separou a luz das trevas. Deus chamou à luz dia e às trevas noite; fez-se uma tarde e uma manhã, primeiro dia” (GÊNESIS, 1, 3-5).

Parece-nos, pois, que, se o Adão mítico escapara à *orientação dialógica inevitável com o já dito da palavra do outro*, ele não o fez no seu ato de autoria. O seu primeiro outro fora, então, a divindade. A partir dela, inserido em um espaço inabitado, ele “cria” os demais outros (os animais) nomeando-os. Essa perspectiva nos remete a concepções lingüísticas bem atuais: a língua é vista como algo vivo, presente nas transformações do meio o qual integra: ela nomeia o que é novo.

É por todas essas aproximações entre o papel atribuído pelo mito bíblico à linguagem¹ e as concepções lingüísticas que foram desenvolvidas centenas de anos mais tarde pela ciência, que trazemos pequenos fragmentos do discurso da cultura

¹ E daqui excluimos, por questões de delimitação teórica, os demais mitos que têm a linguagem como tema, tais como O Milagre de Petencostes, no Novo Testamento; o episódio da Torre de Babel e a hipótese da monogênese das línguas, presente na narrativa do dilúvio.

ocidental judaico-cristã que, embora não seja científico, funda, de certa forma, uma parte essencial da problemática deste estudo: a formação do efeito autoria na relação eu-outro.

Nosso **objetivo** central é analisar, ancorada no dialogismo bakhtiniano, enunciados de três gêneros discursivos acadêmicos (monografias de graduação e de especialização, dissertações de mestrado e teses de doutorado), situando-os na enunciação. **Os objetivos específicos são:**

- 1) analisar o papel que os autores-pesquisadores assumem em seu próprio texto, na sua relação com a alteridade e
- 2) descortinar a função que o *eu* atribui ao *outro* no processo de edificação do seu dizer.

Considerando-se que a produção do discurso científico se dá em um espaço que tem em sua constituição um permanente entrecruzamento de vozes – a voz do “eu”, a dos seus destinatários, a da comunidade acadêmica, a dos autores que o embasam –, a problemática que ora se estabelece é: **como se opera o efeito autoria, mediante a apreensão dessas vozes?** A busca pela resposta para tal indagação requer, em todos os momentos do caminho percorrido, que três concepções-base, como pilares de uma construção, estejam firmemente alicerçadas: a de sujeito, a de alteridade e a de linguagem.

Embasamo-nos, pois, em teorias do discurso para procedermos à análise de gêneros discursivos relativamente estáveis, articulando-os às suas condições de

produção. Nessa perspectiva – e é preciso que isso fique bastante claro –, o dado, visto que existe independentemente de nossa pesquisa, não tem a função de determinar as nossas opções teóricas, o nosso caminho. Ele funciona, por outro lado, como um “limitador” da possibilidade da subjetividade excessiva no trabalho com o *corpus*. Como bem afirma Possenti (1996, p. 203):

O dado é um freio para a divagação sem sentido, descontrolada. Sua existência impede o analista de fabricar seu objeto, impede o analista de defender atitudes completamente subjetivas. Em resumo, o dado é o limite para o subjetivismo desvairado.

A própria disposição dos conceitos (sujeito, alteridade e linguagem) aponta para uma opção teórica determinante na análise empreendida. Em primeiro lugar, ao se tratar da “relação” entre o sujeito e a alteridade, marca-se, claramente, uma opção teórica que se distancia da corrente lingüística que o considerava uma instância homogênea, caracterizada pela sua unicidade, para a qual o outro estava em segundo plano, sempre na posição de “alvo” do discurso. Vemos o “eu”, outrossim, mediado pela linguagem, compondo um espaço discursivo juntamente com outros sujeitos, o que lhe permite, no contínuo processo de construção de sentidos, assumir posições em um discurso que, não sendo por ele fundado, não é tão somente seu. Nas palavras de Authier-Revuz (1998 b, p. 69):

La ligne de fracture fondamentale qui passe entre, d’un cote, lê sujet origine (...) et, de l’autre, le sujet effet est ici cruciale, parce qu’elle pose fondamentalement la question de la representabilite, pour un énonciateur, de son énonciation et du sens qui s’y produit.²

² A linha de fratura fundamental que separa, de um lado, o sujeito-origem (...) e, de outro, o sujeito-efeito é aqui crucial, porque ela coloca fundamentalmente a questão da representabilidade, para um enunciador, de sua enunciação e do sentido que nela se produz. (Tradução nossa)

A análise será construída numa perspectiva enunciativo-discursiva e levará em conta que a materialidade dessas presenças (dos autores pesquisadores, dos autores que embasam o seu dizer e da comunidade acadêmica), ou seja, a heterogeneidade mostrada (aqui caracterizada também pelas marcas modais), é um caminho que conduz à heterogeneidade constitutiva, pois é aquela quem possibilita a visualização das manifestações dessa pluralidade vocal.

A concretização lingüística do *eu* e do *outro* no discurso requer uma ancoragem extralingüística que é determinante para a concepção do sujeito e da linguagem: o dialogismo bakhtiniano. Quando consideramos essa perspectiva exterior à lingüística, não estamos afirmando, em absoluto, que a lingüística contemporânea continue debruçada sobre o imanentismo. Afinal, um de seus conceitos-chave, a enunciação, fora amplamente utilizado por Benveniste (em *Problemas de Lingüística Geral II*) em 1974, embora, já na década de 30, a partir de Bally, tenha sido empregado em lingüística. Como observa Flores (2005, p.12), “Com ele (o conceito de enunciação) consolida-se o estudo que busca evidenciar as relações da língua não apenas como sistema combinatório, mas como linguagem assumida por um sujeito.” O campo da enunciação é, pois, marcado por uma heterogeneidade teórica.

Acrescente-se que Bakhtin, enquanto filósofo (e não lingüista), não tinha a Lingüística *stricto sensu* no centro de suas preocupações, mas buscava elaborar uma teoria sobre o funcionamento da consciência humana – por ele considerada

como um simpósio universal - como realidade em movimento. É nele que nos ancoramos para compreender como os protagonistas do discurso integram, por meio da linguagem, um espaço marcado pela heteroglossia social, em que um dizer, implícita ou explicitamente, sempre retoma dizeres outros, num contínuo processo de re-significação discursiva do qual ninguém pode fugir. O discurso se constitui, pois, num *alarido de vozes* porque o próprio sujeito que o “produz”, na sua identidade, está inundado de uma coletividade que lhe é constitutiva. Ele só existe como “um”, por manter uma relação com o “não-um”, a sua individualidade se constitui a partir do social, a sua identidade, a partir dos olhos dos outros, de maneira que a própria imagem que ele tem de si é construída socialmente. O seu reflexo no espelho mostra a face de algo que é social.

...espreitamos tensa e permanentemente, captamos os reflexos de nossa vida no plano da consciência dos outros, os reflexos de momentos isolados e até do conjunto da vida, consideramos o coeficiente de valor inteiramente específico com que nossa vida se apresenta para o outro e inteiramente distinto daquele coeficiente com que a vivenciamos em nós mesmos. (Bakhtin, 2003:14)

Por ser um filósofo e não um cientista, Bakhtin não construiu um modelo analítico, ou seja, não há, em sua obra, uma preocupação de recortar o objeto, como se faz na ciência. Foi considerando tal fato que precisamos, na presente pesquisa, efetuar uma transposição do seu conceitual filosófico para o modelo analítico. Assim, a análise que o autor faz da natureza da linguagem literária foi transposta, neste trabalho, para a natureza da linguagem no discurso científico, pois, se para Bakhtin (2003), com um único participante não há a possibilidade de existir o acontecimento estético (já que este depende da participação de duas diferentes consciências) com

um único participante não há a possibilidade de se produzir o discurso científico (nem qualquer outro gênero discursivo). É essa a âncora da análise que se segue nesta tese.

O interesse de Bakhtin é pelas relações dialógicas, que são de natureza semântica, de significação, que se estabelecem entre dois enunciados quaisquer, quando postos em contato. Tais relações dialógicas levam em conta que embora cada ser seja uma realidade singular, ele mantém com outros seres relações valorativas, as quais dão sentido à sua existência. Isso significa que cada um de nós é efeito da alteridade, que nada somos fora das relações com os outros, já que estamos, permanentemente, participando de um diálogo que nunca se finda. Daí porque a nossa consciência, longe de ser individual, é plurivocal.

Há, pois, uma heterogeneidade que constitui a palavra enquanto realidade social. A língua é, nesse sentido, a manifestação da plurivocalidade social, onde emergem os enunciados que, por sua vez, formam uma verdadeira teia dialógica. Esse processo confere à língua a dinamicidade que lhe é peculiar.

Os trabalhos de Authier-Revuz são de grande importância nesse percurso porque a autora, ainda que traga para as suas análises tais exteriores teóricos, não perde de vista a Lingüística. Assim, embora ela filie-se a Saussure e ao Estruturalismo, porque seus estudos têm como ponto de partida o material lingüístico (a exemplo das formas que representam a modalização autonímica), não se limita a essa materialidade e refere-se, por exemplo, ao dialogismo bakhtiniano e à psicanálise freudo-lacanianana

enquanto abordagens não-lingüísticas. Suas análises estabelecem a relação do sujeito com a alteridade, com o discurso e com o evento da enunciação. Ela faz tal relação através da análise da modalização autonímica³, que se materializa quando o enunciador tece comentários acerca de sua própria fala, o que propicia um “desdobramento da enunciação” Authier-Revuz (1998 b, p. 63-64) afirma que

La configuration énonciative étudiée, relevant de la réflexivité langagière, constitue un mode de dire complexe, dédoublé, dans lequel l'énonciation d'un élément X quelconque d'une chaîne s'accomplit, associée à une auto-représentation d'elle-même, sur le mode d'une boucle.⁴

Tais preocupações da autora repousam, pois, sobre a questão meta-enunciativa dos enunciados. Neste aspecto, é importante ressaltar aqui que a parte de seus estudos que será uma das ancoragens teóricas da presente pesquisa é a que, considerando as formas de heterogeneidade mostrada, busca levar em conta que a alteridade está na constituição do sujeito. Entretanto, estando o nosso interesse voltado para a apreensão do discurso dos “outros” no discurso do “eu”, por um lado, e a configuração da autoria, por outro, dentre as formas de heterogeneidade mostrada que serão objeto do trabalho, analisaremos as modalizações epistêmicas, deônticas e afetivas, conforme a classificação estabelecida por Neves (2000 a).

³ Termo derivado da palavra *autônimo*, “que significa *nome de si próprio* e provém do neologismo alemão *autonym*” (Charaudeau e Maingueneau, 2004:83) e que, antes de ser redefinido pela Lingüística e pela Análise do Discurso, era tratado pelos filósofos e lógicos, a exemplo de Aristóteles e de Santo Agostinho.

⁴ A configuração enunciativa em questão, relacionada à reflexividade da linguagem, constitui um modo de dizer complexo, desdobrado, em que a enunciação de um elemento X qualquer de uma cadeia, associada a uma auto-representação desta, realiza-se como um retorno. (Tradução nossa)

Em função dos nossos objetivos, selecionamos discursos (oito trabalhos acadêmicos, como explicitar-se-á a seguir) para, então, delimitarmos a análise (quando procedemos à seleção de enunciados que seriam utilizados) e organizarmos os enunciados segundo os aspectos que atendiam a diferentes propósitos. Assim, selecionamos segmentos que eram representativos, por exemplo: das maneiras através das quais os autores se posicionam perante o seu próprio discurso; das formas como eles ratificam ou refutam os discursos dos outros; do próprio ato de constituição da autoria, mediante a apreensão das vozes dos *outros* (um maior detalhamento das categorias de análise será efetuado ainda nesta introdução).

Nesse ínterim, foi permanentemente mobilizada, acionada a posição por nós assumida sobre a língua e seu funcionamento e sobre o papel dos autores na sua relação com a alteridade. Buscamos, outrossim, a construção de um mecanismo de observação que nos permitisse apreender o objeto o qual nos dispusemos a interpretar. Tal interpretação não é “fechada” aos discursos analisados, não é estanque, mas está numa relação dialógica na qual a interdiscursividade penetra na intradiscursividade. A nossa conduta de análise pauta-se no reconhecimento da dinamicidade do *corpus* e de sua mobilidade. Renunciamos, assim, a quaisquer possibilidades de interpretações herméticas. Mazière (2007:61), ao tratar da construção do *corpus* em Análise do Discurso, assim define tal perspectiva:

Sua construção (a do corpus) supõe renunciar ao sonho de uma interpretação fechada, garantida por uma leitura explicitada em proveito de uma leitura-escrita e

de uma “política” que se basearia na avaliação das “forças de interpretação” em uma conjuntura.

O corpus é o mesmo utilizado na nossa dissertação de mestrado⁵, em que objetivamos verificar as diferenças na manifestação da subjetividade em trabalhos acadêmicos de diferentes níveis, por meio do levantamento dos percentuais de explicitude da presença do sujeito em seu discurso, através da análise dos modalizadores epistêmicos, deônticos e afetivos. Na ocasião, selecionamos aleatoriamente oito trabalhos dos cursos de Letras e Arquitetura e Urbanismo⁶ – duas monografias de graduação, duas monografias de especialização, duas dissertações de mestrado e duas teses de doutorado - dos quais foram analisadas apenas a introdução e a conclusão, (o que totalizou aproximadamente quarenta e cinco mil palavras). Considerando-se que uma amostragem de cada um dos oito trabalhos selecionados atendia aos objetivos da pesquisa, delimitou-se a análise. Assim, sob a premissa de que, dentre as partes que compõem os textos, há um número relevante de modalizadores na introdução – momento em que o autor apresenta a relevância de sua pesquisa e assume as suas pretensões – e na conclusão – quando ele precisa convencer os destinatários que obteve êxito na

⁵ Tal retomada justifica-se porque consideramos a possibilidade de, por meio de um enfoque teórico completamente diverso do da pesquisa anterior, lançarmos um novo olhar sobre um corpus com o qual mantemos, graças à exaustiva análise empreendida anteriormente, uma familiaridade. Essa opção viabiliza a qualidade da análise, já que as marcas da heterogeneidade mostrada já foram levantadas.

⁶ A escolha de dois cursos da área de Ciências Humanas foi feita graças à necessidade de delimitação do corpus. Mas, nessa delimitação, a opção por Arquitetura e Urbanismo não foi aleatória. Levou-se em conta o fato de que, embora o curso componha a referida área, ele mantém uma aproximação com Ciências Exatas, o que faz com que, no que diz respeito à área dos trabalhos, haja uma determinada heterogeneidade no corpus.

empreitada, apresentando o seu ponto de vista a partir da interpretação dos dados – o estudo se restringiu a esses dois capítulos.

Verificamos que a procura pela neutralização do sujeito enunciador se dá de forma gradual: enquanto iniciante, ele faz de sua presença no texto o meio de convencer o interlocutor da validade de sua pesquisa; quando experiente, ele procura persuadir o alocutário ocultando a origem enunciativa e mostrando-se não como sujeito, mas como instrumento veiculador da verdade científica.

Se, anteriormente, os dados foram analisados com base nas teorias da enunciação⁷ - já que procuramos verificar a materialização da presença do sujeito em seu próprio discurso, mas não nos ocupamos com as teorias sobre esse sujeito - serão trabalhados, agora, conforme apontado anteriormente, sob uma perspectiva enunciativo-discursiva, já que considerar-se-á que o sujeito está em constante interação com as vozes da sociedade na qual se insere.

No que diz respeito aos procedimentos de análise, os dados da presente pesquisa foram organizados como se segue:

1 – Quanto ao gênero discursivo, selecionamos:

- segmentos passíveis da análise de regularidades enunciativas verificadas em trabalhos acadêmicos de mesmo nível, representadas pelo uso de

⁷A exemplo dos pressupostos teórico-metodológicos presentes nas obras de Benveniste e de Kerbrat-Orechioni .

modalizações que são indicadoras da implicitude/explicitude da presença do autor-pesquisador em seu próprio discurso;

- segmentos passíveis da análise de marcas lingüísticas (as modalizações epistêmicas delimitadoras) representativas de graus de engajamento dos autores com o seu discurso, em trabalhos do mesmo nível acadêmico.

2 – Quanto à tipologia da modalidade adotada:

- efetuamos o recorte de segmentos representativos dos três tipos de modalizadores adotados na análise;
- identificamos, dentre os verbos modais utilizados pelos autores, os de valor polissêmico;

3 – Quanto ao dialogismo bakhtiniano:

Com o objetivo de efetuar uma transposição do conceitual filosófico bakhtiniano para o modelo analítico,

- selecionamos enunciados nos quais as presenças do autor e da alteridade estão explicitamente marcadas na superfície discursiva, por meio das formas de heterogeneidade mostrada;
- identificamos enunciados nos quais a presença da alteridade não aparece explicitamente e os discursos dela e do autor se mesclam, por meio da heterogeneidade constitutiva;

- escolhemos regularidades enunciativas que materializam, na superfície do texto, as regras da comunidade acadêmica quanto às formas de o autor fazer-se presente nele e de posicionar-se perante o dito;
- selecionamos segmentos representativos da dupla dialogização bakhtiniana.

4 – Quanto à constituição da autoria:

- efetuamos o recorte de fragmentos discursivos nos quais fosse possível efetuar a transposição das concepções bakhtinianas acerca do autor-pessoa, do autor-criador e da voz social para o discurso científico para, a seguir, efetuarmos a análise de como se opera o efeito-autoria;
- identificamos segmentos representativos da ilusão da homogeneidade discursiva alimentada pelos autores.

Façamos, agora, uma breve caracterização do *corpus*:

1 – As teses de doutorado

A tese de doutorado em *Letras*, publicada em livro, tem como título *Ya:thê, A Última Língua Nativa no Nordeste do Brasil* e é de autoria de Januacele Francisca da Costa. Trata-se do resultado de um estudo da autora sobre o Ya:thê, língua falada pelos índios da tribo Fulni-ô, localizada em Águas Belas, município situado no Sul do estado de Pernambuco, a 300 quilômetros de Recife. De natureza essencialmente funcionalista, o estudo é uma descrição dos aspectos fonológicos, morfológicos e sintáticos da língua e aborda ainda questões como a organização social da tribo, sua descrição espacial, além de fazer um levantamento de sua

história: a origem, os desafios para manter preservadas as crenças e a língua, e os inúmeros conflitos pela posse da terra.

A tese de doutorado em Arquitetura e Urbanismo *O Saber Urbanístico no Governo da Cidade – Uma Narrativa do Recife das Décadas de 1930 a 1950*, de autoria de Virgínia Pontual, é uma verificação do lugar que o saber urbanístico ocupou no governo da cidade do Recife nas décadas de 1930 a 1950. Este é o caminho que a autora percorre para compreender a razão por que o saber urbanístico não vem respondendo aos problemas da cidade contemporânea e tem deixado de ocupar um lugar privilegiado no governo da cidade. No decorrer do trabalho, a autora, além de abordar fatores históricos (como a narrativa das gestões governamentais do Recife no período), levanta questões de ordem teórica, tais como as dificuldades de definição e delimitação do saber urbanístico como campo disciplinar no domínio das ciências humanas; os autores que colaboraram com a elucidação do arcabouço teórico e a posição dos urbanistas na atualidade.

2 – As dissertações de mestrado

O Projeto Vitae e a Formação do Professor de Língua Portuguesa em Pernambuco: História, Avaliação e Resultados, de José Elizaldo do Carmo Arruda, é uma dissertação de mestrado em Letras que faz um resgate da história do Projeto Vitae em Pernambuco entre os anos de 1993 a 1998. O objetivo principal do estudo é verificar as mudanças de atitudes pedagógicas quanto ao ensino da leitura, produção e recepção de textos dos professores que foram capacitados pelo Vitae em Pernambuco. Ao identificar as melhorias nas práticas destes professores, o autor faz

reflexões sobre as mais atuais perspectivas da formação do professor e mostra a importância e a viabilidade dos cursos.

A dissertação em Arquitetura e Urbanismo tem como título *A Configuração Espacial da Cidade do Recife, Seus Efeitos Sobre a Linha Sul do Metrô Recife* e é de Maria do Perpétuo Socorro Moura Pessoa. Seu objeto de estudo são as estações de transporte ferroviário da cidade do Recife, especificamente três estações da Linha Sul: estação Recife, estação Largo da Paz e estação Boa Viagem. Partindo da constatação de que a maioria das estações de transporte ferroviário da cidade apresenta problemas de acessibilidade, a autora faz uma análise dos espaços onde se localizam as três estações e realiza ainda uma comparação com a Estação Werneck, da Linha Centro. Segundo a autora, o estudo possibilita o reconhecimento da lógica de estruturação e de funcionamento da cidade do Recife.

3 – As monografias de especialização

Vivências de Leitura: algumas contribuições para produção de textos dos alunos oriundos da EJA, de Maria Tereza de Jesus Guerra de Queiroz, é uma monografia do Curso de Especialização em Políticas Educacionais, Aprendizagem e Avaliação em Língua Portuguesa, que tem por objeto de estudo a leitura e a produção de texto de alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Preocupada com o caráter compensatório que a EJA adquiriu e com a maneira como a leitura e a escrita vêm sendo trabalhadas nas escolas, a autora mostra a viabilidade de desenvolver a criticidade dos alunos na sua relação com o texto, através do desvendamento da intencionalidade de quem o produz.

O Recife visto do Capibaribe – Um processo de planejamento, gestão e controle, de autoria de César Barros, é uma monografia do curso de especialização promovido pelo Centro de Conservação Territorial Urbana Integrada (CECI/UFPE), que trata das conseqüências do desordenamento do processo de urbanização da cidade do Recife. O Rio Capibaribe é o objeto da análise do autor. No trabalho, ele faz uma avaliação do tratamento que o mesmo tem recebido, da forma como a cidade maneja seus resíduos, levando em conta as políticas e os planos urbanísticos do governo. Além do levantamento das causas e conseqüências dos problemas relacionados ao Capibaribe, o trabalho traz sugestões de mudança operacional.

4- As monografias de graduação

A monografia em *Letras* foi elaborada por Luiz Felipe de Queroga Aguiar Leite, como pré-requisito para a obtenção de crédito da disciplina Produção de Texto, no curso de graduação. No trabalho, o autor propõe uma análise das correspondências ideológicas entre os fundamentos da religião afro-brasileira e os fundamentos que estão na base da produção da obra de Jorge Amado. Para isso, ele se propõe a analisar um determinado período da vida do autor, através do livro *Tenda dos Milagres*. Sua conclusão é de que o ideal de liberdade que Jorge Amado adquiriu na maturidade não se vincula a um descompromisso social, mas se desloca e se entrega a um outro tipo de estrutura, através da qual a sua obra se liga à sociedade afro-brasileira do candomblé.

A monografia em *Arquitetura e Urbanismo* tem como título *Museu de História Natural do Recife* e foi elaborada por Jaime Tavares A. Neto. O trabalho surgiu a partir da constatação do autor de que a cidade do Recife carece de espaços que integrem conhecimento e lazer e objetivem despertar na população em geral o gosto pela conquista do conhecimento. A proposta é a criação de um novo ambiente de aprendizado e lazer para todas as idades, que possibilite a disseminação do conhecimento à grande parcela de leigos da sociedade. Segundo o autor, a viabilidade do projeto depende de sua total desvinculação da visão comercial que predomina nos ambientes de entretenimento da cidade do Recife e da adoção de uma perspectiva voltada ao engrandecimento e à evolução intelectual da população.

A fundamentação teórica estará explicitada em três capítulos e a análise dos dados será concomitante, uma vez que ela permeará todo o trabalho. No segundo capítulo, embora este não seja o ponto central do estudo – daí porque não haverá um maior aprofundamento da questão - trataremos do discurso científico sob a perspectiva bakhtiniana dos gêneros do discurso, pois acreditamos que tais considerações são relevantes para a configuração do corpus e, assim como acontece em toda a análise empreendida, não se prescindirá, na breve classificação efetuada, da análise dos fenômenos extralingüísticos. No terceiro capítulo, adotando a classificação de Neves (2000), que tem um reconhecido trabalho sobre os modais, analisaremos algumas ocorrências de modalizadores epistêmicos, deônticos e afetivos, enquanto ponto de partida para parte da análise que se seguirá. No quarto capítulo, traçaremos um percurso da concepção de sujeito que contemplará diferentes perspectivas teóricas, tais como, as teorias da enunciação, com Benveniste e Authier-Revuz (esta última

situando-se na linha enunciativo-discursiva) e as teorias Bakhtinianas, levando-se em conta as suas contribuições para o estabelecimento de uma lingüística da enunciação, anos após as discussões do Círculo de Praga.

A análise empreendida foi feita através do método indutivo - já que partiu do estudo de fatos particulares para chegar ao geral – e obedeceu à seguinte metodologia: primeiramente, efetuamos uma releitura da introdução e da conclusão de cada trabalho que compõe o corpus, para que se pudéssemos apreendê-los à luz das teorias que fundamentam a pesquisa; a seguir, selecionamos, em cada um dos níveis acadêmicos escolhidos, os segmentos mais representativos da pluralidade vocal discursiva. Finalmente, procedemos a análise propriamente dita. Embora o presente estudo seja de natureza qualitativa, foi efetuado um recorte curto de alguns resultados verificados na dissertação de mestrado (pesquisa essencialmente quantitativa), com vistas a, em um determinado momento da interpretação dos dados, ilustrar parte da teoria que o fundamenta. A cada discussão de natureza teórica sobre o tema, houve excerto com a devida análise do mesmo.

2. O DISCURSO CIENTÍFICO ENQUANTO GÊNERO

*Um gênero é e não é sempre o mesmo
É sempre novo e velho simultaneamente.
O gênero renasce e se renova em cada etapa do desenvolvimento
da literatura e em cada obra individual de um certo gênero.
É isso que constitui a vida gênero. (...)
O gênero vive no presente, mas sempre tem a memória
do seu passado, das suas origens.
Bakhtin*

Embora esta pesquisa não tenha como foco a problemática dos gêneros discursivos, acreditamos que algumas breves considerações a esse respeito sejam bem-vindas, pois, se é graças à essência dialógica da língua que os sujeitos instituem os mais diversos debates na sociedade, tais debates ganham materialidade sob diferentes formatos – os chamados gêneros do discurso -, de acordo com as suas atividades de linguagem.

Os seres vivos, em suas mais diversas categorias, desenvolvem, de acordo com suas funções de sobrevivência, atividades que são orientadas pela linguagem. Esta, por seu turno, determina o nível de complexidade de tais atividades. Assim, as diferentes linguagens (ou seja, as que são utilizadas pelos seres humanos e pelos animais) situam-se em um continuum que tem em um dos seus extremos modalidades restritas, em que a comunicação entre os grupos sociais é, nas palavras de Bronckart (1999, p.32), tão somente, *acionadora*, ou seja, “a correspondência entre o sinal e a resposta comportamental é direta, não se faz objeto de nenhum procedimento de negociação”, de maneira que a resposta dada

por um animal ao sinal veiculado por outro não acontece sob a forma de um outro sinal, mas por meio de uma atitude que não varia dentro dos grupos.

No outro extremo do continuum, está a linguagem humana, que tem a sua complexidade refletida nas diversas atividades. Os dizeres de locutores e interlocutores acontecem por meio da interação, que está, sempre, relacionada às condições de produção partilhadas por ambos. O agir, retomando as palavras de Bronckart, é, nesse caso, *comunicativo* e mediado pela interação.

No agir comunicativo, estão presentes as representações do meio que, embora se manifestem nas idiossincrasias de cada um dos integrantes de uma dada comunidade, são, constitutivamente, coletivas. Essas representações acontecem, segundo o autor, por meio dos três mundos representados (POPPER e HABERMAS, apud BRONCKART, 2000), que indicam o contexto das atividades desenvolvidas por uma dada sociedade: no *mundo objetivo*, os signos relacionam-se com o meio físico; no *social*, eles refletem, através dos conhecimentos partilhados pela coletividade, a forma de organização das tarefas; no *subjetivo*, manifesta-se a individualidade de cada um dos integrantes das diferentes comunidades. Ao contrário do que ocorre com as formas restritas de linguagem, essas representações não são fixas, elas mudam conforme a dinamicidade dos signos.

Bronckart (op. cit., p. 37), ao referir-se aos estudos de Berrendonner, afirma “toda língua apresenta-se como um conjunto de subsistemas encaixados, movediços e permeáveis, que são apenas apreensões estruturais abstratas das modalidades de

funcionamento dos diferentes gêneros de textos”. Os gêneros científicos, assim como os demais gêneros, relacionam-se com uma dada atividade humana e configuram-se, pois, como estruturas nas quais habitam todas as representações individuais e coletivas dos membros da comunidade acadêmica. Essas estruturas, essas peças de um grande mosaico, não são rígidas e impenetráveis, mas permanentemente movidas pela dinamicidade inerente à constituição da língua. São, também, historicamente marcadas por signos cristalizados construídos no passado, que mantêm uma dialogicidade com os do presente, seja por meio da re-significação ou da reiteração.

O prosseguimento da negociação das significações dos signos, na qual continua a construção dos conhecimentos dos mundos, opera-se não só no confronto com as representações veiculadas pelos textos dos contemporâneos, mas também, e sobretudo, no confronto com as representações veiculadas pelos textos das gerações anteriores. (BRONCART, 1999, p.37)

Assim, os gêneros textuais representam, concretizam lingüisticamente a diversidade das atividades de linguagem dos diferentes grupos sociais. É a multiplicidade de objetivos e de interesses desses grupos que determina a variedade de gêneros, os quais recebem tal denominação porque preservam formatos que, de certa forma, se cristalizam no tempo. O discurso científico é um domínio discursivo que engloba diversos gêneros: resenha, artigo, ensaio, seminário, palestra, monografia, dissertação, tese etc., enfim, toda uma gama de formas de produção discursiva que representa as atividades do espaço acadêmico. As monografias de final de curso e as de especialização, as dissertações de mestrado e as teses de doutorado atendem a fins específicos que determinaram historicamente o seu formato. A academia

constitui-se, pois, um espaço que tem a diversidade de suas atividades intelectuais refletidas, por meio das atividades de linguagem, nos mais diversos gêneros científicos. Tais gêneros, embora sejam facilmente diferenciáveis graças às suas especificidades, não são absolutamente rígidos.

A relativa rigidez dos gêneros, para Bronckart (op. cit., p. 138), deve-se a três fatores: à imensidão do número de gêneros; à constante interatividade da linguagem e à diminuta delimitação dos parâmetros de classificação e, por fim, à impossibilidade de se limitar a classificação às unidades lingüísticas, que são o “único critério facilmente objetivável”. Isso é claramente observável nos três gêneros acadêmicos que integram o corpus da presente pesquisa: não é possível que, se restringindo à observação das formas lingüísticas, um analista possa proceder à classificação dos mesmos⁸, pois, ainda que ele identifique tais regularidades, há fatores que, embora não possam ser negligenciados, não são palpáveis, tal como o grau de maturidade dos autores, decorrente dos anos de aperfeiçoamento. Há outros fatores que, embora sejam observáveis na linearidade textual, não podem servir como parâmetro para uma classificação rígida, pois dependem da individualidade do pesquisador, tais como as diferenças na sua capacidade de análise dos dados e de amarração das teorias que o embasam, perceptíveis, geralmente, a cada mudança de nível acadêmico e, principalmente, a habilidade de se colocar no texto sem se

⁸ Como veremos mais adiante, verificamos, na nossa dissertação de mestrado, que as modalizações afetivas (a classificação das modalizações utilizadas na pesquisa será feita no capítulo três) são frequentes em monografias de conclusão de curso e praticamente inexistentes nas teses de doutorado analisadas. Tal constatação constitui uma pista para o estudo da natureza dos enunciados e dos gêneros discursivos e não deve, sob pena de se proceder a uma análise simplificadora do fenômeno discursivo, servir para classificar os gêneros.

restringir à ratificação dos dizeres dos “outros”. Entretanto, o autor sustenta que há segmentos de diferentes estatutos que constituem os gêneros textuais⁹:

Qualquer que seja o gênero a que pertençam, os textos, de fato, são constituídos segundo modalidades muito variáveis, por segmentos de estatutos diferentes (segmentos de exposição teórica, de relato, de diálogo etc). E é unicamente no nível desses segmentos que podem ser identificadas regularidades de organização e de marcação lingüísticas.

Tais segmentos são por ele denominados de *tipos de discurso* e, como dependem de recursos morfossintáticos das diferentes línguas, são em número limitado e se relacionam à *construção de coordenadas de mundos virtuais ou mundos discursivos*, como ele coloca. Os *tipos de discurso* baseiam-se, pois, nos *mundos discursivos*.

Essa perspectiva aproxima-se¹⁰ do conceito de Formação Discursiva criado por Foulcaut e posteriormente reformulado por Pêcheux, para quem os enunciados devem ser estudados do ponto de vista da história do seu surgimento, enquanto *acontecimentos discursivos*, em que grupos de enunciados relacionam-se entre si. Tais relacionamentos, que são constitutivos dos discursos, não são verificáveis nos mecanismos da língua, nem nos do pensamento, conforme defendido pela abordagem gramatical e pela psicológica respectivamente, mas estão “...de algum modo, no limite do discurso: lhe oferecem os objetos sobre os quais ele pode falar

⁹ As expressões “gênero textual” e “tipo textual” dizem respeito, respectivamente, à vasta gama de textos que existe na sociedade e que tem particularidades sócio-comunicativas determinadas, por exemplo, por conteúdo, estilo e propriedades funcionais; e construções dos tipos: narração, argumentação, descrição, injunção e exposição, que não são empíricas.

¹⁰ Bronckart denomina de “Formações Sócio-Discursivas” o processo de formação discursiva foulcautiano, mostrando ser parcial a sua adesão à teoria de Foulcaut. Para aquele, elas dizem respeito às “diferentes formas que toma o trabalho de semiotização em funcionamento nas formações sociais” (op. cit: 141).

(...) Essas relações caracterizam não a língua que o discurso utiliza, não as circunstâncias em que se desenvolve, mas o próprio discurso como prática” (Foucault, 1987: 63).

As formações discursivas acontecem, pois, quando são verificadas certas regularidades enunciativas. Veja-se, nos segmentos abaixo, a busca pela impessoalidade discursiva, verificada tão freqüentemente nas teses de doutorado (exemplo 1) por um lado, e as marcas explícitas da presença do autor em seu discurso, comumente observadas nas monografias de final de curso (exemplo 2), por outro lado.

- (1) Nesse sentido, **supõe-se** que nas décadas de 1930 a 1950 no Recife, o saber urbanístico ocupou um lugar privilegiado no governo da cidade. (TDA)¹¹ (Grifo nosso)

- (2) **Espero** que as analogias tenham sido claras e as estruturas profundas a que se referem os teóricos marxistas, devidamente expostas. (MGL) (Grifo nosso)

Tais regularidades explicam-se a partir de uma perspectiva que transcenda as classificações dos diferentes gêneros textuais, bem como o material lingüístico e considere o discurso em relação com outros discursos num dado espaço.

¹¹ ¹¹ Esse enunciado, bem como os outros analisados a seguir, são recortes do *corpus* de pesquisa anteriormente realizada por nós. Desta forma, as abreviações que os sucedem devem assim ser interpretadas: **MGA** monografia de graduação em Arquitetura e Urbanismo. **MEA**, monografia de especialização em Arquitetura e Urbanismo. **DMA**, dissertação de mestrado em Arquitetura e Urbanismo. **TDA**, tese de doutorado em Arquitetura e Urbanismo. **MGL**, monografia de graduação em Letras. **MEL**, monografia de especialização em Letras. **DML**, dissertação de mestrado em Letras e **TDL**, tese de doutorado em Letras.

O teórico que é referência para o desenvolvimento dos estudos de Bronckart sobre os gêneros discursivos é Bakhtin. O texto em que este trata da questão foi escrito, segundo Faraco (2006), possivelmente entre os anos de 1952 e 1953. De natureza fragmentada, já que não fora concluído, *O Problema dos Gêneros do Discurso* teve sua primeira publicação na Rússia, em 1979. Nesse escrito, a preocupação do autor volta-se, essencialmente, para o tratamento da linguagem no seu aspecto sociointeracionista, levando em conta não apenas a sentença, mas o enunciado. Ao fazê-lo, ele marca a sua oposição à perspectiva imanentista da lingüística de então e às abordagens tradicionais que se debruçavam nas formas e lhes davam um tratamento normativo:

O desconhecimento da natureza do enunciado e a relação diferente com as peculiaridades das diversidades de gêneros do discurso em qualquer campo da investigação lingüística redundam em formalismo e em uma abstração exagerada, deformam a historicidade da investigação, debilitam as relações da língua com a vida. (BAKHTIN, 2003, p. 264-265)

Os gêneros do discurso estão, para o autor, estreitamente relacionados com as práticas interativas das atividades sociais dos usuários de uma língua, já que não é possível interagir verbalmente sem estar participando de uma atividade humana. É nas especificidades desta que emergem os gêneros.

Bakhtin considerou estar o objeto dos gêneros discursivos nos mecanismos *sócio-enunciativos*, que ultrapassam os limites da lingüística pura e da psicologia. Para ele, há uma relação direta entre a diversidade das relações humanas e a variedade das produções verbais:

Todos os campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem. Compreende-se perfeitamente que o caráter e as formas desse uso sejam tão multiformes quanto os campos da atividade humana, o que, é claro, não contradiz a unidade nacional de uma língua (BAKHTIN, 2003, p. 261).

Tal consideração aponta para a inviabilidade das classificações definitivas, fechadas – tais como aquelas inspiradas na gramática gerativa – que não consideram: 1) a relação entre o lingüístico e as condições de produção discursiva e centram suas atenções tão somente na organização interna do texto (daí porque são denominadas de *tipos textuais*); 2) a diversidade das atividades humanas refletidas pelos gêneros discursivos e 3) a heterogeneidade dos gêneros e suas variadas formas de manifestação.

Levar em conta, por outro lado, as condições específicas de produção discursiva é considerar que os sujeitos compõem situações enunciativas ímpares que exercem influência direta no seu discurso. Os enunciados são, pois, individuais, embora se organizem em formatos de certa forma estáveis: os gêneros do discurso. Essa individualidade, em outros termos, não impossibilita a formação dos gêneros que estão ligados às atividades humanas, mas mostra que a língua reflete as especificidades dos seus usuários nas atividades discursivas. “Cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, os quais denominamos gêneros do discurso.” (BAKHTIN, 2003, p. 262)

Considerar o caráter relativamente estável dos gêneros é dar relevância à sua historicidade, ou seja, ao fato de eles não existirem como produtos, como estando

prontos, acabados, mas evoluírem, se transformarem no decorrer do tempo, assim como acontece com as atividades humanas as quais eles representam.

Em se tratando dos gêneros científicos, especificamente das dissertações de mestrado, se, outrora, tais construtos teóricos eram desenvolvidos em um número de laudas bem superior aos dos trabalhos que se desenvolvem hoje em dia, isso é devido a mudanças verificadas nas atividades sociais onde tais gêneros emergem. O curso de mestrado, que, no Brasil, tinha a duração estipulada em quatro anos, tem, atualmente, o tempo de dois anos para ser concluído, o que significa que os estudantes, tendo menos tempo para pagar créditos e redigir o texto, precisam, em geral, ser mais sucintos, reduzindo consideravelmente a extensão de suas dissertações. As modificações sofridas por tal gênero decorrem, portanto, não de questões que lhes são internas, mas de fatores que estão relacionados com as atividades de linguagem nas quais ele se constitui. Como muito bem observa Faraco (2006, p. 112), “As formas relativamente estáveis do dizer no interior de uma atividade qualquer têm de ser abertas à contínua remodelagem, têm de ser capazes de responder ao novo, à mudança.”

É, pois, a mistura da permanência e da mudança que define um gênero discursivo:

Always preserved in a genre are undying elements of the archaic. True, these archaic elements are preserved in it only thanks to their constant renewal, which is to say, their contemporization. (...) A genre lives in the present, but always remembers its past, its beginning. Genre is a representative of creative memory in the process of literary development. (BAKHTIN, 2003, p. 106)¹²

¹² O gênero sempre conserva os elementos imorredutos da archaica. É verdade que nele essa archaica só se conserva graças à sua permanente renovação, vale dizer, graças à atualização.(...) O

Nessa perspectiva, rompe-se com a possibilidade de existirem fronteiras rígidas entre os gêneros, demarcações tipológicas definitivas. Os critérios formais essencialmente sincrônicos já não dão conta do seu estudo, já que é a relação entre o aspecto formal, as atividades de linguagem e as coordenadas temporais e sociohistóricas que os constituem. Acrescente-se a isso, ao aspecto da fluidez dos gêneros, a hibridização contínua que também os caracteriza. Entre os gêneros acadêmicos sobre os quais nos debruçamos nesta pesquisa, sabe-se que seria problemática (para não dizer inócua) qualquer tentativa de estabelecer fronteiras rígidas entre, por exemplo, uma monografia de final de curso de graduação e uma de especialização; assim como entre uma dissertação de mestrado e uma tese de doutorado. O que é assente na comunidade acadêmica é que o aprofundamento teórico do trabalho muda conforme o nível acadêmico e que, no caso das teses de doutorado, há que existir uma inovação. Entretanto, como entram em jogo a individualidade dos autores, a diversidade do estágio de amadurecimento intelectual entre docentes que se encontram no mesmo nível acadêmico, há monografias de especialização que se aproximam de dissertações de mestrado; há dissertações de mestrado que têm o nível de teses de doutorado. Concorrem, enfim, pelo menos, três questões de grande relevância para o estudo dos gêneros discursivos: o aspecto histórico da mudança, a individualidade dos autores e a hibridização.

Quando, na nossa dissertação de mestrado, fazíamos um levantamento dos modalizadores para identificar os graus de engajamento explícito dos autores com o seu discurso, identificamos variações que não se limitavam aos trabalhos de diferentes níveis acadêmicos analisados – graduação, especialização, mestrado e doutorado -, mas aconteciam entre trabalhos do mesmo nível, refletindo as individualidades dos pesquisadores (daí porque insistimos que tais gêneros não são absolutamente rígidos). Nas duas monografias de especialização analisadas, notou-se uma diferença marcante na forma como os autores se posicionam diante do seu objeto de estudo, de forma que, enquanto na monografia de Letras a autora utiliza, com freqüência, modalizadores epistêmicos delimitadores¹³, como recurso para minimizar a abrangência de suas considerações, na monografia de Arquitetura o autor tende a ser mais generalista, o que se comprova na inexistência, nos segmentos do seu trabalho analisados, desse tipo de modalizadores.

(3) O que nos levou ao interesse pela investigação desse tema foi a preocupação como a leitura e a escrita vêm sendo trabalhadas nas escolas, acarretando, **em alguns casos**, o fracasso escolar. (MEL)¹⁴ (Grifo nosso)

(4) Atenção para a compreensão do nível de desassistência geral a a que está entregue o aluno, fator determinante, **muitas vezes**, da insuficiente aprendizagem. (MEL) (Grifo nosso)

Nos exemplos (3) e (4) acima, verifica-se uma constante preocupação da autora em estabelecer limites para as suas apreciações. No segmento (3), ela deixa claro, através do uso do modalizador epistêmico delimitador *em alguns casos*, que não é

¹³ A classificação dos modalizadores utilizados na análise será feita no capítulo 3.

¹⁴ MEL – Monografia de Especialização em Letras.

sempre que as maneiras escolhidas pelos professores de língua portuguesa para trabalhar a leitura e a escrita são causadoras do que ela denomina “fracasso escolar”. O mesmo ocorre com o delimitador *muitas vezes*, constante do segundo segmento. Fenômeno diferente observa-se nos exemplos (5) e (6) abaixo:

- (5) As novas urbanizações são mais exigentes que os clássicos modelos de planejamento generalizador, com óticas restritas e soluções paliativas, desprezando os problemas globais. (MEA)¹⁵
- (6) As universidades com limitações tecnológicas e financeiras se mantêm distantes da realidade do país. (MEA)

Na seqüência (5), o autor faz duas considerações de natureza genérica, pressupondo que todas as novas urbanizações são “mais exigentes” e que os modelos clássicos de planejamento têm, na totalidade, “óticas restritas, soluções paliativas e desprezam os problemas globais”. O mesmo ocorre na seqüência (6), na qual ele desconsidera a possibilidade da existência de universidades que, a despeito das dificuldades “tecnológicas e financeiras”, participam ativamente das questões sociais da realidade da qual fazem parte.

Bakhtin (op. cit., p. 262) não só aponta para a abstração dos *traços gerais do discurso* que decorre do que ele denomina de *heterogeneidade funcional*, referindo-se à inesgotável multiplicidade das atividades humanas, como considera ter sido a questão negligenciada no decorrer da história, desde a Antiguidade:

¹⁵ MEA – Monografia de Especialização em Arquitetura.

Estudavam-se – e mais que tudo – os gêneros literários. Mas da Antiguidade aos nossos dias eles foram estudados num corte da sua especificidade artístico-literária, nas distinções diferenciais entre eles (no âmbito da literatura) e não como determinados tipos de enunciados, que são diferentes de outros tipos mas têm com estes uma natureza verbal (lingüística) comum.

Nesse período, segundo Charaudeau e Maingueneau (2004), a classificação restringia-se a dois tipos: o fazer dos poetas da Grécia pré-arcaica e aquele materializado nos discursos políticos e jurídicos da Grécia Clássica, onde surgiu, e na Roma de Cícero, onde se desenvolveu. O primeiro relacionava-se à atividade dos poetas de então, que consistia, por meio dos gêneros como o épico, o dramático e o lírico (tal classificação é decorrente da atividade desses poetas), na representação do “papel intermediário entre os deuses e os humanos, de um lado celebrando os heróis, de outro interpretando os enigmas que os deuses enviavam aos humanos” (op. cit., p. 249). O segundo desenvolvia-se nos discursos de essência persuasiva, proferidos em público por juristas e políticos.

A classificação dos discursos, na retórica grega, já se relacionava às atividades sociais de então, as quais originaram três grandes tipos: para as atividades que se desenvolviam na assembléia, foi determinado o *gênero deliberativo*; para as do tribunal, o *gênero judiciário* e, para as cerimônias, o *gênero epidítico*. Havia, nesse período, a preocupação com a cristalização das formas discursivas mais admiráveis, com a perpetuação de modelos de texto a serem ensinados. A variação a que está sujeita toda e qualquer divisão das atividades sociais dos grupos humanos (dado que tais atividades são sócio-históricas e que, portanto, os gêneros surgem em determinados momentos na história da humanidade), entretanto, motivou, em

momentos posteriores, acrescentamos a tal lista (tal como os discursos realizados em situações de trabalho), mas as tipologias identificadas não davam conta da vastidão das atividades em todas as esferas sociais, já que não levavam em conta as condições de produção de tais discursos.

A problemática dos gêneros textuais vem sendo trabalhada por lingüistas desde a década de 60. O reconhecimento de sua natureza sócio-histórica e as implicações dele advindos mostram que os gêneros não são estanques e que tampouco engessam a criatividade dos seus produtores, mas

Surgem emparelhados a necessidades e atividades sócio-culturais, bem como na relação com inovações tecnológicas, o que é facilmente perceptível ao se considerar a quantidade de gêneros textuais hoje existentes em relação a sociedades anteriores à comunicação escrita. (MARCUSCHI, 2005, p.18)

Nesse íterim, a lingüística voltou-se para o estudo sobre a imensa diversidade de gêneros do discurso. Como, para Bakhtin, a solução não é *minimizar a sua extrema heterogeneidade*, ele estabelece duas categorias que se adequam à complexidade da natureza do enunciado: os gêneros discursivos primários (simples) e os secundários (complexos). Os primeiros, que acontecem em situações discursivas cotidianas, *imediatas*, são reelaborados em *condições de um convívio cultural mais complexo e relativamente muito desenvolvido e organizado (predominantemente o escrito) – artístico, político, sóciopolítico etc* (BAKHTIN, 2003, p. 263). Ao integrarem os gêneros secundários, os primários se desvinculam da realidade de onde provém e ganham um *status* diverso do da vida cotidiana. Bakhtin considera que, ao contrário da visão reducionista que o tratamento restrito aos gêneros primários possibilita (a

exemplo do behaviorismo lingüístico), o estudo da relação entre eles e os secundários, levando em conta o processo o processo de formação histórica destes “lança luz sobre a natureza do enunciado” (idem, p.264). Há uma relação entre esses dois grandes tipos de gênero, eles se complementam, não se situam um diante do outro de forma estanque e dicotomizada.

Bakhtin (2003) chama a atenção para o fato de as singularidades dos diferentes campos da comunicação determinarem os três elementos que se ligam ao enunciado: o conteúdo temático, a construção composicional e o estilo. Por conteúdo temático entenda-se “um domínio de sentido de que se ocupa o texto” (FIORIN, 2006, p. 62) e não o assunto sobre o qual versa determinado texto. O assunto está inserido no conteúdo temático. Dessa forma, os gêneros científicos têm o conteúdo temático relativo às relações que se estabelecem na academia. Cada pesquisa versa sobre assuntos específicos dentro de um mesmo conteúdo temático. As atas de reunião, por exemplo, têm o conteúdo temático relativo a questões que são de interesse de um determinado grupo de pessoas e cada qual trata de assuntos específicos.

A construção composicional dos enunciados, que é o elemento que, segundo Bakhtin, mais reflete as condições específicas dos campos de comunicação, diz respeito à estruturação textual. O gênero carta pessoal tem uma organização específica (cidade em que residem remetente e destinatário, vocativo, fecho, assinatura etc.). Da mesma forma, o seu correspondente na esfera dos gêneros digitais, o e-mail, no qual existem os endereços eletrônicos dos interlocutores, as

assinaturas, o vocativo, o fecho etc.. Os três gêneros acadêmicos que integram o corpus desta pesquisa, por seu turno, têm estruturas similares: capa, folha de rosto, folha para a avaliação da banca, dedicatória, sumário etc.

No que diz respeito à estilística, o autor afirma estar o estilo relacionado aos gêneros do discurso¹⁶, já que um dos aspectos que um dos aspectos essenciais de sua teoria sobre a relação do sujeito com a língua é a afirmação de que todo e qualquer enunciado é individual e toda enunciação é única. Em decorrência disso, o enunciado carrega consigo a individualidade do sujeito que o produz. Quando, na nossa dissertação de mestrado, analisamos os níveis de engajamento de autores de discursos científicos que se encontravam no mesmo nível acadêmico (para, a seguir, fazermos um contraponto com trabalhos de outros níveis), através da análise das marcas modais, verificamos que a variação do grau de engajamento acontece não apenas entre trabalhos de níveis distintos, mas entre os que estão no mesmo nível. É justamente a individualidade dos sujeitos enunciadores que se reflete nessa constatação. No que tange ao uso dos modalizadores, dois indivíduos que estejam redigindo suas dissertações de mestrado posicionar-se-ão de formas diferentes em relação ao seu próprio dizer (e os modalizadores materializam lingüisticamente tal posição), já que a apreensão das normas da academia em relação a tal questão não se dá da mesma maneira entre os diferentes sujeitos, o que exerce influência no estilo de cada um.

¹⁶ Embora reconheça que existem gêneros, tais como os que são padronizados, a exemplo daqueles da escrita burocrática, nos quais não há muito espaço para uma efetiva expressão da individualidade do autor. O oposto acontece com os gêneros da literatura de ficção, que são construídos, edificados sobre o estilo individual dos autores.

Dessa maneira, é perfeitamente possível que, enquanto um autor-pesquisador dê preferência a modalizações epistêmicas asseverativas (como certamente, indubitavelmente), no intuito de procurar criar no interlocutor a obrigação de acreditar no seu discurso, um outro prefira os epistêmicos quase asseverativos (como provavelmente, pode ser), mostrando-se enquanto sujeito que, consciente do caráter provisório de uma pesquisa científica, deixa, através de suas dúvidas e incertezas, a “porta aberta” para a produção de discursos futuros. Como muito bem coloca Bakhtin (2003, p. 269) “A própria escolha de uma determinada forma gramatical pelo falante é um ato estilístico.” Da mesma forma, há pesquisadores que, a despeito das normas acadêmicas sobre a objetivação discursiva, fazem largo uso da linguagem metafórica em seus textos e outros que não admitem tais construções.

Essa variedade de estilos não acontece por si, mas se relaciona às renovações sofridas pelos gêneros no decorrer da história. Tal liberdade estilística dos autores dos gêneros acadêmicos é relativa (porque há limites em relação ao estilo que são ditados pela comunidade onde emergem os discursos) e está ancorada nas mudanças históricas sofridas pelos gêneros acadêmicos:

As mudanças históricas dos estilos de linguagem estão indissolúvelmente ligadas às mudanças dos gêneros do discurso. (...) A história dos gêneros discursivos (tanto primários quanto secundários) refletem de modo mais imediato, preciso e flexível todas as mudanças que transcorrem na vida social. Os enunciados e seus tipos, isto é, os gêneros discursivos, são correias de transmissão entre a história da sociedade e a história da linguagem. (BAKHTIN, 2003, p. 268)

Os gêneros do discurso, por refletirem histórica e socialmente a complexidade das relações humanas, pedem um tratamento que leve em conta a natureza heterogênea de sua constituição e é à luz do dialogismo bakhtiniano, como se verá a seguir, que pretendemos considerá-los, na análise dos gêneros científicos que integram o corpus do presente estudo.

2.1 DISCURSO CIENTÍFICO E DIALOGISMO NAS CIÊNCIAS HUMANAS

Toda palavra tem sempre um mais além, sustenta muitas funções, envolve muitos sentidos. Além do que diz um discurso, há o que ele quer dizer e, atrás do que ele quer dizer, há ainda um outro querer dizer, e nada nunca será esgotado.

Lacan.

O processo de construção de um texto, muito mais que estabelecer relações sintáticas e semânticas entre signos lingüísticos e os dispor inteligível e coerentemente, envolve fenômenos extralingüísticos que, mais do que influenciá-lo, determinam-no, de forma que um estudo aprofundado da atividade da linguagem deve levar em conta fatores como as regras da sociedade em que está inserido o sujeito, as formações discursivas¹⁷ que vão permear todo o seu dizer – e,

¹⁷ Conforme explicitado anteriormente, o suporte teórico da presente pesquisa situa-se na perspectiva enunciativo-discursiva e, dessa maneira, os termos *texto* e *discurso* – amplamente utilizados no decorrer do trabalho – são tratados como dois conceitos complementares. A referência à palavra *texto* em nada se aproxima da perspectiva gramatical, segundo a qual um texto é uma seqüência bem-formada de frases que progridem para um fim. Não temos em vista a unidade da frase, tampouco o intuito de trabalhar com tipologias. O *texto* é aqui concebido como o aspecto material, como a concretização lingüística do *discurso*. Este, por sua vez, é aqui assumido como um conjunto de enunciados provenientes de uma mesma formação discursiva e é constitutivamente heterogêneo, porquanto é marcado pela plurivocalidade social.

conseqüentemente, as posições por ele assumidas – e a sua audiência. É em função dessa audiência que o texto existe, é para ela e, especialmente, *com ela* que se constitui, de maneira que não se pode atribuir ao outro um papel passivo nessa produção, uma vez que o texto não está pronto, acabado e tem em vista um destinatário inerte, conforme se pensou durante muito tempo, ele é construído pelo locutor e pelo interlocutor “como uma ponte ideológica” (MEDVEDEV, 1928 apud AUTHIER-REVUZ, 2004), o que nos obriga a ver o outro não como seu alvo, mas enquanto um dos seus sujeitos. Acrescente-se que se fazem presentes no discurso mais que o autor e a sua audiência, mas também o *autor outro*, cuja palavra foi retomada na construção de um novo discurso. Não há, em suma, na produção discursiva, apenas um participante, mas três: o eu, a sua audiência e aquele cuja palavra antecede a do eu.

A palavra é interindividual. Tudo o que é dito, o que é expresso se encontra fora da “alma” do falante, não pertence apenas a ele. A palavra não pode ser entregue apenas ao falante. O autor (falante) tem os seus direitos inalienáveis sobre a palavra, mas o ouvinte também tem os seus direitos; têm também os direitos aqueles cujas vozes estão na palavra encontrada de antemão pelo autor (porque não há palavra sem dono). A palavra é um drama do qual participam três personagens (não um dueto, mas um trio). (BAKHTIN, 2003b, p. 327-328)

É necessário, então, analisar essas três instâncias do discurso, de maneira a visualizar os bastidores da constituição da subjetividade e trazer à tona os seus diferentes atores, situando-os em seus cenários¹⁸ que, por um detalhe ou por outro, nunca se repetem, fazendo única cada enunciação.

¹⁸ A palavra “cenário” não remete, no presente texto, à Pragmática. Sua função neste trabalho é tão somente metafórica.

No presente estudo, conforme afirmado anteriormente, analisamos três gêneros do discurso científico (monografia, dissertação e tese), com o objetivo de compreender o modo como se opera o efeito-autoria, mediante o contínuo processo de apreensão das vozes da alteridade pelos autores-pesquisadores. Para tanto, procederemos à análise de marcas lingüísticas que materializam o discurso do outro no discurso do eu¹⁹ – os modais -, mas não nos limitamos a elas, visto que nossas atenções se voltam para a palavra impregnada de sentidos, que deixou de ser mero elemento do léxico de uma língua e passou a exprimir as vozes sociais, assumiu o *status* da interindividualidade. Embora a pesquisa não tenha base na teoria foulcautina, o estudo das regularidades enunciativas no discurso científico, que em certo momento propomos (a exemplo do capítulo que trata dos gêneros do discurso), aproxima-se do conceito de formação discursiva²⁰ e reflete a descentralidade do sujeito.

Mesmo tendo retomado o *corpus* utilizado anteriormente, o mesmo não acontece com o aporte teórico que ora nos subsidia: se antes nos apoiamos na Teoria da Enunciação para compreender como se dá a imersão do sujeito em seu próprio texto e o vimos através da ótica do assujeitamento, da submissão, da homogeneidade,

¹⁹ Essas formas de “representações em discurso do discurso do outro” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 37) foi objeto de estudo do grupo de Bakhtin, que analisou o nível sintático, discursivo e literário dessa presença no discurso relatado e no romance.

²⁰ O conceito de formação discursiva foi criado por Foulcaut e, a seguir, reformulado duas vezes por Pêcheux. Para aquele, determinada categoria de palavras relacionava-se a conjuntos de enunciados ligados a sistemas de regras “historicamente determinadas” (CHARAUDEAU et al, 2004, p. 241). Estas seriam as formações discursivas. Pêcheux, por sua vez, atribuiu-lhe uma maior complexidade e o introduziu no âmbito da análise do discurso. Ancorado nas teorias marxista e althusseriana, ele partiu de uma dimensão mais abrangente: o conceito de formação social, onde se inserem formações ideológicas que correspondem a diferentes formações discursivas. Estas mantêm entre si relações plurais e determinam o significado das palavras. No fim da década de 70, o autor associou as formações discursivas ao interdiscurso, ou seja, cada formação discursiva não é ela mesma senão o campo de emergência de outros discursos, de outras formações discursivas.

agora, buscamos vê-lo, na sua heterogeneidade, enquanto um sujeito dividido, efeito de linguagem. Para tanto, será o dialogismo bakhtiniano que dará o suporte para o desenvolvimento do presente estudo, que conta, também, com a recorrência a um campo exterior à Lingüística: a Psicanálise. Buscamos o sujeito psicanalítico (por Authier-Revuz) não com o objetivo de fazer dele o ponto principal da nossa análise – até porque não é essa a nossa habilitação – mas por reconhecer ser bastante frutífera²¹, para os estudos sobre o sujeito e a sua posição no espaço discursivo, a relação estabelecida, nas últimas décadas, entre as referidas áreas (como se verá mais adiante) e por compreender que a natureza multifacetada da linguagem possibilita tal interdisciplinaridade.

Assim, entendemos que se faz necessária uma dupla abordagem com o objeto de estudo da presente pesquisa: uma que, a partir da análise dos modalizadores, contempla as marcas explícitas da presença do outro – heterogeneidade mostrada²² – e uma outra que descortina a implicitude dessa presença – heterogeneidade constitutiva - que está ancorada no dialogismo do círculo bakhtiniano, segundo a qual a relação do sujeito com o outro é interior. E é a dupla natureza da palavra – ela

²¹ Consideramos frutífero o diálogo entre a psicanálise e a lingüística porque aquela dá subsídios importantes para o estudo do sujeito e do sentido nos textos. O chamamento que a lingüística mais recente, em diferentes linhas, tem feito à psicanálise tem como motivação principal o estudo do sujeito e do sentido.

²² A distinção entre heterogeneidade mostrada e constitutiva aqui adotada é a estabelecida por Authier-Revuz (apud CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, p. 2004), para quem a heterogeneidade mostrada corresponde à presença, passível de identificação, do discurso de outrem em um determinado discurso. Divide-se em formas não-marcadas – discurso indireto livre, alusões, ironia – e formas marcadas ou explícitas – manifestam-se tanto no discurso direto quanto no indireto, nas aspas, nas glosas, “que indicam uma não-coincidência do enunciador com o que ele diz” (idem), através da modalização autonímica. A heterogeneidade constitutiva, que é tratada por autores como Bakhtin (por meio da teoria dialógica) e por Pêcheux (com a psicanálise e a concepção de ideologia authusseriana, relacionando interdiscursividade à formação discursiva) se dá por meio da interdiscursividade.

é, de um lado, representativa de um diálogo consensual entre indivíduos e, de outro, do discurso interior dos sujeitos – que caracteriza a interioridade da relação entre o eu e o outro:

Há uma outra propriedade da palavra que é da maior importância e que a torna o primeiro meio da consciência individual. Embora a realidade da palavra, como a de qualquer signo, resulte do consenso entre os indivíduos, uma palavra é, ao mesmo tempo, produzida pelos próprios meios do organismo individual, sem nenhum recurso a uma aparelhagem qualquer ou a alguma outra espécie de material extracorporal. Isso determinou o papel da palavra como material semiótico da vida interior, da consciência (discurso interior). (BAKHTIN, 2002, p. 37)

Esse outro, mais do que se materializar discursiva e lingüisticamente, participa da constituição do sujeito. Tal olhar desconsidera qualquer possibilidade monológica do discurso, porquanto a relação do eu com a alteridade é anterior à produção discursiva e intrinsecamente ligada a ela. É anterior justamente porque o dialogismo não representa apenas o diálogo entre textos (seja esse diálogo implícito ou explícito), mas um diálogo entre consciências. Bakhtin (op.cit., p. 33-34), ao analisar a relação do signo com a ideologia, trata desse diálogo interior, ao afirmar que é por meio dos signos que a consciência existe. Quando novos signos (desconhecidos por um determinado sujeito e carregados de ideologia) adentram na consciência individual, relacionam-se com aqueles os quais tal indivíduo já conhece. É nesse processo que se concretiza o diálogo entre duas (ou mais) consciências, por meio da natureza ideológica do signo. A perspectiva dialógica interior aniquila, pois, a suposta solitude discursiva monológica, bem como a solitude constitutiva do sujeito, ou seja, ele, até quando não profere nenhuma palavra, está sempre em companhia de outrem. O discurso do outro não está, desta forma, justaposto ao discurso do eu,

mas *presente nele*²³. Para Bakhtin, antes de emergirem discursivamente, elementos lingüísticos, históricos e sociais fazem-se presentes no âmago da personalidade do sujeito.

O dialogismo é, pois, um termo fundamental na produção do discurso científico (especialmente para as Ciências Humanas), pois é no terreno do texto de pesquisa que tomam forma todos os embates travados pelo *eu* e pela alteridade, pelo viés das condições enunciativas. Amorim (2006, p. 23), tratando do dialogismo nessa área do conhecimento, assim se posiciona:

Tecidas entre explicação e interpretação, as Ciências Humanas se constroem entre 'pravda' e 'istina', entre univocidade e multiplicidade. Quando conceitualiza, inscreve-se no eixo do unívoco e do repetível; quando interpreta, responde ao discurso do outro de um lugar único e irrepitível.

Mas Bakhtin era filósofo e não cientista. No ensaio “O problema do texto na Lingüística, na Filosofia e em outras ciências humanas” (2003b, p. 307), ele explicita a sua função social de autor, afirmando-se não enquanto lingüista, filólogo ou crítico literário, mas como um filósofo cujos estudos se situam em linhas fronteiriças que delimitam diferentes áreas:

Cabe denominar 'filosófica' a nossa análise antes de tudo por considerações de índole negativa: não é uma análise lingüística, nem filológica, nem crítico-literária ou qualquer outra análise (investigação) especial. As considerações positivas são estas: nossa pesquisa transcorre em campos limítrofes, isto é, nas fronteiras de todas as referidas disciplinas, em seus cruzamentos e junção.

²³ A condição do outro enquanto algo não externo, mas constitutivo do discurso, condição de sua produção, é parte da concepção psicanalítica do sujeito, ancorada na teoria do descentramento freudiano, conforme veremos mais adiante.

Assim, ele não constrói, na sua concepção dialógica, um modelo analítico, ou seja, não há uma preocupação de recortar o objeto, como se faz na ciência. Foi considerando tal fato que precisamos, no presente estudo, efetuar uma **transposição do seu conceitual filosófico para o modelo analítico**. O interesse dele é pelas relações dialógicas, que são de natureza semântica, de significação que se estabelecem entre dois enunciados quaisquer, quando postos em contato. Suas atenções voltam-se sempre para o estudo do discurso e do enunciado. Tais relações dialógicas levam em conta que cada ser é uma realidade singular que mantém com outros seres relações valorativas, as quais dão sentido à sua existência. Isso significa que cada um de nós é efeito da alteridade, que nada somos fora das relações com os outros, já que estamos, permanentemente, participando de um diálogo que nunca se finda. Daí porque a nossa consciência, longe de ser individual, é plurivocal.

À luz de tais considerações, analisemos o segmento abaixo, um fragmento da tese de doutorado em Letras:

- (7) Fatores histórico-sociais, envolvendo a constante política governamental no Brasil, desde os tempos da colônia, que tinha por objetivo o extermínio das populações indígenas brasileiras, seja pelas chamadas “guerras justas”, seja pela tentativa de conversão pela miscigenação, três das principais estratégias utilizadas sobretudo no Nordeste, contribuíram para as características atuais da reserva Fulni-ô.

A fim de tecer a sua análise sobre as características atuais da reserva Fulni-ô, a autora precisou recorrer a discursos outros, que remontam à história do Brasil colônia. É refletindo sobre o discurso da alteridade, é escrevendo sobre o que já está escrito que se constrói a teia dialógica, que se manifesta, enfim, a plurivocalidade

discursiva. Nessa sistemática, constitui-se o texto em Ciências Humanas e se trava um diálogo entre o discurso que já existe e o que ainda está por vir. Assim se constrói o pensamento valorativo, axiológico do cientista. “É um encontro de dois textos, do texto pronto e do texto a ser criado, que rege; conseqüentemente, é o encontro de dois sujeitos, de dois autores.” (BAKHTIN, 2003b, p. 311). Assim, a autora do segmento de tese em pauta pôde, nesse movimento, identificar aspectos determinantes nas particularidades do seu objeto de estudo. É quando conclui que os fatores histórico-sociais *contribuíram para as características atuais da reserva Fulni-ô* que ela marca efetivamente a sua presença no discurso e dialoga explicitamente com a alteridade. Esse diálogo também se faz explícito quando ela utiliza, antes da expressão “guerras justas” a palavra “chamadas”, indicando não apenas que tal expressão não é sua, mas do outro (e aí ela marca uma linha divisória explícita entre a alteridade e o eu), como, e principalmente, a sua não-adesão a tal discurso.

Para Bakhtin (op.cit., p. 309), nesse processo, o sujeito tem o papel de segundo autor porque, a partir do texto do primeiro (do autor que embasa a sua produção) produz um outro texto, por ele denominado de *emoldurador*. “O problema do segundo sujeito, que reproduz (para esse ou outro fim, inclusive para fins de pesquisa) o texto (do outro) e cria um texto emoldurador (que comenta, avalia, objeta etc.).” O comentário, a análise, a observação que faz o segundo sujeito do texto do primeiro são únicos porque única é a localização espaço-temporal daquele e irrepitível é a enunciação. É nesse aspecto que reside, para o autor, o sentido do texto, é ele que justifica a sua gênese. A impossibilidade da repetição evidencia-se

numa simples retomada que o próprio autor precise fazer do seu texto, ou numa citação de uma obra anterior, quando da produção de uma obra nova. Todas as vezes que a autora da tese de onde foi extraído o segmento (7) da página anterior apresentou os resultados de sua pesquisa em seminários, congressos, palestras, inclusive, no momento da defesa, um novo texto, com novas e diferentes redes comunicativas se estabeleceu:

(...) é possível, evidentemente, a mesma reprodução do texto (por exemplo, a cópia), mas a reprodução do texto pelo sujeito (a retomada dele, a repetição da leitura, uma nova execução, uma citação) é um acontecimento novo e singular na vida do texto, o novo elo da cadeia histórica da comunicação discursiva. (BAKHTIN, 2003b, p. 311)

No ensaio *O Problema do Texto na Lingüística, na Filologia e em outras Ciências Humanas* (BAKHTIN, 2003b), o teórico situa as disciplinas humanísticas entre dois pólos. O primeiro representa uma potencial linguagem das linguagens, uma “lógica geral dos sistemas de signos” (op. cit., p. 311) que, embora nunca possa vir a tornar-se uma linguagem única, universal e tampouco virar uma linguagem específica, possibilita a decodificação de qualquer língua, ou seja, toda língua é docodificável, por conta de um sistema geral. O mesmo acontece com o sistema interno de cada uma. Cada língua abarca uma gama de normas que mantém entre si uma relação lógica. Esse sistema comporta todas as variações e normas lingüísticas que caracterizam as línguas naturais. O primeiro pólo das Ciências Humanas está na ordem do sistema da linguagem, porquanto todo texto pressupõe um sistema de signos que foi convencionalizado por um determinado grupo social. Sem o domínio desse sistema, o autor não poderia se fazer entender pelos outros.

O segundo pólo vincula-se não ao sistema em si, mas às redes de relações dialógicas dos textos e à sua inerente unicidade, ao aspecto do não-repetível. É na singularidade do texto que trava um debate com textos outros, ou seja, é no âmbito do segundo pólo que se manifesta a autoria, dado que ele não é da ordem dos elementos repetíveis dos sistemas, mas da dialogicidade discursiva:

Entre esses dois pólos se dispõem todas as possíveis disciplinas humanísticas, oriundas do dado primário do texto. Ambos os pólos são indiscutíveis: é indiscutível a potencial linguagem das linguagens, como é indiscutível o texto único e singular. (BAKHTIN, 2003b, p. 310)

É quando exprimem a expressividade, a visão de um sujeito que as palavras deixam de ser simples unidades da língua (1º pólo) para materializar, inseridas em contextos valorativos diversos, a bivocalidade, para trazer ao palco duas vozes (2º pólo): a voz do segundo sujeito, que, por sua vez, retoma um primeiro. “Quando nas linguagens, gírias e estilos começam a se fazer ouvir as vozes, estas deixam de ser meios exponenciais de expressão e se tornam expressão atual, realizada. A voz que entrou nelas passou a dominá-las.” (op.cit., p. 327). Sendo as Ciências Humanas as ciências do discurso, as ciências do homem, o seu objeto não é mudo ideologicamente. Ao contrário, ele é fala, é expressivo.

Quando a lingüista Januacele Francisca da Costa, em sua tese de doutoramento, efetuou a descrição morfológica (assim como a fonológica e a sintática) da língua Ya:thê, falada pela tribo Fulni-ô, mediou-se pelos dois pólos: o primeiro, quando registrou palavras que, dissociadas de contextos comunicativos, eram tão somente unidades que pertenciam a classes gramaticais; o segundo, no momento em que,

considerando contextos comunicativos essencialmente valorativos, levou em conta o aspecto subjetivo da palavra, a expressividade inerente à atividade humana, em um contexto dialógico sócio-temporal específico.

Há, pois, uma heterogeneidade que constitui a palavra enquanto realidade social. A língua é, nesse sentido, a manifestação da plurivocalidade social, onde emergem os enunciados que, por sua vez, formam uma verdadeira teia dialógica. Esse processo confere à língua a dinamicidade que lhe é peculiar.

Nesta pesquisa, a seleção de trabalhos de Ciências Humanas justifica-se justamente porque é nessa área que a manifestação da plurivocalidade social é latente. O pesquisador dessa área faz um trabalho de “idas e vindas” na tessitura do seu discurso, ou seja, faz um permanente movimento de sair de sua posição para procurar enxergar a realidade com os olhos dos autores que embasam o seu dizer (conforme ver-se-á na seção *O excedente de visão do autor do discurso científico*, mais adiante), a fim de compreender o ponto de vista deles acerca de uma dada questão para, depois, voltar à sua posição de autor-pesquisador e apresentar a sua forma de ver a mesma realidade, considerando, ao mesmo tempo, a alteridade (em que se incluem também os seus futuros leitores). É essa dinâmica que constitui o objeto dessa área do conhecimento, um objeto que, assim como o autor e a alteridade, também tem voz. Esse objeto, que é o texto (seja na modalidade oral ou escrita), é por Bakhtin (2003b, p. 307-308) considerado como “dado primário” das disciplinas que integram as Ciências Humanas:

São pensamentos sobre pensamentos, vivências das vivências, palavras sobre palavras, textos sobre textos. Nisto reside a diferença essencial entre as nossas disciplinas (humanas) e naturais (sobre a natureza), embora aqui não haja fronteiras absolutas, impenetráveis. O pensamento das Ciências Humanas nasce como pensamento sobre pensamento dos outros.

É no âmago dessa dinâmica que emerge a problemática da presente pesquisa. O pensamento sobre o pensamento, o discurso sobre o discurso pressupõem um “eu” que nada é fora dessa relação com o outro. Esse eu, ao mesmo tempo em que não existe como um ser único, constitui-se, na edificação do seu discurso, como um autor que, na unicidade de sua posição no mundo, tem uma forma irrepetível de dizer, através da qual se manifesta o efeito-autoria. E é justamente ao “como?” o efeito-autoria acontece, mediante a apreensão de todas essas vozes, que procuramos responder no decorrer dessas páginas.

Ao tentar responder a essa pergunta, consideramos, durante todo o percurso do texto, que ser autor é sempre orientar-se no universo da plurivocalidade dialogizada. É assumir, além disso, uma posição axiológica frente ao que já é valorado (conforme se verá no capítulo 4). É exatamente isso que faz um pesquisador ao refletir sobre o pensamento de outrem para organizar o seu próprio pensamento. Assim, ele responde ao que já foi dito, dado que todo texto tem o seu pré-texto (e um pós-texto), mas a sua unicidade é garantida pelo complexo quadro de relações axiológicas. Observe-se o segmento abaixo, que é uma parte da conclusão da monografia de especialização em Arquitetura e Urbanismo. Em relação às expectativas sobre a sua pesquisa, o autor faz a seguinte consideração:

- (8) Buscou-se com este trabalho efetivar uma contribuição pequena, porém significativa de mudança operacional, dentro das limitações do atual contexto político, social e econômico.

No seu processo de organização textual, o autor precisou posicionar-se valorativamente em relação a discursos que antecederam o seu, marcados, no segmento acima, pela expressão *o atual contexto político, social e econômico*. Embora o contexto ao qual ele se refere já esteja imbuído de relações valorativas, o pesquisador terá, sempre, a possibilidade de também posicionar-se valorativamente frente a essas outras posições, pois, ainda que, nesse tipo de discurso, seja impossível que apenas uma voz fale, dado que a pluralidade vocal é constitutiva da pesquisa científica, a unicidade do lugar que o autor-pesquisador ocupa no mundo, a unicidade do seu olhar é garantida justamente pela complexidade desse quadro de relações axiológicas. Isso poderia facilmente verificar-se se vários pesquisadores, embasados pelos mesmos teóricos e que tivessem os mesmos objetivos e problemas de pesquisa, se debruçassem sobre o mesmo objeto. Cada pesquisa feita seria única, dada a unicidade da posição ocupada por cada um deles no mundo.

O autor da monografia em pauta, ao considerar que buscou, com o trabalho, “(...) efetivar uma contribuição pequena, porém significativa de mudança operacional”, sinaliza, ainda que não tenha consciência disso, a existência dos pós-textos que serão produzidos a partir do seu, seja pela banca examinadora, ao fazer a sua avaliação, seja pelos seus possíveis leitores futuros.

O fato é que, não apenas no discurso científico, mas em todo o tipo de manifestação da comunicação humana, não há como escapar a essa orientação dialógica. Mesmo as análises lingüísticas que optem por desconsiderar o autor e se voltem ao estudo

da língua pela língua – a exemplo das análises de orações idealizadas – têm, detrás, um autor que as idealizou e que, como afirma Bakhtin (2003b, p. 308), imagina um falante que assim se comunicaria.

Todo texto tem um sujeito, um autor (o falante ou que escreve). (...) Em certos limites, a análise lingüística pode até abstrair inteiramente a autoria. A interpretação de um texto como 'modelo' (os juízos modelares, os silogismos na lógica, as orações na gramática, a 'comutação' na lingüística etc.). Textos imaginários (modelares e outros). (...) Aqui, manifestam-se e toda parte tipos especiais de autores, inventores de exemplos, experimentadores com sua peculiar responsabilidade autoral (aqui existe também um segundo sujeito: quem poderia dizer dessa maneira).

O presente trabalho, conforme explicitado anteriormente, tem em vista a constituição do efeito-autoria, pelo viés da concepção dialógica bakhtiniana. Ainda que tenhamos como pressuposto que o fenômeno dialógico transcende as formas da língua (vão além do sistema de um idioma), tomamos o material lingüístico com ponto de partida para as análises que permeiam todo o texto, pois é no texto, nas palavras, que as relações dialógicas materializam-se. Assim, destinamos o capítulo três, a seguir, para a análise das marcas modais no discurso científico como subsídio para compreender como os autores-pesquisadores posicionam-se diante de seus próprios textos, tendo em vista a alteridade.

3. A MODALIDADE

O homem só tem acesso ao meio no quadro de uma atividade mediada pela língua, mas toda língua apresenta-se como uma acumulação de textos e de signos nos quais já estão cristalizados os produtos das relações com o meio elaboradas e negociadas pelas gerações precedentes. Os mundos representados já foram ditos bem antes de nós e os textos e signos que os constituíram continuam trazendo os traços dessa construção histórica permanente.

Jean-Paul Bronckart

Estudos sobre a modalidade têm sido objeto de atenção de alguns lingüistas e encontram-se numa teoria da linguagem que se fundamenta na enunciação, embora contínuem negligenciados nos manuais escolares. Inúmeras definições vêm sendo propostas na literatura e verifica-se, entre elas, um ponto em comum, que é o seu reconhecimento enquanto evento que denuncia (explícita ou implicitamente) a presença do enunciador no seu próprio discurso, ou seja, denuncia a onipresença da subjetividade na linguagem. Para Coracini (1991, p.113), “A modalidade é a expressão da subjetividade de um enunciador que assume com maior ou menor força o que enuncia, ora comprometendo-se, ora afastando-se, seguindo normas determinadas pela comunidade em que se insere”.

Na mesma perspectiva, Bronckart (1999, p.330) afirma que a modalidade “Traduz, a partir de qualquer voz enunciativa, os diversos comentários ou avaliações formulados a respeito de alguns elementos do conteúdo temático”. Estudá-la

significa, outrossim, identificar o sujeito em seu próprio discurso, descortinar o ato de fala que ele deseja realizar, bem como suas intenções, sua opinião.

Essa abordagem leva em conta a) o posicionamento do autor de um texto perante a sua própria proposição, ou seja, a forma como ele assume o dito e b) a ambigüidade decorrente de algumas formas que, já na Grécia Antiga, foram consideradas pelos estudiosos.

Naquela época, já se analisava o enunciado separando o que era conteúdo proposicional do que era modalidade. Nas Refutações Sofísticas (*Peri tōn sophisticōn elenchōn*), Aristóteles indica a diversidade de interpretação dos verbos modais que, passando pela Filosofia Medieval, desemboca na oposição contemporânea entre modalidade de raiz e modalidade epistêmica, conforme veremos mais adiante.

Para Aristóteles, o verbo poder (*dýnamai*), por exemplo, pode ser considerado como predicado de toda uma proposição (composição – *sýnthesis*) ou pode relacionar-se a apenas uma parte dela (divisão – *diaíresis*). Neves (2000a, p.1) cita parte de uma construção examinada por Aristóteles para exemplificar a teoria:

“Uma pessoa sentada pode andar”. Interpretada pela composição, significa “é possível que uma pessoa esteja sentada e andando ao mesmo tempo”. Interpretada pela divisão, essa seqüência significa “uma pessoa sentada tem a possibilidade (=capacidade) de andar”.

Essa dupla função da modalidade foi, posteriormente, de grande interesse para a Idade Média, que a analisou segundo a famosa dicotomia *de re / de dicto*, a partir da ligação feita por Santo Agostinho aos sentidos atribuídos por Aristóteles à divisão e à composição:

- a) na primeira (relação entre *modus* e *res*), a modalidade relaciona-se a apenas um dos constituintes da oração subordinada (*sensu diuiso*);
- b) na segunda (relação entre *modus* e *dictum*), a toda a proposição (*sensu composito*).

Neves (2000a, p. 2) assim resume a tradição acima, conferindo à mesma o *status* de originadora da atual oposição entre modalidade de raiz e modalidade epistêmica:

De raiz	De re	<i>diuisa</i> (modificação parcial, ou seja, de um constituinte)	Relação entre um sujeito modal e um verbo pessoal
Epistêmica	De dicto	Composita (modificação proposicional, ou seja, do <i>dictum</i> completo)	Relação entre a modalidade e um sujeito que é a oração

Segundo ela, são três os significados que podem ser atribuídos às modalizações: dois de raiz e um epistêmico:

Poder - significado de raiz, ou pessoal - capacidade ou habilidade
- permissão
- significado epistêmico, ou impessoal - simples possibilidade

Dever - significado de raiz, ou pessoal - obrigação
ordem
- significado epistêmico, ou impessoal - simples necessidade

Assim, a análise de um enunciado como:

(9) Galgado em tais vetores, **dever-se-ia** buscar a implantação do edifício nas imediações do Horto-Botânico de Dois Irmãos, apesar dos obstáculos que **podem** ser colocados pela legislação ambiental, principalmente junto ao IBAMA, o qual mantém uma política extremamente rigorosa quanto à ocupação das áreas de matas. (MGA) (Grifo nosso)

pressupõe que o verbo **poder** indica possibilidade epistêmica, relacionando-se à toda a oração, pois a toma como sujeito, formando um complexo modal. Para que fique clara a distinção entre esse significado, que é impessoal, e o de o significado de raiz, ou pessoal, façamos a reformulação da segunda parte da proposição acima:

(...) a legislação **pode** colocar obstáculos, uma vez que foi criada para determinar o que é ou não adequado para ser implantado... (Grifo nosso)

nesse caso, o verbo, por relacionar-se tão somente ao sujeito (a legislação), tem significado de raiz (ou pessoal) e indica habilidade. Urge salientar a importância do

contexto oracional na análise dos verbos modais, uma vez que a distinção entre epistêmico e não-epistêmico não está no interior do verbo, mas nos elementos com que ele se liga. Em outras palavras, é o trecho “uma vez que foi criada para determinar o que é ou não adequado para ser implantado...” que determina que o verbo **poder** indica habilidade, capacidade de, o que não ocorre no período original. Da mesma forma, o verbo **dever** no início da proposição “Galgado em tais vetores, **dever-se-ia** buscar a implantação do edifício nas imediações do Horto-Botânico de Dois Irmãos” , tem o seu significado epistêmico, indicando necessidade, determinado pela oração diretamente anterior a ele “Galgado em tais vetores” . É como se se afirmasse: “A necessidade da implantação do edifício nas imediações do Horto-Botânico de Dois Irmãos está galgada em tais vetores”. Entretanto, se a construção fosse:

Dever-se-ia buscar a implantação do edifício nas imediações do Horto-Botânico de Dois Irmãos, apesar dos obstáculos que podem ser colocados pela legislação ambiental...

o significado do verbo seria de raiz, indicando obrigação.

Para exemplificar a diversidade de significados que podem ser atribuídos a um mesmo verbo modal, vejamos mais alguns usos do verbo **poder**:

- (10) Não se **pode** ignorar o fator altamente benéfico de um edifício de caráter educacional voltado à natureza... (MGA) (Grifo nosso)
- (11) Entretanto, é bastante comum a tendência de regionalização, que ao invés de ser um fator limitante, **pode** definir um papel para o museu. (MGA) (Grifo nosso)
- (12) A escolha da Linha Sul para esta análise se deu por se tratar de uma implantação que tem sido alvo de muitas discussões (...) o que nos dá a

expectativa de **poder** contribuir para a potencialização e otimização dos próprios equipamentos... (DMA) (Grifo nosso)

Assim, temos, respectivamente, um significado de raiz, indicando permissão, um epistêmico, indicando possibilidade e, finalmente, mais um significado de raiz, que, diferentemente do primeiro, indica capacidade ou habilidade.

Da mesma forma, veja-se, a seguir, o verbo **dever** que, no exemplo (13), indica obrigação (significado de raiz) e, no (14), necessidade (significado epistêmico):

(13) Um museu de história natural **deve** procurar ser o mais completo possível em termos de acervo... (MGA) (Grifo nosso)

(14) Tal projeto se enquadra na designação de Montaner (...) como um museu destinado às ciências naturais; no entanto, **devo** ressaltar uma ligeira variação do mesmo, ao aproximá-lo também aos espaços destinados ao conhecimento humano... (MGA) (Grifo nosso)

Essa multisignificação dos verbos modais acontece, segundo Neves (2000a), nas diversas línguas, de forma que é o recurso ao contexto que possibilitará a identificação dos usos epistêmico e deôntico e não deverá ser desconhecido das análises. A autora lista mais uma série de significações para esses dois verbos, que vão além do contexto lingüístico do enunciado e atingem “a função ilocutória do ato de linguagem na interação verbal”. Nesses casos, o verbo *poder*, por exemplo, longe de ser epistêmico ou de raiz, pode indicar um pedido, uma resposta, uma promessa, um oferecimento, entre outros.

Segundo Neves (2000a), a escolha das modalidades está relacionada à tipologia textual (e aqui ela, evidentemente, leva em conta a heterogeneidade de tipos em um

mesmo texto), de maneira que, em textos argumentativos, verifica-se uma frequência maior de epistêmicos, enquanto nos descritivos, predominam os deônticos. Tal consideração ratifica a constatação que fizemos na nossa dissertação de mestrado (vejam-se os dados a seguir), em que analisamos textos científicos que são, essencialmente, argumentativos. Neste estudo, ancorados em um novo referencial teórico e tendo em vista outros objetivos, conforme se explicitou na introdução, utilizaremos o mesmo *corpus* da referida pesquisa.

No que diz respeito ao uso dos modalizadores, a análise passada nos mostrou que, em todos os textos, a modalidade epistêmica tem o maior percentual de ocorrências.

TRABALHOS/NÍVIES	EPISTÊMICOS	DEÔNTICOS
TDL	87,78%	12,27%
TDA	98,59%	1,42%
DML	87,78%	9,95%
DMA	88,43%	10,20%
MEL	92,92%	7,07%
MEA	77,77%	22,22%
MGL	90,47%	6,34%
MGA	81,05%	14,73%

Observe-se que, exceto na Tese de Doutorado, todos os trabalhos em Arquitetura e Urbanismo apontam para um crescimento no uso de deônticos, em relação aos de Letras, o que se explica por serem esses textos, também, descritivos, uma vez que seus autores precisam, constantemente, construir verbalmente as imagens dos seus objetos de estudo. Daí porque são os adjetivos os modalizadores que predominam (já que as avaliações são uma constante nesse caso) e não o verbo, como parece acontecer com os textos de essência argumentativa.

3.1. OS TEMPOS DOS ENUNCIADOS EXPLICITAMENTE MODALIZADOS POR VERBOS

O tempo dos enunciados é de fundamental importância na distinção epistêmico, não-epistêmico. Assim, de forma geral, pode-se “conferir aos enunciados relativos a eventos passados uma interpretação preferencialmente epistêmica, e, aos enunciados relativos a eventos futuros, uma interpretação preferencialmente de raiz, embora a interpretação epistêmica não fique excluída” (NEVES, 2000a, p.3). De fato, não se pode conferir, por exemplo, obrigatoriedade a alguém para fazer algo no passado, de forma que a modalidade de raiz está mais direcionada para enunciados que indiquem futuridade, embora os epistêmicos possam ocorrer. Vejamos os seguintes exemplos:

- (15) Como o par conflito-regra não tinha aplicação limitada ao domínio da sociologia, ele **pôde** ser transferido ou objetivado para o do urbanismo pelo par lugar-plano, ou seja, o conflito foi remetido ao lugar e a regra ao plano, de

modo a estabelecer o diálogo entre esses dois campos do conhecimento.
(TDA) (Grifo nosso)

- (16) É fundamental que as estações situem-se em espaços que apresentem alto nível de acessibilidade espacial (...). Assim, esses equipamentos **poderão** usufruir do potencial da malha viária, ao mesmo tempo em que podem contribuir para incrementar o desenvolvimento das áreas no entorno desses equipamentos. (DMA) (Grifo nosso)

No exemplo (16), o verbo **poder** tem significado de raiz (capacidade ou habilidade), pois é pessoal, ou seja, ele relaciona-se diretamente ao sujeito modal “equipamentos” – Note-se, também, a importância da oração anterior “*É fundamental que as estações situem-se em espaços que apresentem alto nível de acessibilidade espacial*” nessa classificação, pois é o nível de acessibilidade das estações que “habilitará” os equipamentos a usufruírem o potencial da malha viária. Entretanto, se tivéssemos tido acesso a apenas à segunda oração: “*Assim, esses equipamentos **poderão** usufruir do potencial da malha viária*”, a possibilidade epistêmica poderia ser considerada na análise, pois na classificação de períodos que indicam futuramente, embora haja uma tendência para interpretação de raiz, a epistêmica também pode ocorrer:

- (17) A Estação Recife corresponde à antiga Estação Central, terminal da Linha Centro. De acordo com o projeto de eletrificação da Linha Sul, **deverá** ser aberta uma nova via paralela à Estação e à Rua Floriano Peixoto. (DMA) (Grifo nosso)

Note-se uso do verbo *dever* numa clara indicação de possibilidade.

No (15), o verbo é epistêmico (possibilidade), ou seja, o que *possibilitou* a transferência ou a objetivação do par conflito-regra para o domínio do urbanismo pelo par lugar-plano foi o fato de ele não ter aplicação limitada ao domínio da

sociologia. A sua leitura como deôntico não se justifica uma vez que, como foi dito, a um evento passado não se podem atribuir significados deônticos. No caso, o verbo poder não indica permissão, como acontece em:

- (18) A implantação deste projeto se dará em uma colina no topo da qual foi instalada (...) uma caixa d'água de grande porte (...) sede de encontros de marginais, que oferecem grandes riscos aos incautos visitantes do Horto, o que nos dá mais um forte motivo para intervir no mesmo, uma vez que sua vegetação nativa já foi devastada e ainda não **pôde** se recompor. (MGA) (Grifo nosso)

que não admite uma leitura do tipo *ainda não se permitiu à vegetação nativa devastada recompor-se*, mas: *a vegetação nativa ainda não teve a possibilidade de se recompor*.

A distinção entre modalidade epistêmica e de raiz também pode ser indicada pela pessoa gramatical do verbo. Segundo Neves (2000a), os períodos tendem mais para a interpretação deôntica quando estão na primeira pessoa e a modalidade epistêmica se relaciona mais com a terceira pessoa:

- (19) Tal projeto se enquadra na designação de Montaner (..) como um museu destinado às ciências naturais; no entanto, **devo** ressaltar uma ligeira variação do mesmo, ao aproximá-lo também aos espaços destinados ao conhecimento humano... (MGA)
- (20) Um museu de história natural **deve** procurar ser o mais completo possível em termos de acervo... (MGA)

Em (19), o verbo tende para a obrigatoriedade e, em (20), para necessidade epistêmica.

O estudo da polissemia de enunciados explicitamente modalizados merece uma atenção especial, principalmente quando se tem em vista descortinar as intenções do sujeito enunciativo e a compreensão do que podemos denominar “jogo subjetivo” da linguagem. Sim, se ela é, por excelência, veículo de expressão do “eu” dos locutores (seja na forma oral ou escrita, sejam estas formais ou informais), o mascaramento da origem enunciativa tem uma razão de ser e a exploração do valor polissêmico das formas, através da opção por um significado em detrimento de outro, constitui, certamente, um interessante recurso desse jogo. No caso do texto científico, o significado epistêmico é mais usual, pois, na análise dos dados de uma pesquisa, o uso de formas que indicam de obrigatoriedade, por exemplo, denota falta de maturidade do pesquisador, que precisa “deixar a porta aberta” à continuidade de sua pesquisa, à confirmação ou à contestação dos seus resultados, não podendo, por isso, ser muito asseverativo.

Essas questões exigem uma análise criteriosa dos dados e o conhecimento dos vários significados que um modalizador pode adquirir em diferentes situações é condição *sine qua non* para a compreensão do fenômeno.

No próximo capítulo, nossa atenção se volta para a compreensão do papel desse sujeito no espaço discursivo, que ele integra juntamente com o outro. Embora tenhamos consciência de que não é apenas por meio dos aspectos lingüísticos que o dialogismo se faz presente, ou seja, ele transcende o escopo das análises que se restringem à palavra, consideramos ser importantes as considerações até aqui

tecidas sobre os modalizadores, visto ser a palavra quem materializa a concepção que o sujeito constrói do **eu** e do **não-eu**, a quem seu discurso se direciona.

Tratar do sujeito, dos vários papéis por ele assumidos no discurso e da presença dos 'outros' implica, enfim, um olhar sobre a subjetividade que rompe com a concepção que coloca o **eu** em uma posição de transcendência sobre o **tu** e com aquela que acredita na tirania do **outro** (veja-se, no próximo capítulo, a primeira fase da Análise do Discurso – seção 4.1). Implica, sobretudo, em falar do que os autores da terceira fase da Análise do Discurso (doravante AD), conforme veremos no capítulo 4, a seguir, denominam de 'coexistência', de 'incompletude'. Para tanto, é necessário que façamos um breve relato da concepção do sujeito em três distintos momentos da AD, segundo a classificação de Pêcheux, em seu artigo "A análise de discurso: três épocas".

4. O SUJEITO

4.1 O PERCURSO DA CONCEPÇÃO DE SUJEITO NAS TRÊS FASES DA ANÁLISE DO DISCURSO

Considerando o processo de produção discursiva enquanto uma “máquina autodeterminada e fechada sobre si mesma” (PÊCHEUX apud GADET, 1997, p. 311), a época denominada de a **Primeira Fase da Análise do Discurso** (doravante AD-1) concebe o sujeito pela ótica do assujeitamento, da sua submissão ao discurso de um sujeito-estrutura, que lhe proporciona a impressão de, ao referir-se ao discurso do outro, apenas o estar utilizando. Assim, uma suposta máquina discursiva dominaria a produção dos discursos.

As análises, feitas por etapas, consistem, primeiro, na seleção de seqüências discursivas (que passam por uma análise lingüística exaustiva anterior à análise discursiva do *corpus*) supostamente construídas em um espaço com condições de produção homogêneas. Na análise discursiva, o interesse é pela detecção de “fragmentos de seqüências saídas de discursos empíricos diferentes” (idem, p. 312).

A **Segunda Fase** (doravante AD-2) representou um período de mudanças não procedimentais (uma vez que o fechamento da maquinaria foi conservado), mas teóricas e teve início em 1975, com o lançamento de *Semântica e Discurso*, de Pêcheux. Nessa época, em que conceitos como o de formação discursiva (FD), inscrito por Foucault na *Arqueologia do Saber* (1987) e reformulado por Pêcheux, vêm dar um redirecionamento aos estudos sobre a constituição da subjetividade.

Agora, as relações entre as máquinas discursivas estruturais não mais constituem o objeto de estudo da AD: “a noção de formação discursiva tomada de empréstimo a Michel Foucault começa a fazer explodir a noção de máquina estrutural fechada” (idem: 314), uma vez que o conceito de FD pressupõe, como já vimos, abertura, entrecruzamento com outras formações distintas. Às inovações, some-se o conceito de interdiscursividade oriundo da Filosofia da Linguagem, de Bakhtin.

Não obstante às inovações, permanece, também, a idéia de assujeitamento da fase anterior. Aqui, o sujeito da enunciação é concebido em termos da ilusão, da não consciência do seu dominador, segundo a teoria althusseriana (veja-se *Os Aparelhos Ideológicos do Estado*) e sua releitura das teses marxistas.

Na **Terceira Fase** (AD-3), a refutação da teoria da ilusão do sujeito, do assujeitamento e a adoção dos conceitos de dispersão e de heterogeneidade, postulados pela teoria não-subjetiva do uso da linguagem, em que o sujeito passa de protagonista a integrante do espaço discursivo, apontam para uma mudança substancial no tratamento do sujeito “*a idéia de descentramento do sujeito, de um sujeito que, embora fundamental, porque não existe discurso sem sujeito, perde sua centralidade ao passar a integrar o funcionamento dos enunciados*” (Brandão, 1996: 62).

É esse sujeito inconcluso, sempre marcado pela presença do outro em seus atos discursivos – seja na seleção lexical com vistas a, por exemplo, persuadi-lo, seja por meio da interdiscursividade – que nos interessa nesta pesquisa. Buscamos,

outrossim, as diferentes posições assumidas não por um sujeito cartesiano, previsível, dono de um único papel dentro de uma visão estática do ato comunicativo, mas por um sujeito discursivo que é marcado por diferentes formações ideológicas, pelas regras do espaço em que produz o seu discurso e, finalmente, pelo seu interlocutor.

Preocupa-nos, especialmente, investigar qual o papel que o *eu* atribui ao *outro* no discurso e, por conseguinte, qual a percepção que ele constrói de si mesmo. Essa busca, por pressupor coexistência, ancora-se na concepção de sujeito da terceira fase da AD, já discutida aqui.

Assim, após tecermos, na seção 4.2 a seguir, importantes considerações sobre o ponto no qual a lingüística e a psicanálise fazem uma interseção, apresentaremos, na seção 4.3, algumas concepções que, relacionadas à terceira fase da AD, subsidiarão esta pesquisa. Começaremos pela teoria da subjetividade de E. Benveniste – já que consideramos deficitária qualquer análise que tenha como foco o sujeito que não o mencione -, depois, com a perspectiva dialógica bakhtiniana e, finalmente, com o sujeito da psicanálise presente nas investigações de Authier-Revuz.

4.2. O ENTRECruzAMENTO ENTRE A LINGÜÍSTICA E A PSICANÁLISE

*A palavra está, fundamentalmente, alienada ao outro como a imagem ao espelho, porque aquilo que procuro na palavra é a resposta do outro que irá me constituir como sujeito: a minha pergunta fundamental ao outro diz respeito a onde, como e quando começarei a existir na sua resposta. Aparecem, aqui, duas funções da palavra intimamente ligadas: a mediação para o outro e a revelação do sujeito.
Roland Barthes e Eric Marty*

O entrecruzamento entre a Lingüística e a Psicanálise se dá no momento em que aquela transcende o imanentismo, que excluía da língua aspectos a ela fundamentais, como o sujeito, o interlocutor e a cena enunciativa, concebendo-a como fechada sobre si mesma. Para que possamos nos situar, cabe lembrar que, embora toda a teoria pós-imanentista procure dar conta do papel do sujeito, ela está dividida em duas vertentes: uma que considera o *sujeito-origem*, fonte da linguagem, e outra que o vê enquanto *sujeito-efeito*. É nesta segunda que se coloca a psicanálise, justamente por distanciar-se do sujeito homogêneo e soberano proposto pela primeira. Nas palavras de Authier-Revuz (1998 a), “Passar da consideração da língua, concebida como ‘ordem própria’, sistema finito de unidades e de regras (...) à consideração da fala, do discurso, é abandonar o domínio homogêneo, fechado, onde a descrição é da ordem do repetível, do ‘UM’ por um campo duplamente marcado pelo ‘NÃO-UM’, pela heterogeneidade teórica que o atravessa...”

Assim, não há como aderir a uma concepção sem abandonar a outra, uma vez que, na primeira vertente, considera-se a ilusão do sujeito em relação à transparência

discursiva e, na segunda, sendo “o sujeito tomado como efeito, sujeito produzido pela linguagem, tomado numa divisão constitutiva, o estatuto dos fatos observáveis só pode ser outro, pois a possibilidade de transparência é aí imaginária” (TEIXEIRA, 2005, p.68).

Authier-Revuz (1998a) deixa bastante claro que esse entrecruzamento não resulta da necessidade de se complementar a Lingüística e a Psicanálise ou de suprir carências conceituais das mesmas. A recorrência a um saber exterior à Lingüística constitui uma aproximação conceptual, um reconhecimento da heterogeneidade teórica de alguns de seus mais importantes conceitos – a exemplo do sujeito, do discurso e da enunciação –, o que não constitui, nem de longe, um estudo interdisciplinar, posto que a interdisciplinaridade tem o caráter complementar em que uma ciência, por não ter condições de esgotar, sozinha, um determinado objeto de estudo, busca outras ciências. Em outros termos, essa recorrência não é feita para se esgotar um objeto que seja exterior nem à Lingüística nem à Psicanálise, mas para tratar de conceitos que lhes são internos e comuns.

Acrescente-se que, embora tenha buscado, também, outras áreas do conhecimento, como a Filosofia, a Matemática e Antropologia Cultural, Lacan não via nelas a fonte dos fundamentos teórico-epistemológicos da psicanálise, visto ser essa uma questão que lhe é interior. Essa busca representou uma transposição à biologia e à psicologia, ciências que delimitavam o campo da psicanálise e marcou a necessidade de “retificar a prática psicanalítica, que havia adquirido uma função ortopédica” (TEIXEIRA, 2005, p. 71). Lançou-se, assim, com vistas a um *reajuste*

interno e por meio de um *retorno às origens*, um outro olhar sobre a teoria, um olhar que não se limitava, como já apontamos, a campos afins, mas lhes era transcendente.

Isso exigiu um discurso epistemológico e fez com que a psicanálise, “traçando um novo roteiro para a ciência e a relação entre ambas” (TEIXEIRA, 2005, p. 71), conquistasse um outro espaço e pudesse ser vista com outros olhos no campo científico, que não aquele marcado pela habitual hostilidade.

O inconsciente sempre foi deixado de lado pela ciência, graças à sua natureza heterogênea e constitutivamente marcada pela censura, o que desfaz quaisquer possibilidades de segurança e de certeza, tão primados por esta. Daí porque a crença na existência de um sujeito previsível na sua completude e identificável por sua homogeneidade trouxera segurança, plausibilidade à ciência lingüística, que, durante tanto tempo, excluiu do seu objeto questões a ele fundamentais. Assim, o princípio da divisão do sujeito impossibilita o completo domínio de um campo dos estudos lingüísticos.

A Psicanálise, por seu turno, não possui o *status* de ciência, justamente por ter como objeto algo que, longe de ser controlável, é marcado por incertezas e impossibilidades, o que lhe possibilita, no campo científico, “desfazer as certezas, romper as ilusões de ancoragem segura, pois nesse UM que fantásticamente se constrói, um real vai emergir, exigindo um esforço incessante de recriação” (TEIXEIRA, 2005, p. 72).

O reconhecimento da não unicidade do “eu” tanto por Bakhtin quanto por Lacan trouxe uma outra perspectiva para o tratamento do sujeito e da linguagem e, conseqüentemente, valorosas contribuições para a Lingüística. Em Bakhtin, o conceito de “outro” está diretamente relacionado ao dialogismo e à sua concepção de linguagem. Brait (2001) aponta a obra *Marxismo e Filosofia da Linguagem* como o primeiro indicativo do que era, para o autor, esse “outro”, seja no momento em que ele afirma que o sujeito, ou seja, “a consciência individual”, absorve o que ele denomina de “índices sociais de valor” do que lhe é externo para, depois, transformar em “índices individuais” – e é aí, também, que o outro integra o sujeito -²⁴, seja quando vê a questão sob a ótica da materialidade lingüística, ao tratar das formas do discurso citado enquanto formas mostradas de heterogeneidade e da recepção da enunciação de outrem. Acrescente-se a essa obra o livro *Problemas da Poética de Dostoievski*, conforme também já tratado neste estudo, em que a concepção que o autor construiu do outro, da polifonia e da incompletude do sujeito ganha grande expressividade; o livro “Questões de Literatura e de Estética: a Teoria do Romance”, bem como “A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento”.

O “outro” lacaniano, por sua vez, traz, em sua constituição, como não poderia deixar de ser, concepções distintas das bakhtinianas e designa “... um lugar simbólico – o significante, a lei, a linguagem, o inconsciente ou, ainda, Deus – que determina o sujeito, ora de maneira externa a ele, ora de maneira intra-subjetiva em sua relação com o desejo” (ROUDINESCO e PLON apud BRAIT, 2001, p.15). Relacionando o

²⁴ Veja-se o capítulo “O Sujeito Bakhtiniano, em que tratamos dessa questão.

conceito de outro ao inconsciente, Lacan buscou estabelecer a distinção entre as concepções freudianas e psicológicas e é nesse ponto em que se situam as diferenças sobre a alteridade entre ele e Bakhtin, visto que este não trata a questão sob nenhuma das duas perspectivas.

Sempre sem perdermos de vista as nossas limitações teóricas no terreno lacaniano e os nossos objetivos iniciais – que têm em Bakhtin a principal ancoragem -, teçamos algumas considerações sobre a sua concepção de alteridade. O conceito de “Estádio do Espelho” por ele formulado em 1936 traduz três etapas da construção da representação que a criança tem de sua própria imagem e da imagem do outro. Tais etapas antecedem o momento em que ela não percebe o seu corpo enquanto um todo uno, mas disperso. É a dialética do espelho quem vai proporcionar a percepção do não esfacelamento corpóreo:

Esta experiência fantasmática do corpo esfacelado, cujos vestígios nos aparecem tanto na configuração de alguns sonhos, como nos processos de destruição psicótica, é realizada na dialética do espelho, cuja função é neutralizar a dispersão angustiante do corpo próprio. (DOR, 1989, p.49)

A partir dessa percepção da totalidade do seu corpo, a criança, em um *primeiro momento* da fase do espelho, vê o reflexo de sua própria imagem como se fosse o reflexo de uma outra pessoa, da qual ela tenta se aproximar, o que traduz uma confusão do que é “eu” e o “outro”, a partir de quem ela *se orienta no início*, e que acontece entre os seis primeiros meses de idade e os dois anos e meio. É no *segundo momento* da fase do espelho que a criança vai perceber que o reflexo é seu e não de outrem. Esta “constitui uma fase decisiva no processo identificatório” (op. cit:80). No *terceiro momento*, estando convicta de que a imagem no espelho é sua e

reconhecendo-se nela, a criança vivencia uma relação entre os dois momentos anteriores: ela experimenta a dispersão em sua totalidade corpórea “Reconhecendo-se através desta imagem, a criança recupera assim a dispersão do corpo esfacelado numa totalidade unificada, que é a representação do próprio corpo” (op. cit.:80).

É através da imagem do corpo, pois, que a identidade é, para Lacan, construída e estruturada, ela é a identificação primeira do eu, a partir da qual, dado o estágio de sua maturação, essa percepção gira em torno do imaginário, longe da especificidade do seu corpo.

Embora as distinções sejam inevitáveis, haja vista serem diferentes as raízes teóricas dos dois autores, o ponto de interseção acontece justamente no momento em que ambos consideram que a alteridade integra o sujeito, que ele está, de uma forma ou de outra, inundado, repleto dela, o que é decisivo na maneira como um e outro compreendem a linguagem.

4.3 O SUJEITO BENVENISTIANO

Benveniste foi quem, em 1958, com a publicação do artigo *Da subjetividade na linguagem*, no *Journal de Psychologie*, inscreveu, na lingüística, o conceito de subjetividade, considerando-o enquanto a capacidade de, através da linguagem, o *eu* constituir-se como sujeito, rompendo com a perspectiva saussuriana de centrar as análises lingüísticas apenas na língua, desconsiderando, entre outras coisas, sujeito e situação comunicativa.

O cerne dessa teoria considera a linguagem uma parte integrante da constituição do homem, porque ela não se apresenta como um instrumento ou como algo material (como uma mesa ou uma cadeira, por exemplo), mas como algo imaterial, que lhe é interno e que lhe permite, disponibilizando os recursos necessários, se constituir como sujeito. E essa constituição se dá através do exercício da língua, quando o sujeito, ao utilizar-se dos recursos por ela disponibilizados, se posiciona, se coloca, enfim, se insere no mundo. “A subjetividade não é mais que a emergência no ser de uma propriedade fundamental da linguagem” (É. BENVENISTE, 1966, p. 286).

O sujeito da linguagem é representado na superfície do discurso pelo pronome *eu*, que se constitui na medida em que postula um *tu* que lhe é complementar e indispensável, pois, para que o eu tenha consciência de si, é necessário que ele postule a figura a quem se destinará a sua alocução. Para E. Benveniste, a forma *eu* possui uma propriedade fundamental que a distingue de todos os outros signos da língua: não tem referência única, assim como acontece com a palavra *árvore* ou *casa*, por exemplo, mas refere-se, dentro da instância discursiva, (...) “a algo muito singular e exclusivamente lingüístico: refere-se ao ato de discurso individual no qual

é pronunciado, e *lhe* designa um locutor” (op. cit, p. 288). Em outras palavras, esse pronome possui a peculiaridade de ser móvel, de não remeter a um eu único e universal, mas de ser assumido por todo e qualquer locutor que o remete à instância de seu próprio discurso.

O *tu*, na instância discursiva, funciona como um eco, porque o *eu* sempre terá uma posição de transcendência em relação a ele. Essa relação é o que Benveniste (op. cit, p. 286) chama de polaridade das pessoas e afirma que ela “...não significa igualdade nem simetria: ego tem sempre uma posição de transcendência quanto a *tu*, apesar disso, nenhum dos dois termos se concebe sem o outro”. O *eu* e o *tu* são por ele denominados de “pessoas” por serem protagonistas da enunciação. Opondo-se a *ele*, a “não-pessoa, “...porque se refere a um objeto colocado fora da alocação (...) A forma *ele* tira seu valor do fato de que faz necessariamente parte de um discurso enunciado por *eu*”.

O autor chama a atenção para o fato de que uma língua sem a expressão da pessoa é inconcebível, sendo o ego o centro da enunciação. Contudo, por voltar sua atenção ao ego em detrimento de outras formas que, embora não estejam relacionadas a ele, são, também, expressão da subjetividade, a teoria benvenistiana não dá conta das complexas relações entre a constituição do sujeito e a relação dele com o outro no espaço discursivo.

Assim, não é esse indivíduo consciente, que se “apropria” da linguagem (de que é fonte) para constituir-se como sujeito, como se esta estivesse pronta, acabada e disponível para ser “utilizada” que procuramos. Buscamos um sujeito que, mediado

pela linguagem, situado em um espaço discursivo, marcado pela presença do outro, constrói sentidos e assume diferentes papéis, distintas posições em “seu” discurso.

4.4 O SUJEITO BAKHTINIANO

Contranarciso

<i>em mim</i>	<i>o outro</i>
<i>eu vejo o outro</i>	<i>que há em mim</i>
<i>e outro</i>	<i>é você</i>
<i>e outro enfim dezenas</i>	<i>você</i>
<i>trens passando</i>	<i>e você</i>
<i>vagões cheios de gente</i>	<i>assim como</i>
<i>centenas</i>	<i>eu estou em você</i>
	<i>eu estou nele</i>
	<i>em nós</i>
	<i>e só quando</i>
	<i>estamos em nós</i>
	<i>estamos em pag</i>
	<i>mesmo que estejamos a sós.</i>

Paulo Leminsk

A obra teórica de Mikhail Bakhtin é de uma multiplicidade de temas que abordam, por exemplo, estudos sobre a cultura popular, a literatura e o romance moderno. No que diz respeito às questões lingüísticas, já na década de 20, momento em que os estudos da linguagem não ultrapassavam o limite da frase, suas idéias apontavam para o papel da enunciação na significação do enunciado e para a interação entre os sujeitos. Principalmente nas três últimas décadas, os estudos sobre o texto e o discurso têm tido a influência de seu pensamento, embora tenham seguido diferentes caminhos (seja, por exemplo, no quadro dos estudos da Análise do

Discurso Francesa ou na linha da Lingüística Interacional e da Semântica da Enunciação).

Toda essa contribuição certamente deve-se ao fato de ele, em seus estudos, não haver se limitado à língua enquanto sistema linear, fechado em si mesmo. Ao contrário, o objeto não só da lingüística e da teoria do discurso, mas de todas as ciências humanas (embora cada uma tenha um *objeto específico*)²⁵, é, para o autor, o discurso e os sujeitos que o produzem. Estes não só são vistos enquanto construtores desses discursos, mas construindo-se neles, a partir de uma incessante interação entre eles e outros sujeitos e entre estes e a sociedade.

Assim, o diálogo entre sujeitos e o diálogo entre os discursos são as formas segundo as quais Bakhtin concebe o princípio dialógico. A respeito do primeiro, Barros (in Brait, 2005 b), lista quatro aspectos fundamentais:

a) a interação entre interlocutores é o princípio fundador da linguagem; b) o sentido do texto e a significação das palavras (...) constroem-se na produção e na interpretação dos textos; c) a intersubjetividade é anterior à subjetividade e d) (...) Bakhtin aponta dois tipos de sociabilidade: a relação entre sujeitos e a dos sujeitos com a sociedade.

A produção discursiva não é, pois, uma ação individual, porque é resultado da interação entre sujeitos – essa interação faz parte de sua constituição e reflete a sua incompletude – que, sem se darem conta, trazem para o seu discurso discursos

²⁵ As Ciências Humanas, para Bakhtin, nesse sentido, opõem-se às Ciências Exatas, que não são dialógicas, mas monológicas, uma vez que o seu objeto é algo sem voz, ou seja, é mudo ideologicamente. Em outras palavras, as Ciências Exatas relacionam-se a coisas e as Humanas, aos sujeitos.

outros, em um infinito processo de emigração discursiva (tomando emprestado um termo da Geografia). Acrescente-se que todas essas instâncias: o sujeito, o seu outro e o interdiscurso compõem uma cena em um espaço que, ao ditar as regras do dizer, é componente ativo do processo.

Essa concepção é de grande importância para os estudos sobre a constituição do sujeito, para as análises de textos e discursos e para os estudos da linguagem e suas condições de produção. Ela será o primeiro subsídio da nossa análise sobre a presença dos “outros” no discurso do eu.

Para Bakhtin, o dialogismo, mais do que essência da linguagem, é uma concepção de mundo e as palavras, assim como os enunciados, expressam a interação social. Segundo Barros (2003, p.2), “o dialogismo decorre da interação verbal que se estabelece entre o enunciador e o enunciatário, no espaço do texto”. Isso significa que ele pressupõe que o sujeito, ao constituir-se como tal no exercício da linguagem, não está só, mas relacionando-se, por meio dela, com o espaço discursivo e com o seu interlocutor. Mas, se o texto tem essa propriedade, se a linguagem é, essencialmente, dialógica e as ciências humanas, nas palavras de Barros (in BRAIT, 2005b), têm *método e objeto dialógicos*, o princípio da concepção do sujeito traz, no seu âmago, o outro, a alteridade que constitui esse sujeito, de maneira que aquele e este são igualmente fundamentais aos estudos discursivos, em outros termos, não se concebe o *um* sem o *não-um*, o *eu* sem o *outro*, pois essas são instâncias inseparáveis.

Assim, o texto é o próprio espaço de investigação sobre o sujeito, daí porque o Bakhtin antecipa muitas concepções sobre a interação verbal e a intersubjetividade que viriam a surgir décadas depois e distancia-se dos estudos desenvolvidos pela teoria da informação sobre a comunicação verbal, que influenciaram a lingüística dos anos 50²⁶.

Essa relação entre o sujeito e o outro, ou, em outras palavras, entre o *eu* e o *tu*, também distancia-se, substancialmente, da concepção de subjetividade de Benveniste citada anteriormente, para quem a relação que se estabelece entre essas duas instâncias discursivas pressupõe a estaticidade e a soberania do *eu*. Bakhtin, ao contrário, destitui o sujeito do seu papel de centro e o situa no espaço interacional entre ele e o *tu*, de forma que o *eu* passa de origem a efeito da linguagem:

Nessa perspectiva, o sujeito deixa de ser o centro da interlocução que passa a estar não mais no eu nem no tu, mas no espaço discursivo criado entre ambos, ou seja, no texto. Descentrado, o sujeito divide-se, cinde-se, torna-se um efeito de linguagem, e sua dualidade encaminha a investigação para uma teoria dialógica da enunciação. (BARROS, 2003, p. 3).

Assim, sendo a palavra o signo ideológico por excelência, não existe neutralidade no sistema da língua: ele materializa diferentes ideologias, já que os discursos, sendo produzidos por grupos constitutivamente heterogêneos, materializam ideologias opostas. Assim, o discurso reflete a multiplicidade de vozes inscritas no ato de produção da linguagem. Mas essas vozes nem sempre são percebidas no fio do

²⁶ Os modelos da teoria da informação restringiam a complexidade do aspecto interativo da linguagem, reduzindo o outro a um mero destinatário dos textos e tratando a linguagem de forma previsível e linear.

discurso, que pode mascará-las. O fato é que não existe, a princípio, discurso monofônico²⁷, por trás de uma voz, outras vozes falam, dialogam, produzem sentido.

:

Tudo que é dito, tudo que é expresso por um falante, por um enunciador, não pertence só a ele. Em todo discurso, são percebidas vozes, às vezes infinitamente distantes, anônimas, quase impessoais, quase imperceptíveis, assim como as vozes próximas que ecoam simultaneamente no momento da fala.
(BAKHTIN apud BRAIT, 2003, p.14).

Foi durante a década de 20, primeiro, quando da redação do texto intitulado *Autor e Personalidade na Atividade Estética* e, depois, quando da produção do livro sobre Dostoiévski, que o conceito de polifonia mais essencialmente se definiu. Naquele texto, o autor observou categorias dialógicas nas relações entre o autor, o herói e o acontecimento estético, que se “repetiam” em seus trabalhos. Neste, “Bakhtin observa um princípio de estruturação em que as idéias, os pensamentos, as palavras configuram um conjunto que se instaura através de várias vozes, ecoando cada uma de maneira diferente” (BRAIT, 2003, p. 22). Foi o novo estético percebido pelo autor na obra de Dostoiévski que o fez rever e aprofundar o seu conceito de autoria.

A obra de Dostoiévski vai, para ele, muito além do tradicionalismo do romance europeu, caracterizado pelo monologismo: ela funda o romance polifônico. Por meio das vozes dos heróis dostoiévskianos, ecoam as vozes dos discursos filosóficos de

²⁷ Como, na obra de Bakhtin, nem sempre os termos são precisos, buscamos em Barros (2003), conforme se verá mais adiante, a distinção entre monofonia, polifonia e dialogismo. Para ela, quando o dialogismo emerge da superfície discursiva e as vozes que o habitam aparecem mais explicitamente, ele produz efeitos de polifonia. Quando, ao contrário, essas vozes estão presentes de forma implícita, “imperceptível ao olho nu”, o efeito é de monofonia. Em outras palavras, polifônico ou monofônico, o discurso e, antes dele, a linguagem, é dialógica, já que o dialogismo é uma característica fundamental da linguagem.

muitos autores. Esses heróis são figuras que gozam de “competência ideológica e de independência” (BAKHTIN, 2005, p. 3), que lhes dá autonomia perante o seu criador. Assim, eles são interpretados não como porta-vozes do seu autor, mas como veiculadores de teorias contraditórias que são suas; tampouco, aniquilam a voz deste, sendo possuidores da capacidade de debater com ele em um patamar de igualdade distinto do observável no par criador-criatura.

Dostoevsky, like Goethe's Prometheus, creates not voiceless slaves (as does Zeus), but free people, capable of standing alongside their creator, capable of not agreeing with him and even of rebelling against him. (Bakhtin, 2003:6)²⁸

Há, dessa forma, uma relação de igualdade entre as diversas vozes que ecoam no romance dostoiévskiano. Essa característica, que é, para Bakhtin, a peculiaridade fundamental dos romances do autor, bane da cena o monólogo dos romances tradicionais, marcado por heróis objetificados, previsíveis e acabados e instaura o diálogo em um universo marcado pela não-unicidade, pela contraditoriedade e complexidade das relações. O herói configura-se, pois, o outro (o outro-sujeito), a sua consciência é a consciência do outro, que não a do autor nem da personagem previsível em um mundo ideal:

The affirmation of someone else's consciousness – as an autonomous subject and not as an object - is the ethico-religious postulate determining the content of the novel (the catastrophe of a disunited consciousness). It is a principle of the author's

²⁸ À semelhança do Prometeu de Goethe, Dostoiévski não cria escravos mudos (como Zeus) mas pessoas livres, capazes de colocar-se lado a lado com seu criador, de discordar dele e até rebelar-se contra ele. (Tradução nossa)

worldview, and from that vantage point the author understands the word of his characters.(op. cit, p. 10).²⁹

A grande inovação do herói dostoiévskiano para o autor é o seu permanente inacabamento, reflexo de uma condição do ser humano. A inconclusividade da voz social é transposta para o inacabamento estético. O herói é, então, uma instância que se coloca no mundo com a liberdade de construir a sua personalidade, o seu perfil. Para tanto, ele se apresenta de dentro para fora, ou seja, a sua imagem é construída a partir dos seus conflitos internos, de seu sentimento, e não de fora para dentro, como se ele já estivesse pronto e acabado.

Nesse sentido, muda, em Dostoiévski, o valor artístico-formal da auto-consciência, ela deixa de ser apresentada apenas como um dos elementos da imagem do herói e passa a ser o dominante artístico da construção desse herói; passa a ser uma realidade de segunda ordem, isto é, o herói não só apreende seu mundo, mas também o seu estar nesse mundo. (FARACO, 2005:47).

Esse herói é, em sua constituição, um ser dialógico, na medida em que sua autoconsciência reflete o seu olhar de fora, reflete a sua auto-avaliação, de que participam consciências outras, consciências da voz social e do próprio autor-criador sobre ele. Aquele, dessa forma, não fala “dele”, não se refere a ele na posição de 3ª pessoa, tampouco reveste-o do “eu” (como encarnação do autor), mas fala, dialoga com ele enquanto “tu”, segunda pessoa.

²⁹ A afirmação da consciência do outro - como um sujeito autônomo e não como um objeto – é um postulado ético-religioso, que determina o conteúdo do romance (a catástrofe da consciência desagregada). Trata-se do princípio da cosmovisão do autor, de cujo ponto de vista ele entende o mundo e seus heróis. (Tradução nossa)

Trabalhado a questão das vozes, Bakhtin tem como campo de pesquisa o gênero literário, por ver a literatura, especificamente o romance clássico, enquanto uma linguagem em que emergem questões que são obscuras em outros tipos de discurso e em que as diversas vozes da sociedade fazem-se presentes. Os ensaios *O Plurilingüismo no Romance* e *A Pessoa que Fala no Romance* são exemplos de trabalhos que tratam, além do plurilingüismo, da representação do discurso do outro como algo natural. Acrescente-se a esses trabalhos o ensaio *O Problema do Texto na Lingüística, na Filologia e Outras Ciências*, publicado em 1976.

Para o analista que se preocupa com a questão da polifonia, é crucial a compreensão do papel das vozes na apreensão dos enunciados ou discursos, já que essa compreensão sempre pressupõe o conhecimento de questões relativas a um outro discurso, ou seja, a uma outra voz, que passa, também, a integrar o jogo dos sentidos:

Esse jogo dramático de vozes, denominado dialogismo ou polifonia, ou mesmo intertextualidade, é uma forma especial de interação (...) que, sem buscar uma síntese do conjunto, mas ao contrário uma tensão dialética, configura a arquitetura próxima de todo discurso. (BRAIT, 2003, p. 25)

É na análise da relação autor/herói nos romances dostoiévskianos que Bakhtin desenvolve o conceito de polifonia. Dostoiévski foi por ele considerado como aquele que fundou uma nova maneira de fazer a narrativa dos romances. No que tange à diferença entre polifonia e dialogismo (e levando em conta que, em Bakhtin, os termos nem sempre são precisos), buscamos a distinção feita por Barros (2005, p. 34), para quem o dialogismo é o princípio constitutivo da linguagem e, por

consequente, dos discursos, visto que todas as produções discursivas do presente relacionam-se a outras já proferidas e, também, às futuras que os “destinatários” dos textos, por ventura, venham a produzir (e, por todas as reflexões que até aqui tecemos, está claro que esta é, também, a nossa posição). A polifonia, por seu turno, é o dialogismo marcado, observável na superfície discursiva e que se opõe ao discurso monofônico, em que as diversas vozes que o habitam não se deixam perceber: “monofonia e polifonia são, portanto, efeitos de sentido, decorrentes de procedimentos discursivos, de discursos por definição e constituição dialógicos”. Os segmentos abaixo são representativos dessa distinção:

(21) Para Kopp, o urbanismo moderno está sendo apresentado cada vez mais como apenas o cenário das utopias sociais das primeiras décadas do século XX, mas seria preciso entendê-lo no contexto do pós-guerra... (TDA).

(22) Nas últimas décadas, o processo de urbanização das cidades brasileiras ocorreu de forma desordenada (...) com uma grande quantidade de pessoas ocupando os centros urbanos desprovidos de infra-estrutura adequada (...) acarretando imensos problemas... (MEA).

Observe-se que, no segmento (21), o autor traz para o seu discurso, de maneira explícita, dois outros discursos (o de *Kopp* e o das *utopias sociais das primeiras décadas do século XX*) e, ainda, o situa em um espaço discursivo, o do *contexto do pós-guerra*. Assim, estão visivelmente presentes os dois tipos de sociabilidade observados por Bakhtin: a interação entre os sujeitos e a relação deles com a sociedade. No (22), ao contrário, não se percebem presenças outras, que não a do próprio autor, como se ele fosse a primeira pessoa a proferir palavras sobre a temática em pauta, em outros termos, o discurso veste uma fantasia monofônica, que está sobre um corpo essencialmente polifônico.

A Psicanálise, conforme veremos na seção 4.6, também trata da teoria polifônica e, por conseguinte, questiona o não reconhecimento das diferentes vozes que habitam os discursos e que é materializado pela concepção homogeneizante do sujeito. É o sujeito da psicanálise por Authier-Revuz que, ancorado em Lacan e em seus estudos sobre Freud, nos dará o suporte para tratarmos dessa questão (conforme veremos adiante).

Mas polifonia é uma questão que está relacionada a uma outra que lhe é anterior: as condições pelas quais o sujeito do texto científico se utiliza de determinadas formas em detrimento de outras. Ou, em outros termos, nos referimos ao modo como ele internaliza as regras da comunidade lingüística que integra, as transforma em desempenho lingüístico e, finalmente, as insere em um contexto específico. Retomando a seqüência (21) acima, a opção pelo uso do verbo *ser* no futuro do pretérito (...) *mas seria preciso entendê-lo no contexto do pós-guerra...* e não no futuro de presente, por exemplo, representa a maneira do autor de materializar o discurso de outrem (e aqui nos referimos às regras da comunidade acadêmica) por ele apreendido, já que aquele tempo verbal tem, na sua função modalizadora, a propriedade de marcar um determinado grau de incerteza do autor em relação à sua construção.

A respeito da presença do *outro* no discurso do *eu*, Bakhtin, em *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (2002, p. 146), levanta os seguintes questionamentos:

Como, na realidade, apreendemos o discurso de outrem? Como o receptor experimenta a enunciação de outrem na sua consciência, que se exprime por meio do discurso interior? Como é o discurso ativamente absorvido pela consciência e qual a influência que ele tem sobre a orientação das palavras que o receptor pronunciará em seguida?

O autor afirma que as respostas a essas questões estão na observância das formas do discurso citado e deixa claro que a presença do outro, enquanto elemento que constitui o dizer do sujeito, não está relacionada a aspectos da individualidade do *eu*, mas à sociedade, à comunidade lingüística que ele integra juntamente com o outro.

Procuraremos abordar as indagações bakhtinianas acima, tentando situá-las na nossa questão sobre o discurso científico. Deter-nos-emos, agora, no aspecto da influência que o discurso “...tem sobre a orientação das palavras que o receptor pronunciará em seguida” (idem) e deixaremos as discussões sobre *consciência* para a seção seguinte.

Segundo a teoria bakhtiniana, é imprescindível levar-se em conta que há variações na chamada *recepção ativa* do discurso do outro e a sua materialização lingüística em um determinado contexto. Essas variações estão relacionadas ao próprio objetivo do gênero textual e à “terceira pessoa” a quem se direciona a produção discursiva. Em outros termos, existe, no que poderíamos denominar de primeiro plano do processo, a primeira pessoa, que é o discurso de outrem (no nosso caso, a comunidade acadêmica); no segundo, a segunda pessoa, que é o *eu* e, finalmente, no terceiro, a terceira pessoa a quem Bakhtin se refere, que é aquela denominada pelas teorias lingüísticas restritivas de “destinatário”.

Toda transmissão, particularmente sob forma escrita, tem seu fim específico: narrativa, processos legais, polêmica científica, etc. Além disso, a transmissão leva em conta a terceira pessoa – a pessoa a quem estão sendo transmitidas as enunciações citadas. Essa orientação para uma terceira pessoa é de primordial importância: ela reforça a influência das forças sociais organizadas sobre o modo de apreensão do discurso (BAKHTIN, 2002, p. 146).

Retomando, então, o nosso objeto de investigação, são conhecidas as orientações dos manuais de metodologia científica, sejam eles produzidos pela academia ou não, sobre as formas como o autor do discurso científico deve mostrar-se no texto. Veja-se, na página 107, a seguir, uma determinação extraída de uma publicação da Editora da Universidade Federal do Paraná, segundo a qual a impessoalidade deve permear todo o dizer do autor, admitindo-se a primeira pessoa em algumas “raras exceções”.

Os modalizadores, enquanto formas marcadas de subjetividade, materializam as maneiras de apreensão desse discurso de *outrem* pelo *eu*. Concordamos com Bakhtin que essa apreensão não resulta de “processos subjetivo-psicológicos da alma do receptor”, mas das relações sociais que ele estabelece em seu meio. O fato de termos observado, em todos os textos analisados, a busca pelo apagamento do sujeito de seu próprio texto – seja por meio de formas impessoais ou da minimização dessa presença, através dos modalizadores pouco asseverativos³⁰ - representa dois

³⁰ Os modalizadores pouco asseverativos são uma subdivisão da modalização epistêmica e mostram que o locutor não se engaja totalmente com a sua enunciação, apresentando-a como uma hipótese que depende de confirmação, como uma possibilidade epistêmica:

(23) Sobre as classes de palavras em Ya:thê, **parece ser possível** concluir que... (TDL). (Grifo nosso)

(24) No caso do Ya:thê, **parece haver** evidências de... (TDL). (Grifo nosso)

aspectos da reflexão bakhtiniana: 1º que essa apreensão é, mesmo, um fato social³¹ e, 2º, que essa orientação tem materializações distintas, conforme o nível acadêmico do pesquisador que, por sua vez, está diretamente relacionado ao conhecimento que ele tem da terceira pessoa bakhtiniana e das regras da comunidade lingüística que ele integra, que determinam quais formas são adequadas e quais não são.

Ao tratar das formas que materializam o discurso de outrem, Bakhtin cita os discursos direto e indireto e afirma que eles constituem, tão somente, “esquemas padronizados” de citação dos discursos e deixa claro que esse processo não é direto. Entretanto, tais esquemas convencionalizaram-se, adequando-se a normas que são específicas e dominantes e que determinam as formas de “apreensão do discurso de outrem”.

Os modalizadores, assim como as formas do discurso citado, são padronizações da materialização do discurso de *outrem*³² no discurso do *eu*. Essas padronizações obedecem a regras que determinam quais formas são aceitáveis e quais não o são, de acordo com o espaço discursivo em que se situa a produção. Além dessa função, eles têm, para o autor (idem, p. 147) “(...) uma influência reguladora, estimulante ou inibidora, sobre o desenvolvimento das tendências da apreensão apreciativa, cujo campo de ação é justamente definido por essas formas”. O que Bakhtin denomina de

³¹ Veja-se o percentual de presença explícita dos autores, nos textos que analisamos: Tese de Doutorado em Lingüística (TDL): 2,65%; Tese de Doutorado em Arquitetura (TDA): 1,62%; Dissertação de Mestrado em Lingüística: (DML): 2,70%; Dissertação de Mestrado em Arquitetura: 2,74%; Monografia de Especialização em Letras (MEL): 2,86%; Monografia de Especialização em Arquitetura: (3,93%); Monografia de Graduação em Letras: 4,97%; Monografia de Graduação em Arquitetura: 3,51%.

³² O outrem a quem nos referimos neste momento é a comunidade lingüística e não o interlocutor a quem nomeamos, nesta seção, tomando emprestado um termo de Bakhtin, de 3ª pessoa.

“tendências da apreensão apreciativa” é, justamente, a maneira como o *eu* apreende o discurso desse *outrem* e o traz para o seu discurso, cristalizando-o através das formas lingüísticas. Estas obedecem a tendências verificáveis nos diferentes espaços discursivos.

O levantamento por nós efetuado na dissertação de mestrado³³ (ver RODRIGUES, 2002, p. 94) ilustra essa questão. Analisando oito gêneros acadêmicos dos cursos de Letras e de Arquitetura e Urbanismo³⁴ (duas monografias de graduação, duas monografias de especialização, duas dissertações de mestrado e duas teses de doutorado), fizemos um levantamento do número de formas (a análise se restringiu aos modalizadores epistêmicos, deônticos e afetivos). A análise contemplou a introdução e a conclusão de cada trabalho³⁵.

A análise foi feita de acordo com o nível acadêmico – efetuamos um estudo comparativo entre os trabalhos que estão no mesmo nível – iniciando com as teses de doutorado, depois, com as dissertações de mestrado, em seguida, com as monografias de especialização e, finalmente, com as monografias de graduação. Os resultados da análise apontaram para diferenças substanciais (levando em conta o nível acadêmico dos autores) quanto ao grau de explicitude dos autores-

³³ A referência a dados quantitativos relativos à nossa pesquisa anterior é meramente ilustrativa, haja vista ser o presente trabalho de natureza essencialmente qualitativa.

³⁴ Cursos ministrados no Centro de Artes e Comunicação da UFPE entre os anos de 1996 a 2000.

³⁵ Levou-se em conta a necessidade de delimitação do corpus e o fato de que essas seções contam com um número relevante de modalizadores, pois, naquela, o autor mostra a relevância de sua pesquisa e apresenta suas pretensões e, nesta, ao necessitar convencer o público de que obteve êxito na empreitada, ele apresenta o seu ponto de vista a partir da interpretação dos dados.

pesquisadores em seus textos e as teses de doutorado apresentaram o menor índice de presença explícita do autor em seu discurso e as monografias de graduação o maior.

O que se observou é que, quando aumenta o nível acadêmico do autor, diminui o número de formas que denunciam a sua presença no texto, o que é um indicador de que a apreensão do discurso de *outrem* e a sua conseqüente materialização lingüística se dá de forma gradativa. O sujeito não o assume logo no início de sua vida acadêmica, porque ainda não dispõe de um conhecimento suficiente de quem ele seja e subverte, de certa forma, as regras do dizer da comunidade lingüística na qual está inserido. Essa observação ratifica a tese bakhtiniana citada anteriormente de que a recepção ativa do discurso do outro e a sua inserção em um contexto determinado sofrem variações, que estão relacionadas aos grupos sociais, ao tempo, ao contexto e à língua.

A análise anterior também mostrou que algumas formas lingüísticas são predominantes nos diferentes gêneros textuais. Nos gêneros científicos e tratando-se dos modais, são as modalizações epistêmicas pouco asseverativas (dos tipos *parece, é provável, talvez*)³⁶ que sobressaem nos textos de nível acadêmico mais elevado, visto que elas minimizam o envolvimento do autor e atendem à provisoriedade da pesquisa científica. Como conseqüência, as modalizações

³⁶ O locutor não se engaja totalmente com o conteúdo veiculado, apresentando-o como uma hipótese que depende de confirmação, como uma possibilidade epistêmica.

deônticas³⁷, as afetivas³⁸, as epistêmicas asseverativas³⁹ e todas as demais que denotam explicitamente a presença do *eu* no discurso, tendem a ser menos utilizadas, pois o grau de exposição dele constitui um dos determinantes da sua maturidade enquanto escritor.

Se, em certas condições bem determinadas, uma forma qualquer se encontra relegada a segundo plano (...), isso testemunha então a favor do fato de que as tendências dominantes da compreensão e da apreciação da enunciação de outrem têm dificuldade em manifestar-se sob essas formas, pois estas últimas as freiam, não lhes deixando campo suficiente. (BAKHTIN, 2002, p. 147)

A materialização discursiva dessas regras da comunidade lingüística na qual se insere o sujeito passa por um processo anterior: a internalização das mesmas. Esse sujeito apreende essas regras, as internaliza e as integra ao discurso que traz no seu íntimo, já que ele não é desprovido de palavras: elas estão imbuídas nele: “Aquele que apreende a enunciação de outrem não é um ser mudo, privado da palavra, mas ao contrário um ser cheio de palavras interiores” (BAKHTIN, 2002, p. 147).

Se assim não fosse, a inserção dessas regras no discurso seria uniforme nas produções dos diferentes sujeitos em um mesmo espaço. Ao contrário, o que se

³⁷ Não exprimem o teor nem as condições de verdade das proposições, mas as obrigações, as necessidades e as permissões. O locutor trata o conteúdo como algo que deve, obrigatoriamente, necessariamente, ocorrer:

(25) As bases teórico-epistêmicas que adotamos para a interpretação dos dados **obrigam-nos** a buscar...(TDL). (Grifo nosso)

³⁸ Expressam a emoção do locutor em relação ao conteúdo, deixando de lado quaisquer considerações de caráter epistêmico ou deôntico: (26) Na verdade, ao concluir este trabalho, **lamentamos** que certas questões não pudessem ter sido ainda mais aprofundadas (DML). (Grifo nosso)

³⁹ O locutor apresenta o conteúdo proposicional como uma afirmação ou negação que não dá margens a dúvidas, assumindo por ele total responsabilidade: (27) Torna-se **evidente** que para essas alunas, dominar uma língua é saber conceitos... (MEL). (grifo nosso)

percebe é que, embora todos os gêneros discursivos se relacionem com a previsão do *eu* de quem seja o seu *outro* e com as regras da comunidade lingüística (sendo esse um fato social), não há e não se poderia, em absoluto, pensar em algo contrário, ou seja, considerar que possa haver uniformidade no que Bakhtin denomina de “apreensão apreciativa da enunciação de outrem”, dado o fato que cada sujeito tem em seu discurso interior (e de forma única, não repetível) todas as palavras que representam a sua vivência, a sua representação do real.

Toda a sua atividade mental (daquele que apreende a enunciação de outrem), o que se pode chamar de ‘fundo perceptivo’, é mediatizado para ele pelo discurso interior e é por aí que se opera a junção com o discurso apreendido do exterior. A palavra vai à palavra. (2002, p.147)

Então, as escolhas operadas pelo *eu* são de uma complexidade tamanha que exigem dos analistas do discurso um olhar sobre o seu objeto que transcenda as perspectivas restritivas que se debruçam tão somente na explicitude do material lingüístico. Há que se considerar que entram em campo nesse jogo questões que estão no âmago da constituição de cada um dos sujeitos e que se relacionam à visão que eles constroem do seu outro e ao contexto.

O erro fundamental dos pesquisadores que já se debruçaram sobre as formas de transmissão do discurso de outrem, é tê-lo sistematicamente divorciado do contexto. Daí o caráter estático das pesquisas nesse campo (o que se aplica igualmente a todas as investigações em sintaxe). No entanto, o objeto verdadeiro da pesquisa deve ser justamente a interação dinâmica dessas duas dimensões, o discurso a transmitir e aquele que serve para transmiti-lo (BAKHTIN, 2002, p. 148).

O que se observa é que as escolhas do sujeito refletem o seu grau de apreensão do dogmatismo das regras da comunidade que ele integra. Se ele utiliza, no caso do

discurso científico, formas como “provavelmente, talvez, parece que”, está “repassando” *ipsis litteris* a orientação que recebeu do discurso de outrem e mostrando a sua inflexibilidade. Se, por outro lado, não se percebe explicitamente essa presença, se, em outros termos, ela está “diluída” em seu dizer, isso aponta para o fato de que ele já tem o que poderíamos denominar de “manejo” das regras desse outrem e as insere, imperceptivelmente a olho nu, no seu discurso, sem precisar delimitar-lhe o espaço de atuação. Toda essa negociação está relacionada ao grau de conhecimento, a que nos referimos anteriormente, que ele tem desse outro. A esse respeito, Bakhtin (2002, p. 148), ao referir-se às formas do discurso citado⁴⁰ na narrativa, afirma:

Nesse caso, os esquemas lingüísticos e suas variantes têm a função de isolar mais clara e estritamente o discurso citado, de protegê-lo de infiltração pelas entoações próprias do autor, de simplificar e consolidar suas características lingüísticas individuais.

Então, verificam-se duas tendências: a) a conservação da “integridade e autenticidade” do discurso do outro:

(28) **Parece-nos**, entretanto, que a distinção semântica básica utilizada pela língua para representar as situações é uma que distingue entre extravertido e intravertido. (TDL) (grifo nosso).

E b) a mesclagem dos dois discursos, em que o *eu* e o *outro* se misturam, aniquilando quaisquer possibilidades de percebê-los, separadamente, no material lingüístico. Nesse caso, “A língua elabora meios mais sutis e mais versáteis para

⁴⁰ Consideramos que a recorrência a formas pré-definidas e, de certa forma engessadas, que cristalizam as regras da academia, como uma maneira de citar o discurso desta.

permitir ao autor infiltrar suas réplicas e seus comentários no discurso de outrem” (idem, p. 50). Veja-se o exemplo a seguir, em que não se percebe a presença explícita do outro, o que é uma forma de ela adequar-se ao seu discurso; por outro lado, a sua opção em não o deixar perceber-se no texto mostra que ela tem uma forma peculiar, própria de assumi-lo, sem delimitar-lhe o espaço. Não se identifica, na porção linear do discurso, o material proveniente do discurso de outrem, porquanto, não são explicitadas as fontes que a autorizaram a fazer tais considerações.

(29) Os lugares da cidade modificaram-se não só pelo crescimento populacional, como também pela decomposição do complexo rural, pela emergência de novas forças sociais e políticas, pelo crescimento do número de mocambos, pela substituição de mocambos por vilas habitacionais, pelas mazelas econômicas, pelo impulso à industrialização etc. (TDA)

De toda forma, “dentro de uma situação em que todos os julgamentos sociais de valor são divididos em alternativas nítidas e distintas, não há lugar para uma atitude positiva e atenta a todos os componentes individualizantes da enunciação de outrem” (BAKHTIN, 2002, p. 149). Talvez o que seja socialmente relevante em todo esse processo seja o fato de que, embora as diferentes comunidades ditem as regras do dizer, o sujeito tem, sempre, a possibilidade de preservar a sua individualidade. Assim como ele não é um plebeu que, irrestritamente, submete-se às regras do seu rei, ele não está encarapitado em um trono real a ditar ordens.

É o contexto narrativo que tem a propriedade, segundo Bakhtin (2002, p.150), de apagar as marcas da enunciação de outrem, misturando-a à fala do sujeito, que, por

sua vez, insere nele suas próprias conotações humorísticas, irônicas, de raiva, etc. Essa forma de transmissão do discurso de outrem é por ele denominada de *estilo pictórico*, no sentido que o narrador “colore” a fala do outro com suas próprias impressões, seus sentimentos. Ou seja, o discurso exterior se une ao interior e ganha uma nova roupagem, quando de sua gramaticalização, diferentemente do que ocorre com o discurso citado, em que a relação entre essas duas instâncias é, nitidamente, fronteira e cautelosa.

A constatação do autor de que as variações na recepção ativa do discurso de outrem e a sua materialização estão, também, relacionadas ao contexto histórico é corroborada pela seqüência cronológica por ele construída sobre “...as tendências possíveis da inter-relação dinâmica do discurso citado e do contexto narrativo” (idem, p. 153):

1. Dogmatismo autoritário, caracterizado pelo estilo linear, impessoal e monumental de transmitir a fala de outrem na Idade Média;
2. Dogmatismo racionalista, com seu estilo linear ainda mais pronunciado nos séculos XVII e XVIII;
3. Individualismo realista e crítico, com seu estilo pictórico e sua tendência de infiltrar suas réplicas e os comentários do autor (fim do século XVIII e começo do século XIX) e, finalmente,
4. Individualismo relativista, com a sua diluição no contexto narrativo.

Em se tratando das tendências contemporâneas e das especificidades do contexto acadêmico, o discurso interior e o exterior têm, como já apontamos em outros momentos, materializações lingüísticas bastante complexas, que caminham entre construções explícitas, em que o ego emerge na superfície discursiva irrestritamente, através de formas que marcam o seu posicionamento perante o dito

(30), entre construções em que uma determinada cautela é observada e ele se utiliza de recursos visivelmente pertencentes ao discurso exterior (31), às construções implícitas, em que ele apaga o outro e a si da superfície discursiva (32) (RODRIGUES, 2002):

(30) A potencial implantação do edifício numa área de forte apelo paisagístico é, **sem dúvida**, um de seus maiores atrativos, tanto para fins turísticos quanto educacionais (MGA). (Grifo nosso)

(31) No entanto, esta percepção **parece estar** limitada à atração desempenhada apenas pelos tipos de uso, não considerando os aspectos fundamentais da configuração espacial (DMA). (Grifo nosso)

(32) Na década de 50, com a redemocratização, o Nordeste passou a ser uma questão regional, as idéias dos intelectuais deslocaram-se para a superação do subdesenvolvimento da região e implantação de reformas sociais. As idéias de ordenamento de espaço da cidade, propugnadas pelos urbanistas, traduziram o pensamento da Comissão de Estudos para a América Latina (CEPAL) e do Movimento de Economia e Humanismo, proporcionando reflexos nos planos urbanísticos pensados para o Recife (TDA).

Essas mudanças de posição apontam para estratégias discursivas que refletem a dupla dialogização bakhtiniana: ele se apaga porque reitera o discurso acadêmico e, ao mesmo tempo, porque prevê o seu interlocutor e tem a necessidade de convencê-lo da ‘imparcialidade’ de sua pesquisa. “Constituindo-se na atmosfera do ‘já-dito’, o discurso é determinado ao mesmo tempo pela réplica ainda ‘não-dita’, mas solicitada e já prevista” (BAKHITN, 1979, p. 103).

As regras impostas pela academia sobre as maneiras através das quais os autores-pesquisadores devem aparecer no texto são difundidas, em alguns casos, em manuais de metodologia científica. Veja-se, abaixo, um trecho de uma publicação da Universidade Federal do Paraná:

No texto técnico-científico e acadêmico, utiliza-se a forma impessoal dos verbos (...) Em algumas raras exceções, dependendo da finalidade e do nível de formalidade do documento, pode-se adotar a primeira pessoa do singular ou do plural. É o caso de relatórios de participação em eventos e justificativas para ingresso em cursos de pós-graduação. (...). Nos casos em que o autor se refere ao seu próprio trabalho, deve-se usar também a forma impessoal... (IPARDES, 2000, p. 3).

Como vimos anteriormente, esse discurso acadêmico da necessidade do apagamento do sujeito ou de neutralidade aparente é assumido pelos autores de formas distintas: ora eles camuflam a origem enunciativa assujeitando-se, pois, ao outro (a academia), ora eles emergem na superfície textual com vistas à persuasão do seu destinatário, mostrando que, em um espaço de coexistência entre ele e o outro, o eu tem, sim, o seu papel. Esse movimento se dá, principalmente, pela seleção de formas lingüísticas (daí o nosso interesse pela análise das marcas modais), que constituem pistas para a identificação dessas posições. Assim, ele assume o seu papel, marca sua posição e, ao mesmo tempo, “convive com os outros”.

Em um espaço discursivo em que as regras estão postas, o autor, ao mesmo tempo em que instaura um diálogo com o seu interlocutor, inserindo-o no seu texto através da escolha de formas lingüísticas que denunciam uma previsão de quem este seja, adequa-se a esse discurso do apagamento, da neutralidade aparente. Então, a busca pela neutralidade não é submissão, é marca de co-autoria, de co-existência, pois essas escolhas mostram, não que ele está dominado pela regra da formação discursiva a que se liga, tampouco que o interlocutor direciona o seu dizer, mas que, no fio do discurso, ele está, sempre, em companhia de outrem com quem, num

diálogo permanentemente marcado pela incompletude que lhe é constitutiva, divide o espaço discursivo.

A diversidade de posições por ele assumidas desconstrói o discurso do sujeito senhor de si que “se caracteriza por ser único na instância discursiva e válido somente na sua unicidade” (BRANDÃO, 1996, p. 47) e dá lugar à idéia de descentralidade, de dispersão.

Isso não significa negar a importância do sujeito, já que é a partir dele que o discurso existe, mas considerá-lo em sua relação com o espaço discursivo (ORLANDI, 1988) e de delegar ao tu, também, o papel de sujeito - perspectiva que é de uma complexidade muito grande em relação à teoria do sujeito uma das teorias da enunciação. Assim, a idéia de completude, de supremacia do sujeito dá lugar à idéia de incompletude: esse sujeito, ao mesmo tempo em que é fundamental, só existe na relação com o outro e o seu dizer é resultado de outros dizeres, ou seja, ele não é a fonte de seu discurso, embora sempre tenha a ‘ilusão’ de que o está fundando.

Essa relação com o outro e com o seu interlocutor não considera a supremacia do eu nem a tirania desse outro. Se o sujeito é constituído socialmente, ele estará sempre se relacionando com as regras dessa constituição, com as regras dessa sociedade. Assim, ele não pode dizer-se completo nem se considerar numa posição de transcendência na relação com o outro. Tampouco esse outro pode denominar-se o ‘todo-poderoso’ a determinar os dizeres do ‘eu’.

Assim, o eu, ao mesmo tempo em que não é o senhor absoluto de seu discurso porque é visivelmente influenciado pelo discurso da ordem social em que está inserido, inscreve-se nele a partir das escolhas que faz para influenciar o seu interlocutor. Segundo Possenti (1995, p. 49), esse outro envolve “não só o seu destinatário (nível intradiscurso), mas também envolve outros discursos historicamente já constituídos e que emergem na sua fala (nível interdiscurso)”.

Uma mostra interessante dessa influência foi verificada na nossa pesquisa anterior: ao fazermos o levantamento do percentual de modalizações explícitas seguido da sua classificação, não se verificou a ocorrência de modalizações afetivas nas duas teses de doutorado analisadas. Tal fato não se repetiu nos demais níveis acadêmicos (visto que se verificou ser progressivo o apagamento de marcas explícitas do sujeito no discurso científico) e denuncia uma preocupação dos autores em não demonstrar envolvimento explícito (do tipo *é impressionante, é lamentável, infelizmente, felizmente* etc) com o texto.

Esse mascaramento do sujeito, além de ser um indicador da subjetividade – a subjetividade implícita, conforme definição de Orechioni (1980) - indica que ele assume uma posição específica visando à impessoalidade ou ao apagamento da responsabilidade pelo dito:

Essa estratégia de mascaramento é também uma outra forma de constituição da subjetividade. Só que nela o sujeito perde o seu eixo então centralizado num eu todo-poderoso, monolítico, descentrando-se e dispersando-se ou para outras formas do paradigma da pessoa ou para outros papéis que assume no discurso (BRANDÃO, 1996, p. 48).

Essa idéia de discursos que são atravessados, ocupados por outros discursos e da descentralidade do sujeito aponta para o que Orlandi (op. cit, p. 11) chama de “multiplicidade inscrita em uma noção dinâmica de sujeito”. Segundo a autora, a sua relação com a ordem social da qual ele faz parte não é mecânica, e nós acreditamos que as marcas de heterogeneidade mostrada - no nosso caso, as marcas modais - são indicadores da consciência que o eu tem da influência do outro no seu discurso e do papel por ele atribuído a este, já que postular que esse sujeito tem pleno conhecimento dessa presença implicaria em uma linearidade tamanha na identificação desse outro que negaria, inevitavelmente, a complexidade dessa materialização e colocaria o outro na superada posição de destinatário (no sentido estrito). Por outro lado, a crença no total desconhecimento do sujeito dessa outra presença desembocaria na concepção da tirania do outro.

Assim, acreditamos que o sujeito, ao imaginar, na produção do seu discurso, a sua audiência, tem um determinado conhecimento da influência desse outro, conhecimento esse, que tem materialização lingüística. Segundo Bakhtin, o produtor de um discurso seleciona, no contexto da vida, as palavras que compõem o seu texto, segundo os julgamentos de valor. Nos exemplos:

(33)**A narrativa da cidade do Recife empreendida mostrou** que, em dois governos municipais, o saber urbanístico ocupou um lugar privilegiado (TDA).
(Grifo nosso)

(34)**O exame desses fatos mostrou** que (...) as representações denotando a figuração do governante tal como ele era, também se constituíram num importante componente dessa dimensão (TDA).
(Grifo nosso)

a autora, ao tecer suas avaliações, prevê o outro e minimiza a sua auto-exposição através do respaldo na análise dos dados, a fim de passar a idéia de que são os dados empíricos que falam. Em outros termos, não é ela, sujeito do discurso quem fala, quem acha, quem conclui, mas, como coloca, é a “narrativa empreendida”, é o “exame dos fatos” quem o faz.

Fica, assim, claro que as regras do espaço discursivo em que se situam as comunidades de autores e interlocutores desse gênero de texto são, sempre, componentes ativos da produção discursiva, visto que orientam as suas formas de materialização. Essa “interorientação social” a que se submetem esses sujeitos é materializada por meio das formas lingüísticas e é constitutiva do ato de produção de todos os discursos, ou seja, é inerente à linguagem. Segundo Bakhtin (2002, p. 147), a língua reflete as relações sociais estáveis do falante:

Conforme a língua, conforme a época ou os grupos sociais, conforme o contexto presente tal ou tal objetivo específico, vê-se dominar ora uma forma, ora outra, ora uma variante, ora outra. O que isso atesta é a relativa força ou fraqueza daquelas tendências na interorientação social de uma comunidade de falantes, das quais as próprias formas lingüísticas são cristalizações estabilizadas e antigas.

O fato de esta ser uma tendência em todos os textos analisados mostra que o discurso de outrem não se manifesta na individualidade de um único sujeito. O que acontece, segundo a teoria bakhtiniana (op .cit., p.146), são “tendências sociais estáveis características da apreensão ativa do discurso de outrem que se manifestam nas formas da língua”. Essas são, pois, escolhas arraigadas nos diferentes espaços discursivos que os sujeitos integram, são escolhas de suas comunidades lingüísticas. Isto prova que este sujeito é, mesmo, um integrante desse

espaço em que se constitui o seu dizer. Ele não está, nunca, só, mas imbuído de presenças outras que também produzem o “seu” discurso. Reiteramos que, ao integrar esse espaço, na sua incompletude, ele não é dominado por outrem, tampouco domina-o. Ele é, simplesmente, “eu + eles” e produz o seu dizer para atender aos seus propósitos comunicativos; no nosso caso, a busca pela persuasão: quanto menores os índices de subjetividade explícita, maior o crédito conferido pela comunidade científica à pesquisa.

Mas, se as formas de heterogeneidade mostrada indicam o conhecimento do sujeito da presença do outro, qual é a concepção que ele tem deste? Qual é o papel que ele lhe atribui? Para tentarmos responder essa pergunta, buscaremos, na seção 4.6 - sem perder de vista o já exposto sobre o entrecruzamento entre a Lingüística e a Psicanálise -, ancorados em Authier-Revuz, discorrer sobre as concepções psicanalíticas da constituição do sujeito, que são importantes para esta análise. Antes, porém, é necessário que façamos algumas considerações sobre o conceito bakhtiniano de autoria, pelo fato de ele dialogar com a concepção de sujeito por nós adotada.

4.5 A MORTE DECLARADA DO AUTOR EM FOUCAULT

*A escrita está agora ligada ao sacrifício,
ao sacrifício da própria vida; apagamento
voluntário que não tem de ser
representado nos livros, já que se cumpre na própria
existência do escritor. A obra que tinha o dever de
conferir a imortalidade passou a ter o direito de matar,
de ser a assassina do seu autor.*

Michel Foucault

O nosso objetivo nesta seção é tratar da concepção de autoria do francês Michel Foucault porque acreditamos que a presente pesquisa ficaria deficitária se não trouxesse, ainda que muito superficialmente, o pensamento de um dos mais célebres filósofos europeus do século XX, cujo propósito na obra *O que é um autor* é evidenciar como se deu o processo de individualização do autor, e para quem a concepção de autoria remete ao momento em que o conhecimento passou a ser atribuído a indivíduos. Não temos em vista estabelecer paralelos, pelo menos não explicitamente, entre a sua concepção e a de Bakhtin - cuja teoria é o pilar da presente tese – já que isso fugiria aos nossos propósitos iniciais; tampouco dar um novo direcionamento à análise do *corpus* até aqui empreendida – daí porque este segmento de tese foge um pouco à estrutura das demais partes, visto ser ele de natureza predominantemente teórica. Isso não significa, entretanto, que não tenhamos feito, quando foi possível, uma ou outra ponte com a análise até aqui feita.

Para Foucault, o sujeito da escrita (o autor) está sempre a desaparecer, sempre acaba por ser morto. Esse fato, consequência da contemporânea e permanente

procura pelo apagamento do autor em seu próprio texto, é o revés do que ocorria na Epopéia Grega e na Narrativa Árabe, cujo propósito era, no caso daquela, tornar o herói imortal e, no caso desta, retardar a morte. O que se verifica é que “A nossa cultura metamorfoseou este tema da narrativa ou da escrita destinadas a conjurar a morte” (op. cit., p. 36).

Dois gêneros discursivos são representativos da valorização, em nossa sociedade, dessa ausência de quem escreve, dessa morte necessária do autor: o romance e o discurso científico. Foi justamente a capacidade de atribuir ao herói uma voz própria, de dotá-lo da incompletude inerente ao ser humano e, ao mesmo tempo, não fazer dele a encarnação do autor, que Dostoievski foi por Bakhtin considerado um marco do romance europeu do século (XIX). De forma análoga, é a ausência de marcas que denunciam a presença explícita do autor no discurso científico uma das condições para que a sua pesquisa seja digna de crédito perante a comunidade acadêmica. A morte do autor funciona, nesses casos, como uma marca sua, como algo que, além de necessário, é condição para o seu reconhecimento social. A análise do segmento abaixo (extraído da tese de doutorado em Letras) aponta para a estratégia do apagamento da autora de seu próprio texto, fazendo uso da impessoalidade.

(35) O capítulo I é um esboço das questões fonético-fonológicas e morfo-fonológicas da língua e, por isto, **foi denominado** “Esboço da Fonologia e da Morfologia.” (grifo nosso)

No segmento abaixo (da tese de doutorado em Arquitetura e Urbanismo), a autora apresenta as conclusões de sua pesquisa como se, detrás dos dados, não houvesse

uma pesquisadora que conclui, como se apenas a voz dos dados falasse, sem a sua intervenção pessoal:

(36) **A narrativa da cidade do Recife empreendida mostrou** que, em dois governos municipais, o saber urbanístico ocupou um lugar privilegiado; e esse lugar privilegiado lhe foi conferido pela formação de uma aliança entre urbanistas e governantes. (Grifo nosso)

O romancista que mistura a sua própria voz com a do herói, fazendo de sua obra uma autobiografia, a semelhança do pesquisador que, constantemente, faz-se presente explicitamente em seu texto, por meio de marcas lingüísticas (em especial, através das formas que indicam um envolvimento afetivo do autor com o seu discurso, tais como: infelizmente, lamentavelmente) não recebe o respaldo da comunidade a que pertence: “a marca do escritor não é mais que a singularidade da sua ausência; é-lhe necessário representar o papel de morto no jogo da escrita” (op. cit., p. 36-37).

A fim de responder à pergunta-título de sua obra *O que é um autor?* (1992) Foucault, perscrutando o espaço vazio deixado pelo desaparecimento do autor, traz quatro questões que são imprescindíveis a essa problemática: **a noção de obra, a noção de escrita, o que vem a ser o nome do autor** e, finalmente, **a função autor**.

De natureza complexa e enigmática, **a noção de obra** carrega consigo a questão da indefinição, da inexistência de uma teoria própria. A primeira problemática colocada por Foucault diz respeito aos limites (ou a inexistência deles) do que é, pela sociedade, considerado uma obra: essa noção se relaciona apenas com os textos publicados por alguém ou abrange todas as suas anotações e falas proferidas, por

exemplo? O autor afirma que, embora a função dos críticos literários seja “analisar a obra (...) na sua forma intrínseca e no jogo das suas relações internas” (op. cit., p. 37) e não apontar os vínculos da obra com o autor, não há como deixá-lo de lado e debruçar-se apenas sobre ela, devido à problemática que aquilo que se denomina obra carrega em seu bojo.

Para o filósofo, não apenas o desaparecimento do autor deveria estar atrelado à **noção de escrita**, mas também às regras através das quais essa ausência se dá. Nossas atenções voltam-se prioritariamente para as questões de ordem sociohistórica que envolvem os textos e a noção de escrita não contempla o ato de escrever em si ou as marcas da explicitude do que um determinado autor “quis” dizer. A incessante busca pela neutralização, pela opacificação do discurso faz com que perdurem “as representações que configuraram uma certa imagem do autor” (op. cit., p. 41). Foucault aponta para a necessidade de acrescentar ao reconhecimento do desaparecimento do autor a identificação do espaço que ficou vazio, a investigação dos detalhes de tudo o que envolve esse desaparecimento.

No que tange à terceira questão, **o que é um nome de autor**, há, para Foucault, que se distinguir o nome do indivíduo enquanto pessoa física, ser social, do nome do autor. Este não carrega consigo informações que caracterizem um sujeito fisicamente ou que o situem em determinados grupos sociais. O nome do autor marca os limites do discurso, no que diz respeito, por exemplo, ao conjunto de características que faz um crítico literário atribuir a autoria de um conjunto de textos a um mesmo autor:

o nome próprio e o nome do autor encontram-se situados entre os pólos da descrição e da designação; têm seguramente alguma ligação com o que nomeiam, mas nem totalmente à maneira da designação, nem totalmente à maneira da descrição. (op. cit., p.. 42-43)

Mas a noção de autoria, tal qual conhecemos hoje, não preserva o mesmo sentido desde o surgimento dos discursos, relacionando-se a questões de ordem sociohistórica. Para o teórico, ela é desvelada por meio da busca pelo apagamento do autor e são os meios através dos quais o mesmo cumpre essa função – e não o sujeito em si – que são objeto de sua atenção. Assim, Foucault (1992) aponta as formas através das quais se deu o processo de apropriação dos textos no decorrer da história e para o nascimento do que ele denomina de **função-autor**. Segundo ele, o nascimento da autoria remete à possibilidade de punição dos escritores infratores, transgressores, já que o discurso, em sua gênese, era considerado como um ato, “um ato colocado no campo bipolar do sagrado e do profano, do lícito e do ilícito, do religioso e do blasfemo. Historicamente, foi um gesto carregado de riscos de ser um bem preso num circuito de propriedades.” (op. cit., p. 47).

A sistemática de apropriação dos textos foi, pois, uma consequência da busca pelo controle dos que detinham o poder. Foi no final do século XVIII e início do século XIX que foram instituídas tais regras de propriedade. Mas esse processo não aconteceu uniformemente nos diferentes gêneros discursivos. O discurso científico, por exemplo, nos séculos XVII e XVIII, não tinha a sua autoria reclamada, pois a sua confiabilidade era passível de ser demonstrada, ele gozava do *status* de “verdade estabelecida” (ao contrário do que aconteceu na Idade Média – século V até meados do século XV-, quando o crédito conferido a tal gênero estava vinculado à assinatura do autor). Isso, todavia, não era o que acontecia com os discursos literários, cuja

valoração já se vinculava, nessa época, à necessidade de ter a acesso ao nome do autor e às circunstâncias da produção (embora, em períodos anteriores a este, o anonimato não constituísse um problema).

Na sociedade contemporânea, afirma Foucault (op. cit., p. 50), “o anonimato literário não nos é suportável; apenas o aceitamos a título de enigma. A função-autor desempenha hoje um papel preponderante nas obras literárias”. Mas, esclarece o autor, a forma de vinculação do nome do autor à obra varia conforme o gênero e a área, de forma que, se em matemática o nome do autor serve tão somente para batizar teoremas, em biologia e medicina, serve para conferir crédito à obra.

Às questões de ordem sociohistórica do processo de apropriação dos textos, Foucault acrescenta um outro ponto: como a sociedade constrói a noção do que é um autor? O autor é aquele a quem ela projeta como uma instância de onde emana a escrita e, como tal, tem a faculdade de criar. As operações decorrentes de tal projeção, “(...) o tratamento a que submetemos os textos, as aproximações que operamos, os traços que estabelecemos como pertinentes, as continuidades que admitimos ou as exclusões que efetuamos” (FOUCAULT, 1992, p. 51) mudam segundo o gênero discursivo e o momento histórico de sua produção, embora se possam perceber traços comuns das concepções teóricas do autor em épocas distintas.

Para atribuir uma obra a um autor, os especialistas modernos levam em conta normas que se relacionam com os quatro critérios de autenticidade utilizados pela

tradição cristã, segundo São Jerônimo, para conferir autenticidade aos textos: 1) a qualidade da obra, considerada como aspecto recorrente na produção de um mesmo autor; 2) a coerência conceitual; 3) a unidade estilística e, por último, 4) o momento histórico no qual se situa o autor – são inadmissíveis, por exemplo, dados que remetem a um momento posterior à morte do autor.

Para a crítica moderna, igualmente, o autor: 1) segundo a unicidade de sua trajetória de vida, é aquele que revela os motivos que justificam “a presença de certos acontecimentos numa obra como as transformações, a suas deformações, a suas modificações diversas” (op. cit., p. 53); 2) emerge em seu discurso graças à unicidade de traços na escrita; 3) independentemente de possíveis contradições que se percebem nas suas obras, ele permanece nelas identificável, pois “(...) deve haver um ponto a partir do qual as contradições se resolvem, os elementos incompatíveis encaixam finalmente uns nos outros ou se organizam em torno de uma contradição fundamental ou originária” (op.cit., p. 53); 4) carrega consigo uma expressividade que o caracteriza e é recorrente em seus escritos.

Foucault considera os discursos como espaços nos quais existe uma multiplicidade de “eus”: o eu que fala, de uma posição específica, no prefácio de um livro, sobre as circunstâncias de sua produção e o eu do autor, que, no caso do discurso científico, estuda, analisa, conclui. Este último desdobra-se, ainda, num terceiro eu: aquele que trava o diálogo com os discursos anteriores e posteriores ao seu. A função autor realiza-se, para o autor, na dispersão desses três “eus”. Tal função é por ele resumida a quatro principais traços: 1) ela se relaciona a um determinado sistema

jurídico e institucional; 2) muda conforme os discursos, as épocas e as sociedades; 3) define-se por meio de operações complexas, que não a mera “(...) atribuição de um discurso ao seu produtor” (op. cit., p. 56); 4) não se remete a um eu uno, mas à pluralidade de “eus” que ocupam distintas posições.

4.5.1 SOBRE OS DISCURSOS FUNDADORES

Ainda que concordemos com a conhecida afirmação de Bakhtin de que apenas o Adão mítico, ao “fundar” o mundo com sua primeira palavra, escapara da orientação dialógica do discurso, é preciso reconhecermos que há, no decorrer da história da humanidade, a produção de discursos que inspiram centenas de outros (tenham estes últimos o papel de refutar ou de ratificar aqueles). Assim, todas as ciências têm seus “pais” e também teóricos que dividem as suas histórias em períodos que antecedem os seus discursos e os que os sucedem. Estes são, por Foucault, nomeados de “fundadores da discursividade”. A sua função de autores vai além de suas obras:

Estes autores têm isto de particular: não são apenas os autores das suas obras, dos seus livros. Produziram alguma coisa mais: a possibilidade e a regra de formação de outros textos. (...) eles estabeleceram uma possibilidade indefinida de discursos. (FOUCAULT, 1992, p. 58)

Isso se dá, entretanto, de forma diferente nos romances. Quando Bakhtin, por exemplo, afirmou, em sua obra *Problemas da Poética de Dostoiévski* que esse autor rompeu, no século XIX, com a tradição monofônica característica do romance

européu de então, ele identificou categorias dialógicas nas relações entre o autor e o herói que eram recorrentes em suas obras, o que constituía algo inovador. No romance, em outros termos, é o estabelecimento de determinadas estruturas que, ao serem fundadas por um autor, inauguram um gênero e podem ser utilizadas (e até perpetuadas) por outros autores. Por outro lado, quando Bakhtin, já na década de vinte – momento no qual os estudiosos da linguagem limitavam suas análises à frase -, tratava não somente do enunciado, mas também da enunciação e da interação entre os sujeitos, ele, atuando enquanto “instaurador da discursividade”, abriu a possibilidade para a existência de uma infinidade de discursos outros que, seguindo o seu, não se limitam à lingüística *stricto sensu*. No segmento abaixo, que é um trecho da tese de doutorado em Arquitetura, a autora (ainda que aborde questões totalmente distintas da problemática da autoria), aponta as instâncias que fundaram os discursos os quais ela (e o teórico que embasa o seu texto) retoma em sua própria produção, fazendo a distinção entre o discurso fundador e o discurso modificado, esse último representado por Habermas e pelas vanguardas artísticas e literárias, como se verá a seguir:

(37) Habermas (1990) apresenta duas linhas de argumentação para a modernidade: a primeira, como conceito epocal, significando “novos tempos” e “tempos modernos”, **tendo por referência textos de Hegel** e as expressões “moderno” e “modernização” ficam como conceitos subjacentes. **A segunda, como significado estético, a partir da compreensão do modernismo elaborado pelas vanguardas artísticas e literárias.**

(Grifo nosso)

Foucault traz Freud e seus estudos para ilustrar essa questão: “Dizer que Freud fundou a Psicanálise (...) quer dizer que ele tornou possível um certo número de

diferenças relativamente aos seus textos, aos seus conceitos, às suas hipóteses que relevam o próprio discurso da Psicanálise”. (op. cit., p. 60)

Foucault estabelece, nesse ínterim, a diferença entre *instauração da discursividade* o que denomina de *fundação de cientificidade* – muito embora ele próprio reconheça que nem sempre é fácil estabelecer tal distinção e que essas duas instâncias não são incompatíveis. No segundo caso, o ato que funciona como ponto de partida para a existência de uma determinada ciência estará, ainda que assumindo diferentes formas, presente nas transformações sofridas por ela. No primeiro caso, as obras dos autores não são o ponto de partida das ciências, mas há uma relação de heterogeneidade entre o ato de instauração da discursividade e as transformações que lhe sucedem, que nada mais são do que possibilidades de aplicação daquele:

(...) diferentemente da fundação de uma ciência, a instauração da discursividade não faz parte das transformações ulteriores (...) a obra destes instauradores não se situa em relação à ciência e no espaço que ela desenha; mas é a ciência ou a discursividade que se relaciona com a obra deles e a toma como primeira coordenada. (op. cit., p. 62-63)

Assim, se nos momentos posteriores à fundação de uma cientificidade acontecem redescobertas dos fundamentos de uma ciência, os eventos que sucedem a instauração da discursividade constituem *retornos às origens*. É o que faz um pesquisador, ao desenvolver a sua tese, por exemplo: para que os seus estudos sejam considerados relevantes e ele traga, com os mesmos, alguma contribuição para a área a qual pertence, precisa dominar as teorias que alicerçam essa ciência, o que somente é possível por meio do referido retorno às origens; um retorno que

possibilite, nas palavras de Foucault, *a transformação da discursividade*. A autora do segmento abaixo, ao inteirar, na apresentação da sua tese, seus leitores sobre o percurso por ela trilhado, deixa explícita a necessidade não só do retorno às origens, mas de dar uma nova feição aos discursos que a embasam, transformando-os, conseqüentemente:

(38) É preciso esclarecer que tal forma de apresentação deve-se ao fato, já mencionado, de as nossas pressuposições epistemológicas serem um tanto, por assim dizer, frouxas, o que **tem-nos levado a utilizar explicações, uma ou outra vez, levantadas por diferentes linhas teóricas**, quando isto tem-nos parecido necessário e, outras vezes, a ousarmos inventar nossas próprias explicações. (TDL) (Grifo nosso)

A pesquisadora, que afirma ter necessitado recorrer a linhas teóricas distintas em seu estudo, efetuou o retorno que é inerente aos discursos fundadores e, também, os modificou, assim como o fizeram (e o farão) os pesquisadores outros que se debruçaram sobre o mesmo objeto. Pressupõe-se, pois, que, em uma pesquisa, todo retorno há que preceder a necessária modificação acima referida, para que não aconteça, pura e simplesmente, a repetição improdutiva do discurso.

4.6 O SUJEITO-AUTOR

O Ferrageiro de Carmona

(...)

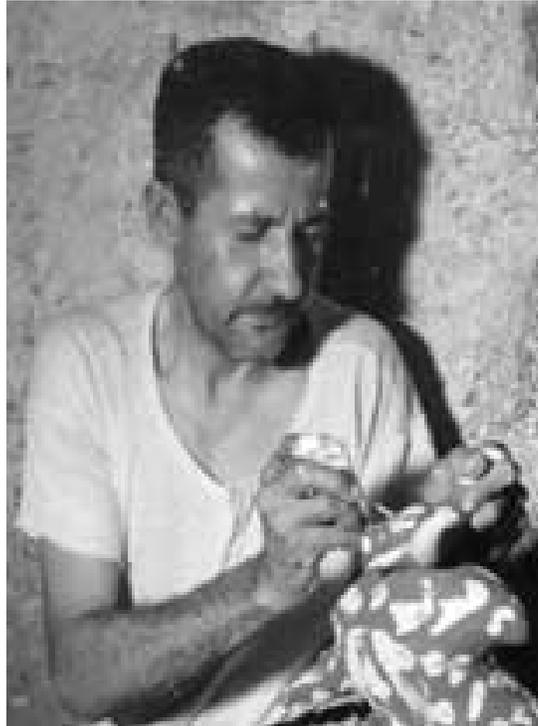
*Conhece a Giralda em Sevilha?
De certo subiu lá em cima.
Preparou na flores de ferro
dos quatro jarros das esquinas?*

*Pois aquilo é ferro forjado.
Flores criadas numa outra língua.
Nada têm de flores de forma
moldadas pelas campinas.*

*Dou-lhe aqui humilde receita
ao senhor que dizem ser poeta:
o ferro não deve fundir-se
nem a vog ter diarreia.*

*Forjar: domar o ferro à força
não até uma flor já sabida,
mas ao que se pode até ser flor
se flor parece a quem o diga.*

João Cabral de Melo Neto.



Mestre Vitalino

Nesta seção, procuramos estabelecer uma relação do autor-pessoa e do herói bakhtiniano com o autor dos textos acadêmicos e suas escolhas teóricas, porque

acreditamos que o gênero científico é, assim como o romance, um campo em que o sujeito assume diferentes papéis perante a realidade, o outro e ele mesmo. Mas é importante ressaltar aqui que, embora tenhamos plena consciência das diferenças fundamentais entre a construção - por parte do autor-pessoa - das personagens do romance e a inserção de “autores outros” no discurso científico - efetuada pelo autor-pesquisador – a ponte que entre esse dois movimentos nos empenhamos em construir se edifica estruturada em um ponte relevante: o herói do romance e os “outros” do discurso científico integram a totalidade da obra porque provém da voz social e dela foram recortados para, a seguir, serem inseridos em outro plano. Essa interseção é para os objetivos deste estudo suficiente, haja vista estar a nossa atenção voltada essencialmente para a análise da relação entre o “eu” e os “outros” no espaço discursivo. Estes são, por esse motivo, por nós tratados como “personagens” do gênero em pauta.

Assim, ao fazermos tal contraponto, não perdemos de vista que, para Bakhtin, é justamente a relação autor-herói que marca uma diferença fundamental entre o romance e outros gêneros, a exemplo do discurso acusatório, do artigo científico e do culto. No romance, a autêntica criação estética se dá graças à existência de dois participantes – o autor e o herói -, que não devem ter consciências coincidentes. No discurso acusatório, estando o autor e a personagem na posição de inimigos, o “acontecimento estético” dá lugar ao “acontecimento ético”. No artigo científico e em todos os demais discursos do gênero acadêmico, inexistindo a presença de personagens, o que se dá é um “acontecimento cognitivo”. E, por fim, no culto, o acontecimento é religioso, visto ser divina a consciência outra:

Um acontecimento estético pode realizar-se apenas na presença de dois participantes, pressupõe duas consciências que não coincidem. Quando a personagem e autor coincidem ou estão lado a lado diante de um valor comum ou frente a frente como inimigos, termina o acontecimento estético e começa o acontecimento ético que o substitui (o panfleto, o manifesto, o discurso acusatório, o discurso laudatório e de agradecimento, o insulto, a confissão-relatório, etc.); quando, porém, não há nenhuma personagem, nem potencial, temos um acontecimento cognitivo (um tratado, um artigo, uma conferência); onde a outra consciência é a consciência englobante de Deus temos um acontecimento religioso (uma oração, um culto, um ritual). (BAKHTIN, 2003b, p. 19-20)

Segundo Faraco (2005), o conceito de autoria sofre, no texto bakhtiniano *O autor e o herói na atividade estética*, uma “refração” (tomando emprestado um termo do autor) que lhe confere uma significação peculiar, a qual se entrelaça com a sua concepção do *eu*, do *outro* e do espaço que ambos ocupam.

Para Bakhtin, há que se distinguir o sujeito físico, o *autor-pessoa*, do sujeito não-físico, o *autor-criador* e a realidade. Esta, por ele denominada de *voz social* (onde está o primeiro plano axiológico), é constituída por valores sociais que são heterogêneos, marcados pela diversidade de posições assumidas pelos sujeitos dos diferentes grupos. É ela a grande peça do tecido onde ele vai operar a refração, ou seja, é nessa realidade axiologicamente construída que ele, pessoa física, autor-pessoa, vai efetuar o seu recorte valorativo. Ela é a instância do mundo objetivo por ele acolhida segundo os seus julgamentos de valor.

Para que essa questão fique mais clara (acrescente-se que os nossos objetivos, neste momento, são meramente ilustrativos), tratemos da referida distinção, que é estabelecida por Bakhtin (2003b) no texto *O Autor e o Herói na Atividade Estética* e quase que didaticamente retomada por Faraco (2005, p. 37), a partir da análise

(RODRIGUES e IAPECHINO, 2006: 2698-2700) de um pequeno segmento do romance *O Auto da Compadecida*, de Ariano Suassuna – especificamente o episódio em que o autor narra o julgamento pós-morte da personagem João Grilo - para, a seguir, fazermos a transposição de tais conceitos para o discurso científico. O autor-pessoa, o escritor, é, neste caso, Ariano Suassuna , e o autor-criador é João Grilo, uma parte que integra o todo da obra, que “...dá forma ao objeto estético, o pivô que sustenta a unidade do todo esteticamente consumado” (FARACO, 2005, p. 37). Ao integrar esse todo, o autor-criador se coloca axiologicamente diante do seu mundo. Esse posicionamento é, por seu turno, caracterizado pela heterogeneidade, pois não há que ser uniforme a sua posição valorativa, mas “...agregar múltiplas e heterogêneas coordenadas” (op cit, p. 38). Veja-se, como exemplo, o seguinte trecho do julgamento da personagem João Grilo (p. 162/163):

ENCOURADO:

Agora você me paga, amarelo. O sacristão, o padre e o bispo fizeram o enterro do cachorro, mas a história foi toda tramada por ele. E vendeu um gato à mulher do padeiro dizendo que ele botava dinheiro.

JOÃO GRILO:

Mentira, Nosso Senhor.

MANUEL:

Verdade, João Grilo.

JOÃO GRILO:

É, é verdade, mas do jeito que eles me pagavam, o jeito era eu me virar. Além disso eu estava com pena do gato, tão abandonado, e queria que ele passasse bem.

Nele, estando João Grilo sob a acusação de ter sido o idealizador do episódio narrado pelo *Encourado*, ele marca uma posição que pressupõe, ao mesmo tempo, dois diferentes julgamentos seus sobre a realidade (duas posições axiológicas): o protesto contra o mau salário que recebia dos patrões e a necessidade de sobreviver, de um lado, e a compaixão pelo gato, de outro. Nesse episódio, mesclam-se, pois, componentes valorativos heterogêneos que constituem o todo da personagem. “É esse posicionamento valorativo que dá ao autor-criador a força para constituir o todo: é a partir dela que se criará o herói e o seu mundo e se lhes dará o acabamento estético” (FARACO, 2005, p. 38). É a vocação para o posicionamento axiológico que fundamenta, para Bakhtin, o autor-criador, é a sua capacidade de ver a realidade e de colocar-se diante dela a base de sua constituição. Acrescente-se que o fato de ser a realidade inundada de posições valorativas faz com que o posicionamento do autor-criador sempre se coloque frente a outras posições valorativas. Em outros termos, a avaliação da personagem João Grilo sobre o seu próprio ato não coincide, por exemplo, com a do *Encourado* e não tem o *status* de verdade absoluta na realidade de onde tais personagens foram recortadas.

O posicionamento axiológico enquanto função primordial do conceito bakhtiniano de autor-criador está diretamente relacionado à essência de todo e qualquer ato cultural: “...todo ato cultural se move numa atmosfera axiológica intensa de inter-determinações responsivas, isto é, em todo ato cultural assume-se uma posição

valorativa frente a outras posições valorativas” (FARACO, 2005, p., 38). É exatamente isso que diferencia uma obra literária de um compósito de períodos com valor estritamente lingüístico. Na obra literária, o que acontece é que o *material*, ou seja, o lingüístico é superado pelo *conteúdo*, pela posição do autor diante do mundo, que, materializada na obra de arte, dá *forma* à personagem. Daí porque não pode haver unanimidade na forma como João Grilo, Encourado e os outros percebem o mesmo ato, se colocam diante dele. É no ensaio *O Problema do Conteúdo, do Material e da Forma na Criação Literária* que Bakhtin distingue, na obra de arte, o tripé conteúdo-forma-material:

O procedimento artístico não pode ser apenas um procedimento de elaboração do material verbal, deve ser antes de tudo um procedimento de elaboração de um determinado conteúdo, mas nesse caso com o auxílio de um material determinado. Seria ingênuo imaginar que o artista necessite apenas de uma língua e do conhecimento dos procedimentos de tratamento dessa língua, mas ele a recebe precisamente e apenas como língua (...), essa língua é o que inspira o artista, e ele realiza nela toda sorte de desígnios. (BAKHTIN, 2003, p. 178)

Retomando o nosso objeto de análise, há que se salientar que a personagem João Grilo é a representação de tipos humanos que integram a vida real. Nesse caso, um grupo específico de nordestinos de classe baixa, que não tem satisfeitas as suas necessidades mais básicas de vida, uma camada da sociedade que, excluída, busca meios para sobreviver. É esse tipo de sujeito que Ariano Suassuna, o autor-pessoa, encontra para compor João Grilo, que é a materialização, no plano da obra, desse recorte da voz social efetuado por Suassuna. Ou seja, os “Joãos Grilos” integram uma realidade, um plano da voz social. São, a seguir, dele recortados para serem reordenados em um outro plano: o da obra. Neste, um novo componente axiológico, distinto do existente no plano da voz social, vai se estabelecer.

No ato artístico especificamente, a realidade vivida (já em si atravessada por diferentes valorações sociais porque a vida se dá num complexo caldo axiológico) e transposta para um outro plano axiológico (o plano da obra): o ato estético opera sobre sistemas de valores e cria novos sistemas de valores. (FARACO, 2005, p. 38)

Nesse ínterim, em que o autor-pessoa percorre caminhos entre a realidade que é, para Bakhtin, onde está o primeiro plano axiológico e o contexto da obra, o segundo plano axiológico, a fala do autor-criador não provém da boca do escritor, mas de uma segunda voz, que é a voz social. Em outros termos, João Grilo é o elemento “estético-formal” que não é um reflexo da própria voz de Ariano Suassuna, mas a reordenação de uma refração da voz social por este operada. João Grilo sai de um primeiro plano axiológico ao representar tipos humanos que provém de uma dada realidade, para integrar um segundo plano axiológico, onde ele se transforma no elemento estético-formal.

É assim que o escritor, ao deixar que vozes outras constituam a sua obra, efetua o deslocamento que é, para Bakhtin, necessário para que a autêntica criação estética aconteça:

É possível que toda palavra sem objeto e monovocal seja ingênua e imprestável para uma criação autêntica. Toda voz autenticamente criadora sempre pode ser apenas uma segunda voz no discurso. (...) O escritor é aquele que sabe trabalhar a língua estando fora dela, aquele que tem o dom de falar indireto. (BAKHTIN, 2003, p. 315)

Observe-se o segmento que retrata a Compadecida no papel de advogada de João Grilo, reportando-se a Manuel:

COMPADECIDA:

João foi um pobre como nós, meu filho. Teve de suportar as maiores dificuldades, numa terra seca e pobre como a nossa. Não o condene, deixe João ir para o purgatório. (P. 184)

Nele, a voz que se faz presente é a da mulher, a da mãe que busca argumentos na defesa do filho, que zela pelo seu bem-estar, que o protege do mal. Há, no episódio em análise, sucessivos deslocamentos efetuados por Ariano Suassuna, pois verificam-se, claramente, vozes distintas que ora se opõem (como a do Encourado e a da Compadecida), ora se complementam (como a de Manuel e a da Compadecida), em um movimento de constante reordenação da segunda voz, a que nos referimos anteriormente. O papel de Ariano, nesse ínterim, se assemelha ao da artesã que compõe uma colcha de retalhos: ela busca, em seu meio, tecidos de diversas cores e estampas que vão ser (re) significados no todo da peça, que vão ser “costurados” para compor um todo que nada mais é que a reordenação do refratado.

Para efetuarmos a transposição das concepções bakhtinianas de autor-pessoa e de voz social para o discurso científico, tomem-se as escolhas teóricas que um pesquisador precisa operar no desenvolvimento dos seus estudos. As suas opções contam com um componente axiológico, já que toda escolha pressupõe avaliação, requer um posicionamento do sujeito diante de um dado universo. Os teóricos selecionados, por seu turno, pertencem a uma realidade que é, também, axiológica.

Retomemos a seqüência relativa ao exemplo (21), p. 93:

Para Kopp, o urbanismo moderno está sendo apresentado cada vez mais como apenas o cenário das utopias sociais das primeiras décadas do século XX, mas seria preciso entendê-lo no contexto do pós-guerra... (TDA)

Nela, a autora traz para o seu discurso um *outro* que já estava inserido em um contexto de relações axiológicas, traduzido na ratificação ou na refutação do seu dizer por parte dos interlocutores. Ao integrar, em um segundo momento, o contexto da obra, ele continua sob julgamentos de valor, desta vez, da parte da escritora, que também precisa assumir posições, já que o seu olhar não pode ser, segundo as propriedades do gênero discursivo em pauta, tão somente contemplativo.

A sua avaliação materializa-se, numa primeira instância, a partir do uso da conjunção adversativa *mas*, que introduz um argumento que vai na direção oposta ao da oração anterior. A seguir, ela sustenta a sua oposição ao discurso de Kopp, quando afirma a necessidade de situá-lo em um outro plano axiológico, que não o primeiro, nem o segundo a que nos referimos, mas um terceiro, o do *contexto do pós-guerra*, justificando a sua falta de adesão ao discurso dele. “... o escritor encontra seu tema já envolto em uma aura heteroglóssica constituída pela consciência social e vai, basicamente, se orientar de forma responsiva nessa aura” (FARACO, 2005, p. 49).

Em outros termos, de sua posição, a autora-pessoa efetuou uma transposição para o plano da obra (que constitui o segundo plano axiológico bakhtiniano), reconstruindo o desconstruído em seu discurso. Ao fazê-lo, não mais se confunde com a pessoa

física da escritora, mas assume a posição transcendental da segunda voz e *transpõe a vida para a arte*. É nela que uma realidade diferente vai, esteticamente, construir-se e é ele quem a mantém. O que era recorte é, agora, um todo reordenado. É nesse momento que a autora-pesquisadora consegue redizer o dito, inserir a fala do outro em sua fala e re-significá-la em um mundo diverso daquele ao qual ela pertencia. Esse processo acontece também porque, como veremos mais a seguir, o autor-pessoa tem uma visão privilegiada das suas personagens. É ela quem lhe confere esse poder.

O ato estético opera sobre sistemas de valores (...) é o autor-criador-materializado como uma certa posição axiológica frente a uma certa realidade vivida e valorada – que realiza essa transposição de um plano de valores para outro plano de valores, organizando um novo mundo e sustentando essa nova realidade. (FARACO, 2005, p. 38).

Bakhtin (2003) questiona a possibilidade de existirem na literatura palavras monovocais, palavras através das quais apenas a presença do autor possa ser percebida e assemelha a figura do escritor à do dramaturgo, pois aquele “distribui todas as palavras a vozes dos outros, inclusive à imagem de autor”. A seguir, ele reformula a mudança de papéis experienciada pelo autor em *O problema do texto em Lingüística, Filosofia e nas Ciências Humanas*. (op cit., 2003:307-335)._O dueto autor-pessoa e autor-criador traduz, agora, um deslocamento necessário (realizado no plano da linguagem) ao ato de produção crítica. É necessário justamente pelo fato de ser a linguagem uma miscelânea heterogênea de vozes. O autor-pessoa precisa transcender esse papel, transcender o seu próprio recorte valorativo da realidade, passar para a *voz segunda* para que, finalmente, ele possa criar.

É possível que toda palavra sem objeto e monovocal seja ingênua e imprestável para uma criação autêntica. Toda voz autenticamente criadora sempre pode ser apenas uma segunda voz no discurso. (...) O escritor é aquele que sabe trabalhar a língua estando fora dela, aquele que tem o dom do falar indireto. (BAKHTIN, 2003, p. 315)

O autor-criador tem, pois, um papel bastante especial: ao re-significar o recorte da voz social feito pelo autor-pessoa a partir de sua maneira peculiar de ver o mundo, ele traz o seu leitor para esse mundo e guia o seu olhar. No exemplo:

(39) Mas o urbanismo pós-1945, organizado pelas diretrizes fordistas-keynesianas e sob a hegemonia norte-americana, tornou-se estável, ou melhor, positivista, tecnocêntrico e racionalista. (TDA)

O “urbanismo pós-1945”, as “diretrizes fordistas-keynesianas” e a “hegemonia norte-americana” pertenciam, antes da refração efetuada pela escritora, a planos distintos da voz social, ao *primeiro plano axiológico*, visto estarem, em suas respectivas instâncias, inseridos em contextos valorativos. Eles passam a compor uma outra cena no momento em que são reordenados no contexto da obra e integram uma outra rede de relações não necessariamente verificável na voz social de onde provinham. Esse movimento é, para Bakhtin, condição *sine qua non* para o ato criador. O autor, as teorias por ele escolhidas e o receptor, cada um com seu papel, integram o plano da obra. A relação do autor não se restringe, pois, ao herói, ela se estende aos outros, pois ele considera as avaliações destes em relação àquele.

A relação autor-herói fica assim mais claramente atravessada pelos diálogos sociais, pelas indeterminações responsivas. O receptor imanente é a função estético-formal que permite transpor para o plano da obra a manifestação do coro social das vozes. (FARACO, 2005, p. 44)

Reportando-nos, mais uma vez, ao discurso científico, as escolhas operadas pelo autor, ao refletirem a sua adesão a correntes teóricas específicas, retratam a sua refutação àquelas que a tais correntes se opõem, o que é uma forma de caracterizar o receptor de seu texto.

A posição assumida pelo escritor representa a sua resposta à heterogeneidade de vozes que constitui a voz social. Mas essa resposta é dada a partir de um recorte do todo, ou seja, a partir da refração da heteroglossia social operada pelo autor-pessoa. O que é heterogêneo, o que é marcado pelo que Bakhtin denomina de *verbo-axiologia* vai constituir uma unidade: a unidade estética da obra. O autor-pessoa, ao refratar a voz social, se assemelha ao artesão que recorta o barro, objeto de seu trabalho; o autor-criador, por sua vez, materializa a reordenação do que era fragmentado e reflete o objeto artístico: ambos são reconfigurações axiológicas de um recorte do mundo, de uma refração da realidade.

Refratado e posteriormente reconstituído esteticamente, o elemento da obra é apresentado como uma resposta do autor-pessoa, a qual engloba a própria resposta do autor-criador. O todo estético apresenta-se, em outros termos, como uma atividade constitutivamente responsiva, perante a qual os interlocutores posicionam-se-ão axiologicamente.

Essa refração é feita segundo os interesses de cada um, já que a realidade como um todo não pode ser objeto de estudo de um único sujeito, “ na vida, não nos interessa o todo do homem mas apenas alguns de seus atos com os quais operamos na

prática e que nos interessam de uma forma ou de outra” (BAKHTIN, 2003 b, p. 4). Segundo o autor, não é preciso nos referirmos à nossa exterioridade para que se verifique essa impossibilidade de se captar o todo, pois ela se opera em nossa própria individualidade, já que não conseguimos “perceber o todo da nossa própria personalidade.”

No discurso científico – assim como no romance – a alteridade, no diálogo com o autor-pesquisador, fala de forma limitada, pois somente o aspecto do seu discurso que interessa ao autor se faz presente no texto. No ato cognitivo da escrita acadêmica, à semelhança do ato estético da escrita literária, o autor cria um mundo no qual os discursos estão sempre submetidos ao ordenamento do eu.⁴¹ É tendo em vista os seus objetivos, o seu objeto, o seu problema de pesquisa que esse eu seleciona, recorta aquilo que, no discurso do outro, interessa-lhe. O autor-pesquisador, em decorrência disso, sabe de sua obra mais do que aqueles que fundamentaram o seu texto, mais do que a sua audiência do presente e do futuro, já que ele constrói as relações dialógicas no seu texto com vistas ao seu objetivo. Sendo assim, de uma posição privilegiada, ele tem a liberdade de ordenar o discurso da alteridade em seu próprio discurso. É ele quem dirige o diálogo entre a sua consciência e a consciência do outro. Bakhtin (2003b, p. 322), referindo-se ao romance, traduz com maestria esse aspecto da singularidade do autor:

⁴¹ Ao fazermos tal consideração, não estamos, em absoluto, afirmando que o discurso da alteridade sobrepõe-se ao discurso do eu (e a nossa posição em relação a tal questão está explicitada no decorrer do presente trabalho), mas apresentando a constatação feita por nós, quando da análise dos dados, de que o eu tem sempre uma posição privilegiada quando traz o outro para o seu discurso, pois é ele quem seleciona aquilo que no discurso desse outro atende às suas necessidades, aos propósitos de sua pesquisa.

As personagens falam como participantes da vida representada; falam, por assim dizer, de posições privadas; de uma forma ou de outra os seus pontos de vista são limitados (elas sabem menos que o autor). O autor está fora do mundo representado (e em certo sentido criado por ele). Ele conscientiza todo esse mundo de outras posições qualitativamente distintas.

A análise do segmento abaixo, extraído da dissertação de mestrado em Letras, mostra como o autor, tendo em vista os seus objetivos, não somente recorta (segundo os seus propósitos) o discurso do outro para ordená-lo em seu próprio discurso, como faz uma espécie de interseção entre ambos:

(40) Através desse projeto, os participantes e eu, inclusive, pudemos ampliar nossa percepção do mundo, e aprendemos a reagir diante das dificuldades de caráter pedagógico, na maioria das vezes, não tão grandes e intransponíveis quanto as imaginávamos.

No início do segmento, o autor coloca-se no mesmo patamar que os sujeitos de sua pesquisa (os professores que participaram do Projeto Vitae em Pernambuco), a fim de dar sustentabilidade à sua conclusão de que houve uma ampliação da “percepção de mundo”. Para chegar a tal constatação, ele precisou efetuar um recorte daquilo que, na fala de tais professores, pudesse servir como indicador de tal mudança de estado dos sujeitos. Concomitantemente, ele traça uma interseção entre o seu discurso e o do outro, ou seja, nessa situação específica, o autor-pesquisador, ao mesmo tempo em que recorta (segundo os seus interesses) e reordena o discurso da alteridade, cruza-o com o seu. No estudo das relações dialógicas no romance, Bakhtin (2003b, p. 322) faz tal constatação, ao afirmar: “Os planos dos discursos das personagens e do discurso do autor podem cruzar-se, isto é, entre eles são possíveis relações dialógicas.”

Na obra de arte, o todo da personagem é caracterizado esteticamente pelo autor a partir das peculiaridades da mesma. Retomando a análise do exemplo (21), p. 93,

Para Kopp, o urbanismo moderno está sendo apresentado cada vez mais como apenas o cenário das utopias sociais das primeiras décadas do século XX, mas seria preciso entendê-lo no contexto do pós-guerra... (TDA).

o escritor só pode captar uma fração do todo de Kopp, a fração cuja constituição chamou-lhe a atenção. Ela é a resposta que ele, o autor-pessoa, recebe para a sua pergunta e perante a qual se posiciona axiologicamente. Se assim não fosse, se o escritor buscasse o todo de Kopp, suas impressões seriam uma “generalização empírica precária” (op. cit., p. 4), daí a necessidade de se operar o recorte a que nos referimos anteriormente. É a partir desse e de outros recortes do todo de Kopp, que a escritora vai, ao responder a suas perguntas a manifestações individuais deste e acentuá-las, reconstituir esse todo, ou seja, é a partir da resposta ao singular que ela constrói o todo estético. “Na obra de arte, a resposta do autor às manifestações isoladas da personagem se baseiam numa resposta única ao todo da personagem, cujas manifestações particulares são todas importantes para caracterizar esse todo como elemento da obra” (op. cit., p. 4).

Essa resposta do autor é, para Bakhtin, precisamente, a manifestação de sua criatividade, pois é ele quem define o objeto artístico e não o contrário. É o artesão quem delinea, quem dá forma, quem constitui o boneco de barro. Suas particularidades, sua expressão facial, o seu tipo físico, a sua vestimenta são os elementos que se apresentam para os interlocutores da obra como respostas do

artessão. É a partir dessas singularidades que o todo estético do boneco se constitui e são elas que passam a defini-lo. “O que na vida, na cognição e no ato chamamos de objeto definido só adquire determinante na nossa relação com ele: é nossa relação que define o objeto e sua estrutura e não o contrário” (op. cit., p. 4).

Mas esse todo artístico não reflete, nem poderia fazê-lo, as posições do autor perante a sua criação, pois ela não é um objeto pré-construído sobre qual ele vai operar. O todo artístico é reflexo do arbítrio da personagem e não a materialização da individualidade do criador. O todo artístico é independente do criador. Ele tem existência própria e se desvencilha do processo de sua constituição. Inexiste, pois, um cordão umbilical que os mantém ligados: o corte é operado quando do “término” da obra.

Tendo o autor-pessoa operado sobre a personagem em seu ato de criação, ele constrói, quando da conclusão da obra, sua verdadeira posição diante dela, assim como poderia fazê-lo qualquer outro sujeito que não tenha do ato criador participado, o que significa que a obra está aberta a todos os olhares e independe do olhar do seu criador. Isso acontece justamente porque a criação e o criador já se desvencilharam um do outro. Assim, não há uma previsão da impressão que o autor-pessoa tem do autor-criador quando do término da obra:

O autor-criador nos ajuda a compreender também o autor-pessoa, e já depois suas declarações sobre sua obra ganharão significado elucidativo e complementar. As personagens criadas se desligam do processo que as criou e começam a levar uma vida autônoma no mundo, e de igual maneira o mesmo se dá com o seu real criador-autor. (BAKHTIN, 2003 b, p.6)

Esse desligamento entre ambos é comprovado, em se tratando do gênero científico, nas inúmeras vezes que um mesmo autor, graças à incompletude que lhe é constitutiva, abandona as correntes teóricas que se fizeram presentes em suas obras do passado. O fato de ele não mais reconhecê-las não exerce influência sobre o que já está pronto e tem a sua existência própria enquanto um todo acabado (a tese, o tratado, a dissertação etc), mesmo que ele venha a produzir obras outras em que esteja bem clara a sua refutação àquilo que propusera no passado. No decorrer do tempo, o autor experiencia mudanças em sua individualidade e o eu de outrora não é o eu do presente, tampouco do tempo que está por vir. Amorim, (2006, p. 19), ao tecer considerações sobre as afirmações bakhtinianas acerca da relação espaço e tempo nos textos, afirma: “O tempo aparece como elemento móvel, o que flui como devir (...). O tempo é a dimensão alteritária por excelência, pois é nele que, incessantemente, deixo de coincidir comigo mesmo.

Outrossim, a obra já construída, já pronta oferece a possibilidade de se compreender o autor, de flagrar o momento em que ele se encontra, quando da criação. Retomando a nossa analogia ao artesão do barro, os bonecos construídos, por exemplo, pelo Mestre Vitalino, na década de 50, constituem uma pista importante sobre o mesmo, são uma mostra da sua resposta diante da voz social em que ele habitava - e que, conseqüentemente, o habitara. Entretanto, se ao Mestre fosse possível retomar as atividades artísticas, a nova realidade em que ele seria inserido lhe traria um posicionamento axiológico completamente diverso daquele por ele experienciado no passado, o que iria exercer influência direta na sua forma de

retratar o dia-a-dia da vida no interior do Nordeste. Em outros termos, é o desvencilhamento entre o autor-pessoa e o autor-criador, quando do término da obra, que permite ao artista continuar o seu posicionamento perante a realidade e, assim, permanecer criando.

O autor e a personagem são por Bakhtin (op. cit., p. 10) definidos “como elementos correlativos do todo artístico da obra”. Se aquele é “o agente da unidade tensamente ativa do todo acabado, do todo da personagem e do todo da obra”, esta não poderia ter o seu acabamento feito de dentro para fora, já que ela não existe sem o seu criador, mas “de cima para baixo”, porque é no ventre da consciência do autor que ela fecunda. Embora, conforme exposto acima, ambos se desvinculem quando do término da obra, é a “consciência do autor quem constitui a personagem para, a seguir, deixá-la livre e dela libertar-se”.

A consciência da personagem é, pois, abarcada pela consciência do autor, que tem uma visão privilegiada do todo dela e do seu mundo: do seu ponto de vista, ele tem acesso não apenas ao que é enxergado por ela, como também ao que está além do alcance de sua visão: a sua própria consciência, os seus sentimentos, as suas vontades. Isso se explica pelo fato de que é a consciência criadora quem proporciona a unidade – regida por forças relacionadas tensamente entre si – e a conclusão do todo da personagem e da obra. O que é inatingível aos olhos da personagem e visto apenas pelo autor é por Bakhtin denominado de “excedente de visão” – conforme se verá na próxima seção - , onde “se encontram todos os elementos do acabamento do (...) todo da obra” (op. cit., p.11).

O autor conhece e enxerga mais não só no sentido para onde a personagem olha e enxerga , mas também em outro sentido, que por princípio é inacessível à personagem; é essa posição que ele deve ocupar em relação à personagem. (op. cit., p. 12)

É graças a esse excedente de visão que o autor tem o poder de reordenar, no contexto da obra, o recorte da voz social por ele efetuado – ilustrado anteriormente pelos autores outros que fundamentam o discurso científico – e estabelecer relações inacessíveis aos olhos destes. Tais relações, que representam a reconstituição e a reordenação do refratado, definem o plano da obra.

Assim, o inacabamento da personagem e o aspecto axiológico de sua existência são guiados pelo autor. Esse inacabamento é condição para a própria existência da personagem e lhe confere um papel passivo. Do alto de sua posição, ele, ao mesmo tempo em que se distancia dos elementos que a constituem, relaciona-se produtivamente com ela e lhe confere a possibilidade de descolar-se dele. Ela é “...um novo ser num novo plano da existência, no qual ela mesma não pode nascer de suas próprias forças” (op. cit., p.13). Ela depende dele para ser concluída, acabada, embora não seja a encarnação da personalidade do mesmo, mas tem a sua própria face refletida em um universo distinto daquele habitado pelo autor. É essa distância quem confere o acabamento da personagem: se assim não fosse, se a mesma estivesse a ele fundida, essa inconclusividade seria inatingível, levando-se em conta a essência humana do mesmo. Dessa forma, há que ser distintas as relações axiológicas do autor-pessoa com o seu mundo e com a personagem na realidade desta.

É nesse componente axiológico que reside o cerne da concepção bakhtiniana da linguagem: uma atividade que agrega a diversidade das línguas sociais, classificadas por ele como “compósitos verbo-axiológicos”. O universo da obra e a voz social em que habita a pessoa do autor constituem compósitos distintos. A linguagem é, em outros termos, uma *heteroglossia*, uma mistura de vozes que são heterogêneas e imbuídas de valores.

É de acordo com essa consciência do que é a autêntica criação estética que Bakhtin critica a previsibilidade e o acabamento das personagens de natureza essencialmente biográfica e sociológica, que não refletem os questionamentos que se devem fazer presentes na relação autor-herói: “a personagem e o autor acabam não sendo elementos do todo artístico da obra mas elementos de uma unicidade prosaicamente concebida da vida psicológica e social” (op. cit., p. 7).

Todavia, Bakhtin não desconsidera a possibilidade de haver uma relação produtiva entre a biografia do autor e da personagem, o que pode ter importância para a história da literatura e para a análise estética. Outrossim, ele se opõe ao “enfoque puramente factual do tema” (op.cit., p. 9), corrente em obras de seus contemporâneos, em que o autor-criador e o autor-pessoa se confundem, o que acaba por fazer com que a obra se limite tão somente à “transmissão dos fatos”, havendo “a incompreensão e a deformação da personalidade ética, biográfica do autor, por um lado, e a incompreensão do conjunto da obra e da personagem, por outro.”

Tão inócua quanto esse herói previsível é a pesquisa que não tem voz própria, cujos dados são permanentemente manipulados pelo autor-pesquisador, com vistas a uma resposta previamente construída por ele. A sua relação com os teóricos que o embasam e com o seu corpus não é baseada na responsividade, tampouco no posicionamento axiológico frente ao recorte da voz social por ele operado. Ela é, tão somente, aparente e existe apenas para respaldar a sua impressão já pronta da realidade. Nesse caso, as singularidades dos dados não vão servir para constituir o todo da obra, como deveria acontecer. Existe, pois, a necessidade de um distanciamento de escritor-pesquisador dessas duas instâncias, para que ele não confunda a voz da resposta emitida pela sua pesquisa, com os seus anseios pessoais, para que ele não acredite estar diante da autêntica estética científica, quando o que ele fez foi forçar a comprovação de suas próprias hipóteses.

4.6.1 DO EXCEDENTE DE VISÃO DO AUTOR DO DISCURSO CIENTÍFICO

*Quando hoje, tomando distância de momentos por mim
vivos ontem, os rememoro, devo ser, tanto quanto possível,
em descrevendo a trama, fiel ao que ocorreu, mas, de outro lado,
ao momento em que reconheço e descrevo o momento vivido.
Os "olhos" com que "re vejo" já não são os "olhos" que vi.*

Paulo Freire

A impossibilidade de dois indivíduos lançarem o mesmo olhar para um dado objeto remete, primeiramente, a questões de ordem física e espacial. Assim como dois corpos não podem ocupar o mesmo lugar no espaço, dois olhares não podem visualizar um objeto exatamente sob o mesmo ângulo. Dessa maneira, os pontos de

vista deles são, inevitavelmente, singulares, graças à impossibilidade de fusão de seus corpos – e mesmo que tal façanha pudesse ocorrer, a heterogeneidade daria lugar à singularidade:

Quando contemplo no todo um homem situado fora e diante de mim, nossos horizontes concretos e efetivamente vivenciáveis não coincidem (...). Quando nos olhamos, dois diferentes mundos se refletem na pupila dos nossos olhos. Assumindo a devida posição, é possível reduzir ao mínimo essa diferença de horizontes, mas para eliminá-la inteiramente, urge fundir-se em um todo único e tornar-se uma só pessoa.. (BAKHTIN, 2003b, p. 21)

Essa diversidade de pontos de vista que diferentes sujeitos têm em relação a um mesmo dado é condição *sine qua non* para que o efeito-autoria aconteça. A formação das singularidades – que permitem a um especialista em literatura, por exemplo, atribuir a um dado autor a autoria de um texto, apenas com base em determinadas características recorrentes em sua obra -, do estilo dos escritores somente é possível porque as visões sobre o outro e sobre o mesmo objeto jamais não de coincidir. Observe-se a ocorrência:

(41) Estes argumentos não pretendem colidir com os modelos clássicos do Planejamento de Transportes, baseados em geral na “Teoria da Atratividade”, mas destacar a necessidade de se incorporar o elemento espacial ao processo de análise, a fim de oferecer uma nova ótica para a visualização dos problemas urbanos. (DMA)

Os dizeres dos “outros” (dos “modelos clássicos do Planejamento de Transportes” e da “Teoria da relatividade”) e o do “eu” estão, visivelmente, demarcados na linearidade discursiva. O autor, quando afirma que o seu discurso não se opõe aos discursos outros que estão inscritos na superfície de sua produção, mas também não

se restringe a eles, dá pistas sobre o lugar que ele ocupa quando lança o seu olhar sobre o objeto de estudo. A visão que ele tem dos problemas urbanos não está limitada ao “Planejamento dos Transportes”, tampouco à “Teoria da Atratividade”, mas se estende ao “elemento espacial”.

Entretanto, ainda que seja impossível a fusão de olhares sobre um dado qualquer, ainda que existam vários sujeitos a se posicionarem sobre a problemática acima e cada um a veja sob perspectivas diferentes, eles compõem um todo de uma dada área do conhecimento, ou seja, eles não são considerados individualmente na construção do conhecimento:

Essa distância concreta só de mim e de todos os outros indivíduos para mim, e o excedente de minha visão por ele condicionado em relação a cada um deles (...) são superados pelo conhecimento geral, em todos os sentidos totalmente independente daquela posição única e concreta ocupada por esse ou aquele indivíduo. (BAKHTIN, 2003b, p. 21-22)

As considerações do autor ratificam, pois, a essência dialógica do sujeito e da linguagem. Ora, dada a impossibilidade de se produzir um dizer desvincilhado das vozes sociais, o conhecimento, que é materializado por meio do discurso, há que ser um compósito heterogêneo de pontos de vista de diferentes sujeitos, em diferentes posições.⁴²

⁴² Esse “todo único” do conhecimento não pode, para Bakhtin, ser percebido concretamente, como acontece quando se contempla o que é material, já que, no caso do conhecimento, os sujeitos não ocupam, de forma fixa e irremovível, um dado lugar. O que acontece é que esse excedente de visão tem uma “constância estável” (BAKHTIN, 2003b, p. 23) que permite ao contemplador ordenar o objeto sobre o qual se debruça.

Retomando o exemplo (41) da página anterior, é importante que se considere que, para que o pesquisador – a partir do seu excedente de visão – ordene o objeto de estudo, é necessário que conheça ao máximo suas propriedades, que o veja axiologicamente e que preserve, ao mesmo tempo, a sua originalidade. Somente a partir daí, será possível ordenar os dados de maneira concludente. Em outros termos, não poderia o autor do segmento em pauta marcar uma posição diante dos “Modelos Clássicos do Planejamento de Transportes” - a qual indica a necessidade de trazer para a análise o “elemento espacial” – sem conhecer a fundo as suas características. Ele traça, nesse processo, um caminho de idas e vindas, em que precisa sair de sua posição, a fim de colocar-se no lugar do outro e conhecê-lo, para a seguir, retomar o seu posto e se posicionar axiologicamente diante dele:

O excedente de visão é o broto em que repousa a forma e de onde ele desabrocha como uma flor. Mas para que esse broto efetivamente desabroche na flor da forma concludente, urge que o excedente de minha visão complete o horizonte do outro indivíduo contemplado sem perder a originalidade deste. Eu devo entrar em empatia com esse outro indivíduo, ver axiologicamente o mundo de dentro dele tal qual ele o vê, colocar-me no lugar dele e, depois de ter retornado ao meu lugar, completar o horizonte dele com o excedente de visão que desse meu lugar se descortina fora dele, convertê-lo, criar para ele um ambiente concludente a partir desse excedente da minha visão, do meu conhecimento, da minha vontade e do meu sentimento. (BAKHTIN, 2003b, p. 23)

O produtor do segmento (41) em análise, ao ocupar uma dada posição diante do seu objeto de estudo, não se limita, conforme afirmado anteriormente, às “propriedades dos modelos clássicos das Teorias de Transporte”, mas as relaciona a teorias outras – opção que, sob diversos aspectos, não poderia coincidir com a de outro que se debruçasse sobre a mesma questão -, construindo, assim, uma nova cena e marcando a sua posição de autor: “A contemplação estética e o ato ético não podem abstrair a singularidade concreta do lugar que o sujeito desse ato de contemplação

artística ocupa na existência” (op. cit., p. 22). Em suma, é a diversidade de posições experienciada pelos sujeitos que conduz à inevitável singularidade apreciativa dos mesmos e é aí que se concretiza a autoria. A singularidade de tais posições, por outro lado, possibilita-lhes vislumbrar o outro sob uma perspectiva que este não alcança ao olhar para si mesmo. É essa experiência que Bakhtin denomina de *outro-para-mim* e que se justifica à medida que a alteridade ocupa um lugar na existência *fora de mim*, ou seja, um lugar distinto daquele que o *eu* ocupa.

Esse caminho de idas e vindas ao qual nos referimos anteriormente é fundamental para o ato criador, seja ele estético – e Bakhtin enfaticamente o comprova em seus escritos, em especial no texto *O excedente da visão estética* (2003b: 21-25) - ou cognitivo. No ato estético, o autor-pessoa precisa, depois de haver se deslocado da sua posição e se colocado no lugar do outro, retomar o seu posto para dar forma, acabamento ao autor-criador e ao herói. Qualquer movimento do autor que não tenha tal objetivo compromete não só a sua obra, como a sua própria condição de sujeito. Bakhtin (2003b, p. 23-24), ao construir a imagem de um indivíduo que contempla o sofrimento de um outro indivíduo, ilustra com maestria essa questão: só é possível ao primeiro vivenciar a situação do sofredor estando dentro dela. Esse deslocamento pode motivar um ato ético – de ajuda, por exemplo – , cognitivo ou estético, que sucede o ato contemplativo:

(...) a compenetração deve ser seguida de um retorno a mim mesmo, ao meu lugar fora do sofredor, e só deste lugar o material da compenetração pode ser assimilado em termos éticos, cognitivos ou estéticos; se não houvesse esse retorno, ocorreria o fenômeno patológico do vivenciamento do sofrimento alheio como meu próprio sofrimento, da contaminação pelo sofrimento alheio, e só. (op. cit., p. 24)

No ato cognitivo da escrita acadêmica, esse retorno *para mim* não só possibilita o tão necessário posicionamento axiológico - ao qual nos referimos na seção 4.6, O *sujeito-autor* -, como é também condição para que a autoria se efetive. Ora, se o retorno de um autor-pesquisador ao seu lugar, depois do necessário vivenciamento do mundo sob a perspectiva do autor outro que embasa o seu discurso, não representar um acréscimo a sua própria forma de estar nesse mundo e ele passar a adotar, sem qualquer criticidade, o dizer desse outro, o que vai acontecer é a repetição improdutiva do discurso. Nesse caso, a relação estabelecida não é dialógica, já que não se percebe um *eu* que “conversa” com o *outro*, mas configura um movimento de apagamento da autoria. Bakhtin (2003b, p. 25), mais uma vez referindo-se ao ato estético e retomando a ilustração acima, afirma que

Relacionar ao outro o vivenciado é condição obrigatória de uma compenetração eficaz e do conhecimento tanto ético quanto estético. A atividade estética começa propriamente quando retornamos a nós mesmos e ao nosso lugar fora da pessoa que sofre, quando enformamos e damos acabamento ao material da compenetração.

Quando um escritor dá “acabamento ao material da compenetração”, ele se situa numa posição que, embora lhe dê condição de, sob o seu ângulo, contemplar uma dada realidade, ela não lhe dá a possibilidade de enxergar a si mesmo como integrante dessa realidade, isso porque, enquanto as personagens são expressas externamente, o autor é vivenciado “de dentro” (BAKHTIN, 2003b, p. 27). A “expressividade externa” do *eu*, em outros termos, não compõe o mesmo espaço que o objeto ao qual ele (o autor) dá acabamento:

(...) em um mundo exterior-único que eu possa ver, escutar e apalpar, eu não encontro minha expressividade externa enquanto objeto único igualmente externo, ao lado de outros objetos; eu me encontro numa espécie de fronteira do mundo que vejo. (op. cit., p. 26).

O autor do discurso científico, por exemplo, quando estuda, analisa e interpreta o discurso dos autores que fundamentam o seu discurso e procura ver o mundo sob a ótica deles para, então, retornar a sua posição (fazendo o caminho de “idas e vindas” ao qual nos referimos anteriormente), não vislumbra, externamente, a sua própria posição diante deles. Ele atua, como afirma Bakhtin (op. cit., p. 27), como “personagem central” que “não está externamente expressa, não se situa no mesmo plano das outras personagens.” A visão de si, a impressão do exterior de sua imagem em relação a esses “outros” é viabilizada pelos orientadores da pesquisa e pelas bancas examinadoras as quais o autor e sua obra têm que se submeter. São essas instâncias que, a partir de um posicionamento avaliativo, vislumbram – cada uma de uma perspectiva espacial diferente – a exterioridade do *eu*, um *eu* que trava um diálogo com *outros*.

O homem tem uma necessidade estética absoluta do outro, do seu ativismo que vê, lembra-se, reúne e unifica, que é o único capaz de criar para ele uma personalidade externa acabada; tal personalidade não existe se o outro não a cria; a memória estética é produtiva, cria pela primeira vez o homem exterior em um novo plano da existência. (BAKHTIN, 2003, p. 33)

A diversidade de posições ocupadas pelos sujeitos e o excedente de visão bakhtiniano dela decorrente não só operam sobre o autor-pesquisador em relação aos autores outros que embasam a pesquisa, mas também sobre os “outros” que integram as bancas examinadoras em relação ao autor-pesquisador. Essa é uma situação na qual vários sujeitos, cada um em sua posição, sob um ângulo distinto, se

posicionam axiologicamente diante do mesmo dado, de maneira que o alcance de suas visões, por não coincidirem nunca, justifica a diversidade de suas apreciações.

Esse é o cerne da doutrina bakhtiniana da refração: se, no processo de produção discursiva, os sujeitos estão, permanentemente, “refletindo” o mundo, eles o fazem de forma “refratada”, ou seja, cada um, justamente por ocupar um lugar diferente, por situar-se historicamente no contexto das relações sociais de forma individual, tem uma maneira ímpar de interpretar (refratar) o mundo:

Como resultado da heterogeneidade de sua práxis, os grupos humanos vão atribuindo valorações diferentes (e até contraditórias) aos entes e eventos, às ações e relações nela ocorrentes. É assim que a práxis dos grupos humanos vai gerando diferentes modos de dar sentido ao mundo (de “refrata-lo”), que vão se materializando e se entrecruzando no mesmo material semiótico. (FARACO, 2006, p.50).

O nosso estar no mundo tem sentido graças a esse componente valorativo, a essa aura de valores que permeia todas as relações humanas, porque tais valores são constitutivos do ser humano. Assim a compreensão é sempre responsiva porque é necessário responder, em sociedade, ao jogo de valores e posicionar-se perante o mesmo. Compreender significa, em outros termos, participar de relações dialógicas, porquanto a compreensão pressupõe a existência de dois sujeitos: “Ver e compreender o autor de uma obra significa ver e compreender outra consciência, a consciência do outro e seu mundo, isto é, outro sujeito. (...) Em certa medida, a compreensão é sempre dialógica.” (BAKHTIN, 2003b, p. 316).

Dado que os textos representam, por meio da subjetividade dos autores, o mundo objetivo, compreendê-los significa refletir sobre a reflexão de outrem, significa

dialogar com outra consciência. Nas ciências humanas, que têm o texto como ponto de partida (e também de chegada), pode-se afirmar a existência de um verdadeiro simpósio de consciências.

4.7 O SUJEITO EM AUTHIER-REVUZ

As diferentes vertentes da AD, não só na França, como em diversos centros voltados à perspectiva discursiva do fenômeno lingüístico, têm reconhecido a grande contribuição dos trabalhos de Jacqueline Authier-Revuz, nos últimos 20 anos, para os estudos lingüísticos. Neste trabalho, a sua importância relaciona-se a dois fatores: primeiro, porque, além de trazerem importantes reflexões sobre a alteridade, considerando-a enquanto constitutiva não só do sujeito, mas da linguagem (BRAIT, 2001), fazem uma ponte entre as perspectivas dialógicas bakhtinianas e o inconsciente lacaniano, sempre tendo em vista o conceito de “outro”, de heterogeneidade mirados por ambos. Em segundo lugar, porque ela, mesmo bebendo em teorias extralingüísticas como a lacaniana e a bakhtiniana⁴³, mantém-se, enquanto lingüista, na abordagem enunciativo-discursiva, trabalhando a questão da ideologia/dialogia e do inconsciente na materialidade lingüística. A autora afirma ter sido levada “...à poser une articulation inévitable du linguiste au sens strict – qui

⁴³ Afirmar que a teoria bakhtiniana é exterior à lingüística significa considerar que a lógica do dialogismo não é a lógica da lingüística *stricto sensu*, já que Bakhtin, enquanto filósofo que era, não filosofava sobre a linguagem em si, mas buscava elaborar uma teoria sobre o funcionamento da consciência humana como realidade em movimento.

était mon point de départ et demeure mon point d'ancrege – à des 'extérieurs théoriques' “⁴⁴ (AUTHIER-REVUZ, 1998 b, p. 63).

Aqui, é pertinente mencionar, pela sua natureza esclarecedora, a importância do trabalho de Beth Brait no texto: *Alteridade, dialogismo, heterogeneidade: nem sempre o outro é o mesmo* (2001), em que ela trata da maneira pela qual Jacqueline Authier-Revuz traz para as suas análises vertentes teóricas tão distintas (a lacaniana e a bakhtiniana)⁴⁵, sem perder de vista o tratamento lingüístico do processo de materialização da heterogeneidade. O referido texto, embora não seja suficiente para se conhecer a fundo tais perspectivas teóricas – e não é a isso que Brait se propõe - auxilia o leitor desses três teóricos na sistematização das idéias, na melhor percepção do ponto de interseção de suas teorias.

Se em Bakhtin o conceito de “outro”, como já tratado em momentos anteriores, está diretamente relacionado ao dialogismo e à polifonia, em Lacan, a perspectiva é a do inconsciente. Façamos, pois, assumindo a nossa limitação teórica a esse respeito, algumas considerações em relação ao inconsciente e a sua relação com a linguagem. Segundo Stratton (1997, p. 43),

O emprego mais importante do termo está na teoria psicanalítica como uma referência à atividade mental que não está disponível na consciência, porque se

⁴⁴ “(...) a estabelecer uma articulação inevitável do lingüístico em sentido estrito – que era meu ponto de partida e continua sendo meu ponto de ancoragem – com os 'exterioros teóricos'. (Tradução nossa).

⁴⁵ Como bem coloca Brait (2001:9), ainda que haja uma considerável distância entre as teorias de Freud e de Bakhtin – distanciamento largamente ilustrado na obra “O Freudismo” (1927), em que Bakhtin, sob a assinatura de Voloshinov, critica teorias freudianas – elas se aproximam quando tratam da questão da “idéia de não-homogeneidade, de não-um, de alteridade constitutiva, de relação não separável um-outro” (op cit), o que é bastante frutífero para a concepção de linguagem e de sujeito.

refere a um conteúdo ameaçador para ser diretamente reconhecido. Para Freud, o inconsciente tem o seu próprio modo de funcionamento, que difere daquele da mente consciente.

O inconsciente traz à tona, então, questões que, ainda que passadas, são parte do presente do indivíduo e se manifestam, sem que ele tenha conhecimento, nos atos falhos, nos lapsos de memória, enfim, manifestam-se, entre outras formas, por meio da linguagem. Esta, embora não constitua o objeto da psicanálise, permite-lhe, segundo Roudinesco (apud AUTHIER-REVUZ, 2004), circunscrever esse objeto: “é na letra do discurso, na base do material lingüístico, do significante, que se detém a escuta analítica”. A palavra ganha, nesse íterim, um outro estatuto porque passa a materializar o diálogo do sujeito com o passado e com o presente, na busca de recuperar certos esquecimentos que escondem verdades censuradas.

Linguagem e inconsciente estão, pois, intrinsecamente relacionados, e o papel da psicanálise é buscar os conflitos do passado esquecidos pelo sujeito. Esses esquecimentos, que guardam uma verdade que está inscrita em um outro lugar, são recuperáveis a partir dos traços por eles deixados. Cabe aos trabalhos de regressão atingirem algo que, apesar de estar no passado, é, ao mesmo tempo, presente. A palavra tem, como dissemos, um papel essencial, já que é ela quem materializa a ligação entre momentos do tempo e o sujeito, já que “o sujeito não retorna ao passado: no tempo presente do caminho analítico é o passado que retorna, ou o passado retorna na linguagem” (CLÉMENT apud AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 51).

Mas a mediação desse diálogo se dá por meio de uma *transgressão das leis de conversação* já que a palavra tem um outro papel, que não o das regras conversacionais da fala espontânea, por exemplo, mas aquele da “lei do dizer tudo em uma palavra, que se faz ao sabor das associações ditas livres” (idem, p. 52). Assim, o inconsciente utiliza-se do discurso normal, que retoma discursos outros, não existindo, dessa forma, um discurso que, sendo específico do inconsciente, remeta o analista a ele. Tal fato faz da escuta analítica do discurso algo mais do que “um comentário, uma interpretação, um a mais a partir daquilo que é dito” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p.53), o que exige que se façam recortes do todo.

A esse dado, acrescenta-se que o discurso, como sabemos, não é apenas o que está explícito, mas remete a uma gama de significações em que uma palavra pode associar-se a diferentes sentidos. Vejam-se os exemplos abaixo, nos quais o verbo poder significa possibilidade, permissão e habilidade.

(42) Muitos foram os que contribuíram para esse “laboratório”, entre os quais **podemos** citar Mies Van Der Rohe com sua nova galeria de arte nacional. (MGA) (Grifo nosso)

(43) Este é o início de *Ulisses* de Joyce. Obra considerada introdutória da modernidade literária no mundo. Pois que se não há nenhum muro impedindo a vista, não sei porque os olhos não **podem** estar voltados para baixo. (MGL) (Grifo nosso)

(44) Com base em todos esses dados aqui apresentados, **podemos** concluir que a experiência da vivência de leitura com alunos jovens e adultos, seguida de produção textual, apresenta resultados positivos. (MEL) (Grifo nosso)

Em psicanálise, um claro exemplo disso é o processo de interpretação dos sonhos, em que o analista precisa, ao fazer os ditos recortes do todo, associar uma palavra aos mais diferentes significados, o que faz da polissemia, da homonímia, das metáforas um importante recurso no procedimento. Assim,

a localização dos traços do discurso inconsciente na análise leva à afirmação de que *todo discurso é polifônico*, consistindo o trabalho de análise em ouvir, ao mesmo tempo, as diferentes vozes, partes, registros da partitura ou da cacofonia do discurso (AUTHIER-REVUZ, 2004, p.61).

E é a língua quem possibilita a materialização da polifonia. Essa perspectiva refuta a tão debatida concepção saussuriana da linguagem, para quem o discurso é uma cadeia linear em que o emissor é portador de uma única voz, que se dirige, horizontalmente, a um destinatário, não considerando a influência do contexto na produção desse discurso, tampouco a presença de outros discursos nele. É Freud quem apresenta, no âmbito da psicanálise, uma abordagem pós-saussuriana da língua e desconstrói a idéia cartesiana do sujeito pensante e uno: "... basta escutar a poesia (...) para que nela se faça ouvir uma polifonia e para que todo discurso revele alinhar-se nas diversas pautas de uma partitura "(LACAN apud AUTHIER-REVUZ, 2004, p.63).

Assim, a psicanálise questiona a concepção de homogeneidade do sujeito e o considera, na sua heterogeneidade, enquanto um sujeito dividido, efeito de linguagem. Nessa abordagem, a linguagem não está fora do sujeito, nem este, em sua plena consciência, dela faz uso ao "fundar" o seu dizer. Ao contrário, esse sujeito, que exterioriza questões relativas ao seu inconsciente por meio da palavra,

está amplamente marcado pelos diversos sentidos que essa palavra pode ter e, por extensão, aos diversos sentidos a que ela se liga.

Esses discursos de outrem não só marcam, implícita ou explicitamente, o discurso do sujeito, eles estão, segundo Lacan (apud AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 65), constitutivamente, ligados à própria subjetividade, o que comprova a inexistência do discurso livre. O discurso “produzido” por esse sujeito é, pois, *representação* da cultura, das vozes do espaço social em que ele está inserido e é a linguagem, como já mencionamos, quem corporifica essas presenças, quem as resgata do inconsciente e as lança no discurso. Esse descentramento do sujeito o coloca na posição de efeito de linguagem, porque é somente estando ligado a uma estrutura discursiva que ele se constitui:

O sujeito é essencialmente representação (...) dependendo das formas de linguagem que ele enuncia e que na verdade o enunciam; (...) o sujeito não é nada senão a ordem da linguagem na qual ele foi aculturado. Rede do significante em que é preciso que o sujeito esteja já preso, para que ele possa ali se constituir: como si mesmo, como em seu lugar em um parentesco, como existente, como representante de um sexo...

A psicanálise não relaciona essa divisão do sujeito a uma concepção redutora que considere a relação consciente/inconsciente como simplesmente dual, em que o consciente explicita, mostra a parte oculta do inconsciente e que o inconsciente seja a estrutura não revelada do consciente, mas atribui-lhe um significado mais complexo, em que o sujeito não tem consciência da parte de sua fala que se liga ao inconsciente, nem das diversas representações de sua palavra e é, por outro lado, a pura expressão dessa divisão.

Mas esse mesmo sujeito fendido, cindido, dividido alimenta a ilusão de que está no centro da produção discursiva. Ele não é, pois, um eu, mas um fantasma deste. Essa é a essência da teoria freudiana denominada de “função do desconhecimento do eu”, para quem essa é uma ilusão necessária e constitutiva do sujeito⁴⁶-centro.

Assim, numa via de mão-dupla, o discurso é dualmente marcado, ou, para usar um termo mais adequado à analogia que ora estabelecemos, ele é dualmente cruzado: cruzado pelo discurso do outro e cruzado pelo outro. Para a psicanálise, assim como para a lingüística, esse outro não é exterior ao processo discursivo, mas lhe é constitutivo. É condição para que o sujeito, que não é a instância fundadora do seu próprio discurso, “produza-o”.

Para Authier-Revuz (2004, p. 69-70), esse fato não depende da descrição lingüística, mas relaciona-se às formas de heterogeneidade mostrada, em que o outro é “designado como objeto do discurso através de um mecanismo enunciativo que, nas diversas abordagens que foram propostas (...) parece ser visto como um distanciamento da parte do sujeito falante a uma parte de seu discurso”. Ou seja, o outro, para o sujeito, não está na constituição do seu dizer, mas reduz-se a uma instância de menor significado, reduz-se à condição de objeto do discurso, identificável por aquele a partir da prática do distanciamento entre o que ele (o sujeito) diz e a outra parte do seu discurso em que o outro se encontra. Esse distanciamento não reflete, obviamente, a divisão constitutiva do sujeito. Observe-se

⁴⁶ Essa conclusão é resultado da descoberta do inconsciente.

o enunciado a seguir, que foi extraído de uma dissertação de mestrado em Letras, em que o pesquisador, para validar a sua afirmação, busca respaldo na fala do outro, mas, também, delimita-lhe o espaço de atuação:

(45) Seus próprios depoimentos (dos sujeitos entrevistados na pesquisa) corroboram esta afirmativa (...) reforçam as conclusões desta pesquisa. (DML)

(46) Os próprios entrevistados apontam essas mudanças numa verdadeira demonstração... (DML)

Authier-Revuz (op.cit., p. 73), ao analisar esse fenômeno do distanciamento entre o “eu” e o “outro”, dá-lhe três interpretações, as quais convergem para o mesmo ponto: a ilusão da homogeneidade discursiva alimentada pelos autores. Para ela, em construções como “Os próprios entrevistados apontam essas mudanças...” (Exemplo 46, acima) o que ocorre é que:

a) se, para o autor, os entrevistados aos quais ele se refere localizam-se nessa parte específica do discurso, há uma outra parte que é “somente dele” (do autor);

b) quando o autor acredita que há, no seu dizer, um espaço em que ele, ao distanciar-se do outro, “reina” absoluto, ele pensa ser essa parte do seu discurso homogênea;

c) esse poder de delimitação de lugares confere-lhe o *status* de sujeito que tem domínio sobre o discurso – o que, inevitavelmente, nos remete à “ilusão de centro” da segunda fase da AD.

Através dessas marcas, ‘designando o outro localizadamente’, o sujeito empenha-se em ‘fortalecer o estatuto do um’. É nesse sentido que a heterogeneidade

mostrada pode ser considerada como um modo de denegação no discurso da heterogeneidade constitutiva que depende 'do outro no um'. (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 74)

O efeito-autoria ao qual nos referimos no capítulo anterior (*O Sujeito-Autor*) à luz da teoria bakhtiniana efetiva-se também 1) na peculiaridade inerente às formas através das quais o “eu”, nesse processo de distanciamento do “outro” o situa na produção discursiva e 2) na maneira como cada autor, segundo as suas opções teóricas, inscreve a heterogeneidade não-marcada em seu discurso, ao refutar determinadas teorias e adotar outras.

Debrucemo-nos, inicialmente, sobre o primeiro ponto. O exemplo (47), abaixo, foi extraído do segmento da tese de doutorado em Letras e sucede uma citação que a autora trouxe para o seu texto. Observe-se que, em um diálogo explícito que trava com a sua audiência, ela apresenta duas justificativas para a introdução da referida citação: uma para o fato de ser, segundo ela, o texto citado longo. Na outra, ela procura convencer os seus destinatários sobre a validade do referido texto. Em ambas as ocasiões, duas presenças estão claramente marcadas na superfície textual: a do autor que embasa a sua produção e a da sua audiência.

(47) A citação é necessariamente longa, porque ela traduz com exatidão todo o processo pelo qual passou o povo Fulni-ô, assim como os demais indígenas do Brasil, de modo geral, e, no caso particular de que tratamos, do Nordeste. Ela também é necessária porque serve para mostrar a especificidade do povo Fulni-ô... (TDL)

(48) Nos **estudos marxistas** sobre relações entre literatura e sociedade, uma primeira constatação se apresenta: há um vínculo entre a produção do texto e a sociedade a que pertence o autor. Enfatizando que proponho uma análise

das correspondências ideológicas entre **os fundamentos da religião afro-brasileira e os fundamentos que estão na base da produção da obra de Jorge Amado**, poder-se-ia prever que consideraria o meio acadêmico-literário baiano e, por conjectura, o brasileiro aquele ao qual pertence o autor e, daí, identificar as correspondências propostas. (MGL) (Grifo nosso)

No exemplo (48), o autor recorta, inicialmente, uma parte do todo da teoria marxista (a que trata das relações entre literatura e sociedade) e faz, a seguir, o mesmo movimento com os fundamentos da religião afro-brasileira e os que estão na base da produção da obra de Jorge Amado. Depois de recortar tais discursos, ele os reordena em seu próprio discurso. Tais fragmentos por ele refratados foram selecionados e, depois, situados no plano da obra, conforme os seus objetivos, as suas intenções. Em outros termos, ao distanciar-se dos estudos marxistas; dos fundamentos da religião afro-brasileira e dos fundamentos que estão na base da produção da obra de Jorge Amado, delimitando-lhes o espaço, o pesquisador, na sua ilusão de centro, constitui-se como autor pela unicidade da maneira pela qual insere o outro no seu discurso: ele não se situa ali aleatoriamente, mas no ponto específico, no lugar de onde ele respalda, dá credibilidade a sua produção. Essa é uma das características da pesquisa na área das Ciências Humanas: ao mesmo tempo em que o autor-pesquisador interroga (faz a sua pergunta, levanta o seu questionamento), ele dialoga com outro texto. Tal pergunta antecede procedimentos metodológicos que serão seguidos pelo pesquisador, com o objetivo de responder a sua indagação. É uma pergunta que ele não faz ao outro, nem ao mundo objetivo, mas a si mesmo e busca mecanismos para respondê-la:

A investigação se torna interrogação e conversa, isto é, diálogo. Nós não perguntamos à natureza e ela não nos responde. Colocamos as perguntas para nós

mesmos e de certo modo organizamos a observação ou a experiência para obtermos a resposta. Quando estudamos o homem, procuramos e encontramos signos em toda parte e nos empenhamos em interpretar o seu significado. (BAKHTIN, 2003b, p. 319)

No que diz respeito ao segundo ponto, quando o mesmo autor-pesquisador afirma:

(49) No candomblé cada orixá tem uma pedra que lhe corresponde em natureza. Essa pedra encontra-se no assentamento da divindade. Lugar para onde convergem as energias naturais e de onde ela é disseminada. Esta pedra compartilha dos segredos da religião. Os segredos lhe fundam. A pedra é o fundamento do orixá e da religião dos orixás. (MGL)

ele insere, de forma não explícita, um outro em seu discurso – já que não faz quaisquer referências às fontes que fundamentaram o seu dizer – e marca, também implicitamente, a sua posição de autor que refuta determinadas teorias com o “simples” ato de adotar outras.

As formas de heterogeneidade são, pois, parte da função de desconhecimento do sujeito (desconhecimento da heterogeneidade constitutiva) e o lingüista deve dar-lhes a atenção devida, já que elas são materializadoras da ilusão de centro do sujeito, ilusão - que lhe é constitutiva e necessária – de que ele, em plena consciência, de “batuta” na mão, rege a polifonia das vozes que se explicitam em “sua” sinfonia. O que é interessante, é que tal modelo retoma, segundo Authier-Revuz (idem, p. 71),

(...) sob uma forma ordenada, mais complexa, mas profundamente estável, o modelo de um locutor fonte única de um discurso dominado: podemos dizer que, de solista, ele se tornou maestro; ou melhor, de flautista, ele se tornou organista, controlando suas melodias e seus registros.

O distanciamento, por um lado, e a questão da presença do outro enquanto constituição do sujeito, por outro, são dois planos que, embora não sejam complementares – já que, para Authier-Revuz (op.cit.), a heterogeneidade mostrada não é o reflexo da heterogeneidade constitutiva, mas uma forma de não reconhecimento desta por parte do sujeito -, são subjacentes à produção discursiva. No caso do discurso científico, a busca pelo apagamento do *outro* diminui a incidência da heterogeneidade mostrada e, por conseqüência, ofusca (mas não apaga) o referido distanciamento.

Esse fenômeno de negação dessa presença ou, em outras palavras, fenômeno de faz-de-conta que essa presença não está em todo o discurso, mas apenas em parte dele, é analisado por Freud – e por ele designado de *Verleugnung*, em português, recusa da realidade ou desaprovação – no estudo das psicoses: o sujeito se nega o reconhecimento da realidade de algo que lhe é traumático. No plano discursivo, ele determina um lugar de permanência desse outro, delimitando-lhe o espaço de atuação, fazendo-se de senhor de seu discurso: a parte que lhe cabe é por ele fundada e ratifica a “homogeneidade discursiva”.

O percurso da constituição do sujeito assim posto mostra, porém, que, ao circunscrever o outro, o eu inscreve, sem saber, a heterogeneidade constitutiva do seu discurso; ele mostra, sem querer, que dela não pode fugir.

Nesse íterim, considerar que a presença do *outro* é constitutiva e, também, dar a devida atenção às formas reveladoras de sua presença explícita no discurso é

importante, pois implica, para Authier-Revuz (2004, p. 71), em levar em conta duas perspectivas, dois “planos”:

Ao lado das formas que, ao modo da distância, dão um lugar ao outro no discurso, o apelo do caráter constitutivo e permanente da presença do outro nesse discurso é necessário, a meu ver, pela imposição de se levar em conta a realidade específica dos dois planos, e não de assimila-los ou de não reconhecer senão um deles.

Diferentemente do que se observou no segmento (32)⁴⁷ – página 105 – no qual a voz da alteridade está marcada na linearidade do texto, a presença do *outro* no segmento (50), abaixo, se dá de maneira implícita:

(50) Neste trabalho de pesquisa, procuramos vivenciar com nossos alunos várias leituras, tentando ultrapassar o nível de leitura literal para além da mera decodificação dos elementos lingüísticos, pois a leitura requer a atividade de inferências na interpretação do texto. (MEL)

Quando a autora afirma que *a leitura requer a atividade de inferências na interpretação de texto*, ela está trazendo para o seu discurso dizeres de outros autores – já que ela não é a primeira pessoa a tratar sobre estratégias de leitura -, os quais se mesclam com o seu, sem anunciá-los explicitamente. Ao fazê-lo, na ilusão de que tal discurso origina-se nela, inscreve na sua produção a heterogeneidade constitutiva.

⁴⁷ (32)Na década de 50, com a redemocratização, o Nordeste passou a ser uma questão regional, **as idéias dos intelectuais** deslocaram-se para a superação do subdesenvolvimento da região e implantação de reformas sociais. As idéias de ordenamento de espaço da cidade, propugnadas pelos **urbanistas**, traduziram o pensamento da **Comissão de Estudos para a América Latina (CEPAL)** e do **Movimento de Economia e Humanismo**, proporcionando reflexos nos planos urbanísticos pensados para o Recife (TDA). (Grifo nosso)

Essas estratégias de apagamento da heterogeneidade mostrada no discurso científico, fortemente presentes em teses de doutorado representam, para Authier-Revuz, a ausência da negociação (negociação a qual ela denomina de *denegação*) entre a heterogeneidade implícita e a explícita no fio do discurso. Tal característica desse gênero discursivo é uma consequência de sua pretensa impessoalidade e do *status* de “discurso da verdade” que lhe confere a sociedade. Os autores-pesquisadores encontram-se, pois, permanentemente, em busca de uma homogeneidade – ilusória e persuasiva -, através da não-aceitação da natureza constitutivamente heterogênea do discurso. Eles representam-no como monológico.

Essa radical ausência do outro no discurso se assemelha – quanto à sua relação com a heterogeneidade constitutiva – à recusa da realidade; recusa que proíbe, apaga, dissimula no discurso qualquer manifestação explícita em relação à sua real heterogeneidade. (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 75)

Do início do capítulo até aqui, consideramos que há duas formas através das quais o autor-pesquisador lida com o outro: 1) eliminando completamente as marcas que explicitam a sua presença no discurso, acreditando ser o ‘fundador’ de suas palavras e inscrevendo, sem dar-se conta, a heterogeneidade constitutiva (fenômeno da *recusa*); e 2) demarcando o espaço de atuação desse outro – como acontece com as citações, por exemplo – na ilusão de que ele habita somente aquela parte específica, ou seja, acreditando que há, em seu dizer, um espaço que é homogêneo (fenômeno da *denegação*, ou seja, da negociação entre a heterogeneidade constitutiva e a mostrada).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Não há palavra que seja a primeira ou a última
e não há limites para o contexto dialógico
(ele se estira para um passado ilimitado e para um futuro
ilimitado). Mesmo os sentidos passados, isto é, aqueles que
nasceram no diálogo dos séculos passados, não podem nunca ser
estabilizados (finalizados, encerrados de uma vez por todas) –
eles sempre se modificarão no desenrolar subsequente e futuro do diálogo.*

Bakhtin

A análise empreendida teve como objetivo analisar o papel que os autores-pesquisadores assumem na sua relação com a alteridade e descortinar a função que o *eu* atribui ao *outro*. A fim de atingirmos tais objetivos e de respondermos à pergunta: *Como, mediante o processo de apreensão das vozes dos outros, se opera o efeito autoria?*, foi condição *sine qua non* que, na análise dos dados, o nosso “olhar para o corpus” levasse em conta três instâncias fundamentais à nossa problemática: os autores pesquisadores, a alteridade, o espaço no qual os textos circulam (no caso, a academia). Proveniente da Filosofia, o termo alteridade (que designa a relação através da qual o *eu* só se constitui como tal porque existe um *não-eu* com quem dialoga) levou em conta, na presente pesquisa, além dos destinatários (os futuros leitores), os autores aos quais o *eu* precisou recorrer para fundamentar o seu texto.

Os autores-pesquisadores foram por nós considerados como sujeitos inacabados, inconclusos que, longe de serem previsíveis e de terem como função única produzir textos para serem “enviados” aos seus destinatários, são, constitutivamente,

marcados pela presença da alteridade. No ato de produção textual, eles nunca estão sozinhos, mas acompanhados dos seus futuros leitores, dos autores outros que embasaram o seu dizer e das regras da comunidade acadêmica. Isso significa que o espaço discursivo é ocupado por ele e pelos outros. Tem-se, pois, como premissa, que a produção do discurso científico pressupõe a existência de mais de um participante, de mais de uma consciência.

Ao interagir com a alteridade, o “eu” não perde de vista as regras do espaço onde o seu texto irá circular. Tais regras são por ele internalizadas para, a seguir, serem inseridas nos contextos comunicativos. Entretanto, tal inserção (que é a materialização lingüística da apreensão que o sujeito faz do discurso da alteridade) não é uniforme entre diferentes sujeitos e relaciona-se à comunidade lingüística. Embora a principal função dos modalizadores seja indicar uma apreciação do locutor em relação à sua própria asserção, a sua propriedade que mais nos interessa (levando em conta o nosso problema de pesquisa) é a de eles serem formas materializadoras do discurso que o eu apreendeu de outrem e, por conseguinte, indicarem uma determinada consciência que o *eu* tem da influência do *não-eu* em seu texto.

A internalização das regras da comunidade acadêmica (e o seu conseqüente “encontro” com o discurso interior do autor) precede, pois, a sua materialização lingüística. É a natureza irrepitível de tal apreensão – como irrepitível é a sua materialização lingüística –, bem como o nível de assimilação por parte dos autores-pesquisadores do dogmatismo das regras da comunidade que eles integram, que

concorrem para que o efeito-autoria aconteça. É na unicidade da transformação daquilo que foi apreendido do discurso de outrem em desempenho lingüístico que o sujeito emerge como autor.

Verificaram-se, no trato com o corpus, duas tendências principais: o uso de formas representativas da apreensão das normas acadêmicas, por um lado, e, por outro, a diluição de tal presença no texto. Isso revela, respectivamente, a conservação da integridade das normas acadêmicas e a diluição de tais normas no texto, sem que a presença de outrem se faça perceber explicitamente. O que é, para os nossos propósitos, relevante nesse processo é o fato de, a despeito de as diferentes comunidades ditarem as regras do dizer, o sujeito ter, sempre, a possibilidade de preservar a sua individualidade e de posicionar-se como autor.

Esse sujeito, ao interagir com o outro, delega-lhe o papel de coadjuvante e constitui-se na ilusão de que, ao determinar, no fio do discurso, o lugar que o outro ocupa, é o centro do processo de produção e tem o poder de circunscrever o espaço de atuação de seu “companheiro” de cena. Assim, ele se nega a acreditar que o outro está, também, presente na parte do discurso que ele pensa ser sua.

No discurso científico, é a busca pelo apagamento do autor que denuncia a recusa à realidade da presença do outro (aqui, nos referimos às regras da comunidade acadêmica). Tal apagamento não significa, em absoluto, uma total submissão do autor às regras da formação discursiva a que se liga, mas que, graças a sua incompletude, ele não é o único autor do seu texto, porquanto ocupa o espaço

discursivo juntamente a alteridade. Por seu turno, a seleção de formas que visam à persuasão deste – como os modalizadores asseverativos⁴⁸, por exemplo – mostra a ilusão de controle do discurso alimentada por esse sujeito, ou seja, ao circunscrever o espaço de atuação do outro, o eu alimenta a ilusão que há uma porção de seu texto que é somente sua, na qual ele “reina” sozinho. Assim, em uma tensão constante de apagamento e de emergência, ele faz um percurso que é condição para a produção. Nesse ínterim, ele não é senhor absoluto do seu discurso, mas ao mesmo tempo, inscreve-se nele, colocando-se como autor, a partir das escolhas que faz, ao materializar o discurso da alteridade.

No que tange à transposição, que precisamos efetuar, do conceitual filosófico bakhtiniano para o modelo analítico da ciência, mais especificamente, no que diz respeito à transferência das suas considerações acerca da constituição do autor no romance polifônico dostoievskiano para a formação do efeito-autoria no discurso científico, chegou-se a considerações relevantes, as quais procuraremos, sucintamente, dispor aqui.

Os cientistas (assim como os romancistas) operam com a voz social, de onde provêm os autores que fundamentam o seu discurso. Tais autores encontram-se, antes do recorte da voz social operado pelo autor-pesquisador, numa aura de relações axiológicas, valorativas. Ao passarem a integrar o texto científico, eles são

⁴⁸ Por meio dos modalizadores asseverativos, o locutor apresenta o conteúdo proposicional como uma afirmação ou uma negação que não dá margens a dúvidas, assumindo por ele total responsabilidade:

(51) Torna-se **evidente** que para essas alunas, dominar uma língua é saber conceitos (MGL).

(52) **Com certeza**, os subsídios seriam mais abrangentes se tivesse sido possível aplicar um protocolo de leitura com os próprios alunos (DML).

reordenados em um contexto de relações axiológicas diferentes daquele da voz social. O efeito-autoria concretiza-se justamente na liberdade que tem o pesquisador de ordenar tais autores em seu texto, conforme seus objetivos. Nesse momento, ele pode redizer o que já foi dito, amarrando a fala do outro à sua fala, (re)significando-a em um “mundo” diferente daquele de onde provém. O sujeito constitui-se como autor quando pode “dirigir” o diálogo que resolveu travar entre a sua consciência e a de outrem. Esse diálogo de consciências pressupõe que o autor-pesquisador seja capaz de agir valorativamente diante do dele. Para tanto, ele precisa sair de sua posição e colocar-se no lugar desse outro, a fim de procurar enxergar o mundo a partir do ponto de vista dele, de ver o horizonte situando-se na sua perspectiva. Somente depois desse movimento e tendo retornado à sua posição, é possível ao autor-pesquisador colocar-se axiologicamente diante do que já fora valorado pelo outro. Esse caminho de idas e vindas é fundamental para o ato de criação, como condição para que a autoria se efetive, porquanto é a unicidade da posição que o autor-pesquisador ocupa no mundo que garante ser o seu ponto-de-vista em relação ao objeto de pesquisa ímpar, irrepetível. Essa é uma condição *sine qua non* para que o efeito-autoria aconteça. Entretanto, se esse retorno “para mim” (Bakhtin, 2003b) não suscitar o necessário posicionamento axiológico, a manifestação do efeito-autoria dá lugar à repetição improdutiva do discurso do outro.

No que tange à relação do pesquisador com o dado de sua pesquisa, é necessário que este também possa falar. Isso que significa que a manipulação do dado, por parte de um autor, com vistas a uma resposta previamente construída por ele, tem como conseqüência - a semelhança dos romances de natureza autobiográfica que

não refletem, para Bakhtin (2003b), os questionamentos que devem fazer-se presentes na relação autor-herói - a não-responsividade na sua relação com os teóricos que embasam a pesquisa e a falta de um posicionamento axiológico do autor diante da realidade por ele observada.

Quando do término da escrita (da tese, da dissertação, da monografia etc.), urge haver o necessário desligamento entre o autor e a obra, para que ele, inserido em realidades diferentes, em contextos sociais diversos, possa assumir um novo posicionamento axiológico e continuar pesquisando, posicionando-se valorativamente frente à realidade. Nas palavras de Bakhtin (2003b: 334) “a palavra quer ser ouvida, entendida, respondida e mais uma vez responder à resposta, e assim *ad infinitum*. Ela entra no diálogo, que não tem final semântico.”

Ser, em suma, significa *ser para o outro* e, por meio dele, *ser para si*, porquanto a nossa consciência é plurivocalmente constituída e a realidade social da palavra há de ser, sempre, heterogênea, pelo componente axiológico que lhe é inerente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

*Honrar um pensador não é elogiá-lo,
nem mesmo interpretá-lo, mas discutir sua obra,
mantendo-o, dessa forma, vivo, e demonstrando, em ato,
que ele desafia o tempo e mantém sua relevância.
Cornelius Castoriadis*

*Como enunciado, nenhuma oração,
mesmo a de uma só palavra, jamais pode repetir-se:
é sempre um novo enunciado, ainda que seja uma citação.
Bakhtin, 2003:313*

*Citar a propósito um texto alheio equivale a tê-lo inventado.
Machado de Assis*

AMORIN, M. Ato *vesus* objetivação e outras posições fundamentais no pensamento bakhtiniano. In FARACO, C. A. *et alli* (orgs). *Vinte Ensaios sobre Mikhail Bakhtin*. Petrópolis (RJ), Vozes, 2006. p.17-24.

_____. *O Pesquisador e seu outro – Bakhtin nas Ciências Humanas*. São Paulo: Musa Editora, 2004.

ARAÚJO, G. M. L. *Usos de Modalizadores Verbais no Português Falado*. Anais do I Seminário de CELLIPE. Universidade Estadual de Londrina – Centro de Letras e Ciências Humanas – Dep. de Letras, Londrina, PR, p. 63-76, 1987.

ARRIVÉ, M. *Lingüística e Psicanálise – Freud, Saussure, Hjelmslev, Lacan e Outros*. Trad. Mário Laranjeira e Alain Mouzat. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

_____. *Linguagem e Psicanálise – Lingüística e Inconsciente Freud, Saussure, Pichon, Lacan*. Trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

ARRUDA, A. (org.). *Representando a Alteridade*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

ARRUDA, J. E. C. *O Projeto Vitae e a Formação do Professor de Língua Portuguesa em Pernambuco*. Dissertação (Mestrado em Lingüística). Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco. Recife: UFPE, 2000.

AUTHIER-REVUZ, J. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Revisão técnica da tradução: L. B. Barbisan e V. do N. Flores. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

_____. *Palavras incertas: As não-coincidências do dizer*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998 a.

_____. *Enonciation, meta-énonciation: Hétérogénéités énonciatives et problématiques du sujet*. In VION, R. (Ed.). *Les sujets et leurs discours – énonciation et interaction*. Université de Provence, 1998 b. pp 64-79.

BAKHTIN, M. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. Trad. Aurora Fornoni Bernardini et alii. São Paulo: Editora da UNESP e Hucitec, 1988.

BAKHTIN, M. (Voloshinov). *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 10. ed. Tradução de M. Lahued e Y. F. Vieira. São Paulo, Hucitec, 2002.

BAKHTIN, M. *Problems of Dostoevsky's Poetics*. 9. impr. United States of America: University of Minnesota Press: 2003 a.

_____. *Estética da Criação Verbal*. 4. ed. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003 b.

_____. *O Freudismo*. São Paulo: Perspectiva, 2004.

BARROS, C. *O Recife Visto do Capibaribe – Um Processo de Planejamento, Gestão e Controle*. Monografia (Especialização em Arquitetura e Urbanismo) Centro de Conservação Territorial Urbana Integrada (CECI). Recife: UFPE, 1997.

BARROS, D L P; FIORIN, J L (orgs.). *Dialogismo, Polifonia, Intertextualidade*. 2. ed.1 reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

BARROS, D L P. *Contribuições de Bakhtin às Teorias do Discurso*. in B. Brait (org) *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. 2. ed. Campinas –SP: Editora da UNICAMP, 2005 b, p. 25-36.

BAZERMAN. C. *Gêneros Textuais, Tipificação e Interação*. Organizadoras: Ângela Paiva Dionísio e Judth C. Hoffnagel. Trad.: Judth C. Hoffnagel. São Paulo: Cortez, 2005.

BEIVIDAS, W. *O lugar de uma teoria do discurso na psicanálise (ou: um recado de Lacan)*. In: Cadernos de Semiótica Aplicada. Vol. 2, nº 2. São Paulo: UNESP, 2004

BENVENISTE E. *Problemas de Lingüística Geral I*. Tradução brasileira M. da G. Novack & M. L. Néri. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 1966.

_____. *Problemas de Lingüística Geral II*. Tradução bras. Eduardo Guimarães et al. Campinas: Pontes, 1974.

BRAIT, B. *Ironia em Perspectiva Polifônica*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

_____. (org). *Bakhtin: Conceitos-Chave*. São Paulo: Contexto, 2005 a.

_____. (org). *Bakhtin – dialogismo e construção do sentido*. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2005 b.

_____. *As vozes bakhtinianas e o diálogo inconcluso*. in BARROS, D. L.P. e FIORIN, J. L (orgs). *Dialogismo, polifonia e intertextualidade – em torno de Bakhtin*. 2. ed. 1. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003, p.11-27.

_____. *Alteridade, dialogismo, heterogeneidade: nem sempre o outro é o mesmo*. In ____ *Estudos Enunciativos no Brasil – Histórias e Perspectivas*. Campinas, SP; Pontes: Fapesp, 2001 p. 7-26.

BRANDÃO, M. H. N. *Introdução à análise do discurso*. 5. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

BRONCART, J. P. *Atividade de linguagem, textos e discursos: Por um interacionismo sócio-discursivo*. Tradução bras. Anna Paula Rachel Machado & Péricles Cunha. São Paulo: EDUC, 1999.

CARVALHO, N. *Jogo de Sentidos: Polissemia e Homonímia no Texto Publicitário*. Texto inédito, 2000.

CHARADEAU P.; MAINGUENEAU D. *Dicionário de Análise do Discurso*. Coordenação da tradução: F. Komesu. São Paulo: Contexto, 2004.

CORACINI, M. J. R. F. *Um fazer persuasivo: O discurso subjetivo da ciência*. Campinas: Pontes, 1991.

_____. *A celebração do outro: arquivo, memória e identidade – línguas (materna e estrangeira), plurilingüismo e tradução*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2007.

COSTA, J. F. *Ya:thê, A última Lengua Nativa no Nordeste de Brasil*. Tese (Doutorado em Lingüística). Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco. Recife: UFPE, 1999.

DOR, J. *Introdução à leitura de Lacan – O inconsciente estruturado como linguagem*. Trad. Carlos Eduardo Reis. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FARACO, C. A. Autor e autoria. in BRAIT, B. (org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 37-60.

_____. *Linguagem e diálogo: as idéias lingüísticas do círculo de Bakhtin*. Curitiba: Criar Edições, 2006a.

_____. *Vinte ensaios sobre MIKHAIL BAKHTIN*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006b.

FIORIN, J. L. e SAVIOLI, F. P. *Lições de Texto: Leitura e Redação*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2001.

FIORIN, J. L. *Introdução ao Pensamento de Bakhtin*. São Paulo: Ática, 2006.

_____. *As Astúcias da Enunciação: As Categorias de Pessoa, Espaço e Tempo*. São Paulo: Ática, 1996.

_____. *Elementos de Análise do Discurso*. 13.ed. São Paulo: Contexto, 2005.

FLORES, V. do N. e TEIXEIRA, M. *Introdução à Lingüística da Enunciação*. São Paulo: Contexto, 2005.

FOUCAULT, M. *O que é um autor?* 2.ed. Lisboa: Passagens, 1992.

_____. *Arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

FREDO, C. F. *Ideologia em Ato: A “Filiação” Imaginária do Sujeito*. 2.ed. Santos, SP: Leopoldianum, 2004.

GERALDI, J. W. *Portos de Passagem*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

GADET, F.; HAK, T. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução: Betânia S. Mariani et al. 3. ed. Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1997.

GREGOLIN, M. do R. e BARONAS, R. (orgs). *Análise do Discurso: as materialidades do sentido*. 2.ed. São Carlos, SP: ClaraLuz, 2003.

_____. *Foucault e Pêcheux na Análise do Discurso – Diálogos e Duelos*. São Carlos: ClaraLuz, 2004

HOUAISS, A. & VILLAR, M. S. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES. *Normas para apresentação de documentos científicos*. Curitiba: Ed da UFPR, 2000.

KERBRAT- ORECHIONI, C. *Enonciation de la subjectivité dans le langage*. Paris: A Colin, 1980.

LANDOWSKI, E. *Presenças do outro*. Trad. Mary Amazonas Leite Barros. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

LÉVINAS, E. *Entre Nós: Ensaio sobre a Alteridade*. 2.ed. Trad. Pergentino Stefano Pivatto et al. Petrópolis, Vozes, 2005.

LIMA, R C D P. *O professor escreve sua história: uma análise discursiva de modos de identificação do sujeito-professor*. Campinas: UNICAMP, 2001. Dissertação (Mestrado em Lingüística). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade de Campinas.

MALISKA, M. E. *Entre a Lingüística e a Psicanálise - O real como causalidade da língua em Saussure*. Curitiba: Juruá, 2003.

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em Análise do Discurso*. 3.ed. Trad. Freda Indursky. Campinas, SP: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P. et alii. *Gêneros Textuais e Ensino*. 3.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

MAZIÈRE, F. *A ANÁLISE DO DISCURSO: história e práticas*. Tradução: Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

NEVES, M. H. M. *A polissemia dos verbos modais ou: falando de ambigüidades*. São Paulo: Alfa, 2000 a.

_____. *Gramática de Usos do Português*. São Paulo: Editora da UNESP, 2000 b.

ORLANDI E. et al. *Sujeito e Texto*. São Paulo: EDUC, 1988.

_____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2003.

ORNELAS, C.A. *A presença de Mikhail Bakhtin em dissertações de mestrado e teses de doutorado, em Letras, da USP e PUC/SP, no período de 1972 a 1996*. Dissertação (Mestrado em Semiótica e Lingüística Geral). Departamento de Lingüística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: USP, 1998.

PALMER, F. R. *Mood and Modality*. Cambridge: University Press, 1986.

PESSOA, M. P. S. M. *A Configuração Espacial da Cidade do Recife: Seus Efeitos Sobre a Linha Sul do Metrô Recife*. . Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco. Recife: UFPE, 2000.

POSSENTI, S. *O eu no discurso do outro*. v. 39. São Paulo: Alfa, 1995.

_____. O dado dado e do dado **dado** (O dado em Análise do Discurso). In: CASTRO, M. F. P. de (org.). *O método e o dado em aquisição da linguagem*. Campinas (SP): Editora da Unicamp, 1996.

QUEIROZ, M. T. J. G. *Vivências de Leitura: Algumas Contribuições para Produção de Textos dos Alunos Oriundos da EJA*. . Monografia (Especialização em Políticas Educacionais). Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco. Recife: UFPE, 1999.

ROCHA, R. . *Minidicionário Enciclopédico Escolar*. São Paulo: Scipione, 2000.

RODRIGUES. S. G. C. *A modalização como expressão da subjetividade no discurso científico*. Dissertação (Mestrado em Lingüística). Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco. Recife: UFPE, 2002.

RODRIGUES. S. G. C e ARAÚJO, G. M. L. A Modalização em Texto Acadêmico: Graus de Explicitude e Engajamento do Autor com o discurso. In *Revista Arte Comunicação*. Ano 9. n. 8. UFPE. CAC. Recife. Multicopy, 2003.

RODRIGUES. S. G. C. Texto/Discurso: graus de explicitude engajamento do autor com o discurso. In: MOURA, D. (org.). *Oralidade e escrita: estudos sobre os usos da língua*. Maceió: EDUFAL, 2003.

RODRIGUES, S. G. C. e IAPECHINO, M. N. K. Instâncias Enunciativas em o Auto da Compadecida: O Julgamento de João Grilo. In *Anais da XXI Jornada de Estudos Lingüísticos do Nordeste*, João Pessoa (PB), 2006. p. 2694-2701.

RODRIGUES, S. G. C. O Processo de Escrita do Candidato do ENEM: Autoria Versus Apagamento de Autoria. In ANDRADE, G. G. e RABELO, M. L. (orgs). *A Produção de Textos no ENEM – Desafios e Conquistas*. Brasília: UnB, 2007. p. 197-206.

_____.O Autor-Pessoa Bakhtiniano e o Autor-Pesquisador: Possíveis Interseções. In: DIONÍSIO, A. P. et alli (orgs). *Anais do PG Letras 30 anos – O Caminho se Faz Caminhando*. Volume I. Recife: UFPE, 2007.

SAMPAIO, M. C. H. Concepção Dialógica de Linguagem e a Questão do Método para a Pesquisa Lingüística nas Ciências Humanas. In: *Revista Investigações - Lingüística e Teoria Literária*. Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística/UFPE. V. 17, n. 2, jul, 2004.

SCHÄFFER, M., FLORES, V. do N. e BARBISAN, L. B. (orgs). *Aventuras do Sentido – Psicanálise e Lingüística*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

STRATTON, P. *Dicionário de Psicanálise*. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1997.

SUASSUNA, A. *O Auto da Compadecida*. Editora Agir (sem data).

TEIXEIRA, M. *Análise de Discurso e Psicanálise – Elementos para uma abordagem do Sentido no Discurso*. 2.ed. Porto Alegre: EDIPCURS, 2005.

VOESE, I. *Análise do Discurso e o Ensino de Língua Portuguesa*. São Paulo: Cortez, 2004.

ANEXOS

ANEXO I
TESE DE DOUTORADO EM LETRAS

APRESENTAÇÃO

Esta apresentação pretende ser uma miscelânea de informações, que poderão ser úteis ou não, a respeito de todos os aspectos que estão, explícita ou implicitamente, contidos nesta tese:

- _ os falantes da língua Ya:thê - índios Fulni-ô um pouco da sua história, sua luta, sua terra, sua cultura e sua língua;
- _ a epistemologia, ainda que subjacente, que orienta o trabalho;
- _ as bases teóricas utilizadas na descrição;
- _ a metodologia de pesquisa e análise dos dados lingüísticas;
- _ observações sobre a organização do texto;
- _ os problemas de se descrever uma língua;

1. Os Falantes da Língua Ya:thê

Os falantes da língua Ya:thê, objeto de estudo desta tese, são os índios Fulni-ô. Estes índios vivem no município de Águas Belas, no Sul de Pernambuco, a 300 quilômetros de Recife, a capital do Estado. A reserva indígena Fulni-ô está localizada a pouca distância da margem direita do Rio Ipanema, um dos principais afluentes, também da margem direita, do Rio São Francisco.

Fatores histórico-sociais, envolvendo a constante política governamental no Brasil, desde os tempos da colônia, que tinha por objetivo o extermínio das populações indígenas brasileiras, seja pelas chamadas "guerras justas", seja pela tentativa de conversão ou pela miscigenação, três das principais estratégias utilizadas sobretudo no Nordeste, contribuíram para as características atuais da reserva Fulni-ô.

Provavelmente inspirada na memória tradicional da doação de terras que teria sido feita pelo governo imperial como prêmio por haverem os índios participado da guerra do Paraguai 1, a reserva Fulni-ô, quando demarcada, o foi em uma légua em quadro. Contudo, por época da demarcação, a cidade de Águas Belas estava incrustada no centro da área imemorial e fazendeiros e coronéis eram os donos dos terrenos da área urbana e de terras ao redor do núcleo, nas quais desenvolviam criações de gado. Além disso, a igreja era a dona de toda a área onde ficavam a capela e as residências dos não-índios, sob o pretexto de que os índios haviam doado esta área para a padroeira da paróquia, Nossa Senhora da Conceição.

No documento de doação das terras do Patrimônio, datado de 05/09/1928, entretanto, a terra é doada ao município, não à Nossa Senhora da Conceição. Neste documento, está registrado:

Para dar cumprimento à restrição 16ª do ato do Sr. Governador do Estado de Pernambuco, na 637 de 20 de junho de 1923, reunidos os abaixoassinados e mais os índios remanescentes dos primitivos "Carnijós", a ,quem foram concedidas pela carta 33 régia de 5 de junho de 1705, as terras do aldeamento do Ipanema, assistidos esses índios, para os efeitos do presente termo, e de acordo com o artigo, 6º do Decreto Federal III 5484, de 27 de julho de 1928, pelo Inspetor do Serviço de Proteção aos Índios, Antônio Martins Viana Estigarribia, foi por eles declarado que reconhecendo a conveniência das disposições do referido ato, estão de inteiro acordo em que cedidas para o patrimônio da cidade de Águas Belas (sic) os terrenos compreendidos nos seguintes limites: (..) (Termo de Doação, 1928).

Segue-se a descrição dos marcos colocados para delimitar a área do dito Patrimônio. Alguns marcos são tão efêmeros como “um toco de baraúna”.

O documento não acaba sem traçar louvores ao governador do Estado, Estácio Coimbra *"que solucionou justa e definitivamente a antiga questão das terras do aldeamento do Ipanema"* (Termo de Doação, 1928). Por esse motivo, os índios, representados por Fernando Luna e Manoel Sarapó, concordaram em conceder mais

uma faixa de 20 metros 00 (sic) de largura segundo o rumo 35° S (..) toda a extensão da linha desse rumo de modo a constituir uma Avenida, na qual só o lado da cidade ficará sob a jurisdição do Município, e por todos os presentes foi dado, por aclamação a essa Avenida o nome de 'Estácio Coimbra' (..). (Termo de Doação, 1928)

Duas observações, uma de curiosidade, outra de reflexão, merecem ser feitas aqui:

1) em pouco tempo, a homenagem ao governador benemérito foi esquecida e, já há longa data, a dita Avenida chama-se, muito singelamente, Rua Santa Terezinha; 2) o litígio pelas terras do aldeamento de Ipanema travou-se entre o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (doravante MAIC), ao qual o Serviço de Proteção aos Índios (doravante SPI) estava subordinado, e o governo do Estado de Pernambuco, donde pode-se deduzir que o governador defendia o interesse dos potentados, alguns deles citados no documento - coronéis José Lourenço de Oliveira Marques, João Nunes, Salustiano Cavalcante de Siqueira, capitães Joaquim José Guimarães, Américo Ferreira de Araújo, Olegário Florentino, entre outros todos, hoje, facilmente encontrados nos nomes de praças, ruas e avenidas, exceto os que vão sendo substituídos pelo nome do pai do prefeito em exercício, a cada novo mandato.

Desde o século XVII, por volta de 1650, missionários capuchinhos haviam implantado uma missão religiosa na região. Não se pode determinar se os Fulni-ô, citados como Carnijós em documentos da época, aí estavam e foram, então, contatados pelos missionários ou se estes, seguindo o projeto das missões jesuíticas de estabelecerem aldeamentos para conversão de silvícolas afastados da costa, assentaram-nos neste lugar. As lendas Fulni-ô parecem apontar, de um lado, para a presença dos índios neste local antes de qualquer presença branca, missionária ou colonizadora; de outro, para a vida nômade que estes índios pareciam; como todas as nações ditas Tapuias, levar.

No final do século XVIII, os aldeamentos indígenas foram transformados em vilas e os missionários em párocos. Na década de 1760, provavelmente em 1766, o aldeamento de Panema, Águas Belas, foi elevado à vila. Fazia parte da comarca de Garanhuns e tinha o seu primeiro pároco. Os índios passam, deste modo, praticamente, a fazer parte da população sertaneja comum.

Considerados extintos, não fisicamente, mas pela aculturação e pela miscigenação, quer dizer pelo apagamento dos traços étnicos culturais e biológicos, as terras são invadidas, os marcos fronteiros do aldeamento destruídos e os índios sucessivamente empurrados para fora do seu território ancestral. Perseguidos e impedidos de realizar os seus cerimoniais religiosos, os remanescentes refugiam-se em lugares próximos e reúnem-se secretamente na caatinga, a fim de preservar rituais e língua, em última instância, a fim de preservar a sua, identidade como nação. Nesse sentido, realiza-se a predição teórica de RIBEIRO (1996:245):

Uma vez estabelecido o convívio e à medida que as relações se amigam e se estreitam, os índios se vêem submetidos a uma série de desafios, todos eles conducentes a transfigurações sucessivas no seu modo de ser e de viver. Nenhuma oportunidade lhes é dada de preservar seu substrato biológico, sua sociedade e sua cultura em sua forma original. Os desafios cruciais com que se defrontam são os de resguardar sua sobrevivência como contingentes humanos seriamente ameaçados de extermínio; o de resguardar, na medida do possível, sua identidade e autonomia étnica a fim de não se verem abruptamente subjugados por agentes da sociedade nacional, a cujos desígnios tenham de submeter seu próprio destino. E, finalmente, o de assegurar (1) a continuidade de sua vida cultural, mediante alterações estratégicas que evitem a desintegração do seu sistema associativo e a desmoralização do seu corpo de crenças e valores. Todos estes desafios convergem para o imperativo de se transformarem biológica, social e culturalmente a fim de sobreviverem em novas condições extremamente tensas e sob a ameaça permanente de um colapso cultural que condenaria seus membros à anomia.

A citação é necessariamente longa, porque ela traduz com exatidão todo o processo pelo qual passou o povo Fulni-ô, assim como os demais povos indígenas do Brasil, de modo geral, e, no caso particular de que tratamos, do Nordeste. Ela também é necessária porque serve para mostrar a especificidade do povo Fulni-ô que, tendo enfrentado todos estes desafios, conseguiu manter o seu corpo de crenças e valores tradicionais e, sobretudo, a língua, um símbolo de resistência, vitalidade e de identificação étnica, por excelência.

Em 1875, ficou decidido por uma comissão encarregada de vistoriar as terras indígenas em Pernambuco que não devia mais haver aldeamentos no Estado. Esta mesma comissão decidiu que as terras deviam ser demarcadas em lotes de 22.500 braças quadradas e as terras restantes vendidas em leilão. Não temos dados da população por essa época, mas um levantamento de 1857 dá conta de 382 índios, distribuídos em 96 famílias (ARRUTI,

1995:67). Os lotes foram demarcados em 1878.

Segundo RIBEIRO (1996:69-70), que se apoia em PINTO (1956),

No começo do século XX; em torno da igreja levantada pelos índios, dentro do perímetro do aldeamento, existia um número considerável de moradores sertanejos e grande parte dos lotes tinha passado dos índios a estranhos, a título de arrendamento, compra ou por simples esbulho. Por volta de 1916, era tão grande a hostilidade entre os Fulni-ô e a população de Aguas Belas que crescera em redor da igreja que os índios foram compelidos a se afastarem para um quilômetro adiante do antigo aldeamento, agora cidade, fugindo aos vexames a que os submetiam as autoridades locais. Nesse período, os índios que haviam permanecido no antigo aldeamento estavam ameaçados de perder as terras que lhes restavam. Muitos outros viram-se obrigados a dispersar-se para trabalhar nas fazendas da região. Os moradores neobrasileiros de Águas Belas, aproveitando-se dessa situação, pleitearam reversão do domínio do Estado das terras concedidas aos Fulni-ô, alegando que fora extinto o aldeamento com a extinção da diretoria dele incumbida no Império. Essa reversão permitiria a legalização da posse das terras pelos civilizados, que delas se haviam apropriado, a título de ocupação antiga de terras devolutas ou de propriedade do Estado .

Por volta de 1921, a situação dos Fulni-ô era de extrema miséria. As perseguições dos coronéis de então, que várias vezes queimaram a aldeia e convidaram, através dos jornais, as autoridades, a fim de verificar que não mais existiam índios na terra, e o descaso das autoridades transformaram estes índios em "*500 infelizes patrícios - os índios Carnijós vítimas indefesas de todas as vilanias da prepotência sertaneja*" (DAMASO, 1931). O padre Alfredo Pinto Dâmaso, Capelão militar das tropas revolucionárias do Norte, tomou a si a incumbência de ir pessoalmente ao Rio de Janeiro procurar auxílio junto ao SPI - que, na sua política de proteção aos índios do Brasil, havia deixado de fora os índios do Nordeste. Esta atitude pode ser considerada lógica, se lembrarmos que a política do SPI era de integração e os índios do Nordeste estavam, para a *intelligentsia* da época e para a crença comum geral, integrados havia muito tempo.

O resultado desse pedido de ajuda para os Carnijós, feito pelo padre Dâmaso, foi a criação, em terras do extinto aldeamento, do Posto Indígena Dantas Barreto. Com a intervenção do SPI, uma comissão foi, mais uma vez, designada para resolver os interesses conflitantes dos índios e dos fazendeiros. O MAIC foi representado pelo inspetor do SPI, Antônio Estigarribia. O governador ele Pernambuco, Estácio Coimbra, apresentou-se como árbitro, mesmo com a disputa das terras, agora, sendo travada entre o MAIC e o Estado de Pernambuco, como já dissemos.

Deste conflito, nasceu a configuração atual da reserva: foi reconhecido o direito indígena sobre as terras, mas foi também reconhecido o direito dos moradores da cidade. A cidade passa, assim, a ficar encravada na área indígena. Pelo acordo, os habitantes da cidade passariam a pagar arrendamento ao SPI, declarado legítimo tutor dos índios. Entretanto, havia a questão da doação da citada área a Nossa Senhora da Conceição, o que descartaria o pagamento da área considerada patrimônio da Santa padroeira da paróquia. Além disso, como veremos, a demarcação efetuada procurou respeitar as terras já ocupadas por potentes. Estes mantiveram a posse de suas terras e das benfeitorias nelas construídas. Deste modo, a reserva Fulni-ô dispõe de uma légua de terra em quadro, mas desta légua deve-se descontar a área do patrimônio, mais o cemitério, mais a dita faixa de 20 metros de largura, ou seja, a atual Rua Santa Terezinha, mais a área do Olho-d'água.

Legitimada em 1924, somente em 1928 a terra é finalmente demarcada nas condições já mencionadas. Cada índio Fulni-ô² recebeu um lote e o SPI tomou a precaução de estabelecer que os índios não tinham direito de alienação. Tal medida tinha o objetivo de evitar que os índios fossem esbulhados mais uma vez das suas terras pelos fazendeiros e outros poderosos locais.

Os Fulni-ô são o primeiro grupo indígena a emergir no Nordeste, ou seja, a ter sua identidade étnica e o direito à terra reconhecidos oficialmente. Depois deles, só em Pernambuco, seis outras etnias puderam ser reconhecidas: Xukuru, Truká, Kambiwá, Pankararu, Atikum e Kapinawá. Destes, nenhum conseguiu preservar a língua original, guardando de suas culturas ancestrais a religião e outros elementos do equipamento

cultural.

A sociedade Fllni-ô caracteriza-se como uma cultura hermética, cuja organização social e rituais religiosos são radicalmente vedados aos não-índios. A identidade étnica é rigorosamente preservada e definida de acordo com dois aspectos básicos da cultura: a língua e a religião. A miscigenação, desde que superada por estes critérios, ou pelo critério religião isoladamente, é negada tacitamente: ser índio e, sobretudo, ser Fulni-ô, é saber o Ya:thê e participar dos rituais do Ouricuri - a que a maior parte dos estudiosos escrevendo sobre os Fulni-ô chamam o "culto ao Juazeiro sagrado".

O Ouricuri é "o lugar sagrado" a tribo propriamente dita, onde os membros do grupo "vivem como índios". Do ponto de vista espacial, é uma pequena aldeia, em formato mais ou menos circular, onde todos os caminhos convergem para o terreiro central, diante do qual fica o pátio dos homens, o lugar para onde estes retiram-se ao cair da noite, segundo relatos. Ocultos no meio da caatinga, no Ouricuri, os índios Fulni-ô passam três meses a cada ano, no período de setembro a dezembro. Como já dissemos, os rituais são secretos e nada se pode dizer sobre isso, a não ser que é permitido aos não-índios visitar o local no primeiro dia, ou dia de chegada, quando é celebrada uma missa no grande terreiro.

Fora do período de retiro, os Fulni -ô praticam o que eles chamam de "noites furtadas". Esporadicamente, grupos de índios afastam-se da aldeia maior, ao lado da cidade, onde eles têm suas moradias permanentes, e vão para o Ouricuri. Segundo a tradição oral, trata-se de uma lembrança dos tempos em que precisavam ocultar-se para poderem reunir-se no ritual que, como a língua, chegou a ser proibido pelo que o Pe Damaso classificou de "a prepotência sertaneja".

Atualmente, a população Fulni-ô que vive em Águas Belas é de 2.000 índios, aproximadamente. Dados de um censo efetuado em 1992 (COSTA, 1993) aponta para estes números, apesar dos dados da FUNAI (Fundação Nacional do Índio) indicarem mais de

4.000 indivíduos Fulni-ô. Mais recentemente, em 1996, a FNS (Fundação Nacional de Saúde) efetuou um censo tendo em vista a implantação de medidas de saneamento e prevenção de doenças. O resultado deste censo indica existência de 2.050 índios Fulni-ô distribuídos pela aldeia sede, Fulni-ô, propriamente dita, por uma aldeia pequena situada a alguns quilômetros da sede, no local chamado Supriano ou Barretinho - os habitantes desta aldeia autodenominam-se Xixiaklá - e pelos sítios em redor.

A língua Ya:thê, que tem sido considerada pertencer ao tronco Macro-jê (RODRIGUES, 1986), é ainda falada pela maior parte da população Fulni-ô. Em um estudo sociolinguístico para definir o perfil linguístico da comunidade (COSTA, 1993), ficou demonstrado que 91,5% dos índios são falantes ativos ou passivos da língua original do grupo. Neste mesmo estudo, observamos que o uso da língua é regulado por regras sociolinguísticas internas à comunidade de fala, o que impede de estabelecer com segurança o grau de bilingüismo passivo, principalmente entre os mais jovens. Um outro resultado deste estudo foi a previsão que o bilingüismo Ya:thê-Português dos índios Fulni-ô é do tipo diglósico estável e não apresenta sinais de deslocamento ou de substituição de qualquer das línguas.

Este é o povo Fulni-ô, os últimos índios do Nordeste (se não se leva em conta o Maranhão), a falarem sua língua nativa, um povo que vive claro e oculto, lembrado e esquecido, no coração do sertão, onde a boca da serra conta segredos e revela mistérios que só este povo parece entender.

(Para não dizerem por aí que eu, também, não sei falar de flores).

2. A Epistemologia

A epistemologia que nos guia na execução deste esboço de gramática do Ya:thê é a que está na base da corrente linguística - ou das correntes linguísticas – dita funcionalista. De acordo com HOFFMAN (1987:114), citado em NEVES (1997:40), *"uma gramática funcionalmente orientada analisa a relação sistemática entre as formas e as funções em uma língua" ..*

DIK (1991:247) observa que a gramática funcional desenvolveu-se a partir de um ponto de vista também funcional sobre a natureza da linguagem, sob o qual

*a language is considered in the first place as an instrument for communicative verbal interaction, and the basic assumption is that the various properties of natural language should, wherever this is possible, be understood and explained in terms of the conditions imposed by their usage.*³

Em teoria lingüística, desde os primórdios, certamente, mas aqui estaremos referindo-nos à lingüística do século XX, tem havido uma clara dicotomia entre formalismo e funcionalismo. Esta dicotomia básica é ilustrada, de um lado, pelo formatismo empírico radical de BLOOMFIELD (1970), prosseguido de uma forma racionalista por CHOMSKY (1969), basicamente, como ponto de partida e, de outro, pelo funcionalismo de várias escolas, atingindo o seu ponto mais extremo no funcionalismo radical de GIVON (1979).

A epistemologia que orienta o nosso trabalho pode, assim, ser definida como uma síntese entre estas posições extremas: uma concepção de linguagem como um sistema que funciona a partir de um mecanismo de base - regras e princípios, seguramente - mas que evolui e é "formado" pela adequação ao uso que os falantes fazem deste conjunto de princípios e regras. Em resumo, os princípios e regras que constituem o sistema lingüístico estão sujeitos a adaptações aos demais sistemas que estão em funcionamento e, também estes, em constante evolução, na comunidade de uso: organização sócio-político-econômica de modo geral, religião, cultura, percepção de mundo dos falantes.

HALLIDA Y (1990:XIII) observa que:

*Every text - that is, every thing that is said or written - unfolds in some context of use; furthermore, it is the uses of language that, over tens of thousands of generations, have shaped the system. Language has evolved to satisfy human needs; and the way it is organized is functional with respect to these needs - it is not arbitrary.*⁴

A escolha de uma epistemologia, como tal, traz conseqüências para a metodologia de trabalho utilizada, obviamente. Uma gramática formal interpreta a língua como um sistema de formas ao qual são atribuídos significados e, assim, prossegue na direção forma-significado. Uma gramática funcional, ao contrário, interpreta a linguagem como um sistema de significados, acompanhado por formas que realizam estes significados e, por isso, segue na direção significado-forma. Como se verá nas nossas descrições, é esta a conseqüência principal que tiramos da escolha epistemológica.

Queremos frisar que não temos a pretensão, neste item a que chamamos epistemologia, de discutir as questões filosóficas e, na maior parte do tempo, controversas, que vêm sendo amplamente debatidas na literatura lingüística atual. Para o tratamento longo e, em alguns casos, extremado por ambos os lados, remetemos o leitor às fontes principais: GIVON (1979, 1984 e 1990), CHOMSKY (1969,1972,1978,1981), onde se pode encontrar os princípios mais conhecidos; para maiores informações, COMRIE (1988); para informações mais precisas sobre funcionalismo em lingüística, HALLIDAY (1990), DIK (1991); NEVES (1997). Esta última explica a visão funcionalista da linguagem a partir das principais perspectivas em que desenvolveu-se: Escola de Praga, Halliday e Dik.

3. A Teoria

Sob o rótulo teoria, informamos sobre os princípios teóricos que nortearam a análise dos dados. Mais uma vez, do mesmo modo que no item anterior, estaremos remetendo o leitor para as fontes de onde estes princípios foram retirados. Para maior clareza, apresentamos e explicamos estes princípios por capítulo. Antes, ainda, é preciso esclarecer que tal forma de apresentação deve-se ao fato, já mencionado, de as nossas pressuposições epistemológicas serem um tanto, por assim dizer, frouxas, o que tem-nos levado a utilizar explicações, uma ou outra vez, levantadas por diferentes linhas teóricas, quando isto tem-nos parecido necessário – e, outras vezes, a ousarmos inventar nossas próprias explicações.

O grosso da base teórica é, porém, de base funcionalista. Estas bases foram

extraídas, principalmente, da lista que segue: os artigos contidos em SHOPEN (1985a; 1985b e 1992); BYBEE (1985); BYBEE, PERKINS e PAGLIUCA (1994); GIVON (1984 e 1990); HALLIDAY (1990); COMRIE (1978, 1988 e 1995); LAZARD (1994); CREISSELS (1991); VETTERS (1996).

O capítulo I está organizado sob um ponto de vista descritivo-estruturalista, sem levar em conta, entretanto, os passos de análise previstos por este modelo, dado que, de um lado, estas informações podem ser encontradas em outros trabalhos, para os quais remetemos o leitor (MELAND e MELAND, 1967; BARBOSA, 1991), e de outro lado, o objetivo com este capítulo é tão somente fornecer algumas informações neste nível sobre a língua e tentar fornecer algumas informações neste nível sobre a língua e tentar esclarecer algumas questões controversas.

Os conceitos teóricos que permitem a explicação dos dados - traços, matriz de traços, processos fonológicos e morfofonológicos, etc. - foram extraídos das teorias fonológicas modernas, ditas autossegmentais ou não-lineares, sem, contudo, pretendermos formalizar as descrições de acordo com estes modelos. O que nos interessou, para o momento, foram as explicações que estas teorias podem fornecer para os fenômenos fonético-fonológicos observados na língua. É possível que, a partir das informações fornecidas neste trabalho, seja possível elaborar-se formalizações rigorosas. Estas formalizações poderão, por sua vez, dar conta, em uma linha, dos fatos da língua, e, em outra., contribuir para o avanço dos próprios modelos.

Uma razão para enveredarmos pela trilha da fonologia de base gerativa é que o estudo da fonologia, diferente do que vem-se fazendo no estudo da sintaxe, tem-se interessado pelos dados das línguas as mais diversas, a fim de testar empiricamente as suas predições teóricas. Cada vez, um número maior de estudiosos de todo o mundo vem-se dedicando ao estudos de línguas até então desconhecidas ou pouco estudadas. Neste panorama, o estudo das línguas americanas, e das línguas brasileiras em particular, revela-se como sendo de importância fundamental para a pesquisa científica sobre línguas. Um resultado já bastante visível do interesse dos fonólogos pelos dados é que a teoria fonológica

avançou consideravelmente nos últimos anos e conseguiu encontrar para o funcionamento da linguagem no nível fonético-fonológico explicações confiáveis e extremamente consistentes.

Nossas fontes básicas, neste capítulo, além dos manuais para análise fonológica, entre outras, foram as seguintes: WETZELS (1995a, 1995b e 1997); CLEMENTS e HUME (1995), GOLDSMITH (1995).

O capítulo II é puramente descritivo. Quer dize, os processos de formação de palavras, as classes de palavras e suas especificidades e especificações categoriais são aí apresentados sucintamente, com breves descrições. Em poucas ocasiões, particularmente no caso dos adjetivos, que constituem uma classe, teórica e empiricamente, de difícil definição, buscamos dar maiores explicações sobre os fatos lingüísticos observados. Esta descrição sucinta tem a ver com o fato, inerente ao sistema lingüístico, parece-nos, de a morfologia ser o lugar onde se forma, basicamente, o léxico de uma língua e o léxico de uma língua, por sua vez, é o lugar onde o maior número de idiossincrasias são permitidas.

As fontes de conceitos teóricos descritivos, neste capítulo, são os já citados artigos de SHOPEN (1985a., 1985b e 1992) e GIVON (1984 e 1990). Reflexões preciosas sobre semântica, que muito podem ajudar na definição das classes de palavras podem ser encontradas em L YONS (1994b).

O capítulo III, que retoma alguns fenômenos apresentados no capítulo II, como especificadores do nome e do verbo, sobretudo, para tentarmos explicitá-los de uma perspectiva não puramente morfológica, procura ser mais explicativo do que a morfologia propriamente dita. Nele, tentamos compreender como alguns sistemas, que estamos considerando básicos no funcionamento de uma língua, organizam-se, quais as relações entre os significados e suas formas de expressão, e as funções que estes elementos exercem na sintaxe.

As questões sobre os sistemas de actantes são tratadas com base nos pressupostos de CREISSELS (1991) e LAZARD (1994); com relação ao sistema de marcação de caso e papéis semânticos, recorreremos novamente a LAZARD (1994), HALLIDAY (1990) e

ANDREWS (1992); explicações contidas na seção sobre sistema de tempo, aspecto e modo estão discutidas em VETTERS (1996); BYBEE (1985); BYBEE, PERKINS e PAGLIUCA (1994); COMRIE (1995).

O capítulo IV, que trata dos aspectos morfossintáticos, sintático-semânticos e, de algum modo, ainda que implicitamente, das relações que estes aspectos mantêm entre si, tira subsídios de HALLIDA Y (1990); VETTERS (1996); COMRIE (1978 e 1988), entre outros.

A conclusão, no que diz respeito aos parâmetros de tipologização, vai buscar subsídios em COMRIE (1981), basicamente, com o objetivo de apresentar subsídios para uma classificação tipológica da língua, de acordo com um número de parâmetros.

As noções e explicações teóricas necessárias à compreensão da interpretação dos dados, que colhemos, como já foi dito, nas fontes teóricas citadas e, ainda, menos sistematicamente, em outras que constam da bibliografia final, encontram-se diluídas no corpo do trabalho, quando aparecem nas interpretações, e, às vezes, são discutidas mais amplamente, quando julgamos necessário repensar certos conceitos e idéias, apoiando-nos nos dados sob análise.

4. A Metodologia

O levantamento de dados foi efetuado, a princípio, utilizando-se listas de palavras e questionários propostos para trabalho de campo. Dois instrumentos inicialmente utilizados foram a lista de 100 palavras de Swadesh (TELES:1995) e a lista de palavras e questionário gramatical básico do Museu Göeldi⁵ Este material é suficiente para fazer a depreensão prévia de sons e fonemas e estabelecer alguns mecanismos gramaticais básicos que parecem ser universais: sujeito, objeto, posse, demonstração, pessoas gramaticais, principais tipos de situações, etc .. Uma primeira análise dar-nos essas informações e, de acordo com o conhecimento de outras línguas, incluindo a nossa língua materna, um pouco com a ajuda da intuição - que é preciosa e fundamental em um lingüista - vão-se fazendo hipóteses e

elicitações, traduzindo textos com a ajuda de um informante nativo. Pouco a pouco, vamos compreendendo as relações do sistema, que, a princípio, parecem inextricáveis, mas vão-se tornando acessíveis.

A partir das listas básicas, foram efetuadas elicitações, gravações de textos variados (narrativas, diálogos, descrições do dia-a-dia, informações sobre a cultura, etc.), solicitados ou espontâneos.

Recorremos, ainda, a textos escritos antigos, textos escritos atuais, como letras de cânticos religiosos - católicos - e dados publicados em teses, dissertações e monografias. A estas últimas fontes, recorriamos em último caso, quando precisávamos verificar se realmente o que estávamos ouvindo havia já antes sido ouvido por outros estudiosos, ou quando desejávamos alicerçar uma hipótese sobre alguns casos que pareciam de mudança histórica mais do que propriamente explicáveis em termos puramente sincrônicos, processos de mudança em curso ou já completados na língua.

O corpus final, uma amostra do qual aparece nos anexos, ficou constituído da seguinte forma:

_ itens lexicais isolados

_ sentenças curtas - apenas os argumentos centrais

_ sentenças mais longas - argumentos centrais, periféricos e circunstanciais

sentenças complexas - coordenadas, completivas, relativas e vários tipos de circunstanciais

textos variados orais

textos, escritos, encontrados em trabalhos publicados - MELAND e MELAND (1967), PINTO (1956), LAPENDA (1968), BARBOSA (1950) - ou em trabalhos e listas de palavras manuscritas, como a da Professora Edith Wanderley Pita (1950),

Os dados que nós coletamos estão gravados em áudio e transcritos foneticamente em cadernos de campo, Muitos dados de confirmação foram colhidos informalmente, no convívio diário, e não estão transcritos de forma sistemática. São frases esparsas, anotadas em diário.

Os dados foram analisados primeiro de um ponto de vista estrutural, em que se observa distribuição e função. Estes são procedimentos de descoberta básicos, Um segundo momento da análise passou pela interpretação e tentativa de compreensão das relações entre os elementos reconhecidos através de todo o sistema. Por isso, as informações em uma seção ou capítulo podem parecer repetidas em outra seção ou capítulo.

O trabalho de análise constitui-se, de acordo com o que dizíamos acima, um constante ir e vir dos dados para a análise, para o informante, para os dados, para a teoria, expandindo gradual e consistentemente o campo sob investigação,

Um exemplo que pode servir para ilustrar esta repetição de fatos no corpo do trabalho, e que talvez a justifique, é o tratamento dado aos pronomes demonstrativos: na seção 2.1.1.2., **II**, eles aparecem como especificadores do nome, do tipo determinantes e com função dêitico-espacial; no mesmo capítulo, seção 2.1.5.2, nós os tratamos novamente, desta vez constituindo uma das classes menores de palavras; finalmente, eles voltam a aparecer na seção 1.2.3.2., **III**, considerados no sistema de actantes como uma das formas que podem representar funções gramaticais.

No corpo do trabalho, sempre que nos parecer necessários, chamaremos a atenção para estes fatos.

O trabalho com textos, desde o primeiro momento, é extremamente valioso. E, mais adiante, quando a análise avança e as hipóteses levantadas vão encontrar respostas, às vezes, não mais na literatura mas na interpretação que se pode dar aos fatos lingüísticos, os textos passam a ser largamente utilizados, com resultados muito bons.

Para ilustrar casos como esses, temos, em Ya:thê, o problema das construções com verbos de atividade. À primeira vista, o participante marcado como instrumental, que é próprio destes verbos, parecia de difícil explicação. A presença, em um texto, de duas formas verbais com basicamente mesmo significado tfone-ka/ e fuda-ka "caçar", ajudou-nos a solucionar o problema: verbos de atividade na língua são construídos morfologicamente com uma raiz que termina em /ne/. Consistentemente, estes verbos tomam objeto externo instrumental.

5. A Organização do Texto

Com relação ao texto, uma primeira observação que queremos fazer diz respeito ao título. Primeiro, ao dizermos que o Ya:thê é a última língua viva do Nordeste, estamos considerando Nordeste a faixa que vai do Piauí à Bahia, deixando de lado o Maranhão, que, notadamente, não possui as mesmas características físico-climáticas da região e não sofreu o mesmo processo avassalador de colonização pela plantação da cana-de-açúcar e pela criação de gado, que conduziu ao que chamamos de holocausto lingüístico. Segundo, ao fazermos a opção de, no subtítulo, grafarmos morfo-fonológicos e morfo-sintáticos, queremos significar que as descrições em todos os níveis encontram-se necessariamente embricadas, dada a nossa concepção de língua com um sistema difícil de quebrar em qualquer ponto, mas que, também, esta embricação é difícil de ser determinada. Os níveis, por isso, em termos descritivos, tornam-se de difícil separação.

A apresentação do trabalho, ou a sua organização em texto, procura corresponder à pergunta básica que nos fazemos quando nos questionamos sobre o que sabemos quando sabemos uma língua e, conseqüentemente, sobre como uma língua funciona. Assim, a descrição, propriamente dita, está dividida em quatro capítulos.

O capítulo **I** é um esboço das questões fonético-fonológicas e morfo-fonológicas da língua e, por isto, foi denominado "Esboço da Fonologia e da Morfofonologia". Trata-se de um capítulo de observações ainda não devidamente formalizadas, ou não apropriadamente formalizadas, de um ponto de vista teórico. Não procuramos apresentar sistematicamente os

passos de uma análise fonológica, dado que estas descrições podem ser encontradas em trabalhos anteriores, sob diversas perspectivas: MELAND e MELAND (1967); LAPENDA (1968); BARBOSA (1991).

Do ponto de vista fonético, procuramos:

- _ inventariar os sons da língua
- _ estabelecer as especificações fonéticas e as restrições fonotáticas de alguns segmentos.
- _ definir as combinações possíveis de sons em grupos consonantais
- _ definir o padrão silábico

Do ponto de vista fonológico, procuramos:

- _ definir os fonemas da língua
- _ apresentar possíveis soluções para algumas controvérsias com relação a determinados segmentos e definir o status e o papel destes e de outros segmentos no sistema de sons da língua.

_definir o sistema fonológico da língua em termos de fonemas e de traços sugerimos uma matriz de traços preliminar e ainda sem considerar, com maior acurácia, o envolvimento destes traços nos processos fonológicos e morfofonológicos.

descrever os principais processos fonológicos e morfofonológicos observados.

- _ descrever, de forma bastante sucinta, o padrão acentual básico da língua.

Embora o status do sistema tonal do Ya:thê tenha sido uma questão constantemente ressaltada, esta questão permanecerá, ainda, irresolvida. Neste trabalho, evitamos enfrentar o assunto por diversos motivos.

Os conceitos teóricos que aparecem nesta descrição têm apenas o objetivo de tornar mais claras as explicações descritivas. o capítulo II trata da Morfologia. Neste capítulo,

damos uma definição breve de palavra, apresentamos os principais processos de formação de palavras e descrevemos as principais classes de palavras, sua classificação semântica e morfológica, suas modificações categoriais e os princípios de combinação das palavras em sintagmas, basicamente a ordem e a concordância. As classes menores de palavras também são apresentadas com alguma discussão, quando necessário.

O capítulo III é uma tentativa de explicitar questões que não parecem devidamente contempladas se observadas apenas do ponto de vista morfológico. Assim, o sistema de marcação de funções gramaticais e de papéis semânticos, o sistema de representação dos actantes gramaticais e o sistema de tempo, aspecto e modo são retomados e recebem um tratamento mais detalhado. Para a elaboração e inclusão deste capítulo, a que chamamos, um tanto indefinidamente, "Entre a Morfologia e a Sintaxe", pressupomos, que estes são subsistemas da língua cuja compreensão parece ser fundamental para a compreensão mais ampla do funcionamento da língua no nível sintático-semântico.

O capítulo IV foi nomeado Morfossintaxe-Sintaxe-Semântica porque nele, embora basicamente tratando da sintaxe, não podemos deixar de observar fenômenos morfossintáticos, que fornecem os mecanismos morfológicos para a expressão sintática dos significados, e semânticos, que determinam ou são determinados pela estrutura sintática. Enfim, observamos aqui o postulado em teorias lingüísticas atuais de que há uma estreita relação entre a sintaxe e a semântica.

Na conclusão, colocamos algumas observações gerais sobre as questões levantadas no decorrer do trabalho, e apresentamos, de acordo com análise efetuada nos diversos níveis, nos quatro capítulos descritivos, algumas sugestões que podem ajudar na tipologização do Ya:thê, de um ponto de vista exclusivamente lingüístico. É evidente que não podemos avançar qualquer proposta de tipologia genética, comparando-a com outras línguas do mesmo tronco lingüístico ou da mesma área, por vários e diferentes motivos. Do ponto de vista genético, não contamos com informações necessárias sobre as outras línguas; do ponto de vista areal, além de não haver, atualmente, nenhuma outra língua brasileira nas adjacências, a

história dos Fulni-ô é bastante obscura a respeito das migrações que esta nação, provavelmente, deve ter empreendido. Sobretudo, não avançamos nenhuma proposta neste sentido porque esgotamos todos os limites e todo o tempo proposto para este trabalho.

Entretanto, apresentamos o esboço de sugestões prévias, bastante embrionárias para um sistema de escrita, de acordo com as observações feitas na fonologia e na morfologia. Esta sugestão considera, basicamente, o sistema de sons da língua e a definição de palavra de um ponto de vista gramatical,-

Outras observações, de caráter técnico, sobre a apresentação do trabalho, vêm a seguir:

_ no capítulo I, os exemplos estão, na maior parte, em forma fonética e são, assim, representados entre colchetes. Quando estivermos apresentando a forma fonológica, faremos a distinção, colocando-os entre barras oblíquas. Em forma fonética, os morfemas apresentam-se soldados, evidentemente; em forma fonológica, estão separados por hífen (-) ou pelo símbolo (+), que indica fronteira de morfemas, quando esta marcação nos parece ser requerida para melhor compreensão do fenômeno descrito.

_ nos demais capítulos, todos os exemplos estão em forma fonológica e apresentados sem as barras oblíquas, a menos que estejam inseridos no texto normal. Esta decisão foi tomada com os seguintes objetivos: a) deixar mais limpa a transcrição; b) permitir a glossa dos significados de cada um dos morfemas - uma raiz não é seguida nem precedida de hífen. Um hífen depois de uma forma qualquer ~á sempre sendo considerado como precedendo um sufixo. O fato de não haver prefixos na língua facilitou bastante esta apresentação: as raízes Rodem ser facilmente identificadas. Não nos preocupamos em identificar clíticos e partículas. Estes elementos serão tratados como palavras monomorfêmicas, mas que podem receber, em determinadas circunstâncias, sufixos, como recebe, por exemplo, um expletivo, que é interpretado como clítico, nas construções atributivas.

_ as expressões já cristalizadas em determinada forma fonética serão representadas como se fossem a forma fonológica - os morfemas que a compõem são indepreensíveis no

momento sincrônico, ocultos quase todos na história da língua. Deste modo, alguns exemplos contrariam a fonologia aqui proposta, já que não encontram explicação nos processos fonológicos e morfofonológicos descritos. Teremos, por exemplo, nestes casos, alguns alongamentos compensatórios, palatalizações e nasalizações. Também grupos consonantais, embora ditos não fonológicos em alguns pontos das observações sobre fonologia, serão transcritos sem os elementos vocálicos cujo apagamento poderiam tê-los gerado na superfície.

- as traduções de exemplos, no corpo do trabalho, em Português, estarão sempre entre aspas. Traduções para outras línguas aparecem em itálico, assim como termos técnicos e outras palavras encontradas no original no corpo do trabalho.

- as datas das fontes são sempre as da edição consultada.

- a numeração dos exemplos é feita em ordem crescente, por capítulo. Assim, para referir a um exemplo no mesmo capítulo, usaremos o número do exemplo; para referirmos a um exemplo em outro capítulo, usaremos o número do exemplo em algarismos arábicos, seguido do número do capítulo em algarismos romanos: a indicação (ex. 124, II), por exemplo, refere ao exemplo de número 124, no capítulo II.

_ as remissões obedecem ao seguinte padrão: ' (seção 1.2.1. III) refere à seção indicada no capítulo III; as remissões ao mesmo capítulo trazem apenas o número da seção: (seção 1.2.1.).

_ a numeração das notas de rodapé é feita em ordem crescente, mas considera-se, desta vez, todo o texto, da apresentação à conclusão.

_ as citações são apresentadas na língua da fonte original, no corpo do trabalho. As citações em língua estrangeira trarão tradução nossa em nota de rodapé. Esta precaução foi tomada para que o leitor possa ter acesso imediato ao texto original em sua essência.

6. Problemas ao Apresentar um Curto Esboço de Uma Gramática

Alguns problemas sérios aparecem quando queremos apresentar um curto esboço de uma gramática. HALLYDAY (1990), na introdução, aponta alguns desses problemas e nós os discutiremos aqui, a partir deste autor, acrescentando-lhes nossa própria experiência.

Primeiro, o problema do paradigma. Que modelo teórico descritivo adotar? Cada modelo teórico aponta para uma solução diferente do problema lingüístico, embora estejamos convencidos que todos tentam chegar ao mesmo ponto, partindo de lugares diferentes e seguindo caminhos diferentes. As bases epistemológicas que subjazem aos modelos teóricos regulam os procedimentos a serem seguidos na análise e na apresentação dos resultados, evidentemente, conforme já havíamos notado, e têm forte influência na forma como o lingüista "vê" e "ouve" os enunciados na língua em estudo. As bases teórico-epistemológicas, portanto, ao mesmo tempo que ajudam na interpretação dos fatos enviesam estas mesmas interpretações.

Segundo, o problema dos rótulos, que, parece-nos é mais sério do que o anterior, pelo menos em termos metodológicos. Que nomes dar às noções que são expressas pela língua? Além do grande número de sugestões terminológicas propostas, parece-nos, algumas vezes, que estes rótulos não são suficientes ou não conseguem traduzir fielmente o significado que um determinado elemento lingüístico codifica. Por isso, dois termos podem em alguns pontos, ser usados com o mesmo valor e ainda, podem aparecer termos não encontrados em nenhuma sugestão terminológica corrente porque estes termos, em dados momentos, pareceram-nos essenciais para a compreensão do significado. Estes últimos são usados informalmente.

Há, ainda, outro problema com os rótulos: o da confusão terminológica gerada pela indefinição de um conceito. Estamos conscientes de que esta nebulosidade conceitual permeia o texto. Como partimos da noção para a expressão - semasiologia para a onomasiologia - tomamos um conceito na literatura e discutimos um fato da língua a partir deste conceito. Geralmente, é possível explicar os dados pela teoria. Mas há casos em que a

discussão leva-nos a concluir: a) que o conceito não é gramaticalizado na língua; ou b) que a gramaticalização não corresponde necessariamente ao conceito.

Um mandamento comumente seguido na descrição de línguas é que o que não existe na língua não precisa ser tratado. Em determinados casos, porém, e principalmente, se estamos apoiados em uma base funcionalista, torna-se necessário discutir a noção semântica simplesmente para demonstrar que a língua não a utiliza ou que não a trata do mesmo modo que outras línguas, o que a torna de mais difícil apreensão.

Em terceiro lugar, o problema dos exemplos. De acordo com HALLIA Y (1990), os lingüistas seguem três procedimentos básicos para exemplificar suas descrições: a) seleciona-se um breve extrato que é compreensível fora do seu contexto; b) seleciona-se um extrato de um texto bem conhecido; c) em último recurso, inventa-se um exemplo.

Embora o procedimento exposto seja mais próprio da linha gerativa de análise -com seu amor pelo método dedutivo - não se vai muito longe em todos os outros casos, mesmo se os gerativistas acusam os descritivistas de apresentarem um amor excessivo pela quantidade e variedade de dados lingüísticos. Na verdade, em se tratando de uma primeira abordagem à língua, quando utilizamos os métodos de descobertas, já o dissemos, trabalhamos com poucos dados. As bases teórico-epistemológicas e teóricas que adotamos para a interpretação dos dados obrigam-nos a buscar mais dados, a coletar textos, a ouvir e tentar entender a língua funcionando em contexto. E, na medida do possível, não inventamos exemplos, a não ser para testar uma hipótese ou quando, com o conhecimento que já adquirimos da língua, uma determinada forma parece-nos óbvia.

Os problemas com os exemplos parecem-nos muitos mais sérios quando se trata de decidirmos se o que estamos ouvindo é realmente a língua viva. Quer dizer, em elicitções, o falante pode querer "enfeitar" a língua; em conversas espontâneas, nem sempre o falante presta bastante atenção na sua fala. O resultado é que, depois de sistematizados e analisados os dados, de reduzida a língua a sua estrutura abstrata, inconsciente para o falante nativo, corremos o risco de ouvirmos este a dizer-nos que "não é assim que nós falamos". No que têm

inteira razão.

Em quarto, mas não certamente em último lugar, encontramos o problema escrever sobre a língua. A dificuldade, aqui, apresenta-se sob duas facetas: a) a inexpressibilidade das categorias lingüísticas - não há, praticamente, afirmação que se adeqüe ao significado de uma categoria gramatical. De modo geral, as categorias não podem ser glossadas em expressões ordinárias; b) a quase inextricabilidade do sistema lingüístico - o sistema como um todo forma uma teia complexa, difícil de romper em qualquer ponto sem pressupor a perda de um grande número de informações a serem dadas. Enfim, ainda segundo HALLIDAY (1990:XXXIV), *"there is always a problem when language is turned back on itself". 6*

CONCLUSÃO

1. Observações Gerais

No que diz respeito à fonologia, as conclusões que poderíamos apresentar aqui, do Ponto de vista teórico, seriam apressadas, dado que não estariam alicerçadas em qualquer quadro conceitual consistente. A análise fonológica do Ya:thê, para dar conta, formal e explicativamente, do sistema como um todo, necessita ainda ser feita, como já dissemos em vários pontos deste trabalho, mais acuradamente, em um empreendimento que esteja voltado para estas questões, especificamente, parece-nos, sobretudo, necessário examinar-se com cuidado os sistemas acentual e tonal e suas inter-relações. Na falta desta análise, todas as considerações que poderiam ser feitas permanecem em aberto.

Faz-se necessário observar que o estudo da Fonologia do Ya:thê, do ponto de vista de uma teoria poderosamente explicativa, como parece ser a teoria da optimalidade, precisa ser efetuado, antes que a língua perca muitos dos traços inerentes ao seu sistema original, que poderiam ser substituídos, nas gerações futuras, pelos do Português. No momento atual, garantimos que os falantes têm muita consciência dos traços específicos de sua língua,

fonéticos ou fonológicos, e o "sotaque", mesmo se estigmatizado pelo grupo de fora, é visto pelos Fulni-ô como essencial à compreensão do Ya:thê.

Contudo, um resultado prático parece emergir de um estudo de Fonologia, em se tratando de uma língua ágrafa, principalmente; uma proposta de alfabeto. Estaremos enfrentando a questão, aqui mesmo, no item 3.

Em relação à morfologia, um sistema como o do $\dot{Y}a:thê$, em que morfologia presa e livre (com clíticos, partículas e auxiliares, basicamente), mistura-se, é um sistema misto.

GIVON (1984:296) nota que:

the bound morphology of English reflects the diachronically gradual development of the system, whereby the more recent auxiliaries are slowly supplanting an older, suffixally -marked system. 92

No caso do Ya:thê, parece haver evidências de que o sistema completamente preso vai gradualmente sendo substituído pela expressão com auxiliares e a causa para isto parece ser a analogia por empréstimo do Português. Veja-se, a título de exemplo, os casos onde /-tne/, sufixo que indica permissão, é substituído por uma construção com / e da-ka/ "deixar", nos moldes da língua de contato:

(1)

i e tete-tne-ka
1si 3sii fazer-
perm.-ind. "eu o
deixo fazer"

(2)

i e da-ka tete-ka
1si 3sii deixar-indo
fazer-indo "eu o deixo
fazer"

Enquanto em (1) a expressão da permissão é realizada flexionalmente pelo sufixo /-

tne/ amalgamado à raiz de /tete-ka/ "fazer", em (2) a mesma expressão é realizada pela construção perifrástica em que /e da-ka/ "deixar" especializa-se como auxiliar para uma completiva nos moldes da língua.

Sobre classes de palavras em Ya:thê, parece ser possível concluir que apenas duas classes - nomes e verbos - possuem características tanto semânticas como gramaticais - morfológicas e sintáticas - que a definem com clareza. Os adjetivos formam uma classe reduzida, assim como os advérbios. Estas duas últimas classes só não podem ser consideradas classes fechadas porque sua expressão pode ser feita por derivação ou por outros mecanismos de que a língua dispõe.

Quanto aos verbos, e seu comportamento morfossintático, sintático e semântico, algumas observações são válidas de nota.

Em primeiro lugar, há três tipos de formas verbais na língua: raízes sem conteúdo fonético marcado; raízes marcadas pela terminação /ne/; raízes marcadas por /sa/ inicial, provavelmente um clítico que cristalizou-se junto à raiz.

Em segundo lugar, os verbos em Ya:thê caracterizam-se por apresentar três tipos principais de estrutura: um, dois ou três complementos obrigatórios, não-marcados, e outros complementos marcados que podem se mais ou menos centrais e circunstanciais, dependendo do valor semântico inerente do lexema verbal.

Em terceiro lugar, semanticamente, os verbos também apresentam três tipos principais: as ações, que são os verbos transitivos primários, correspondentes à construção com dois participantes centrais; os processos, que são os verbos ditos intransitivos, cujo participante único é tratado como paciente; e as atividades que, sincronicamente, formam uma construção com participante único, mas este é tratado morfológica e sintaticamente como agente.

Na classe tratada como ação, a língua coloca todos os verbos de ação prototípicos,

mais alguns verbos de sentimento, quer dizer, são situações materiais e, em menor escala, mentais. A classe tratada como processo agrupa verbos que exprimem um número muito grande de noções semânticas: movimentos de diversos tipos, modalização, percepção, comportamento, etc . As atividades englobam verbos de fazer e distinguem-se das ações pela dicotomia télico/atélico (instantâneo/contínuo) e dos processos pelo papel semântico agente do participante único .

Parece-nos, entretanto, que a distinção semântica básica utilizada pela língua para representar as situações é uma que distingue entre extravertido e intravertido. Ou seja, o efeito da situação significada pelo lexema verbal ou é exercido sobre um paciente por um agente ou simplesmente por um agente sem que uma entidade seja especificada como paciente, ou é exercido sobre o participante único sem o concurso de um agente. Esta representação das situações verbais configura a língua como sendo do tipo ergativo, como veremos adiante, ainda nesta conclusão. O resultado é que a construção com os verbos categorizados como processos assemelha-se, do ponto de vista sintático, a uma construção passiva.

Além destas classes principais, há outros tipos de verbos que constituem classes menores. Uma destas classes expressa o processo existencial, outra, a relação de atribuição. A relação básica de existência, porém, é expressa como uma construção do tipo atividade, com o verbo genérico /ne-ka/. Todas as outras relações - posse e identificação, especificamente - são construídas com base tanto no processo existencial como na relação de atribuição, ou seja, a relação ora é expressa no participante - como atribuição - ora no processo - como existência. Não podemos afirmar, por não haveremos entrado nesta investigação, se as diferenças morfossintáticas encontradas na expressão das principais situações relacionais têm função semântica ou pragmática na língua.

Enfim, a relação circunstancial é expressa em uma construção com um verbo circunstancial específico /ta-ka/ e a situação evolutivo-descritiva, também dita de mudança de estado, por uma construção como a utilizada para expressar os processos monovalenciais, mas com características particulares no tratamento das categorias tempo e aspecto.

2. Subsídios Para Uma Tipologização do Ya:thê

Um outro resultado da análise permite-nos alinhar aqui algumas observações sobre a tipologização da língua. Consideraremos os parâmetros mais comumente utilizados quando se trata de estabelecer tipologias lingüísticas. Chamamos a atenção para o fato que, quando falamos de tipologia, falamos também de universais, de acordo com COMRIE (1988), para quem os dois estudos estão conceitualmente e metodologicamente relacionados. Outra observação que se deve fazer com relação à tipologização é que as duas formas mais conhecidas de elaboração de tipologias ou são conceitualmente elegantes, mas chocam-se com os dados verdadeiros, como é o caso do quadro de VENNEMANN (1972), ou são mais verdadeiras com relação aos dados, mas sem um quadro conceitual coerente. Em vista disso, apresentamos apenas os fatos, sem entrarmos em considerações de ordem teórica.

Os parâmetros mais freqüentemente utilizados para este tipo de tipologização são, porque são também os mais consistentes, tanto teórica como empiricamente os seguintes: a) a ordem dos constituintes; b) a morfologia; e c) a estrutura actancial.

2.1. A Ordem dos Constituintes

Nesta seção, tentaremos estabelecer a ordem básica dos constituintes na cláusula, no sintagma e na palavra.

A ordem canônica na cláusula é SOB. Isso *pode* ser afirmado desde que permutações dos constituintes principais - sujeito, objeto, verbo - não são permitidas, ou porque dariam lugar a sentenças agramaticais ou porque haveria mudança de sentido. A presença de uma ordem diferente em construções atributivas e existenciais, por exemplo, não inviabiliza a sugestão de que a ordem básica do Ya:thê é SOV.

Mesmo quando se trata de sentenças complexas, em que o complemento do verbo principal é uma cláusula, é freqüente, embora não sendo regra geral, que a ordem SOV seja mantida. Observe-se, a título de exemplo, a sentença [i otska tShleka tulihose na:kase] "eu vi

o homem que cortou a árvore", onde o complemento como sentença [otska tShleka tulihose] "o homem que cortou a árvore" ocupa a posição objeto.

No sintagma nominal, a ordem básica de adjetivo e nome é NA: [lefetiya hesa] "boi grande". Parece que a ordem das palavras, em relação a nome e adjetivo, pelo menos, nunca é perturbada.

A ordem entre nome e cláusula relativa é também a mesma que entre nome e adjetivo, uma consequência lógica da semelhança nocional que existe entre estas duas formas de expressão. Assim [yadedWa kaka] "menino bom" e [yadedWa e kfaf"dowa] "menino que dorme" apresentam a mesma ordem nome-modificador do nome.

Há três formas de se estabelecer a relação de posse no sintagma nominal, em Ya:thê: índice possessivo; nome-genitivo e nome-possuído. O índice possessivo indica a posse com relação à categoria pessoa; o nome-genitivo é utilizado apenas para não-humanos. A ordem entre o índice de posse e o nome é índice de posse-nome: [i wapela] "meu livro", [tha khawa] "a comidinha deles"; entre nome-núcleo e nome-genitivo, a ordem é nome-nome-genitivo: [tShleka tdiatsa] "árvore do caminho"; entre o nome-núcleo e o nome possuído, é nome-nome possuído: [otska ithlo] "cachorro do homem", [mali e ka] "o filho de Maria", o Ya:thê é uma língua de posposições: os papéis semânticos são marcados posposicionalmente, assim como algumas cláusulas dependentes do tipo circunstancial: [yadedWa nokase a ti tuy] "o menino foi para tua casa", [i tfetWasato ethuaka tha tkano sawdotkYa ke] "eu gosto dos meus pais porque eles dois não brigam".

Dois dos verbos que interpretamos como sendo tipicamente auxiliares - [taka] "estar", circunstancial, e [noka] "ir", iterativo - são consistentes com o parâmetro ordem dos constituintes nos demais casos: seguem o verbo principal, embora a regra para [taka] seja opcional: [8tska tulite tShleka taka] "o homem está cortando a árvore", [ya tiÂa takkYa nokase hle] "Águas Belas já foi enchendo".

Em relação à ordem dos morfemas na palavra, Ya:thê é inteiramente sufixal. As categorias modificadoras, tanto do nome como do verbo, quando pré-posicionadas são formas clínicas ou livres.

nome

(3)

tha ka-sa-wa-sato
3pposs. filho-
fem.aval.-pl. "as
filhinhas deles"

verbo

(4)

tha se-taka-kane-ka-se
3pi dançar-des.-cont.-ind.-
pass. "eles ainda quiseram
dançar"

De um modo mais geral, a língua pode ser enquadrada em um tipo que GREENBERG (1966), citado em COMRIE 1988:89), a partir de generalizações interlingüísticas, classificou como SOV/PO/GN/NA. Quer dizer, trata-se de uma língua em que a ordem dos constituintes principais é sujeito-objeto-verbo, possui posposições para marcar casos, o genitivo é colocado antes do nome e o adjetivo, depois. Este enquadramento, contudo, é aproximado, desde que a ordem do terceiro parâmetro, em Ya:thê, é NG. Entretanto, o comportamento da ordem de palavras e de morfemas em quase todos os parâmetros aqui listados permite afirmar com segurança que a ordem básica da língua é SOV.

2.2. Morfologia

Compartilhamos com alguns autores, entre os quais COMRIE (1988), em que tipologia morfológica certamente não fornece a base para uma tipologia completa, mas serve para fornecer tipologização de uma parte significativa da estrutura lingüística.

A tipologia morfológica tradicional sugere três tipos principais de línguas: isolantes, aglutinantes e fusionantes, a que se acrescentaria um quarto tipo, a classe das línguas polissintéticas.

Embora se tratando de uma língua que agrega muitos sufixos a uma raiz, a fim de acrescentar-lhe significados gramaticais e até lexicais - como é o caso dos significados adverbiais manifestados em sufixos presos à raiz verbal - Ya:thê não deve ser considerada uma língua aglutinante porque neste tipo de língua, de acordo com **COMRIE** (1988:40),

a word may consist of more than one morpheme, but the boundaries between morphemes in the word are always clear-cut; moreover, a given morpheme has at least a reasonably invariant shape, so that the identification of morphemes in terms of their phonetic shape is also straight forward. 93

Em Ya:thê, de modo geral, não há fronteira clara entre os morfemas e diferentes categorias podem ser fundidas para dar um morfema simples, que não pode ser segmentado. Acontece desta forma, por exemplo, com /-towa/, que acumula, nos nomes, a noção de gênero misto e a de número - dois ou mais de dois. O gênero feminino é expresso por afixos diferentes, de acordo com a formação do nome: /-ne/, que consideramos forma básica por ser a mais simples e a mais produtiva; /-sol/ para os nomes derivados pelos sufixos /-hol/ e /-towa/; /-neka/, para os nomes derivados pelo sufixo /-dowa/, mais comumente, e, excepcionalmente, para outras formas. O sufixo /-neka/ passa por processos fonológicos e morfofonológicos que lhe dão a forma [v:kYa], a vogal nasal longa sendo parte da raiz a que o sufixo é soldado. A expressão do feminino é feita ainda por formas supletivas.

Além disso, quase todos os sufixos que se agregam à raiz verbal, atribuindo-lhe um significado modificador adverbial - negação, tempo, intensidade - ou de modalidade ou aspecto - desideração, continuação - e, mesmo, o morfema de modo indicativo /-kal/ apresentam uma série de alomorfias:

_ negação; [-dode], [-dod], [-dot], [dYot], [-de].

_ tempo (logo): [wati], [v:ti]

desideração: [-taka], [-tak], [-tyak], [-tka]

continuação: [kãne], [kã:]

_ indicativo; [-ka], [-kYa], [kWa]

As regras fonológicas e morfofonológicas que geram estas alomorfas, e que aqui neste trabalho foram apenas sugeridas, devem ser definidas em estudos mais específicos.

Por outro lado, noções que em uma grande número de línguas são expressas afixalmente, em Ya:thê o são por partículas e nomes e, às vezes, pelos dois processos, até onde pudemos investigar, opcionalmente:

exclusividade: /e so/, /e so-ne/ "outro", "outra".

inclusividade: /lahe/ ou /lahele/ "também"

_ intensidade: /-wati/ ou /wati/ "muito", que pode apresentar-se sufixalmente, como modificadores adverbiais, ou depois da forma verbal como as demais partículas.

Assim, em termos da dimensão síntese-análise - número de morfemas por palavra - pode-se dizer que a língua não ocupa qualquer das extremidades: ela agüenta um número razoável de morfemas por palavra, mas há, também, um número razoável de significados que são expressos monomorfemicamente, através de partículas e de posições. Por isso, não podemos classificá-la categoricamente como uma coisa ou outra, nesta dimensão.

Em termos da dimensão aglutinação-fusão - segmentabilidade de morfemas - também não é possível uma classificação categórica. A língua apresenta uma razoável segmentabilidade de morfemas, mas estes têm, na maior parte, formas variantes - alomorfas, produzidas pelos processos fonológicos e morfofonológicos que atuam na língua.

Isto considerado, e como já observamos antes, assumimos que o Y a:thê, de modo

geral poderia ser classificada como uma língua do tipo morfológico em que predomina a fusão. Vimos, porém, que este grau de fusão não é extremo. Na verdade, devemos ter em mente, ao fazer classificações baseadas neste parâmetro, que não existem línguas conhecidas que sejam totalmente fusionantes ou aglutinantes ou flexionais.

2.3. Estrutura Actancial

De uma forma bastante simples, as duas principais estruturas actanciais 12^o emser definidas como o faz LAZARD (1994:37):

*On dit souvent qu 'une langue accusative est lne langue que traite de même le sujet de la phrase transitive et le sujet de la phrase intransitive, ou, en abregé, le sujet transitif, tandis qu 'une langue ergative traite de même l 'objet et le sujet intransitif.*⁹⁴

Do mesmo modo, COMRIE (1978:332) define ergatividade como um termo usado em lingüística tipo lógica e descritiva tradicional

*to refer to a system of nominal case-marking where the subject of an intransitive verb has the same morphological marker as a direct object, and a different morphological marker from the subject of a transitive verb.*⁹⁵

Não entraremos aqui na discussão da questão de se a oposição entre ergatividade e acusatividade é fundada sobre que tipo de considerações - semânticas ou sintáticas. Apenas, tentaremos mostrar os fatos do Ya:thê e verificar sobre que bases - ergativa-absolutiva ou acusativa-nominativa - operam as construções da língua.

Com relação às duas principais construções, a língua apresenta uma marca de ergatividade morfológica nos índices actanciais de terceira pessoa do singular: o participante único de uma construção monovalencial - o sujeito, por assim dizer, de um verbo

intransitivo - é tratado, neste caso, como o segundo participante de uma construção bivalencial - o objeto de um verbo transitivo. O primeiro participante de uma construção bivalencial é representado na terceira pessoa do singular por um índice da série i /ta/, enquanto que o participante único da construção monovalencial e o segundo participante da construção bivalencial são representados por um índice da série ii /e/.

A distinção que a língua faz entre as funções sintáticas, colocando o sujeito e o objeto de um lado e o agente do outro - ou, de acordo com as nossas citações no início desta seção, o sujeito de um verbo intransitivo e o objeto do verbo transitivo, por um lado, e o sujeito do verbo transitivo, por outro - reaparece na morfologia verbal. Os verbos de construções monovalenciais tomam o morfema *I-dowa!* para formação do participípio, semanticamente adjetival e aspectualmente resultativo, enquanto os verbos de construções bivalentes - e os verbos de atividade, que, temos visto, formam uma classe intermediária, semântica e morfologicamente falando - tomam o morfema *I-hol* para formar o participípio, que semanticamente é substantival e aspectualmente é não-resultativo.

Além destas marcas de ergatividade morfológica, a língua também apresenta marcas de ergatividade na sintaxe. Um exemplo claro encontra-se nas posições que podem ser relativizadas na língua: sujeito, objeto e locativo - mas que nós preferimos tratar em termos de agente, paciente, e locativo. Enquanto o agente é relativizado pela forma participial em *I-ho/*, própria dos verbos de ação, o paciente, quer seja sujeito, quer seja objeto, é relativizado pela forma participial em *-/dowa/*. Mais uma vez, podemos ver que a língua separa, neste ponto, o agente do paciente. Pressupomos que a distinção é feita em termos semânticos, mais do que sintáticos, e parece até que novas e mais completas investigações sejam levadas a cabo, que estamos corretos.

Assim, é possível afirmar que a sintaxe da língua opera sobre uma base ergativa-absolutiva em relação à construção de cláusulas relativas, dado que o sujeito de uma construção monovalencial recebe o mesmo tratamento que o objeto da cláusula bivalencial. É possível também, que um grande número de construções na língua operem sobre esta base. É preciso, porém, que estudos mais precisos sejam efetuados, especialmente sobre as

sentenças coordenadas, que é onde pode-se encontrar mais variação nas estruturas de argumento entre línguas (COMRIE, 1988:114), antes que se possa afirmar com clareza qual a estrutura actancial predominante na língua.

Outros fatores que podem determinar a estrutura de actância de uma língua são, de acordo com LAZARD (1994:48), o jogo dos pronomes reflexivos e recíprocos, a elipse em relação à correferência em sentenças complexas, entre outros. Não pudemos, para este trabalho, investigar estes fatores. Por outro lado, a construção das cláusulas relativas foi aqui tratada apenas superficialmente. Ficamos, por isto, em débito com relação à análise destes aspectos da língua para a definição segura da sua estrutura actancial.

3. Duas Sugestões Básicas Para Um Sistema de Escrita

Resultados práticos da análise de uma língua ágrafa, como o Ya:thê, já foi dito, seriam as conclusões que pudessem ajudar na proposta de um sistema de escrita para a língua. Por isso, uma das nossas sugestões para a criação de um sistema de escrita ~ resultado da fonologia: um conjunto de símbolos gráficos.

É evidente que muitos índios Fulni-ô escrevem na sua língua materna. O problema é que cada um escreve o que ouve, como ouve, o que cria uma grande confusão de símbolos gráficos e transforma os textos escritos por estes índios em textos de difícil leitura e, mesmo, de difícil compreensão. Por outro lado, a escola bilíngüe da aldeia tenta ensinar a escrever em Ya:thê com base na cartilha Se Ktshalene Klehene - "a primeira carta", literalmente elaborada por uma professora índia Fulni-ô, Marilena Araújo, com a participação, em esclarecimentos fonético-fonológicos, da professora da UFPE, Dra. Adair Pimentel Palácio.

Apesar destes esforços, a população Fulni-ô, através de suas lideranças, tem manifestado a vontade de que o Ya:thê não seja escrito, dado que, para este índios, "não precisamos de escola para aprender a falar [ya:theÂa] - "nossa língua sagrada". [ya:theÂa] aprende-se em casa e no Ouricuri Em vista disso, um sistema alfabético, e de escrita, de

modo geral, sugerido para a língua Ya:thê só poderia ser implantado nas escolas e nos demais setores da sociedade Fulni-ô se submetido à análise e aprovação de falantes e professores índios e se aceito pela comunidade de modo geral. Assim, o que agora sugerimos, baseado no estudo dos sons da língua, tem caráter apenas conclusivo da nossa análise.

Os fonemas simples não-problemáticos podem ser representados graficamente pelos seguintes símbolos: *t, d, k, m, n, f, s, x, l, ly* ou *lh, W, y, h*.

Os fonemas complexos, mas que também parecem não apresentar problemas, podem ser representados por grupos de letras, como segue: *th, kh, ts, tx, dj* ou *j, e txh*.

Dois fonemas considerados problemáticos, mas finalmente também incluídos no sistema fonológico da língua - /p/ e /ph/ - Podem ser representados de acordo com os demais símbolos escolhidos para os fonemas acima: *p* e *ph*, respectivamente.

A oclusiva glotal não possui status fonológico e não precisa ser representada. As letras *W* e *y* representam os elementos subjacentes à glotal e o falante, pressupomos, é capaz de reconhecer os casos onde uma ou outra consoante foi substituída pela glotal ou por/0/, conforme as regras de formação da representação fonética, em posição medial. Em posição final, a ocorrência de [2] é opcional e puramente fonética, quer dizer nenhum processo fonológico ou morfofonológico está envolvido na variação, até onde pudemos observar, e esta consoante não deve ser representada graficamente de qualquer forma.

Os sons [e], e [d^Y] e que são alofonias de /t/ e /d/, respectivamente, podem ser representados pelos símbolos *tx* e *dj*, ou *j*, já sugeridos para representar fonemas. Justifica-se este emprego, desde que a frequência destes sons, em posição inicial e medial na palavra, mas não em fronteira de morfema, em que pese casos não resolvidos, como [dYoka] "eu vou" e [dYaka] "eu estou", é bastante baixa, por um lado, e, por outro, porque há flutuação livre entre [e] e [t⁵] e entre [d^Y] e [d3]

Os sons [t⁵] e [d³], que também ocorrem como alofones de *Itl* e *Idl*, em fronteira de orfemas, conforme o processo de assimilação tratado à seção 4.2.3.1.,1, podem ser sistematicamente representados pelas letras *t* e *d*, respectivamente. Não vemos problemas, a princípio, quanto a esta decisão, e acreditamos, insistimos, no domínio das regras fonológicas por parte do falante.

O som [h] apresenta um problema, dado o grande número de processos fonológicos que sofre. Sugerimos que, nestes casos, a escrita atenda a princípios fonológicos. Utilizar-se-ia, então, a letra *h* em todos os casos em que o fonema *Ih*/, na superfície ou na subjacência, está ou deveria estar presente. A palavra [tE:kE:ka] "ele come", por exemplo, pode ser grafada, na escrita, *kehaka*, já que temos a forma imperativa [a kehaxi] "coma", na qual a forma fonológica da raiz é mantida, e que deve ser grafada, na escrita, *a kehaxi*. Desta forma, estar-se-ia observando dois princípios: o de uma escrita mais fonológica do que fonética e o de definição de palavra. Se o alongamento compensatório, com fusão das vogais postas em contato, é um processo da língua, logicamente o falante nativo saberá dar ao que está escrito a forma fonética adequada.

Temos, entretanto, o caso em que o *Ih*! que segue uma consoante na coda da sílaba precedente constitui o onset silábico. Se utilizarmos o símbolo *h* também aqui, poderíamos ter uma confusão gerada pela não distinção entre dorsal aspirada e dorsal mais aproximante glotal. Entretanto, como o encontro de consoantes com aproximante glotal dá-se apenas nos casos em que ocorre uma queda de vogal, vamos propor mais adiante, quando tratarmos das vogais reduzidas e dos apagamentos de vogais, que, na escrita, a vogal seja mantida. A distinção, deste modo, poderia ser notada entre *samakehose* "que casou" e *ikhoho* "minha mão".

Todas as vogais breves, quando fonológicas, podem ser representadas, sem problemas, pelos símbolos gráficos correspondentes, à exceção de /E/ e /o/. A solução para a representação destas duas últimas seria a utilização de diacríticos. Mas, como temos reiterado constantemente, não vemos problemas com relação a grafá-las do mesmo modo que as suas homorgânicas /e/ e /o/. O falante saberá descobrir a forma fonética, como sempre.

As vogais nasalizadas não precisam ter a nasalização marcada: a) a qualidade nasal da vogal é predizível a partir do ambiente fonético; b) o número de casos que fogem à regra são reduzidos.

Surge um problema, porém, com relação às vogais nasais longas, que são o resultado de alongamentos compensatórios por queda da consoante nasal *In/*. Propomos que, nestes casos, a sílaba */ne/*, responsável pelo alongamento seja mantida, dado que, em alguns casos, o processo realmente não se efetua e ela é mantida foneticamente: [ta feetõ:kYa] "ele trabalha", mas [a feetõneSi] "trabalhe" (imperativo).

Com relação às vogais orais longas, temos duas situações.

Primeiro, as vogais */i:/, /u:/, /e:/, /o:/ /a:/* são consideradas fonológicas. Poderiam, então, ser representadas por duas letras ou por uma letra mais um diacrítico. Sugerimos o uso de duas letras, pois o diacrítico comumente usado para marcar o alongamento (:) pode causar confusão devido ao seu uso na ortografia do Português como sinal de pontuação.

Segundo, as vogais longas [E:] e [O:] não são fonológicas e não precisam ser representadas graficamente.

As vogais reduzidas também não necessitam de um símbolo gráfico próprio. Sendo resultado de processos fonológicos, elas devem ser representadas pela vogal plena correspondente. Por isso, o processo de redução de vogais é um que deve ser examinado mais cuidadosamente.

Enfim, temos o problema de como representar os encontros consonantais. Um primeiro grupo, que foi considerado fonológico, pode ser representado, de uma forma simples, pelas letras que já foram sugeridas para representar os onsets de uma só consoante, simples ou complexa, como nos exemplos a seguir:

(5)

[tlitlíne]	<i>tlitline</i>	"tinir"
[ekla]	<i>ekla</i>	"muito"
[thlowa]	<i>thlowa</i>	"faca"
[k ^h I8t ^h a]	<i>khletha</i>	"nariz"
[fliwa]	<i>fliwa</i>	"velha"
[t Shl ₈ ka]	<i>txhleka</i>	"árvore"

O segundo grupo, constituído por queda de vogal, histórica ou sincronicamente, é de difícil representação. Até que estudos mais completos sejam efetuados, sugerimos que eles sejam todos representados sem a vogal que cai, sempre que esta não mais pode ser identificada, apenas para uniformizar a escrita:

(6)

[pdãneka]	<i>pdaneka</i>	"escorregar"
[psa:neka]	<i>psaaneka</i>	"cozinhar demais"
[tdia]	<i>tdia</i>	"caminho"
[tkãno]	<i>tkano</i>	"dois"
[tfale]	<i>tfale</i>	"o lado de lá"
[tkha]	<i>tkha</i>	"cabeça"
[tneho]	<i>tneho</i>	"que sopra"
[dmãneho]	<i>dmaneho</i>	"que é lindo"
[kmaskya]	<i>kmaseka</i>	"pedir"
[knafnika]	<i>knafnika</i>	"avisar"
[kfowa]	<i>kfowa</i>	"canção"
[ksowa]	<i>ksowa</i>	"nambu"
[ktsalene]	<i>ktsalene</i>	"mensagem"
[thnia]	<i>thnia</i>	"estrela"
[fdesea]	<i>fdesea</i>	"sapo"
[fthēya]	<i>ftheya</i>	"noite"
[tkhetha]	<i>jkhetha</i>	"coronel"
[fma]	<i>fma</i>	"na opinião de"
[fnika]	<i>fnika</i>	"olhar"
[fd3 ^{aka}]	<i>fdyaka</i>	"cobra"
[sdadaka]	<i>sdadaka</i>	"aranha"
[S dia]	<i>xdia</i>	"abelha"
[S maya]	<i>xmaya</i>	"vento"

[tsfowa]	<i>tsfowa</i>	"piolho"
[lmineka]	<i>lmnika</i>	"mergulhar"
[hdãne]	<i>hdane</i>	"surrar"
[hle]	<i>hle</i>	"j á"

As consoantes que aparecem em coda silábica são todas resultado de queda de vogal, o que permite a adjunção à coda da sílaba precedente da consoante deixada sozinha como consequência da queda.

Quando a vogal, em vez de cair, é apenas reduzida, em fronteira de morfema, mas não internamente a raízes cristalizadas como tal, casos em que são criados grupos consonantais como os listados acima, aconselhamos representá-la normalmente

Quando a vogal é apagada, mas deixa um traço na consoante seguinte, como palatalização ou labialização, ela deve ser grafada como a vogal correspondente: a letra *e* para as palatalizações e a letra *o* para as labializações.

Certas consoantes na coda, devem ser grafadas como tal, desde que: a) a palavra, cristalizada como monomorfêmica, não deixa que a raiz seja decomposta nas formas que entraram, historicamente, na sua composição; b) não há sinal da vogal antes aí existente, nem como redução de vogal, nem como palatalização ou labialização da consoante seguinte:

As palatalizações e labializações em sufixos são, regra geral, resultado de processos morfofonológicos. Sugerimos, por isso, que estes fatos fonéticos não sejam representados no sistema de escrita. Assim, os sufixos seguintes, e os que, como eles, possuam alomorfias motivadas fonológica ou morfofonologicamente, devem ser sempre grafados como a forma de base: *-ka* (indicativo) e não *-kya* ou *-kwa*; *-dode* (negação) e não *-dot* ou outras alomorfias deste sufixo; *-dowa* (privação e particípio adjetival) e não *-djowa* ou *-dwa* ou *-djwa*; *-towa* (gênero misto e particípio substantival neutro) e não *-txowa* ou *-twa* ou *-txwa*; *-dea* (modificador adverbial temporal) e não *-dya*; *-taka* (desiderativo) e não *-tyak*.

Isto posto, não teremos, evidentemente, uma representação biunívoca entre som e escrita, como preconizam os muitos críticos da ortografia oficial, de certo modo desavisados com relação ao funcionamento fonético, fonológico e morfofonológico da língua em causa. E esta observação serve como mais uma conclusão de um estudo fonológico: não é possível, ou, pelo menos, é muito difícil estabelecer-se um sistema ortográfico perfeito para uma língua, mesmo se estamos lidando com um único dialeto, deixadas de lado as inúmeras variações sociolingüísticas que toda língua apresenta. Parece-nos, então, que, a princípio, o seguinte conjunto de símbolos gráficos é necessário e suficiente para que se possa escrever a língua Ya:thê: a) as consoantes *p, t, d, k, m, n, j, s, x, l, ly, w, y, h, ph, th, kh, ts, tx, j, txh*; b) as vogais *i, li, e, o, a*.

As regras ortográficas que regulariam o uso destes símbolos na escrita precisarão ainda ser formuladas.

A outra sugestão para o sistema de escrita diz respeito aos estudos no nível da morfologia e é o resultado, principalmente, da definição de palavra para a língua. A palavra escrita deve ser considerada como uma base - raiz - mais os morfemas gramaticais que esta forma pode receber. Deste modo, uma palavra nominal é composta de um morfema lexical, a raiz, mais os morfemas que representam as categorias nominais gênero, avaliação, status, número, basicamente: *i kasawalyasato* "minhas filhinas (sagradas ou respeitáveis)", onde a palavra [kasawa^h], desconsiderado o índice de posse, por ser um clítico, é composta dos seguintes morfemas: filho-fem.-aval.-sta.-pl..

Uma palavra verbal é constituída por um morfema lexical - raiz - mais os morfemas que representam as categorias modificadores adverbiais, modalidades do tipo desideração ou permissão, negação, aspecto, modo ou particípio, e tempo. Assim, uma forma verbal contendo todos estes elementos seria como: *tha e kheninelyatakododekanekase* "eles não quiseram freqüentemente entregá-la", cuja forma fonética é [t^h8:k^heni:Âatkadodekã:k^Ya].

Os clíticos, as partículas e os marcadores de caso e de subordinação constituem palavras monomorfêmicas. Os determinantes, regra geral, são pré-posicionados. Nas

construções atributivas, podem receber os morfemas de tempo adequados. Os marcadores de caso, ou posposições, bem como as marcas de subordinação, são também monomorfêmicas. São formas pós-fixadas. As partículas comportam-se como posposições.

Todas as classes menores de palavras são formas livres, evidentemente, e, se flexionadas, comportam-se como nomes ou como verbos. As formas cristalizadas, como os conectivos, são tratadas como uma palavra, mesmo se em sua composição entraram partículas ou clíticos.

Estas decisões são importantes na medida em que podem contribuir para a homogeneização da escrita, mas todas as sugestões aqui esboçadas, a partir tão somente do estudo estrutural da língua, no sentido em que não olhamos aspectos da estrutura social, necessitam buscar respaldo em questões de fundo social e/ou cultural e, mesmo, nos aspectos políticos da comunidade.

ANEXO II

TESE DE DOUTORADO EM ARQUITETURA E URBANISMO

INTRODUÇÃO

Ao exercer a profissão de urbanista, no Recife, como docente - preocupada com a produção do conhecimento nesta área - e como técnica - responsável pela produção e execução de ações urbanísticas para a cidade, portanto, envolvida na teoria e na prática urbanística, senti a necessidade, por um lado, de uma compreensão satisfatória dos fenômenos presentes na cidade contemporânea, por outro lado, de perguntar sobre a efetividade das teorias urbanísticas para resolver os problemas da cidade contemporânea. Tais inquietações emergiram à medida que as teorias urbanísticas, tributárias de paradigmas das ciências humanas, não só têm sido criticadas nos mais diversos campos do conhecimento, inclusive entre os próprios urbanistas, como revelam uma crise metodológica desse saber. Em outras palavras, na atualidade, os urbanistas no seu saber e na sua prática - se defrontam com a contradição entre continuar afirmando o saber urbanístico fundado nas teorias da modernidade ¹ e prescindir desse saber, dada a inexistência de um outro modo de promover o ordenamento e controle da cidade.

Será que no domínio das ciências humanas o saber urbanístico consiste num campo disciplinar definido e delimitado? As possibilidades de precisar e especializar conceitualmente o saber sobre a cidade parecem ser reduzidas, considerando a diversidade dos domínios do conhecimento que tem a cidade como objeto de investigação e de aplicação de teorias, técnicas e métodos. Portanto, o saber urbanístico pode ser visto como um bloco ilimitado de saberes históricos, ou seja, formado pelas interdisciplinaridades teóricas sobre a cidade: a sociologia, a ecologia, a antropologia, a biologia, a geografia e a economia são alguns domínios do conhecimento contribuintes do saber urbanístico. Dentre as contribuições efetivadas, pode-se destacar as do

¹ Habermas (1990) apresenta duas linhas de argumentação para a modernidade: a primeira, como conceito epocal, significando "novos tempos" e "tempos modernos", tendo por referência textos de Hegel e as expressões "moderno" e "modernização" ficam como conceitos subjacentes. A segunda, como significado estético, a partir da compreensão do modernismo elaborado pelas vanguardas artísticas e literárias. A modernidade como conceito epocal representa a passagem da antiguidade greco-romana para o mundo germano-cristão, a qual se estendeu do século XV até o século XX, marcada por acontecimentos e mudanças próprias ao contexto histórico do racionalismo ocidental. Nesta tese, não foi objeto de investigação o entendimento sobre os conceitos de modernidade, modernismo e modernização; o debate sobre os mesmos está

urbanismo moderno do século XIX, como as dos utopistas e dos reformadores sociais, e, neste século, principalmente a partir dos anos 30, o urbanismo moderno preceituado pelos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAMs) e, mais recentemente, o planejamento urbano como política pública e como planejamento estratégico.

Choay (1979), Benevolo (1987), Dorme (1990) e Gottdiener (1993) foram alguns dos que procuraram elucidar um arcabouço teórico do saber urbanístico; em que pese à validade dessas e de tantas outras contribuições, elas evidenciam dificuldades na definição do saber urbanístico como um campo disciplinar formado pelo rigor de um conhecimento sistemático e institucionalizado, de um saber unitário. Em assim sendo, pode-se entendê-lo como saberes formados pela sobreposição de diferentes olhares, pela sobreposição das transposições internacionais com as apropriações nacionais e, principalmente, locais e particulares, delineadas diversamente no tempo, conforme os campos de tensões de um certo corpo social.

Portanto, torna-se pertinente explicitar às críticas as teorias urbanísticas, principalmente as do urbanismo moderno propagadas pelos CIAMs e as da economia e da sociologia urbana, elaboradas nas décadas de 1960 e 1970, por terem sido as que mais constituíram o saber e a prática dos urbanistas no Recife.

Para Kopp, o urbanismo moderno está sendo apresentado cada vez mais como apenas o cenário das utopias sociais das primeiras décadas do século XX, mas seria preciso entendê-lo no contexto do pós-guerra de 1914-1918, em que os países da Europa atingidos pelo conflito desenvolveram vastas campanhas reivindicando uma vida melhor, e as vanguardas culturais estavam empenhadas na constituição de um novo mundo (Kopp, 1990, pp. 15, 16 e 17).

A crise do urbanismo moderno ou a crise da ideologia do "*Neue Welt*", como prefere Tafuri, configura-se desde 1935 até os tempos recentes por ter sido a ideologia do plano subvertida pela realidade do plano, de utopia passa a mecanismo operante (Tafuri, 1985, p. 92). O urbanismo moderno como expressão de uma sociedade justa, fraterna e igualitária teria sucumbido ao desenvolvimento capitalista, tomando-se retórica positivista da cultura burguesa, e remmciado a "*resolver cabalmente as contradições da*

feito em obras de diversos intelectuais, como, por exemplo: Arendt (1992); Berman (1994); Foucault (1987, 1987a e 1993), Habermas (1990), Harvey (1993), Marx (1979), Rezende (1997) e Rouanet (1987).

cidade, em transformar a cidade em máquina totalmente organizada, sem desperdício ou disfunções generalizadas" (Tafuri, 1985, p. 93).

Seguindo outra abordagem, Harvey converge para as conclusões de Tafuri e de Kopp sobre a crítica ao urbanismo moderno. Harvey observa que esse saber no período entreguerras representou uma clara necessidade de ação para reconstituir as economias devastadas pelo conflito na Europa, mas também um modo de resolução dos problemas decorrentes da forma capitalista de crescimento urbano-industrial. Nesse contexto, emergiram diferentes correntes, algumas com forte tendência positivista; uma das alas trilhou o rumo da racionalidade técnica, na qual estão incluídos os que produziram os CIAMs (Harvey, 1993, pp. 38 e 39). As tensões então presentes eram entre internacionalismo e nacionalismo, universalismo e política de classe, ou seja, havia uma politização das questões colocadas pelas vanguardas culturais visando a dar sentido à cidade, avocando os princípios da liberdade e da necessidade. Mas o urbanismo moderno pós-1945, organizado pelas diretrizes fordistas-keynesianas e sob a hegemonia norte-americana, tomou-se estável, ou melhor, "*positivista, tecnocêntrico e racionalista*" (Harvey, 1993, p. 42), perdendo o sentido de emancipação inerente ao mesmo inicialmente.

Kopp, Tafuri e Harvey, ao mostrarem a crise do urbanismo moderno, indicam terem as utopias, os projetos sobre a cidade perdido força, diluídos que foram pela racionalidade técnico-burocrática de base científica. Porém o saber urbanístico não se constitui, apenas, em saber acadêmico, ele também fundamenta a prática governamental de esquadramento, normalização e disciplinamento da cidade. Desse modo, com as críticas ao urbanismo moderno, seus preceitos deixaram de ter eficácia como dispositivo governamental de controle e de formulação de novas intervenções na cidade.

As teorias urbanísticas produzidas nos anos 1960 e 1970 também têm sido criticadas por darem ênfase, sobretudo, à dimensão material da cidade. Castells, por exemplo, afirma: "*el espacio es un producto material en relación con otros elementos materiales, entre ellos los hombres, los cuales contraen determinadas relaciones sociales, que dan espacio Ó' aios otros elementos de la combinación) una forma, una función, una significación social*" (Castells, 1977, p. 142). Nessa mesma linha, estão as análises formuladas por Lipietz e Lojkine. O

primeiro vê o espaço urbano como um reflexo, enquanto o segundo, como um dado econômico das condições gerais de produção, conforme se pode apreender nas seguintes citações: *"no es otra cosa que la dimensión espacial de la forma de existencia material que rige la relación socioeconómica"* (Lipietz, 1977, p. 26); *"é, de um lado, a crescente concentração dos meios de consumo coletivos que vão criar pouco a pouco um modo de vida, novas necessidades sociais; de outro, o modo de aglomeração específica do conjunto dos meios de reprodução (do capital e da força de trabalho) que vai se tornar, por si mesmo, condição sempre mais determinante do desenvolvimento econômico"* (Lojkne, 1981, p. 124).

Mesmo aqueles autores como Lefebvre (1974) e Gottdiener (1993), que incorporam a dimensão social, isto é, o espaço urbano não só como força e meios de produção, mas também como produto das relações sociais, possibilitando o estabelecimento de múltiplas articulações entre o mesmo e a sociedade, encobrem a diferenciação e desconsideram a subjetividade presente nos enunciados de cidade.

Seja pela perda de eficácia como dispositivo governamental de controle e de formulação de novas intervenções na cidade, seja por encobrir a diferenciação e desconsiderar a subjetividade presente nos enunciados de cidade, tem-se que o saber urbanístico não vem respondendo aos problemas da cidade contemporânea. À medida que o saber urbanístico não vem respondendo aos problemas da cidade contemporânea, ele deixa de ocupar um lugar privilegiado no governo da cidade, daí, impõe-se a questão: qual o lugar que o saber urbanístico ocupa no governo da cidade? Um dos caminhos possíveis, que podem contribuir para a resposta e essa questão, considerando-se a *"crise do saber urbanístico"*, é verificar historicamente qual o lugar ocupado por esse saber no governo da cidade.

Para enfrentar esse desafio, foi verificado, por um lado, que, nas décadas de 1930 a 1950 no Recife, situaram-se acontecimentos nas ordens do saber e da forma de governo significativos para a verificação histórica do lugar ocupado pelo saber urbanístico no governo da cidade. Foram acontecimentos situados em dois tempos: em um, a cidade do Recife foi idealizada pelos preceitos propagados pelos CIAMs; em outro, pelos do urbanismo humanista, e foi conduzida, em um, por uma forma de governo ditatorial Prefeito Novaes Filho; em outro, pela forma democrática - Prefeito Pelópidas Silveira.

O desafio enfrentado é decorrente da singularidade e complexidade do momento histórico, as

décadas de 1930 a 1950 no Recife, no qual a modernização, ou melhor, as modificações na cidade ocorreram pela atualização e diferenciação (Deleuze, 1988, pp. 46 e 48) dos planos urbanísticos e dos atos de governos utilizados na organização espacial dos homens. O entendimento de modernização está subjacente à articulação saber-poder, portanto, aos dispositivos da sociedade disciplinar cuja materialidade mais expressiva é o Panóptico de Bentham. Segundo Deleuze, esse dispositivo *"age como causa imanente não unificadora ... cujo efeito a atualiza, integra e diferencia"* (Deleuze, 1988, pp. 46 e 48). Dessa forma, a motivação e o desejo pelo controle, pela dominação na cidade incita práticas dos detentores do saber e do poder cujos efeitos retroagem sobre as mesmas, alterando-as, ou seja, fazendo aparecer outras e novas práticas.

Com base na discussão do conceito de história feita por Arendt, nega-se o entendimento de modernização como um *"aparentemente interminável progresso onde a finalidade de hoje se torna o meio de um amanhã melhor"* (Arendt, 1992, p. 15), ou como *"o de fazer algo que possui um início bem como um fim, cujas leis de movimento podem portanto ser determinadas (por exemplo, como movimento dialético) e cujo conteúdo mais profundo pode ser descoberto (por exemplo, a luta de classes)"* (Arendt, 1992, p. 14), para dar ênfase a essa noção como desejo ou motivo de atualização e diferenciação dos planos urbanísticos e dos atos de governos respectivos à composição de lugares e atenuadores de conflitos.

Para enfrentar esse desafio, foi necessária, por outro lado, a construção de um outro olhar sobre a história do Recife, que não encobrisse as diferenças e desconsiderasse as subjetividades presentes nos enunciados sobre a cidade. A construção desse outro olhar só poderia ser empreendida fora de uma noção de temporalidade histórica de caráter processual e progressista, presente em autores como Smith (1947), Comte (1990), Durkheim (1990 e 1977), Weber (1992) e Marx (1986, 1977, 1979 e 1980). O caráter processual e progressista nesses autores pode ser apreendido, respectivamente, nas categorias da utilidade; da lei da evolução intelectual da humanidade; da observação e experimentação progressiva e racional do fato social; da racionalidade da ação social com relação a valores e fins; das diferentes formas de propriedade e do desenvolvimento das forças produtivas; o que denota ser o mesmo produtor de interpretações globais, circunscrito à racionalidade do presente, segundo uma seqüência temporal contínua e linear.

A construção de um outro olhar implica, assim, a adoção da perspectiva da descontinuidade

temporal. A descontinuidade temporal, sendo mais do que o manejo, encadeamento e relato de dados, arquivos ou documentos referentes a um período, um objeto e um lugar formando uma encenação do passado, constitui-se, também, numa interpretação ou fabricação de um argumento ligado a uma realidade, restaurando um esquecimento através de uma operação científica onde o recorte e o limite, as rupturas e as permanências são, ao mesmo tempo, instrumento metodológico e objeto de pesquisa (Foucault, 1987, pp. 6 a 12).

Essa outra maneira de fazer história² desconsidera as sucessões lineares, as estruturas fixas e busca as diferenças. Pensar a diferença consiste na eliminação das continuidades dos acontecimentos e na busca em "*descobrir os limites de um processo, o ponto de inflexão de uma curva, a inversão de um movimento regulador, os limites de uma oscilação, o limiar de um funcionamento, o instante de funcionamento irregular de uma causalidade circular*" (Foucault, 1987, p. 10).

Na interpretação histórica "*não importa quão acidentais as ações isoladas possam parecer no presente e em sua singularidade, elas conduzem inevitavelmente a uma seqüência de eventos que formam uma estória que pode ser expressa através de uma narrativa*" (Arendt, 1992, p. 121). Dessa forma, o fazer história está suportado no evento singular, em contraposição ao enfoque universalizante, na perspectiva da fabricação de uma narrativa em resposta a uma indagação.

A fabricação da narrativa, nas décadas de 1930 a 1950, da cidade do Recife, inserida em um paradigma que acentua a descontinuidade temporal, ainda privilegia a noção de governabilidade (Foucault, 1993, p. 277), de modo a enfrentar o desafio de verificar historicamente o lugar ocupado pelo saber urbanístico no governo da cidade. A governabilidade, tratando-se "*de um triângulo: soberania - disciplina - gestão governamental*" (Foucault, 1993, p. 291) ou de três dimensões teóricas: a política institucional; o saber disciplinar - especificamente, o saber urbanístico e a gestão governamental, possibilita examinar a emergência das idéias e práticas dos urbanistas e governantes que presidem a cidade do Recife na contemporaneidade, no sentido da "*entrada em cena das forças ... o salto pelo qual elas passam dos bastidores para o teatro*" (Foucault, 1993, p. 24). Cada uma das três dimensões teóricas da governabilidade tem como elemento analítico principal as práticas discursivas, os enunciados, o que foi dito e o que foi feito pelos

urbanistas e pelos governantes, permitindo a construção de uma narrativa distinguindo "*uma forma rara, um bibelô político de época cujos arabescos inesperados constituem a chave do enigma*" (Veyne, 1995, p. 154).

Dessa forma, a perspectiva adotada desloca-se das evoluções contínuas no tempo para procurar a raridade e a singularidade que aparece e desaparece, que sai da cena principal para voltar a ela de uma forma diferente. Não quer dizer ir buscar o relato do surgimento da cidade, da sua formação, mas identificar a cada tempo uma nova formação, uma outra configuração de seu território, do uso do território pelo homem, do modo como o homem se apropria do território e frui o território; é, ainda, identificar a cada tempo o enfrentamento e a dominação entre os homens na cidade e pelo funcionamento da cidade, sem repetições, sem sucessões e, sim, com renovações do fazer funcionar a dominação na cidade.

Entretanto, entende-se cidade como composição de lugares (Del Rio, 1990, p. 69), onde, além de um mecanismo físico, uma construção artificial, uma unidade econômica ou uma densa rede de poderes, ela é um modo de vida, um conjunto de costumes, sentimentos e atitudes, constituída, portanto, pela superposição de diferentes olhares carregados de simbolismos e representações.

As representações da cidade, dos saberes e dos governos, lembrando Chartier, fazem ver um fato ou objeto "*através da sua substituição por uma 'imagem' capaz de reconstituir em memória e de o figurar tal como ele é*" (Chartier, 1990, p. 20); portanto, os enunciados dos urbanistas sobre a cidade denotam uma figuração, as idéias sobre o futuro da cidade podem ser traduzidas em figurações e as práticas dos governantes são passíveis de construção de uma figuração. Práticas não significam somente atos, mas "*a mentalidade e a conduta dos governantes*" (Veyne, 1995, p. 161), revelando os símbolos ou signos na função política.

Nessa perspectiva, foi apreendido que, nos anos 40, os urbanistas perceberam uma ruptura na forma da cidade do Recife. O aparecimento do que se convencionou denominar *mancha urbana* desfez a representação do espaço ocupado pela cidade, figurado na forma *tentacular*, através da qual a cidade era comumente descrita, ganhando relevo os conflitos entre o ambiente natural e o ambiente construído. Nos anos 50, o espraiamento da *mancha urbana* por todo o território da cidade ressaltou este e outros conflitos decorrentes da apropriação, uso e fruição da cidade.

Apesar de a forma *tentacular* remeter à representação de um animal que se apoderava e se apossava do meio físico através de seus membros que se prolongavam sem limites, ela remetia, também, à lentidão desses movimentos, que podiam, portanto, ser assimilados pelos pensadores e

atuantes no ordenamento da cidade. Com a ruptura da forma *tentacular*, a representação da cidade passou a ser a de uma menina mal-educada, cheia de vontades. A rapidez e a magnitude do fenômeno propiciaram não só expressões de perda do equilíbrio ecológico e de descontrole da ocupação do solo, mas também expressões de sentimentos de nostalgia pelo passado e de estranheza pela perda de familiaridade. O espraiamento da *mancha urbana* por todo o território da cidade provocou profundo estranhamento nos urbanistas, traduzido na representação do Recife como uma menina maltrapilha e desajustada, uma cidade que representava a miséria regional.

Nesse cenário, outras rupturas ou inflexões ocorreram. Nos anos 30, vários planos urbanísticos foram elaborados introduzindo os preceitos dos CIAMs e polarizando opiniões. Domingos Ferreira (1927), Nestor de Figueiredo (1932), Atílio Corrêa Lima (1936) e Ulhôa Cintra (1943) elaboraram planos urbanísticos juntamente à Comissão do Plano da Cidade; embora todos tenham contribuído para a formulação da imagem futura da cidade e orientado as intervenções realizadas pelos governantes, o do último permaneceu como referência para o ordenamento da cidade. Na década de 1950, com a redemocratização, o Nordeste passou a ser uma questão regional, as idéias dos intelectuais deslocaram-se para a superação do subdesenvolvimento da região e implantação das reformas sociais. As idéias de ordenamento do espaço da cidade, propugnadas pelos urbanistas, traduziram o pensamento da Comissão de Estudos para a América Latina (CEPAL) e do Movimento de Economia e Humanismo, proporcionando reflexos nos planos urbanísticos pensados para o Recife; esses planos assumiram um caráter de planejamento econômico e de organização espacial de âmbito regional, cujas principais propostas foram as de Baltar (1951) e de Lebreton (1954).

Paralelamente às inflexões da forma urbana e das idéias sobre o ordenamento da cidade, verificou-se, ainda, as da forma de governo e da gestão governamental. O ano de 1945 marcou a queda do Estado Novo e o início de um período de transição e restabelecimento da ordem democrática. Com a instalação do Estado Novo, em 1937, Novaes Filho foi nomeado Prefeito do Recife pelo Interventor Federal Agamenon Magalhães, tendo garantido, com sua conduta e mentalidade, expressas principalmente na obediência à hierarquia política e administrativa, a própria permanência como governante municipal durante a vigência da ditadura estadonovista. A ordem democrática só adquiriu maior efetividade no Recife com a

autonomia política da cidade em 1955, ou seja, com a escolha pelo voto dos governados de Pelópidas Silveira como governante municipal, representando a coligação partidária Frente do Recife. A conduta e a mentalidade do governante Pelópidas Silveira traduziram-se na busca de consolidação das liberdades constitucionais vigentes na Democracia Desenvolvimentista.

Em síntese, a narrativa da cidade do Recife está suportada teoricamente nas rupturas e permanências, nas três dimensões teóricas da governabilidade e na perspectiva de pensar as diferenças e raridades em tempos diversos. Os eventos iluminados não impõem generalizações, abstrações ou leis; apenas é fabricada uma narrativa de eventos particulares, partindo-se do pressuposto de que nem sempre o saber urbanístico esteve articulado ao governo da cidade. Há momentos em que essa articulação emerge, passando o saber urbanístico a ter um lugar privilegiado no governo da cidade; mas há momentos em que essa articulação está secundarizada no conjunto de saberes sobre a cidade. Nesse sentido, supõe-se que nas décadas de 1930 a 1950 no Recife, o saber urbanístico ocupou um lugar privilegiado no governo da cidade; e esse lugar lhe foi conferido pela formação de uma aliança entre urbanistas e governantes, cuja referência foram, principalmente, as teorias do urbanismo moderno, especialmente as apregoadas pelos CIAMs e a doutrina do Movimento Economia e Humanismo. Essas teorias permanecem influenciando o olhar sobre a cidade; entretanto, não ocupam mais um lugar privilegiado no governo da cidade porque elas foram fundadas no paradigma da modernidade.

A narrativa da cidade do Recife nas décadas de 1930 a 1950 está escrita em quatro capítulos. O primeiro capítulo dá o impulso interpretativo para a argumentação da tese, mostrando acontecimentos relacionados à cidade e, principalmente, destacando os enunciados propalados pelos urbanistas, a partir dos quais estão tratadas as dimensões teóricas da governabilidade - o saber disciplinar, a política institucional e a gestão governamental. Cada dimensão corresponde a um dos outros três capítulos, obedecendo a escrita ao seguinte ordenamento: uma introdução, na qual estão justificados os conceitos fundadores respectivos a cada dimensão, além da indicação do percurso da escrita, seguida do seu desenvolvimento empírico e das conclusões parciais.

No capítulo 1, *A Cidade e seu Enunciado*, estão verificadas as mudanças da forma urbana através da confrontação de plantas da cidade e dos fatos demográficos, econômicos e políticos relacionados às décadas de 1930 a 1950. Assim como, está pontuada a maneira como as

mudanças da forma eram percebidas e representadas pelos urbanistas em enunciados negativos. Esses enunciados remetem a problematizações situadas nas dimensões do saber urbanístico, da política institucional e da gestão governamental. Isto é, a narrativa sobre a forma da cidade desdobra-se em três: a das idéias dos urbanistas; a das organizações políticas e a das gestões municipais.

A narrativa das idéias dos urbanistas na cidade do Recife está reconstituída no capítulo 2, *O Plano e a Representação de Cidade*, tendo por suporte teórico as noções de lugar-plano/conflito-regra e de modernização. A partir dessas noções, está escrita a narrativa, retomando-se textos escritos pelos autores dos planos elaborados nos anos 30 e 50, com as pretensões de iluminar as diferenças de concepções contidas nos planos urbanísticos e construir a representação de cidade partindo-se dessas concepções. No primeiro momento, está retratado o ambiente cultural no qual se evidencia a tensão entre o modernismo e o regionalismo, seguido da apresentação dos planos de Domingos Ferreira, Nestor de Figueiredo, Atílio Corrêa Lima e Uchôa Cintra e das polêmicas entre os detentores do saber urbanístico em tomo desses planos. Também estão correlacionadas as idéias propaladas pelos urbanistas com o ideário do movimento moderno na arquitetura e no urbanismo, principalmente, aquele propugnado pelos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAMs) e grupos nacionais, como por exemplo' o Grupo de Artistas e Técnicos Espanhóis para o Progresso da Arquitetura Contemporânea (GATEPAC). No segundo momento, também está descrito o ambiente cultural marcado pela emergência do caráter popular, seguido da apresentação do Relatório do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GDTN), do Estudo de Lebrecht e das Diretrizes de Baltar, os quais consubstanciavam os novos ideários do pós-guerra, o desenvolvimentismo e o humanismo, centrados nas questões das disparidades regionais, do subdesenvolvimento da região Nordeste e das reformas sociais. Por fim, estão pontuadas comparativamente as diferenças de concepções e de representações da cidade do Recife derivadas desses planos.

A narrativa das organizações políticas na cidade do Recife está memorizada no capítulo 3, *A Organização Política e a Representação de Governantes*, tendo como fundamento teórico as noções de formas de governo e de prática política. A partir dessas noções, está escrita a narrativa, focalizando-se os governos municipais de Novaes Filho (1937-1945) e Pelópidas

Silveira (1955-1959), respectivos às formas de governos ditadura e democracia, objetivadas no Estado Novo e na Democracia Desenvolvimentista. As pretensões são iluminar as diferenças nas organizações políticas e nas concepções de governo da cidade, assim como construir a representação de governantes partindo-se dessas concepções. A escrita está apresentada em três partes: as duas primeiras dizem respeito a cada um desses governantes, nelas estão narradas as organizações políticas, as formas de investidura no cargo de governante municipal, os modos de comandar os negócios municipais, os jogos políticos, os entendimentos sobre o governo da cidade e estão explicitadas as representações dos mesmos. A terceira pontua comparativamente as diferenças da mentalidade e da conduta dos governantes Novaes Filho e Pelópidas Silveira e os signos das organizações políticas, como também estabelece a interligação entre as representações da cidade do Recife, constantes no capítulo anterior, e esses signos.

A narrativa das gestões governamentais na cidade do Recife está reconstituída no capítulo 4, *As Táticas Governamentais e a Representação de Governos*, tendo como suporte teórico as noções de táticas e de modernização. Esses fundamentos embasam a escrita da narrativa das gestões municipais do Recife, não de todas as suas gestões, mas de duas experiências mo demizadoras, a de Novaes Filho (1937-45) e a de Pelópidas Silveira (1955-59), com a pretensão de tornar visíveis as diferentes táticas normativas, executivas e de legitimação e de construir a representação desses governos partindo-se das mesmas. A escrita está apresentada em três partes: as duas primeiras discorrem sobre as táticas governamentais efetivadas pelos dois governos, associando-as às idéias dos urbanistas, às mentalidades e condutas desses governantes e aos signos das organizações políticas, como também explicitam as representações desses governos. A terceira pontua comparativamente as diferenças entre as táticas, as representações dos governos e sintetizam o entrecruzamento das três dimensões da governabilidade.

Os percursos empreendidos às fontes de pesquisa foram diversos. As fontes primárias, levantadas em arquivos e bibliotecas, principalmente no Arquivo Público Estadual e na Diretoria de Controle Urbanístico/SEPLAM/PCR, compreendem: a cartografia - plantas e mapas da cidade, plantas de reformas do bairro de Santo Antônio, plantas de zoneamento dos planos urbanísticos entre outras; os dados estatísticos referentes à demografia e à área da cidade; os planos urbanísticos; relatórios e artigos de revistas e boletins técnicos especializados; relatórios de prestação de contas e mensagens à Câmara Municipal dos prefeitos Novaes Filho e Pelópidas

Silveira e os orçamentos municipais.

Outra fonte importante consultada foi a imprensa recifense das décadas de 1930 a 1950, como Diário de Pernambuco, Jornal do Comércio, Província, Jornal Pequeno, Folha da Manhã, Folha do Povo, entre outros. Desses periódicos foram selecionados artigos de autorias diversas, relativos aos fatos urbanísticos, aos discursos dos governantes e dos urbanistas sobre a cidade, os planos urbanísticos, as intervenções realizadas e os fatos políticos, assim como as colunas dos jornalistas Mário MeIo, Aníbal Fernandes e José Campelo, além do Diário Oficial, para o levantamento de leis, decretos e portarias. E, principalmente, o arquivo de Pelópidas Silveira, encontrado no Centro de Documentação e de Estudos da História Brasileira (CEHIBRA), da Fundação Joaquim Nabuco, e o de Novaes Filho, cedido por Maria Ana Carneiro da Cunha.

Para complementar as informações dessas fontes, foram realizadas entrevistas a engenheiros, arquitetos, geógrafos, historiadores e a algumas das personagens centrais deste trabalho, como Antônio Baltar, Pelópidas Silveira e Maria Ana Carneiro de Novaes (esposa de Novaes Filho).

Outro percurso foi o bibliográfico, relativo à história da cidade e do urbanismo no Recife da década de 1930 a 1950, constando do levantamento e da leitura de livros, ensaios e teses pertencentes aos acervos das seguintes bibliotecas: a do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, da UFPE; a Blanche Knopf, da Fundação Joaquim Nabuco; a Joaquim Cardozo, do Centro de Artes e Comunicações da UFPE, e o Arquivo Público Estadual, tendo sido selecionadas aquelas obras que examinavam o contexto cultural, físico-territorial e político da cidade. Essa bibliografia foi complementada por uma outra, referente à parte teórica, centrada em alguns dos principais paradigmas da nova história e das ciências humanas e na problemática básica deste trabalho, inclusive, a história política e econômica nacional respectiva ao Estado Novo e à Democracia Desenvolvimentista. Essas fontes possibilitaram fabricar uma narrativa, porém as mesmas poderiam propiciar outras narrativas, a que está aqui empreendida é mais uma contribuição à história da cidade do Recife.

CONCLUSÕES

A narrativa da cidade do Recife empreendida mostrou que, em dois governos municipais, o saber urbanístico ocupou um lugar privilegiado; e esse lugar privilegiado lhe foi conferido pela formação de uma aliança entre urbanistas e governantes, cuja referência foram saberes técnicos relativos ao ordenamento e ao controle da cidade. Essa aliança não foi contínua e permanente, no Recife ela é datada e independeu da forma de governo. Para a formação dessa aliança, a cada governo, foram introduzidos novos saberes, o que denota perspectivas diferentes, quanto ao atendimento das necessidades e aos modos de apaziguar os conflitos inerentes à apropriação, à fruição e ao uso da cidade, além de eles imprimirem diferentes representações ao porvir do Recife. A esse fato convergiram outros, contribuindo também para a formação e o sucesso da aliança entre urbanistas e governantes presente nos dois governos: o explosivo crescimento populacional, o ciclo expansionista da economia e a vaga de ampliação das competências governamentais.

A cada tempo de formação da aliança, corresponderam distintas problemáticas, relativas não só aos fatos físico-territoriais, como também aos demográficos, econômicos e políticos, provocando conflitos e representações negativas da cidade. O exame desses fatos mostrou que, com a ruptura da forma tentacular, ocorrida nos anos 40, ganharam relevância os conflitos entre ambiente natural-ambiente construído e, quando do espraiamento da mancha urbana por todo o território da cidade, permaneceram esses conflitos, mas emergiram outros inerentes à apropriação, ao uso e à fruição da cidade. Os lugares da cidade modificaram-se não só pelo crescimento populacional, como também pela decomposição do complexo rural, pela emergência de novas forças sociais e políticas, pelo crescimento do número de mocambos, pela substituição de mocambos por vilas habitacionais, pelas mazelas econômicas, pelo impulso à industrialização etc. Essas modificações expressaram conflitos entre homens, entre capital e trabalho, entre forças sociais, entre funções cidadinas pela apropriação, pelo uso e pela fruição da terra urbana, fazendo funcionar a dominação na cidade e gerando sentimentos de exploração e de insatisfação. A representação desses conflitos também mudou,

de uma menina mal-educada, cheia de vontades, para figurar a perda do equilíbrio ecológico e de descontrole da ocupação do solo; passou para a metáfora de uma menina maltrapilha e desajustada para figurar a cidade da miséria regional.

Configurações urbanas distintas, conflitos distintos exigiram distintas regras para fazer funcionar a cidade. O saber urbanístico, consubstanciado em planos, foi um modo de estabelecer um certo ordenamento e uma imagem futura da cidade, sugerindo um porvir para a composição de lugares, para os usos e atributos físicos citadinos e operando como dispositivo de controle à disposição dos detentores do poder político.

O plano reformador dos anos 30 continha zoneamento, índices urbanísticos e sistema viário, propagava uma visão do todo e uma configuração da beleza interligada com a higiene, salubridade e monumentalidade, para atualizar a composição colonial vigente. Portanto, ao traduzir as regras do urbanismo moderno, especialmente, aquelas preceituadas pelos CIAMs, imprimiu o ideal de progresso no Recife. A aplicação dessas regras conformaram uma representação de cidade bela, limpa e monumental, ou seja: *cidade progressista*. O plano reformador, ao objetivar os dispositivos do saber urbanístico, tomou-se verdade positivista nos discursos dos governantes.

Nos anos 50, os urbanistas constataram serem insuficientes as regras do urbanismo moderno para dar conta de outra configuração, de outros conflitos e para fazer funcionar a cidade de um corpo social em busca do desenvolvimento industrial; assim, não só mantiveram tais regras como introduziram outras, deslocando os objetos de intervenções. Só desse modo puderam os urbanistas formar a aliança com os governantes e garantir ao saber urbanístico um lugar privilegiado no governo da cidade. Se nos anos 30 o objeto de intervenção era a cidade, nos anos 50 a primazia passou a ser conferida à região, à qual a cidade estaria integrada e com a qual manteria intensa relação de complementaridade. Nesse sentido, o saber urbanístico passou a ser consubstanciado no plano diretor, não se expressando, prioritariamente, através de desenhos de correções do sistema viário e de zoneamento das funções urbanas, mas idealizando diretrizes econômicas e físico-territoriais asseguradoras de um futuro promissor, de uma cidade industrial. A partir da explicitação dessas diretrizes, os desenhos do zoneamento e do sistema viário, assim como os índices urbanísticos eram estabelecidos.

O plano diretor, traduzindo os preceitos de "*aménagement du territoire*", objetivou o bem

comum, a harmonia, a integração e o equilíbrio, de modo a, configurar o desenvolvimento regional e a melhoria de vida do homem. Se a abordagem metodológica dos planos reformadores dos anos 30 era preponderantemente qualitativa para propor intervenções ligadas ao desenho urbano, o plano diretor tinha por requisito primeiro e indispensável o esquadramento minucioso da região, através de dados quantitativos, nos diversos aspectos da realidade, cujo principal elemento analítico era a população - sua dinâmica, distribuição territorial e necessidades, intitulado de diagnóstico. Só após esses procedimentos metodológicos, passava-se para a etapa de formulação das propostas, a qual consistia na distribuição da população e localização das atividades econômicas e residenciais, considerando o limite de saturação e custo de produção da energia elétrica, do abastecimento d'água e dos meios de transportes. A superposição de saberes - o urbanismo humanista e o urbanismo moderno - feita pelos urbanistas idealizava o Recife futuro como tendo superado os obstáculos relativos aos desequilíbrios regionais, cuja representação era a de uma região metropolitana industrializada, equilibrada e integrada, ou seja, da *metrópole regional*, realidade também nos discursos positivistas dos governantes.

Cada tempo atualizou as práticas intelectuais conforme os saberes em voga. Em cada tempo os urbanistas atenderam as solicitações dos governantes. Os conflitos de interesses e as necessidades, particularmente quanto à apropriação, à fruição e ao uso dos lugares, foram, pelo menos a um nível e por um certo tempo, apaziguados pelas propostas de cunho positivista e pelo estabelecimento de dispositivos disciplinares, o que aponta para o fato de haver uma correspondência entre esses conflitos e as regras e normas das teorias urbanísticas.

Assim, ficou apreendido o funcionamento do saber urbanístico como dispositivo disciplinar, não só por esquadrihar a cidade em suas múltiplas dimensões, mas também por prever e predizer o seu futuro e de sua população, além de fazer ver a cidade através de uma imagem idealizada, a ser propagada como uma certeza. Desse modo, o saber urbanístico, ao ser ordenador do espaço, previsor do futuro cidadão e criador de uma fantasia veiculada como factível, forneceu, por um lado, as bases para a formação da aliança urbanistas e governantes. E, por outro, garantiu credibilidade aos governantes perante os governados, ou melhor, operou como um dispositivo de dominação essencial ao governo da cidade. O saber urbanístico apresentou esses atributos porque os mesmos estavam referendados na racionalidade científica presente nessas teorias.

Os Prefeitos Novaes Filho e Pelópidas Silveira tinham diferentes visões de governo da cidade,

conformadoras de diferentes representações de governantes. Novaes Filho entendia governar como executar intervenções asseguradoras da ordem social e política, com o fim de mostrar a eficiência da forma de governo que abraçava. A sua representação de *alcaide de interventores* foi decorrente de sua conduta esforçada e leal na concretização do projeto político do Interventor Federal Agamenon Magalhães, ou melhor, da hierarquia político-administrativa preceituada no Estado Novo, embora não tenha exercido a atribuição de reprimir os opositores do governo. Dessa forma, Novaes Filho, governante municipal por todo o período estadonovista, estava inserido na forma de governo ditatorial, cujo componente central era a ordem da autoridade como contraponto à da igualdade e da liberdade, no sentido da inexistência de separação entre nação e governo, tomando-se este último o exclusivo guardião dos interesses do povo e o detentor da verdade. Esse sentido de organização política pressupunha que as necessidades de governo eram, por definição e imposição, as da nação e as dos governados.

O Prefeito Pelópidas Silveira, eleito pelo voto direto dos governados, entendia governar a cidade como ação pública e autonomia política, assegurando o direito de participação e de decisão dos governados sobre as necessidades cidadinas. A sua representação de *dignitário dos governados* foi coerente com a firmeza de princípios éticos, no permanente embate de idéias e interesses e no respeito às posições partidárias, religiosas ou filosóficas dos seus opositores e correligionários, ou melhor, na visão de mundo plural e na busca de consolidação das liberdades constitucionais prescritas na Democracia Desenvolvimentista. Dessa forma, Pelópidas Silveira estava inserido na forma de governo democrática, cujo componente central era a ordem da liberdade como dimensão da esfera pública, no sentido de ser o homem cidadão um ser distinto e singular entre iguais.

A memorização das organizações políticas mostrou que, ao lado do domínio jurídico e político estrito senso, as representações denotando a figuração do governante tal como ele era também se constituíram num importante componente dessa dimensão. Assim, foi estabelecida a associação entre os elementos constituintes da política, as representações de governantes e as de cidade, decorrentes das idéias dos urbanistas contidas nos planos urbanísticos para o Recife dos anos 30 e 50, ou seja, a ordem da autoridade reportou-se à cidade bela, limpa e monumental e a ordem da liberdade reuniu-se à cidade industrializada, equilibrada e

integrada. Das teorias e das práticas respectivas ao campo político não decorreram as teorias e as práticas relativas ao campo do urbanismo; da soberania não foi derivado o saber disciplinar, esses foram, como afirma Foucault (1993), mecanismos heterogêneos e complementares da governabilidade através dos quais o poder foi exercido.

As táticas governamentais efetivadas pelos governos de Novaes Filho (1937-1945) e de Pelópidas Silveira (1955-59) atualizaram e diferenciaram a cidade do Recife. Se as táticas normativas, executivas e de legitimação efetivadas por Novaes Filho não tiveram a amplitude daquelas realizadas por Pelópidas Silveira, cabe lembrar que as necessidades urbanas e as competências municipais eram menores nos anos 30 do que nos anos 50, face, respectivamente, ao explosivo crescimento demográfico e à autonomia municipal. Portanto, nos anos 30, por um lado, a demanda por serviços governamentais era reduzida e, por outro lado, o governo municipal estava imiscuído de muitas atribuições exercidas então pelo governo estadual.

No que diz respeito às táticas normativas relativas ao orçamento municipal, à organização administrativa e tributária, ao plano e à regulação urbanística, o principal ponto diferenciador entre os governantes Novaes Filho e Pelópidas Silveira residiu na dimensão da negociação e articulação política. Entretanto, cabe lembrar que o governante Novaes Filho submeteu-se aos ditames da arquitetura e urbanismo moderno, seguindo fielmente as idéias contidas no Plano de Reforma do Bairro de Santo Antônio (1938) e no Plano Geral de Expansão da Cidade (1943); por não ser urbanista, reconhecia nesses profissionais a competência técnica e a sabedoria para a idealização do futuro cidadão, portanto, apoiou-se no saber técnico dos engenheiros e arquitetos para efetivar atos de modernização da cidade. O Prefeito Pelópidas Silveira abraçou, como engenheiro e governante, o paradigma do Movimento Economia e Humanismo, adotando os princípios doutrinários desse movimento e os planos de Le Bret e de Baltar como idealizações de lugares de um futuro desenvolvido para a região metropolitana do Recife, além de ter referendado os preceitos do urbanismo moderno, ao priorizar a elaboração do Código de Obras e seguir o Plano Viário de Edgar Amorim; por ser detentor do saber urbanístico, interagiu com seus companheiros de profissão na realização dos atos de atualização e diferenciação da composição de lugares do Recife.

Baltar, como vereador e líder da minoria na Câmara Municipal durante o governo de

Pelópidas Silveira, confirmou coerência profissional e política. Como urbanista, transpôs os preceitos da arquitetura e do urbanismo moderno e os do urbanismo britânico do pós-guerra, principalmente, a legislação urbanística de 1947; entretanto, adequou-os à doutrina do Movimento Economia e Humanismo que ele abraçou em profundidade, tendo sido quem melhor difundiu o urbanismo humanista no Recife. Baltar e Pelópidas Silveira, ambos engenheiros, ambos políticos, firmaram-se nos anos 50 no Recife como paradigma de conduta ética.

Com relação às táticas executivas realizadas pelos governos de Novaes Filho e de Pelópidas Silveira, foi identificado como principal ponto diferenciador a primazia conferida ao lugar centro ou subúrbio. O governo de Novaes Filho abriu grandes avenidas, pavimentou ruas, construiu pontes, restituiu à cidade reformado o Parque 13 de Maio, construiu praças e ampliou a iluminação pública, conferindo prioridade às obras do centro, embora tenha intervindo também nos subúrbios, assim como instalou o serviço de estatística municipal, apoiou a cultura local e promoveu a assistência social. O governo de Pelópidas Silveira alargou e pavimentou avenidas e ruas, construiu galerias, retificou e revestiu canais de drenagem, construiu pontes e pontilhões, dotou a cidade de parques, praças, jardins, iluminação e arborização pública, adquiriu terreno para revenda a moradores de mocambos, instalou o sistema de ônibus elétrico e institucionalizou a Companhia de Transportes Urbanos, dando maior primazia às obras do subúrbio do que às do centro, para reafirmar o caráter popular do seu governo, além de ter tratado do serviço telefônico, da promoção cultural e do abastecimento alimentar.

O governo de Novaes Filho empregou a tática de legitimação apenas no domínio do urbanismo, ou melhor, para deliberar sobre o Plano de Reforma do Bairro de Santo Antônio e o Plano de Expansão da Cidade do Recife, auscultando a Comissão do Plano da Cidade. O governo de Pelópidas Silveira tinha na negociação dos interesses, na mediação dos conflitos, na articulação e mobilização entre governantes e governados e entre governantes e detentores do saber a principal característica, ou melhor, tinha no exercício da democracia o signo principal. Esse modo de governar materializou-se através das audiências públicas e das comissões e conselhos técnicos especializados, fazendo convergir o saber empírico do povo organizado com o saber disciplinar dos urbanistas e afirmando a primazia da esfera pública na

arte de governar.

Cada governo atualizou e diferenciou as táticas, em correspondência com as idéias dos urbanistas e com a organização política. Cada governo atualizou e diferenciou as táticas, conforme a conduta do *alcaide de interventores* e do *dignitário dos governados* e segundo os signos da autoridade e da liberdade, resultando na representação de um governo *eficiente* - sintetizando a seletividade política, a subordinação técnica e a prioridade do lugar centro, e de um governo *participativo*, significando a participação política, a integração técnica e a prevalência do lugar subúrbio.

Os atos dos governos de Novaes Filho e de Pelópidas Silveira reverteram, pelo menos por um tempo, os enunciados negativos propalados pelos urbanistas para a cidade do Recife dos anos 30 e 50, assim como se associaram aos saberes urbanísticos e às formas de governo. Os atos de governo de Novaes Filho e de Pelópidas Silveira fizeram ver com nitidez a aliança entre urbanistas e governantes, conformada à racionalidade científica, ou seja, o lugar privilegiado ocupado pelo saber urbanístico num e noutra governo, sob diferentes ordens políticas, mas circunscrito em economias em expansão possibilitou a concretização do desejo do novo, do progresso citadino em um e do desenvolvimento regional no outro.

O saber urbanístico, as formas de governo e as táticas governamentais mostraram-se como mecanismos de poder heterogêneos e complementares, compondo o visível e o enunciável da governabilidade. O percurso empírico e teórico, realizado a partir da noção de governabilidade em Foucault (1993), sugeriu um esquema analítico constituído pelas três dimensões teóricas: o saber disciplinar, a política institucional e a gestão governamental.

Cada uma dessas três dimensões tiveram como elemento analítico principal as práticas discursivas, os enunciados, o que foi dito e o que foi feito pelos urbanistas e pelos governantes. Embora cada uma das três dimensões tivesse sua especificidade, elas se entrecruzaram. Lembrando Foucault (1987a), ao utilizar a imagem do triedro para explicar o domínio das ciências humanas, as dimensões projetaram-se umas nas outras; e cada dimensão teve um critério formal - forma de governo, campo do conhecimento e táticas para definir o que lhe era pertinente.

Para verificar qual o lugar ocupado pelo saber urbanístico no governo da cidade, a dimensão fundamental foi a do saber disciplinar, especificamente, o campo do urbanismo,

pois a compreensão dos fenômenos presentes na cidade seria um acontecimento na ordem do saber. Entretanto, a dimensão do saber disciplinar poderia ser desdobrada em domínios ou campos do conhecimento, tendo sido privilegiados os domínios do urbanismo e da sociologia. O domínio do urbanismo formou sua positividade, através do par lugar-plano, e projetou-se ou superpôs-se com o domínio da sociologia, através do par conflito-regra. A proposta do par conceitual lugar-plano, como objetivação da ciência urbanística, baseou-se na constituição dos saberes em Foucault (1987a, p. 374). Isto é, as ciências humanas são constituídas pela transferência de modelos teóricos que se entre cruzam e se interpenetram um nos outros, diluindo os limites ou fronteiras dos objetos e dos métodos próprios a cada modelo e possibilitando *"que as disciplinas intermediárias e mistas se multipliquem indefinidamente"* (1987a, p. 375). Como o par conflito-regra não tinha aplicação limitada ao domínio da sociologia, ele pôde ser transferido ou objetivado para o do urbanismo pelo par lugar plano, ou seja, o conflito foi remetido ao lugar e a regra ao plano, de modo a estabelecer o diálogo entre esses dois campos do conhecimento.

As dimensões da política institucional e da gestão governamental assumiram posição secundária relativamente à do saber, embora não tivessem deixado de apresentar suas específicas formas de positividade. Na dimensão da política institucional ou da soberania, situaram-se formas de governo. Bobbio (1995) entende essas formas como entrecruzamento entre a teoria política e a teoria jurídica, entre o poder e o direito, objetivando-se em modos de organização da vida pública. Da reflexão axiológica feita por Bobbio, ressaltaram-se duas: a ditadura e a democracia. O destaque não se deveu apenas ao fato de ser uma classificada como ruim e a outra como boa, mas por se constituírem em modos opostos, segundo o critério de quem governa: um ou muitos.

Embora se tenha mantido esse critério para consignar o conteúdo concreto dessas formas de governo, elas adquiriram historicamente caracteres diversos, conforme indica a exposição de Bobbio.

Na dimensão da gestão governamental, imergiu-se nas táticas governamentais. O entendimento do que são táticas já tinha sido esclarecido por Foucault em *"Vigiar e Punir"*, divulgado em 1975, como *"ordenamento espacial dos homens ... permitindo a colocação em ordem de uma multiplicidade dada ... e condição primeira para o controle"* (1993a, p.

136); em *"Microfísica do Poder"*, esse entendimento foi ampliado e inserido no campo da problemática geral de governo, não de qualquer de suas modalidades, mas em sua forma política (Foucault, 1993, p. 278). Os atos de governo consistem na *"intensificação dos processos que ele dirige e os instrumentos do governo, em vez de serem constituídos por leis, são táticas diversas"* (Foucault, 1993, p. 284). No âmbito do governo da cidade, entendeu-se *"táticas"* como os atos de dispor as coisas, os procedimentos e os instrumentos de comando e direção utilizados na ordenação espacial dos homens, um modo de ordenar lugares, mediar conflitos e concretizar idéias. Como as táticas compreendem os múltiplos relacionamentos dos homens com as coisas, assumiram elas propriedades diversas, tendo sido agrupadas segundo três características: as normativas, as executivas e as de legitimação. As táticas normativas disseram respeito às normas, regras ou preceitos que trataram do ambiente construído, consubstanciados em leis, decretos, códigos e planos urbanísticos. As táticas executivas referiram-se às obras e construções realizadas pelos governos da cidade, e as de legitimação reportaram-se às articulações e mobilizações das forças sociais em tomo de questões da cidade, de modo a propor, referendar ou rejeitar decisões relativas ao governo cidadão.

Portanto, a noção de governamentalidade apresentou-se como um caminho teórico-metodológico apropriado à discussão dos fenômenos presentes na cidade, tendo evidenciado que, em datas precisas, o saber urbanístico ocupou um lugar privilegiado no governo da cidade do Recife.

Na atualidade, o saber urbanístico não ocupa um lugar privilegiado no governo da cidade. Por um lado, os fenômenos presentes na cidade contemporânea sinalizam uma perda de controle pelos detentores de poder, uma aparente fragilização da sociedade disciplinar; esse fato tem provocado perplexidade e temor aos urbanistas e governantes, fazendo lembrar o medo sentido pela nova burguesia industrial face às multidões anônimas circulando pelas ruas, pelos mendigos e vagabundos em Londres e Paris do século XIX (Bresciani, 1994). Por outro lado, o saber urbanístico tem-se mostrado limitado e ineficiente para resolver os problemas da cidade contemporânea; isto é, tem-se o paradoxo entre continuar afirmando o saber urbanístico fundado nas teorias da modernidade e prescindir desse saber, dada a inexistência de um outro modo de promover o ordenamento e o controle

da cidade.

Talvez se possa qualificar a atualidade como um tempo de transição e indefinição, no qual a positividade é verificada pelo aparecimento de uma multiplicidade e pluralidade de olhares, buscando criar outras formas de teorizar sobre e praticar a ordenação e o controle das cidades. Entre tantos olhares, há os fragmentários e parciais; há os do mercado; há os das gestões exercidas por organizações não estatais ou a formação de parcerias plurais tanto socialmente como politicamente; como também há os que buscam manter o olhar universalizante e totalizante, retomando os princípios de emancipação e autonomia do homem pela racionalidade científica e artística, com a rejeição aos processos repressivos e de automatização da economia e do Estado, da técnica e da ciência.

Outro olhar pode ser o do entusiasmo pela cidade, por um lado, reconhecendo os fenômenos presentes como provocadores de sentimentos de medo, de impotência, de impessoalidade e de perda de identidade; mas, por outro lado, lembrando Foucault (1984, p. 109) na referência ao entusiasmo pela Revolução como sinal de uma disposição moral da humanidade, afirmando o entusiasmo pela cidade como uma disposição intelectual para a formulação de outros saberes urbanísticos. Essa disposição intelectual difere da atitude nostálgica de Berman (1994, p. 34), ao propor o retomo ao modernismo do século XIX, de modo a devolver sentido às próprias raízes do homem moderno; e da postura ilusionista de Rouanet (1992, p. 32 e 1995, p. 154), ao propor a construção de um novo iluminismo, criticando a modernidade em sua dimensão repressiva, mas reafirmando as grades teóricas desenvolvidas pela própria modernidade. Essa disposição intelectual objetiva-se nas possibilidades de elaborar novos saberes sobre a cidade fora dos procedimentos de automatização da técnica e da ciência e na perspectiva de pensar diferente situando esses saberes não como verdades absolutas, mas como problematizações num campo de tensões e valores, como luta e confronto de poderes disseminados por todo o corpo social.

ANEXO III

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM LETRAS

1. INTRODUÇÃO

"A gente se transforma, assim como o aluno se transforma, assim como o mundo se transforma, que a gente consiga se transformar de professor em mestre. Qual a diferença entre o professor e o mestre? O professor transmite uma experiência que não necessariamente é sua; o mestre, não: ele passa pela experiência, que, por isso, o transforma por inteiro."
(Cleide do Amaral Terzi, 1998:62)

O Sistema Educacional no Brasil ressenete-se de uma política de valorização do professor e de *incentivo ao magistério*] capaz de viabilizar finalidades, pois, na maioria das vezes, o incentivos disponibilizados pouco representa as necessidades do professor e do aluno, foco principal de interesse. Visto que, *"diante das pressões populares contra o escândalo de um grande contingente de crianças fora da escola, multiplicaram-se os turnos e comprimiram-se os salários dos professores"* (Saviane, 1997:06)

No entanto, nem tudo é tão questionável assim. No Estado de Pernambuco, o engajamento e comprometimento dos cerca de 200 professores de Língua Portuguesa vinculados à Secretaria de Educação do Estado, participantes do Curso de Atualização em Língua Portuguesa, objeto do convênio com a Fundação VITAE, no período de 1993 a 1998, apontam para uma estrutura e operacionalização diferente da *Capacitação da Rede* implantada neste estado e, conseqüentemente, faz da iniciativa Vitae, em Pemambuco, uma iniciativa pioneira.

Como num diário de campo, registraremos a história do Projeto Vitae em Pernambuco referente à formação dos Professores de Língua Portuguesa da Rede de Ensino Estadual.

O processo ensino/aprendizagem resente-se de questionamentos, uma vez que ainda é comum encontramos educadores assumindo uma postura elitista. Assim, em suas práticas pedagógicas não é raro encontrá-los utilizando textos promotores de uma ideologia de dominação que pouco contribuirá para a formação da cidadania. Além dessa observação, constata-se que o discurso do professor está impregnado de marcas do poder perturbadora: nesse caso a dificuldade de interlocução professor-aluno é uma constante na prática educativa.

Diante deste quadro, nossa preocupação nessa pesquisa decorre da necessidade de se constatar algumas mudanças de atitudes na prática pedagógica do professor de Língua Portuguesa em Pernambuco. Mudanças estas transformadas na conquista da melhoria da qualidade do ensino destes professores, conforme verificamos na análise dos dados desta pesquisa.

Por outro lado, observamos que a abordagem lingüística enfocada no tratamento dos *conteúdos programáticos dos cursos de Atualização em Língua Portuguesa*), oferecidos aos professores da rede, teve fundamental importância na aprendizagem de seus alunos, pois a análise de suas produções de textos e leitura revelou que o ensino, centrado em bases lingüísticas resulta numa aprendizagem significativa, conforme veremos no quarto capítulo.

Para esta análise, embora tivéssemos planejado aplicar 167 questionários/entrevistas, enviados via correios para os Professores-Alunos,³ que freqüentaram regulamente os cursos, só pudemos contar com 20% de respostas aos questionários, pois os demais professores, por razões diversas, não responderam. Alguns fatores podem explicar esse baixo número de respondentes: endereços não localizados; alguns professores já não fazem mais parte da Rede

Estadual de Ensino; outros não estão em sala de aula; e ainda aqueles que simplesmente não se dispuseram a responder aos questionários. Apesar disso os dados coletados são representativos para a análise.

Esta dissertação se divide em cinco capítulos. O primeiro capítulo é de natureza introdutória. O segundo, mais documental, trata do resgate histórico do Projeto Vitae no Estado de Pernambuco correspondente ao período de 1993, ano em que foi realizado o primeiro Curso de Atualização em Língua Portuguesa, a 1998, ano em que foi realizado o 5º curso. Neste enfoque, procuraremos mostrar o processo de implantação Vitae e relatar algumas informações relevantes sobre a expansão e repercussão deste projeto em níveis nacional e internacional.

No terceiro capítulo, trataremos de dois tópicos teóricos que fundamentarão a análise dos dados e servirão de suporte para nossas constatações. Abordaremos, no primeiro tópico, as bases políticas, filosóficas e lingüísticas do Projeto Vitae; e, no segundo, explicitaremos características das teorias a serem utilizadas na análise dos dados.

O quarto capítulo apresenta uma exposição sobre os procedimentos metodológicos a serem utilizados no tratamento dos dados: caracterização dos informantes; análise, quantificação de dados e comentários sobre os resultados da aplicação de dois questionários/entrevistas; as produções dos Professores-Alunos e a aplicação do Pré-teste e do Pós-teste.

Neste capítulo faremos, ainda, a análise dos dados. E, apontaremos os resultados da análise de dois *questionários/entrevistas* (anexos VI/I e VII/2), que contêm informações atualizadas sobre a caracterização dos informantes (tabela 1): Professores-Alunos, a situação

funcional desses professores, bem como considerações a respeito das concepções de ensino de língua, competências do professor e mudanças de atitudes após o curso (tabelas 2 e 3).

Além dessas informações, no referido material os Professores-Alunos puderam manifestar-se através de *depoimentos*, (anexo VII) explicitando em que medida a participação nos cursos contribuíram para algumas mudanças de atitudes frente as suas práticas pedagógicas.

Ainda neste capítulo, destacaremos os resultados das análises das *produções dos Professores-Alunos*,⁴(anexos IVN). Por meio deles justificaremos nossa hipótese de que no final de sua participação no curso os alunos dos Professores-Alunos Vitae demonstram boa interação com as habilidades de leitura, produção de textos e consciência metalingüística. É também através desta análise que constataremos um dos propósitos básicos do Projeto Vitae: fornecer subsídios para a melhoria da formação lingüística do professor de Língua Portuguesa.

O quinto capítulo refletirá as conclusões desta pesquisa. Nele teceremos comentários sobre a análise dos dados sobre competências e atitudes dos Professores-Alunos do Projeto. Enfim, mostraremos a contribuição social do Projeto Vitae e outros resultados.

Os professores em Pernambuco e no País, enfrentam problemas de ordem social, econômica e cultural que traduzem a complexa e desafiadora realidade nacional. Mas acreditamos que as mudanças podem vir, e certamente hão de melhorar esse quadro. Contudo, é preciso não só acreditar mas contribuir para mudar um pouco a situação atual. O Projeto Vitae em Pernambuco despontou como uma proposta de trabalho diferenciada, referendada em leituras e atividades práticas, vivas de emoções e -desejos. Este fato pode ter sido o ponto culminante da trajetória Vitae neste Estado. Através desse Projeto os participantes e eu inclusive, pudemos ampliar nossa percepção do mundo, e aprendemos a

reagir diante das dificuldades de caráter pedagógico, na maioria das vezes não tão grandes e intransponíveis quanto as imaginávamos.

5. CONCLUSÃO

Pela quantidade expressiva de pesquisadores existentes, é possível dizer que há muitas maneiras de se pesquisar uma Língua. Esta Dissertação toma como referência a reflexão sobre a competência comunicativa dos falantes de Língua Portuguesa. A citação acima, construída por: (Gomes de Matos, 2000:06) enfatiza a competência comunicativa em função do bem da pessoa, e nas suas relações sociais, abordando as diversas competências do professor de Língua Portuguesa.

Ancorado na Lingüística, este trabalho procura verificar as mudanças de atitudes pedagógicas dos Professores-Alunos Vitae, decorrentes da participação nos cursos promovidos em convênio firmado entre VITAE/UFPE/FACEPE e Governo do Estado de Pernambuco (SE), no período de 1993 a 1999.

Mostra, também, que os Professores-Alunos puderam proporcionar aos seus alunos uma aprendizagem qualitativa da Língua Portuguesa nas suas modalidades oral e escrita, haja a vista os resultados dos trabalhos por eles desenvolvidos.

Esse empenho respalda-se na filosofia Vitae que, em suas ações, proporciona apoio à Educação e *"concentra-se em áreas que visem à melhora do ensino básico no país"*. Pudemos, ainda, verificar que o Projeto Vitae foi o grande motivador das mudanças de atitudes dos Professores-Alunos. Seus próprios depoimentos, alguns transcritos na análise dos dados e no corpo desta pesquisa, corroboram esta afirmativa.

Reflexões da Professora-Aluna da 5ª turma, 1998, Jaqueline Maciel Bezerra de Menezes, no texto denominado *"O Texto como Pretexto ... e Por Que Não?"*, reforça as conclusões desta pesquisa. Percebe-se mudanças de atitudes dos Professores-Alunos, principalmente nas suas ações pedagógicas. Por isso, verificamos que as atividades de leitura, compreensão e produção textual dos informantes nesta pesquisa, passaram a ter um sentido mais concreto na aprendizagem dos alunos.

As mudanças são manifestações dos próprios educadores refletidas pela relevância das suas produções. E, neste trabalho, há por um lado, as descobertas como neste exemplo: *"quebrar a rotina, descobrir e redescobrir valores e conceitos tendo sempre como ponto de partida um te.xto, é , no mínimo, uma aventura surpreendente, de um lado, as tentativas (nem sempre frutíferas), do outro o desabrochar de uma consciência crítica e, por fim - o prazer de tentar colaborar para uma nova realidade - o despertar para o 'poder transformar'"*. Por outro lado, os benefícios são apresentados assim,: *"o resultado desse projeto foi gratificante, embora tenha esbarrado no conservadorismo imposto pelo tradicional sistema de ensino de língua portuguesa e seja apenas o começo de um longo processo"* (op. cit.).

Apesar da resistência do Sistema Político Educacional, que, geralmente, serve apenas para reproduzir ideologias tecnocráticas e corporativistas, próprias da sociedade dominante, há uma redução constante na luta pelo progresso do professor e do aluno. Mesmo assim, o Projeto Vitae em Pernambuco pôde desencadear entre os Professores-Alunos uma certa necessidade de mudança, haja vista os comentários dos docentes e dos alunos do Ensino Médio da rede pública. Esses comentários manifestam-se em várias ocasiões, nos relatos de experiências desses Professores-Alunos e refletem a relevância do projeto para a formação de competências desses educadores e de seus alunos.

Na construção do perfil desses professores, Vitae evidencia, mais uma vez, essas

competências ao dar ênfase ao ensino aprendizagem enquanto processo que se realiza a partir da compreensão do Quê, do como e do para quê ensinar Português na escola. Nesse sentido, a Instituição escolar deve priorizar, em suas ações, não apenas a transmissão do conhecimento, mas a formação global dos educandos.

A afirmação introdutória da experiência da 4ª turma refletida em “*Uma Proposta de Leitura para melhorar o Desempenho Ortográfico do Aluno*”, de Adelma M L Sarmiento (et. alii. 1998). Traz um reflexão sobre o tipo de ensino vivenciado neste Projeto. Assim as autoras introduzem o trabalho dizendo: *"Este estudo de caráter investigador, surgiu no decorrer do curso (. ..) após a leitura, discussão e aprofundamento de textos relativos às temáticas explicitadas durante o curso, foi proposto um trabalho científico. Para efetuar-lo, diante do tema escolhido pelo grupo, necessário se fez realizar um inventário na escola acerca de como eram identificados, diagnosticados e corrigidos os erros ortográficos através da realização de entrevistas a professores e alunos"*.

Neste trabalho, as autoras dão ênfase ao ensino produtivo, que, por conseguinte, configura-se como a proposta Sócio-interativa do ensino e da aprendizagem dos alunos neste projeto. Esta ênfase resultou em significativas experiências de sala-de-aula apresentadas por todas as turmas. Algumas dessas experiências transformadas em material didático e publicadas, a exemplo dos textos produzidos pelos Professores-Alunos da 1ª turma (1993), e da 4ª e 5ª turmas (1997/1998).

A relevância social deste Projeto é atribuída à melhoria da qualidade das ações didáticas dos professores, o que certamente deve ter influenciado na melhoria da aprendizagem dos seus alunos. Assim, validamos nossa afirmação ao constatarmos que muitas vezes devemos aproveitar os "erros" dos textos espontâneos dos alunos e transformá-los em

elementos de reflexão. E, ainda, o que devemos fazer é estimular a leitura prazerosa sem cobranças nem avaliações porque é nela que o nosso aluno pode simultaneamente desenvolver o hábito da auto correção.

Isto posto, validamos nossa hipótese das mudanças, nas práticas pedagógicas, dos Professores-Alunos Vitae que atuam na Rede de Ensino Médio do Estado de Pernambuco. Além dos instrumentos de avaliação utilizados com os Professores-Alunos, consta, também, a aplicação de um Pré-teste e um Pós-teste, o que, na verdade correspondeu a um dado novo nesta pesquisa, uma vez que nem todas as turmas puderam ser testadas. Mesmo assim, verificamos que este instrumento de avaliação serviu como parâmetro para que o Professor-Pesquisador pudesse avaliar mudanças de atitudes e até mesmo a compreensão dos conteúdos no curso.

Uma reflexão sobre o fazer pedagógico do professor não poderia deixar de considerar que *"o professor é um aluno "especial" porque seu objeto de conhecimento é tanto as ações que já realiza quanto a relação que estabelece entre seus processos de aprendizagem e o objeto de conhecimento buscado, o ensino"* (Silva, Et. Alii. 1997:37).

Esta premissa justifica os recursos aplicados pela VITAE nestes cursos de Atualização em Língua Portuguesa, uma vez que ele veio atender a uma exigência da sociedade moderna que busca insistentemente investir na qualificação profissional em todas as áreas e, em especial, na formação continuada do professor.

A grande contribuição do trabalho do professor se estende a sua capacidade de

transformação dos hábitos da comunidade estudantil na qual atua. Nesta pesquisa, isto pôde ser constatado inúmeras vezes.

Observa-se, na experiência *"Estratégias Incentivadoras à Leitura no Ensino Médio"*, o comentário de Ana Lúcia de Luna Moraes et. alii., (1998), Professora-aluna da sa turma ao mostrar em seu texto uma estratégia incentivadora capaz de despertar no aluno o gosto de ler. Para esta educadora: *"Incentivar o gosto pela leitura e transformar este gosto em hábito é. o que procuramos propor através de estratégias diversifica das para que este leitor entre em contato com a leitura informativa, formativa e recreativa objetivando a sua formação para uma melhor reflexão de mundo"*.

Os material coletado e utilizado na nossa investigação leva-nos a perceber que habilidades de escrita, leitura e análise lingüística são adquiridas pelos alunos num percurso que demanda algum tempo. Nesse sentido, o contexto social determina o nível de interação entre essas habilidades e a representação que os aprendizes constroem à medida em que são submetidos às mudanças de estratégias e atitudes pedagógicas dos seus professores.

Essa nova dinâmica de formação continuada do Professor deve ser validada, uma vez que os dados sugerem novas implicações teóricas sobre conceitos e competências de ensino e suas implicações. Para isso o educador deve compreender competência enquanto *"uma capacidade de mobilizar diversos recursos cognitivos para enfrentar um tipo de situação"* (Perrenoud, 2000:14).

Nesse sentido, o professor será capaz de compreender o processamento da aprendizagem dos seus alunos em situações didáticas as mais variadas possíveis, e então ficará mais fácil entender que o fracasso escolar, na maioria das vezes, não é uma simples

fatalidades, mas o resultado de experiências didáticas pouco significativas para a aprendizagem dos alunos. Isso significa que o professor deve ser capaz de criar dispositivos múltiplos de aprendizagem "baseados em **um** pensamento arquitetônico e sistêmico" (Perrenoud, 2000:59).

O citado autor aponta ainda, 10 tipos de competências que permeiam o movimento da profissão docente:

1 "Organizar e dirigir situações de aprendizagem. 2 Administrar a progressão das aprendizagens.

3 Conceber e fazer evoluir os dispositivos de diferenciação.

4 Envolver os alunos em suas aprendizagens e em seu trabalho. 5 Trabalhar em equipe.

6 Participar da administração da escola. 7 Informar e envolver os pais.

8 Utilizar novas tecnologias.

9 Enfrentar os deveres e os dilemas éticos da profissão. 10 Administrar sua própria formação contínua. "

Ao refletirmos sobre essas competências, consideramos oportuno apontar aspectos relativos tanto às mudanças de atitudes dos Professores-Alunos Vitae em Pernambuco, quanto à contribuição desse Projeto para uma nova perspectiva da formação desses educadores.

Em relação às mudanças de atitudes dos docentes, os dados desta pesquisa mostram que os Professores-alunos Vitae tendem a adotar, em suas práticas, uma postura menos conservadora e mais sóciointeracionista, pois o ensino da Língua Portuguesa ultrapassa a simples transmissão do conhecimento da Língua. Nessa perspectiva, o conhecimento é

construído coletivamente e a partir dos conhecimentos implícitos na aprendizagem dos educandos.

Desde sua implantação em 1993, os cursos de Atualização em Língua Portuguesa para Professores do Ensino Médio contribuíram para o aperfeiçoamento de 174 professores de aproximadamente 100 escolas da Capital e do interior. A penetração deste Projeto nas várias regiões do estado é um exemplo da sua relevância social tanto do ponto de vista da expansão da universidade às comunidades interioranas quanto pela sua valorização à cultura regional.

Nossa expectativa é que esta Dissertação, fruto da pesquisa ancorada nos relatórios, artigos, depoimentos avaliativos, questionários/entrevistas, reflexões e estudos desenvolvidos pelos Professores-Alunos e Professores-Pesquisadores Vitae em Pernambuco possa contribuir não apenas para o resgate histórico deste projeto, mas especialmente para uma reflexão sobre a formação do professor de Língua Portuguesa, e principalmente, contribua para a ampliação da formação lingüística e crítica dos alunos do Ensino Médio em nosso estado.

A validade dessa Dissertação de Mestrado ficou evidenciada nas análises do material coletado, principalmente nos textos de instrumento de avaliação e nos textos didáticos produzidos pelos Professores-Alunos. Nestes, não encontramos depoimentos desfavoráveis, frente aos objetivos, à equipe Vitae em Pernambuco nem quanto à seleção dos conteúdos que os Professores-Pesquisadores lecionam.

Além disso, constatamos que os cursos procuraram fazer com que os Professores-Alunos adquirissem auto-confiança nas suas próprias competências, de modo a ajudá-las a agir com mais segurança nas situações conflitantes das suas aulas de Língua Portuguesa.

Tivemos uma formação lingüística. Portanto a nossa contribuição enquanto professor escrevente deve centrar-se no incentivo à construção do saber partilhado dos nossos alunos, permeando os saberes histórico sócio-emocionais desses aprendizes para que possamos integrá-los cada vez mais às suas realidades sócio-histórica e culturais. Nesse sentido corroboramos com os princípios de Auto-avaliação da Positividade Comunicativa apontados por Gomes de Matos (1996:50) e recomendados para o uso da língua portuguesa positivamente:

"Primeiro Princípio: Todas as pessoas têm direito a uma vida e a uma educação construtiva.

Segundo Princípio : Viver bem é viver e conviver para o bem. Terceiro Princípio : Aprender-ensinar bem é aprender-ensinar para o bem.

Quarto Princípio : Usar bem uma língua é usá-la para o bem. "

Finalmente, esta pesquisa pôde contribuir com o resgate histórico do Projeto Vitae em Pernambuco. Mostrar que esse Projeto ao centrar seu objetivo em dar suporte lingüístico ao Professor visando a formação de bons leitores e produtores de texto, colaborou na melhoria da qualidade do ensino no Estado de Pernambuco. E, ainda atendeu às expectativas do Professor-Aluno que quis colocar em prática estudos e pesquisas sobre o ensino de Língua Portuguesa ou procurar aumentar sua capacidade de compreender, expressar-se, e aplicar seus conhecimentos lingüísticos em favor do bem e para a paz.

ANEXO IV

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM ARQUITETURA E URBANISMO

Introdução

A presente dissertação de mestrado foi estruturada a partir da constatação de que a maioria das estações de transporte ferroviário existentes no Recife apresentam problemas de acessibilidade que afetam o seu desempenho funcional, não produzindo o impacto desejado no desenvolvimento do uso e ocupação do solo em seus entornos. Estes fatos contrariam as expectativas projetuais, baseadas em exaustivos estudos políticos, econômicos, sociais e em cálculos de demanda.

Pesquisas empíricas¹ vêm demonstrando que os espaços que apresentam uma acessibilidade mais direta são rotas mais prováveis de movimento e de encontros de pessoas. Segundo Luís Amorim (AMORIM, 1995:112) é o movimento contínuo de pessoas que, confere vida ao tecido urbano, gerando o sentido de "urbanidade".

Hoje, um dos focos da política urbana para o desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife - RMR é o processo de revitalização e eletrificação do Corredor de Transporte Ferroviário da Linha Sul. As expectativas do órgão responsável - Companhia de Brasileira de Transportes Urbanos - CBTU - são de que, além de otimizar o serviço de transporte de passageiros, a implantação das estações, em áreas hoje sub-utilizadas, venha a estimular e potencializar o uso no seu entorno.

o argumento deste trabalho é o de que a simples implantação das estações não é suficiente para criar urbanidade no entorno, isto é, de potencializar o uso da estrutura urbana existente, garantindo o aproveitamento máximo da infra-estrutura disponível. Assim, é considerado fundamental a análise da configuração espacial do entorno das estações do metrô, observando *as* características morfológicas do sistema viário sob investigação, de modo a oferecer uma leitura espacial que sirva como mais um subsídio para a implementação das ações de implantação e desenvolvimento da nova Linha Sul.

Para Célia. Campos, o nível de desenvolvimento de uma área é função dos fatores dinâmicos de sua ocupação e “o desenvolvimento das atividades econômicas, somado à acessibilidade criada pelo sistema de transportes, induzem ao surgimento de novos pólos e vetores de expansão.” Assim, Campos identifica a relação entre o padrão de uso do solo no entorno das estações e a ocorrência do fenômeno de degradação do transporte ferroviário de passageiros da Linha Sul (CAMPOS, 1993: 162).

A identificação de um ciclo entre acessibilidade e padrão de uso do solo é um ponto bastante interessante. No entanto, esta percepção parece estar limitada à atração desempenhada apenas pelos tipos de uso, não considerando os aspectos fundamentais da configuração espacial. Os diversos estudos da morfologia de malhas urbanas, vem demonstrando a profunda interrelação do trinômio entre a configuração da estrutura urbana, o fluxo de movimento e o padrão de uso do solo ali desenvolvido.

Célia Campos (CAMPOS, 1993: 162) acrescenta que o sistema de transporte não é, e nem pode ser, considerado como um fim em si mesmo. Daí a necessidade de articulação que o transporte deve ter com a morfologia urbana, seus padrões de movimento e o conseqüente padrão de uso do solo. Integrando o planejamento de transporte ao estudo e conhecimento da lógica espacial dos entornos urbanos, acreditamos ter em mãos um poderoso instrumento de política urbana e social.

A Teoria da Sintaxe Espacial ocupa aqui o lugar central na análise e entendimento das relações entre a configuração espacial e o desempenho funcional de áreas no entorno das estações. Esta teoria está baseada em dois argumentos fundamentais, nos quais se apoiará o presente trabalho:

1) A chave para o estudo da tipologia espacial urbana está na descrição do modo como cada espaço é acessado, a partir de todos os outros que compõem o sistema, não em termos de distância métrica, mas em termos do número de mudanças de direção necessárias para se mover de um espaço para outro. A descrição de padrões de acessibilidade permite a identificação do "*núcleo de integração*", ou seja, quais os espaços mais acessíveis ou melhor integrados ao *layout* urbano como um todo, e assim, quais os mais indicados para a instalação de usos que dependem destas propriedades espaciais;

2) A estrutura de acessibilidade e integração de uma área é fortemente associada e parece determinar, além da distribuição de movimento de pedestres e veículos, efeitos na localização de diferentes padrões de uso do solo.

Estes argumentos não pretendem colidir com os modelos clássicos do Planejamento de Transportes, baseados em geral na "Teoria da Atratividade", mas destacar a necessidade de se incorporar o elemento espacial ao processo de análise, a fim de oferecer uma nova ótica para a visualização dos problemas urbanos. Parte-se da perspectiva que a estrutura espacial da malha urbana tem uma importante contribuição na distribuição espacial dos movimentos (pedestres e veículos) e, conseqüentemente, na definição das potencialidades espaciais, para a localização de determinadas atividades urbanas.

Assim, desenvolve-se nesta tese o estudo da acessibilidade espacial da Linha Sul do Metrô Recife gerada pela da configuração dos espaços da Cidade do Recife. O objetivo é identificar as relações de acessibilidade dos espaços no entorno da Linha com os demais espaços que compõem a estrutura viária da Cidade como um todo e seus efeitos o desempenho funcional desse equipamento de transporte coletivo. Como estudo de caso, é analisada detalhadamente a acessibilidade dos espaços onde situam-se três estações da Linha Sul: Estação Recife (terminal), Estação Largo da Paz (no Bairro de Afogados) e Estação Boa Viagem (no bairro de Boa Viagem). A fim de obter um parâmetro de comparação, analisamos também uma estação da linha Centro - A Estação Werneck.

Entende-se que a posição espacial de um determinado espaço representa um importante indicador do potencial de movimento de pessoas que nele ocorre. O fundamento é que, a configuração espacial é, em grande parte, responsável pela distribuição de movimentos e encontros nos espaços e o alto fluxo de movimento é objetos indispensável para o funcionamento eficaz de qualquer equipamento que vise a atender um grande número de indivíduos - como é o caso das estações do metrô. O estudo da localização espacial desse tipo de equipamento, parece indicar um caminho rumo ao entendimento dos padrões de funcionamento dos mesmos e do motivo de algumas estações estarem subutilizadas, (não atingindo o desempenho desejado), bem como à previsão de futuros padrões de funcionamento.

Este trabalho lida com informações que podem dar suporte científico à atividade de implantação de equipamentos urbanos e ao desenvolvimento e potencialização do uso e ocupação do solo em áreas urbanas.

Segundo o Prof Frederico Holanda (HOLANDA, 1989: 13): "Cada novo trabalho tenta revelar novas facetas da lógica por trás do' evento, supostamente até então ocultas (afinal de contas este é o ponto de partida de cada nova argumentação)". De fato, isto também aplica-se como justificativa fundamental para este trabalho. Durante muito tempo o Planejamento de Transporte vem detendo-se apenas em cálculos de demanda, sem que se examine seriamente o padrão urbano existente e o resultado das intervenções no tecido, ou seja, como a cidade existe e quais as conseqüências espaciais e sociais das ações levadas a efeito.

Aqui, não são abordados os condicionantes técnicos e/ou econômicos que levaram ao Projeto de Eletrificação da Linha Sul, mas somente de questões relacionadas à configuração espacial existente ou atual e a configuração espacial proposta, ou seja, resultante das alterações viárias propostas por esse projeto.

A escolha da Linha Sul para esta análise se deu por se tratar de uma implantação que tem

sido alvo de muitas discussões atuais e ainda por seu caráter inacabado, o que nos dá a expectativa de poder contribuir para potencialização e otimização dos próprios equipamentos e das áreas em seus entornos, unindo idealmente a teoria científica à prática projetual. Quanto ao número de estações a serem estudadas, tal definição se deu em função da necessidade de se estabelecer limites e prazos ao estudo. Além disto, de acordo com o professor Frederico Holanda (HOLANDA, 1994: 19) "a questão não é oferecer uma evidência estatisticamente significativa, mas, construir uma conjectura e testar procedimentos metodológico para tratá-la." A fim de atingir tais objetivos, o presente trabalho foi estruturado da seguinte maneira:

O Capítulo I contém, de modo resumido, algumas das principais teorias que suportam a abordagem tradicional das cidades, ou seja, o referencial teórico geral para a disciplina da arquitetura.

No Capítulo II, restringimos o foco e apresentamos o referencial teórico que fundamenta este trabalho. Nesta etapa, desenvolvemos os conceitos gerais e a metodologia de análise sintática de malhas urbanas, cujo ponto fundamental repousa nas medidas sintáticas dos espaços, as quais representam uma descrição matemática da situação de cada espaço dentro do sistema urbano como um todo.

O Capítulo III consiste na apresentação do estudo de caso. Nesta fase, desenvolvemos uma descrição sintética da situação atual do transporte ferroviário na Região Metropolitana do Recife, enfocando a situação da Linha Sul e, principalmente, das estações escolhidas para a análise

No Capítulo IV, são apresentados os resultados da análise da configuração espacial da Cidade do Recife e seus efeitos sobre a Linha Sul do Metrô. Em um primeiro momento, são expostos os resultados da análise da configuração viária do Recife, conforme existente hoje. A análise desenvolve-se tanto a nível da estrutura global da Cidade do Recife como um todo, quanto da estrutura local ou das sub-áreas, no entorno das estações selecionadas.

Em seguida, apresenta-se os resultados da análise global e local da configuração espacial proposta pelo Projeto da linha Sul ou seja, da configuração espacial resultante das intervenções projetadas. Por fim, são expostos os resultados da análise da localização espacial da Linha Sul e, mais especificamente, das estações escolhidas como estudo de caso, bem como os resultados da comparação destas estações a serem implantadas com a estação Werneck, pertencente à Linha Centro, já em funcionamento.

Com base nos resultados obtidos através da investigação científica, são desenvolvidas as considerações acerca dos impactos gerados pelas intervenções propostas pelo Projeto de Eletrificação da Linha Sul na configuração espacial existente, bem como da localização espacial da Linha Sul e da acessibilidade de suas estações na estrutura viária projetada para a Cidade do Recife.

Conclusões

A análise da configuração espacial existente revelou o um verdadeiro perfil do funcionamento da cidade do Recife. A distribuição dos valores de integração global ressaltou o núcleo dos espaços mais integrados, dentre os quais se destacam os grandes eixos de comércio e de atividades que dependem de alto fluxo de movimento, como é o caso da Av. Visconde de Albuquerque, Estrada dos Remédios, da Avenida Caxangá e Mascarenhas de Moraes. Os espaços mais segregados correspondem às áreas de uso predominantemente residencial. Esta análise demonstrou uma forte relação entre uso do solo e grau de integração dos espaços na estrutura viária do Recife, confirmando o pressuposto da Sintaxe Espacial.

Apesar de estrutura global da Cidade apresenta uma média alta de integração,

demonstrando ser um sistema bem integrado como um todo, a distribuição espacial dos valores de integração a formação de áreas segregadas do contexto global da cidade. Estas áreas corresponde, principalmente, às zonas de morro.

Os espaços de maiores valores de integração situam-se, predominantemente, na parte central o sistema, e correspondem às áreas no entorno dos bairros de Afogados, Madalena e Torre, e ainda na zona sul, no bairro de Boa Viagem e zona oeste, ao longo da Av. Caxangá. Essas áreas correspondem aos principais centros de atividade múltiplas da Cidade, confirmando a formação de "novas centralidades urbanas" no Recife.

A análise da estrutura local mostrou que os eixos de integração global são também importantes eixos de integração local. Os espaços mais integrados localmente correspondem às Avenidas Mascarenhas de Moraes, Caxangá, a Rua Imperial, a Av. Visconde de Albuquerque e a Estrada dos Remédios. Isto significa que esses espaços grandes integradores na estrutura global da Cidade como um todo, são também fortes integradores na estrutura local interligando as áreas no seu entorno imediato. Estes resultados demonstram ainda a importância destes espaços como principais Corredores de Transportes Metropolitanos.

A concentração de espaços com alto valor de integração Local, constituindo sub-núcleos locais, levou-nos a identificar a subdivisão da Cidade do Recife em sub-áreas.

Comparando os resultados gerais obtidos a partir da análise de cada sub-área podemos concluir que a sub-área 02 - Afogados é a maior em número de espaços (1.851 espaços) e mais integrada das três (RN=0,8668). Como já foi dito anteriormente, este trecho da Cidade é cortado pelos principais eixos integradores de todo o sistema (Av. Visconde de Albuquerque, Estrada dos Remédios, Caxangá, Mascarenhas de Moraes).

A sub-área Recife é a segunda em número de espaços (1.408 espaços) e em Integração

(RN= 0,8121), tendo como principais eixos integradores o binário Rua Imperial e Av. Sul e as Ruas Paissandu, José Ozório e Conde de Irajá que ligam esta sub-área à sub-área 02 – Afogados. A sub-área 03 - Boa Viagem é a menor (1.287 espaços) e a menos integrada das três (RN=0,7796), sendo sua média de integração ainda ligeiramente maior que a do sistema total (RN=0,7275) (Ver tabela VIII).

Quanto à integração local – Raio 5, de um modo geral, podemos observar pouca variação nos valores de integração local entre as três sub-áreas. Boa Viagem, apesar de ser a menos integrada globalmente, é a sub-área mais integrada localmente (R5=1,8994). Isso, como já foi dito significa que a Zona Sul da Cidade, apesar de não apresentar-se tão bem situada no contexto global do sistema quanto as áreas de Afogados e Recife, a área de Boa Viagem forma um sub-sistema localmente muito bem integrado. Afogados é a segunda mais integrada localmente (R5=1,8918), sendo, portanto um sub-sistema estruturado tanto ao nível global quanto local. Recife é a menos integrada localmente das três (R5=1,8631), mas, conforme já observamos, a variação é muito pequena. Assim, podemos dizer que as três sub-áreas são estruturas bastante integradas localmente.

A média de conectividade também apresenta-se praticamente igual para as três sub-áreas, variando de 4,02 para Afogados a 4,37 para Boa Viagem. Este resultado indica que, assim que o sistema total, as sub-áreas encontram-se pouco conectadas internamente.

Quanto à inteligibilidade, a sub-área Recife é a mais inteligível (0,336), sendo seguida por Afogados (0,302). Boa Viagem é a menos inteligível das três (0,213), sendo a sua leitura global a partir das partes ainda mais difícil que a do sistema total da Cidade. Como já foi dito, isto pode ser justificado pela ortogonalidade de sua trama, onde está embutida a noção de 'riem (quando vista, a partir de uma perspectiva aérea) mas não a de estrutura, compreensível a a partir da perspectiva do transeunte.

A seguir é desenvolvida a análise dos impactos gerados pelas intervenções propostas para

a Cidade do Recife pelo Projeto Linha Sul. Este estudo consiste em uma simulação do sistema viário da Cidade, considerando a implementação dos projetos de alterações da malha urbana.

- Conclusões

Diante do caráter pontual das intervenções proposta, as alterações viárias, propostas pelo de Eletrificação da Linha Sul, não têm força suficiente para alterar a estrutura de global da Cidade como um todo, nem tão pouco contribuem para melhorar o de integração das áreas segregadas (morros) com o restante da Cidade. No entanto elas contribuem para melhorar a média de integração global do sistema.

Quanto ao núcleo de integração, as intervenções propostas praticamente não geram impactos sua localização e forma, gerando apenas um discreto aumento nos valores de integração principais eixos viários. Na Zona Sul, no entanto, as alterações são um pouco mais expressivas, na medida em que surge um novo eixo de integração, paralelo Av. Mascarenhas Moraes, o espaço "Binário Mascarenhas de Moraes".

A análise da estrutura local, focalizando o estudo das sub-áreas demonstrou que a sub-área Boa Viagem foi a única parte da Cidade a sofrer os impactos dessas intervenções. O maior impacto gerado pelas intervenções propostas parece resultar da criação do novo espaço paralelo à Av. Mascarenhas de Moraes, resultado do prolongamento de pequenos espaços. O espaço que aqui foi denominado de "Binário Mascarenhas de Moraes" passa a ser, como já foi visto, além de importante estruturador global um forte integrador a nível local.

A seguir é desenvolvida a análise da localização espacial da Linha Sul e das Estações escolhidas como estudo de caso dentro da configuração espacial proposta para a Cidade do Recife.

5.3.3 - Conclusões

Em resumo, pode-se concluir que a Linha Sul encontra-se bem localizada com relação à estrutura de funcionamento global e local da Cidade do Recife. Assim, pode-se dizer que a Linha Sul apresenta um potencial de alto desempenho funcional, na medida em que se situa ao longo de espaços com alto potencial de movimento natural tanto na escala dos grandes percursos, quanto na escala de deslocamentos locais. Esta condição, como foi visto, é bastante favorável aos equipamentos urbanos que visem atender a um grande número de usuários.

Apesar da Linha Sul se desenvolver próxima a espaços com altos valores de integração local global e de cortar sub-áreas também bem integradas, é importante lembrar que isto não é condição suficiente para que o equipamento de transporte tire o máximo de proveito desta situação privilegiada. A acessibilidade local às estações é um fator fundamental, pois, de pouco serviria a proximidade com grandes eixos integradores se não houver ligação direta do equipamento com os demais espaços do seu entorno.

Em resumo, pode-se concluir que as estações da Linha Sul além de se encontrarem bem localizadas com relação à estrutura global e local da Cidade, elas ainda apresentam um alto nível de acessibilidade com o as áreas de seu entorno, neste aspecto destaca-se a Estação Boa Viagem que apresenta um alto nível de permeabilidade com, praticamente, todo o bairro de Boa Viagem.

A forte interligação dos espaços das estações com os demais espaços do sistema, em especial os que compõem o entorno imediato é um indício de que estas equipamentos, de fato, contribuirão para potencializar o desenvolvimento das áreas ao seu redor, ao mesmo tempo em que as estações se beneficiam do alto índice de movimento natural gerado pela configuração espacial do sistema.

Considerações Finais

Este trabalho buscou, através dos procedimentos analíticos da Sintaxe Espacial, analisar os efeitos da configuração espacial da Cidade do Recife sobre a Linha Sul e três de suas estações. O objetivo principal foi identificar as potencialidades e/ou restrições geradas pela configuração espacial da Cidade do Recife ao desempenho funcional da Linha Sul do Metrô Recife, em particular de três estações desta Linha.

Através da análise da configuração espacial existente, foi possível reconhecer a lógica de estruturação e de funcionamento da Cidade do Recife. Assim pode-se lidar com três aspectos fundamentais para a análise dos efeitos da configuração espacial sobre a Linha Sul e as estações selecionadas como objeto de estudo: a) a constituição da centralidade espacial, em função da distribuição dos valores de integração global e local no sistema, b) os impactos das intervenções viárias propostas pelo Projeto Linha Sul na configuração espacial existente e, c) a relação de integração e acessibilidade da Linha e das Estações com os demais espaços, que compõem o sistema viário do Recife, tanto a nível global, quanto local.

No estudo da integração global, identifica-se o deslocamento do núcleo de integração do Recife, originalmente concentrado no bairro de Santo Antônio. Devido a expansão da malha viária da Cidade através de grandes eixos viários, o núcleo de integração espalha-se predominantemente nos sentidos oeste e sul da Cidade, criando novas centralidades urbanas, ou seja, áreas com alto potencial de movimento natural e alta concentração de atividades comerciais e de serviços.

o mapa de integração global é, de fato, um retrato funcional da Cidade do Recife. A sua leitura demonstrou que, além da Área Central - composta pelos bairros da Boa Vista, Santo Antônio e São José - e do bairro de Afogados, ambos identificados pela Lei de Uso e Ocupação do solo, como Zonas Especiais de Centro, a Av. Mascarenhas de Moraes, no seu papel de eixo de maior integração, confere ao bairro de Boa Viagem um forte caráter de centralidade, confirmando a observação de Paiva (1996) em sua dissertação de mestrado. O mesmo acontece com outros espaços mais integrados do sistema, como é o caso da Av. Visconde de Albuquerque, Estrada dos Remédios e Av. Caxangá .

A nível local (com a integração Raio 5), as centralidades se tornam mais claras, demonstrando a lógica de estruturação interna das partes da Cidade. Observa-se, portanto, a formação de 07 (sete) sub-áreas que e se interligam através de grandes eixos viários para compor o todo da Cidade e sua lógica de funcionamento global.

O estudos dos impactos das intervenções propostas pelo Projeto de, Eletrificação da Linha Sul na configuração espacial da Cidade, através da técnica de simulação das mudanças no sistema viário, mostra que, apesar do pequeno número de intervenções, 77 (setenta e sete) espaços alterados (correspondendo a menos de 1% - um por cento - do total de espaços do sistema) e do seu caráter pontual, as intervenções propostas tendem a aumentar a integração global e local da configuração espacial da Cidade do Recife. Voltadas principalmente para o bairro de Boa Viagem, na Zona Sul da Cidade, onde 57 (cinquenta e sete) espaços são alterados, foi possível identificar um impacto ainda maior na estrutura de funcionamento local desta área. Agindo positivamente, as intervenções provocam um significativo aumento na integração local da área, melhorando a sua estruturação interna, ao mesmo tempo em que potencializa o caráter de centralidade dos espaços no entorno da estação.

A intervenção de maior impacto corresponde à criação do "Binário Mascarenhas de Moraes", Como já foi observado, este espaço projetado, quando concluído, deverá ser bastante integrado tanto local quanto globalmente com os demais espaços do sistema. Este segmento viário toma-se um importante eixo integrador da estrutura interna da sub-área' Boa Viagem, bem como desta com o restante da Cidade.

O estudo da localização espacial da Linha Sul mostrou que ela está situada dentro da estrutura viária do Recife, tanto na escala global quanto local. A Linha Sul desenvolve-se ao longo da Av. Sul e Mascarenhas de Moraes, identificados como grandes eixos integradores tanto na configuração espacial existente, quanto na configuração espacial propostas. Esses eixos cortam as sub-áreas Recife, Afogados e Boa Viagem, que apresentam médias de integração local e global acima das média do sistema global, o que indica que constituem sistemas independentes e bem estruturados internamente e com a Cidade como um todo e, ainda, fortemente articulados com o restante da configuração global da Cidade.

Ao comparar a localização da Linha Sul com a Linha Centro, já em funcionamento, verifica-se que a Linha Centro não se encontra bem localizada dentro da malha viária da Cidade. O primeiro trecho da Linha Centro, cortando as sub-áreas Recife e Afogados, no entanto passa à margem do centro sintático destas sub-áreas. O restante da Linha segue no sentido oeste, cortando a sub-área - Areias, composta pelos bairros da Estância, Areias e Barro. Esta sub-área apresenta as mais baixas médias de integração local e global dentre todas as áreas estudadas, o que demonstra a segregação funcional dessa parte da Cidade.

Diante disso, pode-se afirmar que em relação a sua localização dentro da malha viária da cidade, a Linha Sul apresenta melhores condições de desempenho que a Linha Centro, na medida em que se situa ao longo de espaços com valores de integração e, portanto, potencialmente geradores de movimento natural, na medida em que são rotas fáceis para os demais espaços do sistema viário da Cidade do Recife.

Um outro ponto importante refere-se à acessibilidade das estações. Entende-se que não basta estar localizada ao longo de grandes eixos integradores para que se possa usufruir do seu potencial gerador de movimento. É fundamental que as estações situem-se em espaços que apresentam alto nível de acessibilidade espacial e com ligação direta com os grandes eixos de integração e com as áreas no seu entorno. Assim, esses equipamentos poderão usufruir do potencial da malha viária, ao mesmo tempo em que podem contribuir para incrementar o desenvolvimento das áreas no entorno desses equipamentos.

A análise da localização das Estações mostrou que acessibilidade não significa proximidade métrica. Em muitos casos barreiras naturais ou construídas impedem que espaços bastante próximos metricamente se interliguem. É o caso do espaço onde situa-se a Estação Recife. O, logicamente, funciona como barreira à acessibilidade entre o espaço da estação e os espaços situados na margem oposta. Por outro lado, a proximidade topológica da Av. Sul facilita a acessibilidade com os espaços situados mais a oeste da estação.

O mesmo acontece com o espaço onde se situa a Estação Largo da Paz, que possui uma relação de acessibilidade muito mais direta com a Zona Sul da Cidade do que com a área central de Afogados, metricamente mais próxima. A construção da ponte ligando Afogados à Zona Sul gerou um grande impacto na estrutura de acessibilidade entre os dois bairros, podendo afetar inclusive a demanda desta estação que passa a receber os usuários da Imbiribeira. Diante disto, podemos prever que o movimento natural gerado pelos espaços integradores da Zona Sul, em especial a Av. Mascarenhas de Moraes, gere uma influência positiva nos espaços localizados próximo às estações. Ao mesmo tempo, a implantação do equipamento potencializará o uso desses espaços.

No caso da Estação Boa Viagem, a Av. Mascarenhas de Moraes e o novo binário, espaço onde será implantada a estação Boa Viagem, assim como outras estações da Linha Sul, são espaços muito integrados com alto nível de acessibilidade para todo o Bairro de Boa Viagem. A forte interligação interna confirma o caráter de centro do bairro, onde as Avenidas Mascarenhas de Moraes e o espaço "Binário Mascarenhas de Moraes

representam grandes eixos estruturadores. Assim, podemos afirmar que a Estação Boa Viagem encontra-se numa área com forte potencial de movimento no seu entorno e a sua implantação deverá potencializar ainda mais o caráter de centralidade desta área.

Para efeito de comparação desenvolvemos o estudo da Estação Werneck da Linha Centro existente. A Lei de Uso e Ocupação do Solo do Recife prevê que esta Estação, juntamente com a Estação Barro funcionem como potencializadores do desenvolvimento das áreas em seus entornos. A análise da localização do espaço da Estação Werneck mostrou que, dentre todas as estações estudadas esta se encontra implantada em espaço com média de integração global, abaixo da média do sistema total. Apesar da segregação a nível global da Cidade, o espaço é um forte integrador local. A relação de acessibilidade é mais direta com os espaços situados ao Porte da Estação. Apesar de não atingir a abrangência prevista das Estações da Linha Sul, a Estação Werneck situa-se próxima a uma área com potencial de centro de atividades locais, se melhor interligada no sistema poderá constituir em um forte elemento potencializador desta centralidade.

A análise da localização das três Estações da Linha Sul: Recife, Largo da paz e Boa Viagem, mostrou que estes equipamentos encontram-se em espaços com altos níveis de acessibilidade, e integrados na estrutura local e global da Cidade. Portanto, com alto potencial de movimento de veículos~ pedestres, pré-requisito fundamental para o funcionamento de um equipamento que visa a servir um grande número de usuários. Deste modo, podemos afirmar que a Linha Sul e, particularmente, as três estações estudadas possuem um grande potencial para alcançar o desempenho desejado por seus idealizadores, bem como de potencializar os usos em seus entornos, já que as áreas onde estão inseridas possuem características naturais de Centros.

É importante deixar claro que o estudo de acessibilidade às estações não se esgota com este trabalho. Para garantir o desempenho ótimo das estações é sugerido ainda uma análise mais aprofundada da localização desses equipamentos na perspectiva do usuário pedestre, de modo a promover uma acessibilidade clara e direta às estações. Na verdade, ao concluir este trabalho, lamentamos que certas questões não pudessem ter sido ainda mais aprofundadas. No entanto, acreditamos ser essa a função de um pesquisador, despertar o interesse para novas investigações, de modo que o processo de produção de conhecimento não se esgote.

Sendo assim, esperamos, portanto, que os resultados obtidos possam contribuir tanto para o entendimento do posicionamento da Linha Sul dentro da configuração viária da Cidade do Recife, bem como para o entendimento da relação entre configuração espacial, movimento e padrões de uso do solo. De fato, determinados usos podem incrementar o movimento de pessoas em determinadas áreas, mas o que podemos observar é que a morfologia urbana trás consigo um potencial de movimento natural que deve ser aproveitado e usado em favor ao funcionamento do próprio equipamento urbano, gerando economia de movimento nas Cidades.

ANEXO V
MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO EM LETRAS

1 INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos, ao longo dos anos, tem assumido um caráter de educação compensatória no sentido de tentar suprir a perda da escolaridade do aluno que não, teve acesso à escola na idade adequada, por razões várias. Hoje, contudo, já se pode perceber, na ação de alguns educadores de jovens e adultos, um esforço em mudar esse quadro, procurando dar à EJA (Educação de Jovens e Adultos) uma nova feição na busca da sua identidade própria. Além desse aspecto, deve-se levar em conta que o jovem e o adulto analfabeto é um trabalhador, empregado ou desempregado, que enfrenta dificuldades para garantir a sobrevivência e a esse trabalhador se quer acrescentar o sacrifício de freqüentar uma escola.

Num quadro de grandes desigualdades sociais em que vive a sociedade brasileira, diante da imposição de um modelo global de desenvolvimento, é notório o crescimento da presença de uma massa empobrecida que não tem acesso ao poder e, embora com a sua força de trabalho, não usufruiu dos bens produzidos socialmente.

Considerando que o jovem e/ou adulto trabalhador vivem em aglomerados populacionais (urbano/rural) menos favorecidos, em locais sem a menor infra-estrutura, carentes de emprego, saúde, educação, lazer e do atendimento às necessidades básicas, a procura dos cursos em EJA é a forma de recuperar a sua escolaridade, geralmente com as marcas profundas de insucesso escolar, e de dar respostas que atendam às suas necessidades básicas de aprendizagem e os preparem para enfrentar o mercado de trabalho, em busca de condições de sobrevivência em seu meio.

Nesse contexto, o desafio que se apresenta, aos educadores comprometidos com uma prática pedagógica de transformação e não de acomodação, é o de ajudar o aluno jovem/adulto trabalhador a pensar sobre o que ele é, sobre a sua história de vida, sobre o seu papel na sociedade; a refletir, juntamente com seus colegas, sobre os direitos e deveres de cidadão para que possa se organizar melhor diante dessa sociedade excludente e conquistar o seu espaço.

A partir de nossa experiência junto à Secretaria de Educação de Recife/Olinda, no Centro de Educação de Jovens e Adultos - CEJA - e no Projeto Político Pedagógico na Escola Municipal Professor José da Costa Porto - onde atuamos como professora de

Língua Portuguesa para a 5ª série, algumas inquietações surgiram, no que se refere aos processos de aprendizagem vivenciados com os alunos.

Tendo como ponto de partida essas inquietações, visando evitar uma prática reducionista e buscando valorizar a visão de mundo, os saberes e vivências dos aprendizes, é que procuramos desenvolver este estudo, especificamente na compreensão de leitura e produção textual, fundamentado na Lingüística de Texto e nos seguintes pressupostos:

- toda e qualquer atividade de linguagem desenvolvida no ensino fundamental só será eficaz na medida em esteja voltada para o uso do sistema lingüística para fins comunicativos;
- somente através de textos orais e escritos é que as atividades lingüísticas são legitimadas por possibilitarem aos alunos usarem a língua como modo de interação.

Com este trabalho, esperamos contribuir com os estudos e pesquisas na área de educação, em especial da EJA. No confronto de nossas próprias debilidades, das ações educativas, da possibilidade de reinventar essa educação para um melhor atendimento aos educandos, pensamos, de acordo com Souza (1994, apud LIRA, 1997), que *"a escolarização deve permitir aos jovens e adultos adquirirem o conjunto das condições necessárias à melhoria de suas condições de vida e de trabalho."*

6 - CONCLUSÃO

Neste trabalho de pesquisa, procuramos vivenciar com nossos alunos várias leituras, tentando ultrapassar o nível de leitura literal para além da mera decodificação dos elementos lingüísticos, pois a leitura requer a atividade de inferências na interpretação do texto,

Com base nas recentes teorias quanto ao caráter interacional da leitura, concordamos que a figura do autor surge do texto pelas marcas formais, verdadeiras pistas para que o leitor reconstitua o caminho criado durante a produção textual. Para se compreender o texto, é preciso desenvolver a capacidade de análise dos aspectos

superficiais a fim de se estabelecer, ao final, a síntese ao que seria a postura do autor. Compreende-se daí que, entender a intencionalidade do produtor do texto é, um caminho para, por sua vez, o leitor tornar-se produtivamente crítico. Esse foi um dos propósitos da vivência de leitura experienciadas com nossos alunos.

Percebemos que essa experiência contribuiu para revelar novas alternativas com vistas a uma proposta de trabalho pedagógico em sala de aula. O trabalho que desenvolvemos cotidianamente em sala de aula não só tem provocado nos alunos a curiosidade, a sensibilidade para produzir outros textos, apropriando-se gradativamente das especificidades das modalidades escrita e oral. Vai mais além: os alunos se posicionavam e reagem a partir do dizer do texto e da sua própria palavra, expressando todo um conhecimento sobre si e sobre o mundo, através do diálogo aberto, de tal forma que isso os projetou para compreender melhor a inter-relação autor - texto - leitor fazendo-os aprimorar o domínio da linguagem oral. Todo o processo descrito na metodologia, por ter propiciado o desenvolvimento da curiosidade, da sensibilidade, de conceitos, da organização do pensamento, contribuiu para a redescoberta da busca da cidadania.

Na análise da produção textual, observamos, por parte do aluno a análise e a discussão crítica dos textos propostos e em inclusive das questões específicas e gerais a eles atribuídas. Nesse momento, avaliamos a competência do aluno no uso da língua, observando o contexto situacional da produção de texto. O trabalho com o texto na busca de favorecer a relação do aluno, sujeito do seu discurso, com o mundo. O que se observa, às vezes, é uma relativa predominância de aspectos sobre o autor. A separação que se faz dos tipos de textos narrativos, dissertativos e argumentativos segue, pois, como já dissemos anteriormente, um critério meramente didático. Durante as leituras produções realizadas para os alunos, escrever passou a ser não mais aquele desafio tão grande que os fazia sentirem incapazes de encará-lo, com frases do tipo ("como se faz um texto"? "não sabemos escrever" ...). Foram oferecidos aos alunos modelos de textos de acordo com a tipologia textual, quando orientamos a sua atenção para a estrutura, a forma de organizar idéias, características peculiares, oferecendo múltiplas opções de temas, auxiliando-o na criação dos seus próprios textos.

Os dados empíricos nos mostram que a leitura/produção foi apreendida pelo jovem/adulto que, mesmo com as dificuldades na aprendizagem da escrita expunha suas

idéias, sentimentos, mágoas, valores culturais diante de fatos de sua realidade.

A leitura/produção partiu de uma tipologia de gêneros textuais variada, o que facilitava e despertava, na grande maioria a construção de novos textos uma aprendizagem de leitura/escrita.

Na inter-relação entre leitor e textos, provocamos nossos alunos o gosto pela leitura, na sua compreensão, a análise crítica do seu próprio texto.

As implicações advindas das experiências realizadas com a leitura/produção revelam que:

- a) a partir dos textos produzidos pelos alunos, a linguagem é um processo de interação em que os usuários da língua "interagem" com as várias visões de mundo apresentadas pelos textos e pelos próprios aprendizes, levando-os a apropriar-se da palavra;
- b) o trabalho de intertextualidade permite ao professor abordar o mesmo tema a partir de diferentes textos adotados,;
- c) é possível a ocorrência de uma verdadeira interação do aluno com o texto, permitindo-lhe entender os significados que o autor quis colocar em seus escritos, e. constituir novos textos;
- d) é possível atrair o aluno para a reflexão sobre sua própria vida, através de seus próprios textos;

Esse trabalho pedagógico revela o nosso compromisso em discutir algumas questões que possam contribuir, de forma mínima para resolver novos caminhos, novas alternativas, com vista a reduzir as dificuldades do jovem/adulto na aprendizagem da escrita. Que esta contribuição estimule as mudanças sociais e possibilite, aos educandos, a conquista da cidadania

Buscando a fundamentação teórica necessária, estaremos a um passo da realização de uma prática educativa competente, procuraremos avaliar o nosso fazer pedagógico em nosso cotidiano em sala de aula em prol a necessidade dos educandos.

No caso específico do ensino da Língua Portuguesa, estamos envolvendo os alunos na questão político-social, pois a língua é internalizada a partir de atividades como a própria linguagem, tecidas nas relações sociais, na interlocução. A língua oportuniza informações necessárias para que os sujeitos/cidadãos tomem posições frente a sua

realidade.

O que nos levou ao interesse pela investigação desse tema foi a preocupação como a leitura e a escrita vem sendo trabalhadas nas escolas, acarretando, em alguns casos, o fracasso escolar.

É importante ressaltar que entre os informantes investigados, diminuiu a distância que existia entre o professor e o aluno e, num clima de troca de respeito, foram sendo constituídas novas práticas. Houve uma maior interação entre os alunos, que não se constrangiam mais em expor os seus pontos de vista. Criou-se um clima de solidariedade, compreensão, responsabilidade e interação entre aluno-aluno e aluno-professor.

Procuramos trabalhar de formas diferentes, das que tradicionalmente são adotadas, resgatando a auto-estima, o respeito e a valorização das necessidades básicas da aprendizagem do jovem/adulto trabalhador.

Esperamos que este trabalho contribua para os que magistram a Língua Portuguesa no dia-a-dia de suas salas de aula, principalmente aquelas que abrigam os alunos oriundos das classes populares entendam que o fracasso escolar está relacionado aos problemas institucionais, pedagógicos, relativos a prática pedagógica, aos mecanismos de exclusão e relação da escola, como também aos aspectos referentes ao aluno e que, como tal, merece do professor especial atenção. Atenção para a compreensão do nível da desassistência geral a que está entregue o aluno, fator determinante, muitas vezes, insuficiente aprendizagem, bem como atenção para sua própria atuação de professor como interventor direto no processo educacional. Cabe aos profissionais da educação consolidar o alcance social de sua atuação, repensar objetivos e práticas, a fim de que o aluno (especialmente o das classes desfavorecidas) tenha na escola um espaço para crescer e não mais uma força de discriminação.

ANEXO VI
MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas o processo de urbanização das cidades brasileiras ocorreu de forma desordenada, com uma grande quantidade de pessoas ocupando os centros urbanos desprovidos da infra-estrutura adequada, acarretando imensos problemas de qualidade de vida nas cidades e áreas metropolitanas do país. Todo esse processo de desenvolvimento à margem de esforços isolados do poder público, com desdobramentos econômicos insuficientes para soluções definitivas. A cidade do Recife como todas as metrópoles brasileiras não ficou a parte neste cenário caótico.

O rio Capibaribe junto com suas pontes constitui um dos mais significativos símbolos da "*Veneza Brasileira*". No entanto, ao longo dos séculos, vem sendo tratado com descaso, ocasionando a deterioração e sucateamento de suas margens. É preciso imaginar um cenário otimizado a curto ou médio prazo, sem utopias ou eufemismos. A cura dos males urbanos e humanos dependem de muitos fatores, entre os quais uma genuína vontade política e meios financeiros, passando, necessariamente, pela democratização dos desígnios políticos do país.

Busquemos então, um total empenho de caráter coletivo no sentido de se introduzir mudanças, induzindo e norteando as transformações necessárias para modificar o quadro cultural e sócio-econômico atual. Este é um estudo para uma área específica da cidade, mas ao mesmo tempo, procura levar em consideração as políticas e os planos existentes para a cidade como um todo (Programas de Urbanização do Plano Diretor da cidade do Recife - LEi nº 15547/91), numa tentativa de consolidação de um desenvolvimento homogêneo e integrado do município.

OBJETIVOS

Este plano tem como objetivo a implementação de um processo de planejamento e gestão integrada do espaço urbano e da dinâmica econômica local visando a revitalização e dina-

mização do município. Pretende oferecer suporte a administração pública utilizando-se de novas estratégias de atuação no espaço da cidade, direcionada à realidade do lugar. Propõe alternativas de desenvolvimento que possibilitem novas oportunidades de negócios, emprego e renda à população.

Trata o rio Capibaribe causando impacto na estrutura urbana existente, assim como altera significativamente o tradicional *modelo* de gestão, mobilizando a comunidade, técnicos e empresários em torno de um projeto comum. Esta proposta se estrutura a partir de um enfoque multidisciplinar de abrangência urbanística, econômica, jurídica e publicitária, com a interrelação dos vários agentes envolvidos. Aspira a integração e compromisso de todos estes atores para uma nova fase desenvolvimento do município potencializando as vocações e identidades.

O plano pretende atingir os objetivos de requalificação, revitalização e dinamização urbana através de recuperação do patrimônio ambiental da cidade e estratégias de desenvolvimento. As principais vertentes são as áreas de projeto e as áreas de investimento. Propondo assim, intervenções de natureza física, social, e cultural, com destaque para o envolvimento da população no processo de planejamento e execução das ações. Os critérios adotados para as áreas de investimentos foram a caracterização do patrimônio natural e construído, conservação e potencial indutor cultural e turístico de sustentabilidade.

Busca-se a reincorporação do rio. Capibaribe dentro das ações que visam ao desenvolvimento do município como premissa básica para uma ocupação homogênea e um desenvolvimento equilibrado do complexo urbano. Promovendo também "conservação e reintrodução da paisagem de mangue no imaginário da população.

JUSTIFICATIVA

As novas urbanizações são mais exigentes que os clássicos modelos de planejamento generalizador, com óticas restritas e soluções paliativas, desprezando os problemas globais. O novo modelo desenvolvimento econômico considera as cidades como *centros geradores de negócios com um crescimento organizado e coeso do território,*

recurso chave para buscar uma ordem social mais equilibrada e um funcionamento eficiente dentro uma perspectiva de sustentabilidade. A auto - sustentabilidade consiste em revisar as pressões da cidade sobre o território, transformando as relações históricas. Busca-se tornar a cidade competitiva, superando a pobreza urbana e melhorando a qualidade ambiental.

Por outro lado, a administração pública aspira uma governabilidade com gestão eficiente, apesar das limitações dos recursos públicos. Recife, como outras cidades, está em um processo que pode levar a sua insustentabilidade global, principalmente pelo inadequado manejo de seus resíduos e a falta de controle da perda de sua qualidade ambiental e riqueza do patrimônio natural e construído. É importante o uso dos recursos naturais com o objetivo de melhorar a proteção do meio ambiente, conscientizando de problemas como lixo e esgoto, elementos ativos da poluição de rios e mananciais que debilitam as potencialidades.

É preciso buscar uma maneira de fomentar recursos e proteger zonas que podem ser auto-sustentáveis graças a um cuidadoso uso dos recursos locais. Valorizando dessa forma os terrenos disponíveis com demanda individual de recursos naturais e construídos, determinando as áreas de conflito, uso de solo e proteção ambiental. É sabido que a maior vantagem comparativa da cidade é seu patrimônio urbano e arquitetônico, sua diversidade "ambiental e as possibilidades paisagísticas. Deve ser considerado como parte importante do seu capital natural e construído da mais alta qualidade e permanentemente valorizado, adotando estratégias de manutenção para evitar que entre em processo de obsolescência .

O poder público possui reconhecidas limitações operacionais para enfrentar a intensidade dos problemas e potencialidades oferecidas pelas cidades em função de sua complexidade. A iniciativa privada, por sua vez, esbarra na falta de coesão em função dos próprios mecanismos de competição sobrevivência no mercado empresarial. Enquanto isso, as universidades com limitações tecnológicas e financeiras se mantêm distante da realidade do país. Finalmente, as comunidades locais "enfrentam sua

fragilidade institucional e técnica no contexto das relações sociais mais amplas, outro potencial a ser melhor aproveitado na elaboração dos planos com participação, representatividade e consenso. Portanto, é preciso aumentar os poderes de controle e decisão dos *planos Operativos*, assim como, sua execução e fiscalização, recuperando a idéia de cidade como projeto coletivo e garantindo a legitimidade e governabilidade.

CONCLUSÃO

Buscou-se com este trabalho efetivar contribuição pequena, porém significativa de mudança operacional, dentro das limitações do atual contexto político social e econômico. Para superar os problemas existentes é preciso se explorar as possibilidades e potencialidades locais conjugando forças de caráter multidisciplinar com objetivos comuns.

Não constitui uma técnica dirigida para solução efetiva dos problemas dos municípios, porém uma nova forma de se proceder no encaminhamento das questões urbanas, através de um processo mais participativo. Representaria uma pequena evolução no contexto do quadro político administrativo atual na forma de gerenciar o município, na esperança de servir como referência a futuras atividades semelhantes com aperfeiçoamentos cabíveis.

É preciso ter cuidado com as ações atroficas realizadas no meio ambiente, pois as transformações danosas comprometem e diminuem a qualidade visual, além de trazer sérios problemas ambientais. No entanto, não é necessário proibir o turismo em prol da preservação, mas desenvolver atividades turísticas economicamente sustentáveis, segundo princípios de conservação, em busca do bem estar social.. Considera-se assim, a paisagem como matéria-prima para o desenvolvimento do turismo, prezando pela conservação e melhor utilização do meio ambiente.

A direção deste processo não cabe a nenhum grupo isolado, mas a todos os que se sintam responsáveis pela «*conservação integrada urbana e terma*». Mesmo que isto implique em possíveis conflitos de interesses em determinadas questões e situações específicas ao longo do trabalho em conjunto, com melhores perspectivas.

ANEXO VII
MONOGRAFIA DE GRADUAÇÃO EM LETRAS

Introdução

Toda obra literária se fundamenta em idéias. Daí, a palavra ideologia. O presente trabalho observará as "idéias", ou ideologia do autor Jorge Amado que correspondem à ideologia do universo do candomblé baiano.

Os estudos da obra em sua imanência, aprofundada com os autores modernos, se furto à apreciação das causas e suas influências. A história da crítica literária mostra que as diversas correntes críticas elegem para si o estatuto de verdade da obra em estudo. No mundo atual, das inter-relações, fica claro "que todo produto criado é resultado de um "emaranhado dialético" de várias ordens. Este trabalho trata de um aspecto desse "emaranhado" e pretende ser unido a outros vários núcleos de estudos realizados anteriormente ou no futuro.

Nos estudos marxistas sobre relações entre literatura e sociedade, uma primeira constatação se apresenta: há um vínculo entre a produção do texto e a sociedade a que pertence o autor. Enfatizando que proponho uma análise das correspondências ideológicas e os fundamentos da religião afro-brasileira e os fundamentos que estão na base da produção da obra de Jorge Amado, poder-se-ia prever que consideraria o meio acadêmico-literário baiano e, por conjectura, brasileiro, aquela a qual pertence o autor (ideologicamente falando) e, daí, identificar as correspondências propostas. No entanto, este trabalho pretende apontar estas correspondências a partir de determinado período da vida do autor em que ocorre uma inversão ideológica que se realiza plenamente no livro "Tenda dos Milagres", escolhido para esse estudo.

Com "Gabriela, Cravo e Canela" Jorge Amado inaugura uma nova fase instaurando o humor como meio de protesto e, desde então, se encontra com um novo conceito de liberdade que amadurece em "Tenda dos Milagres". Este ideal de liberdade funda a sua obra desde então e corresponde aos ideais de liberdade que o chamado "povo de santo" traz em seus fundamentos desde tempos remotos, na África.

Com isto, fica claro que a correspondência que será estudada considera o autor como integrante do meio afro-brasileiro. Um "mestiço ideológico" por assim dizer, que bebe da fonte africana existente no meio baiano entre o povo do candomblé e que, por conseguinte,

estrutura a sua obra.

Considerar esta inversão não é suficiente para tê-la em conteste, portanto, ao mesmo tempo que considera esta inversão ideológica, este trabalho a tenta provar. A análise através da estrutura profunda a se referem os sociólogos da literatura promoverá este encontro ideológico sub jaz à estética da obra.

É necessário dizer também que, neste trabalho, não será estudada a questão da valoração estética, deixando claro que não há uma defesa dos estudos das causas em detrimento desta, muito pelo contrário. Esse estudo aponta para uma valoração estética desta ou de qualquer outra obra. Mas uma valoração que se torna possível só e apenas a partir da consideração dos fundamentos que a estruturam. Neste caso específico, pretende orientar uma nova visão dos fundamentos da obra de Jorge Amado ainda não considerados no meio literário. Abrindo, assim, o leque de possibilidades e visão da crítica.

Mais do que servir a Jorge Amado, à literatura ou outras ciências, este trabalho serve a uma visão de mundo inter-relacionado onde a obra ou qualquer outra coisa, ser ou objeto criado é um fio de uma grande teia de correlações. Este estudo pretende ser apenas um fio desta teia. O fio fundamental, ou a pedra bruta de onde brotam as palavras.

Conclusão

No candomblé cada orixá tem uma pedra que lhe corresponde em natureza. Esta pedra encontra-se no assentamento da divindade. Lugar para onde converge as energias naturais de onde ela é disseminada. Esta pedra compartilha dos segredos da religião. Os segredos que lhe fundam. A pedra é o fundamento do orixá e da religião dos orixás.

Encontrar a pedra sobre a qual se assenta a obra de Jorge Amado e abrir caminho ao desvendamento de seus segredos, ou de suas palavras, está sendo o objetivo maior deste trabalho. O primeiro passo já foi dado. Espero que as analogias tenham sido claras e as estruturas profundas a que se referem os teóricos marxistas, devidamente expostas.

Muitas correspondências mais podem e serão feitas. A visão do autor da sexualidade, convivência dos espaços sagrados com os profanos, a relação do herói (ou anti-herói) do livro com os orixás, arquétipos e personalidades. Mas estas ficam para sua continuação. Importante para este estudo é que a visão da liberdade, sua relação com os fundamentos do candomblé e a importância dela, para a estruturação do pensamento e, por conseguinte, da obra do autor, tenha sido devidamente revelada e posta em seu lugar. Ainda mais, para provar que este ideal de liberdade que adquiriu o autor em fase amadurecida de vida, não está vinculada a um descompromisso social, como tanto é acusada sua obra, mas justamente ao contrário. O compromisso se reafirma mais forte do que em qualquer momento de sua literatura, mas a partir de então, se desloca e se entrega a um outro tipo de estrutura, de visão, que conceme a sua obra um assento garantido na sociedade afro-brasileira do candomblé.

O que fiz neste trabalho, e que continuarei a fazer, é um exercício de deslocamento. Algo que os antropólogos há muito conhecem. Exercício viril e doloroso, pois que só através de um ato consciente de humildade poder-se-á sair de um centro a outro, estranho para si, para só então, dele apoderar-se através da palavra.

"Sobranceiro, fomido, Buck Mulligan vinham do alto da escada ... ". Este é o início de Ulisses de Joyce. Obra considerada introdutória da modernidade literária no mundo. Pois que se não há nenhum muro impedindo a vista, não sei porque os olhos não podem estar voltados para baixo.

Os olhos deste trabalho estão e continuarão a estar voltados para baixo e depois, para o todo. Só assim, dando o devido esclarecimento das partes, pode-se desenvolver fiel e humilde exercício de apoderação do crítico sobre a literatura.

ANEXO VIII
MONOGRAFIA DE GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

1. INTRODUÇÃO

Os museus sempre suscitaram discussões, quanto a suas funções e suas características plásticas, devido a uma infindável série de interpretações e programas cabíveis nas mais variáveis temáticas. Um museu de história natural não foge a esses embates e divergências.

A potencial implantação do edifício numa área de forte apelo paisagístico é sem dúvida um de seus maiores atrativos, tanto para fins turísticos quanto educacionais, afinal, divertir e aprender, deveria ser o binômio ideal para o melhor conhecimento.

O espaço proposto, mostra uma grande margem de ambientes cabíveis numa exposição heterogênea - afinal existem diversos ecossistemas que suportam as mais curiosas e inusitadas formas de vida - como nós, por exemplo, que ao penetrarmos nessa ambiência acabamos por compô-la. Tal fato acarretou uma série de soluções práticas, para a adequada preservação e exposição das mesmas sem acarretar danos para ambos - visitante e espécime.

As definições plásticas e estruturais partiram do princípio básico da destinação das funções cabíveis aos devidos ambientes. O lúdico e o racional se entrelaçam para criar uma interessante proposta volumétrica, cujas implicações formais insinuam e subvertem elementos de uma arquitetura, ora organicista, ora racionalista.

O conceito do espaço destinado à exposição da arte e do conhecimento é ainda indefinido e dispersa nesse final do século XX. Talvez tal conceito nunca tenha sido aceito universalmente, dada a infindável gama de programas e subdivisões temáticas cabíveis num tema tão amplo.

No início do século XIX é que surge a primeira tentativa clara de se caracterizar um edifício para tal fim. Segundo o crítico Joseph Rykwert, tal iniciativa foi implementada na Galeria Oulwich, projeto de Sir John Soane (1811), porém as características mais definidas na época pela École Polytechnique de Paris aparecem com clareza no Altes. Museum de Berlim, projetada por Karl Friedrich (In: Zein, 1991). Seu sucesso praticamente obriga ao emprego da fórmula escadaria/pórtico/cúpula, como base tipológica até hoje (talvez com mais fervor pelos historicistas pós-modernos).

Com a evolução da arquitetura moderna, buscaram-se novas formas e conceitos sobre o-

modo de se encarar o projeto, o .que nos forneceu uma grande gama de experiências e abordagens para tal temática.

Muitos foram os que contribuíram para esse "laboratório", entre os quais podemos citar Mies Van Der Rohe com sua nova, galeria de arte nacional, uma caixa neutra, cujos conceitos foram explorados por outros arquitetos de várias épocas, sob a ótica da subelevação do valor da amostra em detrimento da pretensão arquitetônica (tornar a edificação a principal atração do museu) ..

Numa outra abordagem temos Wright e Corbusier, com suas propostas de espacialidade original - Corbusier com seu museu do crescimento ilimitado e Wright com o Guggenheim - onde ambos abandonam o conceito da sequência linear de ambientes, por uma solução em espiral, bidimensional naquele caso e tridimensional neste.

Com isso, abre-se outra linha de discussão - até onde o envólucro tem mais valor que o conteúdo. Alguns deixam-se levar por seus caprichos e auto- afirmações e acabam por diluir o conteúdo de tal forma, que não se sabe, se o motivo da visita é a exposição ou o edifício (como bem podemos ver, no Museu do Design Vitra de Frank Gehry). Outra abordagem para o mesmo assunto seria o fato de que em poucos anos o próprio edifício passe a representar um elemento museográfico urbano, como já aconteceu com a Galeria Nacional de Mies Van Der Rohe, onde a construção é seu próprio conteúdo (In: Soares, 1991). "

O debate não se restringe apenas à aparência desse edifício, mas também à sua comunicabilidade com o grande público. Para alguns, uma disposição linear e sequencial permite um melhor resultado de apreensão do que se deseja mostrar; por outro lado, isso a torna repetitiva e previsível. Talvez ao se permitir a livre escolha, crie-se uma certa surpresa a cada novo caminho assumido, numa apreensão fragmentar, o que pode instigar a necessidade de saber mais, e assim se permitir o prazer da descoberta a quem a deseja.

Outros relevantes componentes são as novas pesquisas no campo da preservação e manutenção dos objetos e elementos expostos, obrigando a uma série de reformulações dos conceitos de iluminação natural, climatização e acondicionamento. Hoje sabe-se o quanto a iluminação solar é maléfica para o processo de deterioração dos elementos orgânicos, ou foto-sensíveis.

Caixa neutra ou "Museu de si mesmo", os caminhos a se seguir na concepção dos espaços destinados a esses receptáculos estão mais amplos do que nunca. A cada dia nossa sociedade de consumo apropria-se e desfaz-se com tanta rapidez, que mal temos tempo de nos acostumar às mudanças conceituais e físicas do nosso meio, imagine, algo que

praticamente acompanha o desenvolvimento indefinido (em termos de tendências e gostos) dessa nossa arquitetura atual.

Todos sabemos que a falta de interesse científico nos jovens é consequência de uma postura alienante, destoando completamente do discurso proposto de evolução que leve o país de um estado intermediário de desenvolvimento sócio-cultural à algo semelhante ao que consideramos o mundo.

Vivemos cada vez mais ligados e dependentes das tecnologias dos países desenvolvidos e avançamos na nossa "Era Industrial" com uma experiência já vivenciada por outros, que hoje apontam em direção a novas formas de relacionamento entre o homem e o saber.

Pernambuco há muito, perdeu o seu lugar de importância econômica dentro do país, com várias décadas de defasagem em relação aos estados do Sul e Sudeste, quanto à industrialização. Os altíssimos investimentos exigidos para resultados pouco significativos de curto prazo, dificultam a saída do impasse.

Nesse contexto, podemos perceber como uma saída válida para elevar nosso *status quo* no quadro nacional, a formação e qualificação de profissionais, haja vista nossos centros médicos que são referência em todo o Norte-Nordeste, nossas pesquisas de formas alternativas de energia e pesquisas no campo da super-condução e inteligência artificial.

Com efeito para alcançarmos tal meta faz-se necessário o aumento e a qualificação dos profissionais dedicados à pesquisa e desenvolvimento de novas formas de tecnologia, compatíveis com as condições de conservação e melhoramento do meio ambiente. Todos sabemos _ que estes estão gradualmente tomando-se escassos ou voltando-se a carreiras de projeção pessoal.

Isso ocorreu devido a um processo gradual e contínuo - o conhecimento e o lazer estão se distanciando. A metodologia hermética com que a ciência e a história vem sendo apresentada às nossas novas gerações, não conseguem despertar o verdadeiro prazer da conquista do conhecimento, só tédio ...

Com isso nossas cidades são gradativamente ocupadas por centros e áreas de lazer dentro de uma visão predominantemente “comercial”, em detrimento de uma preocupação voltada para o engrandecimento e a evolução intelectual da população e particularmente dos segmentos mais jovens da nossa moderna sociedade, submetidos ao inteligente marketing do consumo acrítico e indiscriminado.

No caso do Brasil, um país semi-alfabetizado onde as "elites" formadoras de consciências, que são os professores de 1º e 2º Graus, não apresentam um perfil adequadamente preparado para absorver cultura: e com isso motivar e transmitir sua importância aos seus alunos, nada mais natural que se crie um afastamento cada vez mais visível dos mesmos, em relação a programas culturais.

No sentido de reduzir o impacto no processo de reeducação, objetivamos a criação de um espaço interativo e dinâmico que tanto permita o aprofundamento científico dos empreendimentos de pesquisa, como facilmente gere a disseminação compilada e explicativa dos assuntos à grande parcela de leigos, das mais diversas faixas etárias. Para tanto deve-se criar um ambiente instigante e cheio de surpresas, sem tomá-lo hostil e desadaptado à um público, seja infantil ou adulto.

Baseados na flagrante carência de tais espaços dotados com os pré-requisitos acima descritos, propomos a criação de um novo ambiente de aprendizado e lazer para todas as idades, o Museu de História Natural do Recife (O Único espaço existente aqui no Recife é o Museu de História Natural do Horto de Dois Irmãos, criado em 1973 que, apesar do grande esforço de poucos pioneiros particularmente do taxidermista Petrônio Machado Cavalcanti - para a preservação de alguns espécimes, não atende às especificações para iluminação e ventilação, que possibilitem uma melhor e duradoura conservação, refletidos na deterioração da maior parte do acervo).

Tal projeto se enquadra na designação de Montaner (1n: Zein, 1991), como um museu destinado às ciências naturais; no entanto, devo ressaltar uma ligeira variação do mesmo, ao aproximá-lo também aos espaços destinados ao conhecimento humano, pois esse se destina ao incentivo da curiosidade e o despertar do interesse científico.

Um museu de história natural deve procurar ser o mais completo possível em termos de acervo, sendo desejável em nossa situação de carência de informações, que sua abrangência extrapole tendências regionais. Entretanto é bastante comum a tendência de regionalização, que ao invés de ser um fator limitante, pode definir um perfil para o museu (geralmente bastante heterogêneo). Seu acervo não deve ser limitado ou determinado pela temática da região geográfica, mas pode desenvolver linhas temáticas que encontrem ressonância no seu público alvo.

Há vários milhões de anos, o Nordeste foi uma região, onde se desenvolvia uma enorme e densa zona de florestas tropicais, com fauna e flora próprias, cujos vestígios ainda são encontrados, sob a forma de fósseis animais e vegetais. O registro dessas épocas é deixado nas rochas sedimentares e nos fósseis nelas contidos, nas rochas vulcânicas e nas rochas cristalinas de um modo geral. Os paleoambientes que já existiram podem então ser reconstituídos a partir desses fragmentos da história da Terra e nos ajudam a entender a evolução do nosso planeta.

Nos tempos mais recentes, em que nossa biodiversidade vem sendo profundamente agredida pelo desenvolvimento tecnológico, os remanescentes de Mata Atlântica e suas associações florísticas e faunísticas são documentos importantes para a compreensão das mudanças comportamentais que se fazem necessárias à preservação da vida na Terra. A riqueza de alguns ecossistemas, constantemente ameaçados pela ocupação urbana e desenvolvimento industrial devem ser parte indispensável do acervo de um museu de história natural, como forma de despertar as novas gerações para a sua preservação.

Grande variedade de ecossistemas estão presentes em nossa região, os quais podem ser identificados por suas características morfológicas e climáticas e pelas associações de vegetais, animais (Caatinga, Manguezais etc) e que deverão estar representados através de seus componentes amostráveis, dada a sua importância no entendimento de nosso meio.

Desse modo, o NE representa uma fonte bastante ampla de informações e materiais, uma vez que as mudanças e adaptações ocorridas tanto na fauna quanto na flora, sem mencionar as alterações geológicas sofridas, gerariam certamente grande interesse no público.

Essa vasta série de variáveis geram especificidades que vão desde o tipo de iluminação empregado nos ambientes, nos módulos e prateleiras de exposição, passando ainda pelos equipamentos de controle da temperatura e umidade; sem falar dos espaços destinados (1. preparação e pesquisa das amostras e/ou espécimes.

Segundo Coleman (1950), existem inúmeros espaços urbanos passíveis da implantação de uma edificação de natureza científica, no nosso caso de ciências naturais, no qual podemos destacar algumas interessantes observações, quanto à correta locação e conseqüentes potencialidades existentes nos seus arredores, são eles:

- Acessibilidade - deve-se buscar uma localização conveniente para o público em geral, preferencialmente sem longas caminhadas a pé, devendo-se conceber espaços de manobra e estacionamento para veículos de carga e particulares. Por sua vez sugere-se a implantação numa região de fluxo natural do público alvo além de observar os períodos de utilização dos mesmos (manhã, tarde etc.), pretendendo assim, ter um público presente também nos intervalos para almoço, podendo-se lançar mão de um restaurante que atenda a essa demanda, com refeições rápidas.
- Relação com as vias - é importante a não implantação do já referido edifício diretamente em artérias principais ou de trânsito rápido, para que se evite engarrafamentos ou complicações viárias nos mesmos. Sugere-se buscar vias secundárias, com boa infra-estrutura para suportar o tráfego, e com soluções para acesso de veículos de carga, na parte posterior da edificação;
- Parques e Zoológicos - ultimamente tem-se buscado tais regiões para a implantação de edifícios com fins de estudo e exposição das ciências naturais. Tal fato se deve à existência de grandes áreas disponíveis para a construção, uma vez que tais edifícios geralmente requerem grandes espaços na sua implantação. Outro fator relevante é a clientela habitual de tais áreas, uma vez que o mesmo se torna um visitante potencial das exposições permanentes ou temporárias;
- Áreas de SubÚrbio - obedece à lógica acima descrita quanto à disponibilidade de espaço para construção. Outro fator ressaltado é o incentivo no desenvolvimento ou renovação, se for o caso, da localidade uma vez que o edifício torna-se um pólo de convergência para a mesma, sem falar na diminuição dos efeitos nocivos dos centros urbanos, com a poluição e o ruído;

Galgado em tais vetores, dever-se-ia buscar a implantação do edifício nas imediações do Horto Zoológico de Dois Irmãos, apesar dos obstáculos que podem ser colocados pela legislação ambiental, principalmente junto ao IBAMA o qual mantém uma política extremamente rigorosa quanto a ocupação das áreas de matas. Mesmo já tendo áreas desmatadas, corre-se o risco de

obstrução quando o "ecologismo burocrático de gabinete", prepondera sobre o bom senso. Não se pode ignorar o fator altamente benéfico de um edifício de caráter educacional voltado à natureza e a história da mesma, na formação dos futuros herdeiros desses ecossistemas - as crianças de hoje - que usufruindo de um ambiente científico sobre a natureza. podem moldar uma consciência ecológica madura e duradoura,

A ocupação do morro se dará no seu topo onde as inclinações do terreno não chegam a 10%, e com isso evita-se áreas mais íngremes e sujeitas à deslizamentos. Todas as construções (inclusive estacionamento) se desenvolveram no limite da cota de 80m - área bastante plana - ideal para tais fins. O corpo principal do edifício (exposições) encontra-se ligeiramente inclinado em relação ao Norte (13°) para melhor aproveitar a conformação do terreno. O outro eixo de construção onde se situam as alas administrativas, desenvolvem-se no sentido sudoeste-nordeste, permitindo com isso o bom posicionamento das salas dos curadores e da administração (Coleman, 1950).

O acesso ao topo se dará por via proposta com a continuação, da Estrada dos Passarinhos, obedecendo às normas de segurança para a execução da mesma. Segundo o Eng. de Estradas Edson Barbosa de Araújo " *apesar do alongamento do percurso, têm-se um ganho, com o menor deslocamento de massas argilosas, buscando um percurso mais suave*". E após isso deve-se nas áreas seccionadas, efetuar o plantio de gramíneas (capim santo) para se evitar erosão do solo, Será feita a posteriori, a construção de um sistema de escoamento de água por meio de canaletas para se evitar a ocorrência de erosão e conseqüentes voçorocas.

Situa-se no Bairro de Dois Irmãos, próximo à BR-101 Norte, por trás da sede da Construtora Queiroz Galvão. Seu acesso é feito pela Estrada dos Passarinhos seguindo-se por uma trilha sinuosa e tomada pela vegetação rasteira até o topo da colina que alcança 82 metros de cota. Os benefícios panorâmicos e a potencialidade na exploração das trilhas na mata por meio d.o ecoturismo, sem falar no desafio lançado quanto à concepção estrutural num terreno íngreme e potencialmente instável, permitiram uma interessante e valorosa pesquisa volumétrica/estrutural, que sem dúvida alguma é um dos objetivos desta última cadeira (TG2).

A área em questão é parte da reserva florestal do **Horto** de Dois Irmãos, apresentando vegetação característica ele Mata Atlântica, com densa vegetação. A implantação deste projeto se dará em uma colina no topo da qual foi instalada, no início do século, uma caixa d'água de grande porte para o abastecimento da área, atualmente desativada pela COM PESA, e sede de encontros de marginais, que oferecem grande risco aos incautos visitantes do Horto, o que nos dá mais um forte motivo para intervir no mesmo, uma vez que sua vegetação nativa já foi devastada (topo) e ainda não pôde se recompor.

A mencionada estrutura não apresenta nenhum valor histórico, para a memória da cidade,

uma vez que trata-se apenas de um reservatório subterrâneo, e não túneis construídos pelos holandeses, segundo crença dos habitantes das redondezas, devidamente desmentida pelo Prof. José Luís da Mota Menezes, em entrevista a um tele-jornal local. A única peça de valor era uma cobertura abobadada em ferro fundido que servia de entrada para o reservatório, mas já foi removida pela COM PESA, pois vinha sofrendo constantes depredações.

Do ponto de vista geológico, a área onde será instalado o Museu, é formada por sedimentos fluviais da Formação Barreiras, constituídos por camadas sub-horizontais arenosas e argilosas intercaladas sobre as quais se desenvolve um solo mais argiloso. Essas encostas apresentam-se naturalmente estáveis quando não estão submetidas a intervenções antrópicas.

No caso dessa obra, onde não só se dará a implantação de sobrecarga, como também haverá alteração dos taludes naturais com cortes e aterros para a implantação do prédio, do estacionamento e das vias de acesso, deverão ser executadas obras de contenção, como retaludamento, recomposição da cobertura vegetal e impermeabilização. Com efeito tais intervenções são atenuadas devido a suave inclinação encontrada da crista do morro, onde se desenvolve todo o sítio da construção.

Rodrigues, Siane Gois Cavalcanti

Questões de dialogismo: o discurso científico, o eu e os outros / Siane Gois Cavalcanti Rodrigues. – Recife : O Autor, 2008.

298 folhas.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. CAC. Letras, 2008.

Inclui bibliografia e anexo.

1. Análise do discurso. 2. Autoria. I. Linguagem - Filosofia. I. Bakhtin, M. M. (Mikhail Mikhailovich), 1895-1975. II. Título.

801	CDU (2.ed.)	UFPE
410	CDD (22.ed.)	CAC2008-82

